



A MULHER E A CASA

.....
Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

A MULHER E A CASA

Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Celina Borges Lemos
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

J95m

Junqueira Schettino, Patrícia Thomé.

A Mulher e a casa [manuscrito] : estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX / Patrícia Thomé Junqueira Schettino. - 2012.

322f. : il.

Orientador: Celina Borges Lemos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura brasileira. 2. Arquitetura de habitação – Rio de Janeiro (RJ). 3. Mulheres. 4. Elites (Ciências Sociais) – Rio de Janeiro (RJ). 5. Brasil – Usos e costumes. 6. Brasil – História – República Velha – 1889-1930. I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728.3

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo-NPGAU da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 19 de outubro de 2012 pela Comissão Examinadora, a saber:

Profa. Dra. Celina Borges Lemos (Orientadora - EA-UFMG) Celina Borges Lemos

Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo (EA/UFMG) André G. D. Dangelo

Prof. Dr. Gustavo Rocha Peixoto (PROARQ/UFRJ) GR

Profa. Dra. Priscilla Danielle Gonçalves de Paula (IAD/UFJF) Priscilla

Profa. Dra. Juliana Jayme (PUC Minas) Juliana Jayme

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meu marido, Giovanni, a quem devo a oportunidade de passar um ano morando no Rio de Janeiro, o que possibilitou a realização de extensa pesquisa nos arquivos da cidade sem a qual minha tese não seria possível. Ele foi a pessoa que mais me deu apoio durante os anos de elaboração da tese. Obrigada pela paciência e por acreditar em mim. Aos meus pais agradeço o incentivo aos estudos desde a graduação, passando pelo mestrado e finalmente, o doutorado. Especialmente a minha mãe, sempre pronta a defender a força do meu tema. Aos demais familiares, agradeço os momentos de descontração proporcionados nesses anos de trabalho intenso e por estarem sempre ao meu lado.

Não posso deixar de mencionar o carinho e a dedicação de minha orientadora Celina Borges. Tenho que agradecer pelas leituras sem fim e pela paciência durante esses quase quatro anos de trabalho juntas. Outros professores também cederam seu tempo para que meu trabalho pudesse ser realizado. Agradeço ao professor Gustavo Rocha Peixoto que, durante minha estadia no Rio, ajudou a direcionar minhas ideias e apontou o caminho para a realização das pesquisas de campo. Ao professor André Dangelo, pelas observações sobre meu trabalho durante a qualificação. E às professoras Priscilla de Paula e Juliana Jayme que gentilmente aceitaram participar da minha banca de defesa.

Fundamentais para a realização desse trabalho foram os diversos profissionais dos arquivos pesquisados, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu da Justiça do estado do Rio de Janeiro e, especialmente, aos atenciosos funcionários e estagiários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde realizei a pesquisa sobre os projetos arquitetônicos por mais de quatro meses, durante o final de 2010 e início de 2011.

Agradeço ainda a CAPES pelo apoio financeiro durante parte do ano de 2010 e a Fapemig ao assumir a bolsa de doutorado pelos demais meses até a conclusão.

Não posso deixar de mencionar o NPGAU que me ofereceu a oportunidade de realizar esse trabalho ao aceitar meu projeto de pesquisa.

Aos amigos e a todos aqueles que torceram por mim, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

JUNQUEIRA SCHETTINO, Patrícia Thomé. **A Mulher e a Casa**. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX

Orientadora: Profa. Dra. Celina Lemos Borges

A casa brasileira é um tema que vem sendo estudado e analisado por historiadores e arquitetos há algum tempo. Várias são as abordagens possíveis, desde a técnica construtiva até a arquitetura, passando pelos valores simbólicos do espaço de morar e suas significações culturais e sociais. A presente pesquisa estuda a casa através de uma visão social, procurando investigar a relação entre o espaço doméstico e a mulher. A mulher eleita como objeto de pesquisa é aquela pertencente à classe mais alta, pois é ela a mais reclusa dentre todas as camadas sociais e, portanto, a que possivelmente exerceu maior influência na disposição espacial das residências. O objeto de estudo são as casas dos setores privilegiados da sociedade carioca do final do século XIX e início do século XX. Elas se instituem como um meio para se entender a sociedade que estava se construindo então e, principalmente, para definir a importância do papel da mulher da classe alta dentro dessa sociedade republicana e sua contribuição para o desenvolvimento do conceito de morar no Brasil. O objetivo final é traçar um paralelo entre as transformações ocorridas dentro da estrutura social no Rio de Janeiro, com enfoque no papel social feminino, e as modificações na forma de morar, na distribuição dos espaços e na aparência das residências. Ao encontrar essa mulher pertencente à elite carioca, transformada em “rainha do lar” pela literatura, religião, política e ciência, nas grandes casas burguesas do *fin de siècle* no Rio de Janeiro, e investigar sua influência na concepção dos espaços domésticos e do conceito de morar, torna-se possível a identificação dos pontos que reforçam a hipótese apresentada de que a mulher deve ser considerada um agente transformador do espaço residencial.

Palavras-chave: mulher, arquitetura residencial, Ecletismo, Rio de Janeiro, século XIX.

ABSTRACT

JUNQUEIRA SCHETTINO, Patrícia Thomé. **Woman and Home**. Study of the relationship between changes in the residential architecture and evolution of the female role in carioca's society in the late nineteenth and early twentieth century.

Tutor: Profa. Dra. Celina Lemos Borges

The Brazilian house is a topic that has been studied and analyzed by historians and architects for some time. Several approaches are possible, from the construction technique to architecture, including the symbolic values of living space and its cultural and social meanings. This research studies the house based on a social vision, looking into the relationship between the domestic space and the woman. The woman chosen as research subject belongs to the highest class, because she is the most reclusive among all social levels and therefore possibly had a greater influence on the spatial layout of the residences. The study object is the homes of the privileged sectors of Rio de Janeiro's society of the late nineteenth and early twentieth century. They are instituted as a means to understanding the society that was being built, mainly to define the importance of women's role within this high class republican society and their contribution to the development of the concept of living in Brazil. The main objective is to draw a parallel between the changes occurring in the social structure in Rio de Janeiro, focusing on the social role of women, and the changes in the form of living, in the distribution of spaces and appearance of homes. After this woman belonging to the carioca elite is found, transformed in "home queen" by literature, religion, politics and science, in the bourgeois houses of the *fin de siècle* in Rio de Janeiro, and investigate their influence on the design of domestic spaces and the concept of living, it becomes possible to identify the points that reinforce the hypothesis presented that the woman should be considered a transforming agent of residential space.

Key- words: woman, residential architecture, Eclecticism, Rio de Janeiro, the nineteenth century.

LISTA DE FIGURAS

Capa da Tese: Oscar Pereira da Silva, Hora de Música, 1901.

Fonte: <http://www.pinacoteca.org.br>

Capa Capítulo 2: José Feraz de Almeida Júnior, Sem título (Cena de família de Adolfo Augusto Pinto), 1891.

Fonte: <http://www.pinacoteca.org.br>

Capa Capítulo 3: Vista da enseada de Botafogo, 1905.

Fonte: www.delcamp.net

Capa Capítulo 4: Detalhe do telhado do palacete Guinle-Paula Machado na rua São Clemente, 213, Botafogo.

Fonte: autora.

Figura 1 - Emanuel de Witte, <i>Interior with a woman playing the virginal</i> (1660).....	45
Figura 2 - Fachada de <i>hôtel privé</i> . Projeto dos arquitetos Nolau e Convents, 1867, Paris.....	55
Figura 3 - Planta baixa do térreo e do subsolo do <i>hôtel privé</i> projetado pelos arquitetos Nolau e Convents, 1867, Paris.....	56
Figura 4 - Planta baixa do primeiro pavimento e do sótão do <i>hôtel privé</i> projetado pelos arquitetos Nolau e Convents, 1867, Paris.....	56
Figura 5 - Georg Friedrich Kersting, <i>Woman Embroidering</i> (1812).....	67
Figura 6 - <i>Menu</i> do almoço oferecido por Demócrito e Maria José Seabra para parentes e amigos mais próximos em comemoração de seu casamento.....	94
Figura 7 - Projeto de fachada apresentado à Comissão Construtora da Avenida Central.....	157
Figura 8 - Avenida Central, década de 1910. Foto de Augusto Malta.....	160
Figura 9 - Enseada de Botafogo, início do século XX.....	169
Figura 10 - Casa urbana térrea típica do período colonial, com loja ou oficial na frente, alcovas no meio e sala de viver e cozinha nos fundos.....	172
Figura 11 - <i>Les premiers occupations du matin</i> (Primeiras ocupações da manhã), Debret, 1826.....	180
Figura 12 - Casa com afastamento lateral, mas que mantém a fachada no limite frontal do terreno. Varanda lateral voltada para o jardim.....	200
Figura 13 - Planta baixa do porão da casa na Avenida Beira Mar, lotes 5 e 6, com destaque para a garagem na edificação principal.....	226

Figura 14 - Planta baixa dos três pavimentos da casa na rua Voluntários da Pátria, número 100.....	228
Figura 15 - Planta baixa dos dois pavimentos da casa geminada na rua da Assunção.....	229
Figura 16 - Planta baixa dos dois pavimentos da casa na rua Paulo Barreto, 75.....	229
Figura 17 - Planta baixa dos três pavimentos da casa na rua Voluntários da Pátria, 127.....	231
Figura 18 - Planta do segundo pavimento da Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa.....	232
Figura 19 - Planta baixa do andar térreo da residência localizada na Praia de Botafogo, 316.....	234
Figura 20 - Planta baixa do andar térreo da residência do Dr. Oswaldo Cruz, localizada na Praia de Botafogo, número 406 a 412.....	234
Figura 21 - Planta baixa dos três pavimentos da casa na rua das Laranjeiras, 441...	235
Figura 22 - Planta baixa do porão da residência da rua Dona Mariana, número 39...	235
Figura 23 - Planta baixa do primeiro andar da residência localizada a Praia de Botafogo, 316.....	236
Figura 24 - Planta baixa do pavimento superior da residência localizada a rua Dona Mariana, 56.....	237
Figura 25 - Planta baixa do primeiro pavimento da residência na rua Voluntários da Pátria, 127.....	237
Figura 26 - Planta baixa do segundo andar do palacete do Dr. Emilio Granmasson, a Praia de Botafogo, número 316.....	238
Figura 27 - Planta baixa do segundo andar da casa na Praia de Botafogo, 67.....	239
Figura 28 - Planta baixa do primeiro e segundo pavimento da casa na rua Dona Mariana, 184, 186 e 188.....	239
Figura 29 - Projeto completo da casa da Avenida de Ligação,103. Aprovado em 1915.....	242
Figura 30 - Detalhe do projeto da casa da Avenida de Ligação,103, com destaque para as plantas baixas.....	242
Figura 31 - Zoneamento da casa da Avenida de Ligação,103.....	243
Figura 32 - Projeto da casa da Avenida de Ligação, sem número, aprovado em 1912.....	245
Figura 33 - Zoneamento da casa da Avenida de Ligação, sem número.....	245
Figura 34 - Fachada da Avenida de Ligação e fachada da Travessa Umbelina, da casa da Avenida de Ligação, 28, aprovada em 1916.....	246

Figura 35 - Planta baixa do térreo da casa da Avenida de Ligação, número 28, aprovado em 1916, com implantação antiga.....	247
Figura 36 - Planta baixa do primeiro pavimento da casa da Avenida de Ligação, número 28, aprovado em 1916.....	248
Figura 37 - Zoneamento da casa da Avenida de Ligação, 28.....	248
Figura 38 - Projeto de modificação da casa da Avenida de Ligação, 28, aprovado em 1917.....	249
Figura 39 - Plantas baixas dos três andares do palacete da Praia de Botafogo, 316, aprovado em 1911.....	251
Figura 40 - Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 316.....	251
Figura 41 - Fachada do palacete da Praia de Botafogo, 316, aprovado em 1911.....	252
Figura 42 - Plantas baixas do palacete da Praia de Botafogo, 366, aprovado em 1910.....	254
Figura 43 - Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 366.....	254
Figura 44 - Fachada principal do palacete da Praia de Botafogo, 316, aprovado em 1911.....	255
Figura 45 - Plantas baixas dos três pavimentos do palacete da Praia de Botafogo, entre os números 406 e 412, aprovado em 1913.....	257
Figura 46 - Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 406 e 412.....	257
Figura 47 - Fachadas frontal e lateral do palacete da Praia de Botafogo, entre os números 406 e 412, aprovado em 1913.....	258
Figura 48 - Corte do palacete na Praia de Botafogo, 530.....	259
Figura 49 - Plantas baixas do palacete na Praia de Botafogo, 530, aprovado em 1913.....	260
Figura 50 - Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 530.....	260
Figura 51 - Fachada frontal de inspiração francesa do palacete na Praia de Botafogo, 530.....	261
Figura 52 - Projeto completo com fachada, corte e plantas baixas da casa da rua Dona Mariana, 39, aprovado em 1911.....	263
Figura 53 - Zoneamento da casa da rua Dona Mariana, 39.....	263
Figura 54 - Aparência atual da casa da rua Dona Mariana, 39.....	264
Figura 55 - Planta baixa da casa da rua Dona Mariana, 56. Projeto de 1910.....	265
Figura 56 - Planta baixa da casa da rua Dona Mariana, 56. Projeto de 1916.....	265
Figura 57 - Projeto de reconstrução da casa da rua Dona Mariana, 56, aprovado em 1922.....	266
Figura 58 - Zoneamento da casa da rua Dona Mariana, 56.....	267

Figura 59 - Aparência atual da casa da rua Dona Mariana, 56.....	267
Figura 60 - Plantas baixas da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.....	268
Figura 61 - Zoneamento da casa da rua Dona Mariana, 63.....	269
Figura 62 - Cortes da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.....	269
Figura 63 - Fachada da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.....	270
Figura 64 - Aparência atual da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915...	270
Figura 65 - Projeto arquitetônico completo da casa da rua Pinheiro Machado, 99, aprovado em 1920.....	271
Figura 66 - Zoneamento da casa da rua Pinheiro Machado, 99.....	272
Figura 67 - Projeto completo da casa da rua Senador Vergueiro, 159, aprovado em 1920.....	273
Figura 68 - Plantas baixas da casa da rua Senador Vergueiro, 159, aprovado em 1920.....	274
Figura 69 - Zoneamento da casa da rua Senador Vergueiro, 159.....	274
Figura 70 - Fachada da casa da rua Senador Vergueiro, 159, aprovado em 1920.....	274
Figura 71 - Plantas baixas da casa da rua Voluntário da Pátria, 53, aprovado em 1910.....	276
Figura 72 - Zoneamento da casa da rua Voluntários da Pátria, 53.....	276
Figura 73 - Cortes da casa da rua Voluntário da Pátria, 53, aprovado em 1910.....	277
Figura 74 - Fachada da casa da rua Voluntário da Pátria, 53, aprovado em 1910.....	277
Figura 75 - Plantas baixas da casa da rua Voluntário da Pátria, 136, aprovado em 1920.....	278
Figura 76 - Zoneamento da casa da rua Voluntários da Pátria, 136.....	279
Figura 77 - Fachada do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	280
Figura 78 - Fonte que havia no jardim de inverno do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	281
Figura 79 - A fonte do jardim de inverno foi substituída por uma estante no palacete da Praia do Flamengo, 340.....	281
Figura 80 - Entrada do palacete com <i>porte cochère</i> originalmente encimado por um pergolado do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	282
Figura 81 - Porta de entrada do palacete do palacete da Praia do Flamengo, 340....	282
Figura 82 - Escadaria monumental do hall de entrada do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	282
Figura 83 - Vitral da escadaria e do teto do hall principal do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	282
Figura 84 - Sala de visitas com mobília e decoração originais do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	283

Figura 85 - Sala de jantar com mobília e decoração originais do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	284
Figura 86 - Vitral do jardim de inverno com temática romântica do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	284
Figura 87 - Cozinha com as instalações originais do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	285
Figura 88 - Vista do alto da escada do hall do palacete da Praia do Flamengo, 340..	285
Figura 89 - Planta baixa do pavimento térreo do palacete da Praia do Flamengo, número 340.....	286
Figura 90 - Planta baixa do pavimento superior do palacete da Praia do Flamengo, número 340.....	286
Figura 91 - Zoneamento do palacete da Praia do Flamengo, 340.....	286
Figura 92 - Planta baixa do primeiro pavimento do palacete Guinle, atual Palácio Laranjeiras.....	291
Figura 93 - Planta baixa do segundo pavimento do palacete Guinle, atual Palácio Laranjeiras.....	291
Figura 94 - Zoneamento do palacete Eduardo Guinle.....	292
Figura 95 - Fachada lateral do palacete Guinle,.....	292
Figura 96 - Fachada frontal com destaque para o <i>porte cochère</i> do palacete Guinle.	292
Figura 97 - Projeto de reforma do palacete na rua São Clemente, 213, aprovado em 1910.....	294
Figura 98 - Planta do primeiro pavimento do palacete na rua São Clemente, 213, como ele se encontra atualmente.....	295
Figura 99 - Planta do segundo pavimento do palacete na rua São Clemente, 213, como ele se encontra atualmente.....	296
Figura 100 - Fachada do palacete Guinle-Paula Machado.....	296
Figura 101 - Pia de prata do banheiro do segundo pavimento do palacete Guinle-Paula Machado.....	297
Figura 102 - Quarto de vestir do casal Celina Guinle e Linneo de Paula Machado em seu palacete na rua São Clemente.....	297
Figura 103 - Escada do palacete na rua São Clemente, 213. Gradil em ferro decorado com volutas que também se encontram na parede e sob o gradil.....	298
Figura 104 - Piso em mosaico do hall de entrada do palacete Guinle-Paula Machado.....	298
Figura 105 - Baixo relevo em parede do hall de entrada do palacete Guinle-Paula Machado.....	299
Figura 106 - Claraboia sobre a escada do palacete Guinle-Paula Machado.....	299

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS DE CONFORTO E PRIVACIDADE NOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS.....	40
2.1	Europa, séculos XVI, XVII e XVIII: formação dos conceitos de privacidade e conforto.....	41
2.2	Europa século XIX: o apogeu da privacidade, da domesticidade e do conforto.....	56
2.3	As engenheiras domésticas e os tratados de economia doméstica	75
2.4	A privacidade e o conforto no Brasil	79
3	O RIO DE JANEIRO NA VIRADA DO SÉCULO XX.....	123
3.1	De Monarquia à República	124
3.2	Elite carioca	130
3.3	Reformas Urbanas	147
3.4	Botafogo: de subúrbio a bairro aristocrático	160
3.5	Antecedentes da casa burguesa no Rio de Janeiro	169
4	A CASA DA ELITE CARIOCA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....	187
4.1	Reflexões sobre o Ecletismo	188
4.2	A casa burguesa no Rio de Janeiro.....	195
4.3	Fontes primárias (inventários e jornais)	215
4.4	Os palacetes de Botafogo	225
4.4.1	Os projetos arquitetônicos	240
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	300
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	306

INTRODUÇÃO

.....

A casa brasileira é um tema que vem sendo estudado e analisado por historiadores e arquitetos há algum tempo. Saber como viviam os antepassados, como se apropriavam do espaço residencial, como o construíam, porque escolhiam determinadas soluções, quais as influências sofridas pelos portugueses ao elaborarem sua morada em um país tão distante e tão diferente de sua terra natal. Muitas dessas questões já foram estudadas e discutidas, existindo vários livros que nos dão algumas respostas, como os do pesquisador e professor Carlos Lemos e os do historiador Gilberto Freyre¹. Várias são as abordagens possíveis sobre o tema, desde a técnica construtiva até a arquitetura, passando pelos valores simbólicos do espaço de morar e suas significações culturais e sociais. O tema casa tem uma significação simbólica, é bastante amplo e muito discutido por arquitetos e filósofos. Dentro de uma visão fenomenológica, o espaço doméstico é definido da seguinte forma por Bachelard (1993: 24): “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo”.

A casa pode ser considerada a arquitetura mais elementar, sendo vista como uma proteção do homem contra o meio ambiente que o cerca. É o espaço destinado ao uso familiar, onde há trocas emotivas entre os moradores, tornando-o um lar. Ela é um espaço carregado de significados e simbolismos, alguns se mantêm ao longo dos tempos, outros se modificam de acordo com as transformações sociais de cada época (MIGUEL, 2002). A função principal da casa é servir de abrigo contra as intempéries. Homem (1996: 23) afirma que, além disso, “é o espaço delimitado onde se desenvolve uma série de atividades relativas à sobrevivência ou à manutenção do corpo e do espírito no domínio do privado, isto é, aquelas atividades que devem ocorrer na intimidade, fora das vistas do público ou de estranhos”. A qualidade da realização dessas atividades depende das condições oferecidas pela construção, daí a responsabilidade da arquitetura em garantir as circunstâncias ideais.

O primeiro tratado de arquitetura conhecido, escrito pelo romano Vitruvius no século I a.C., fala do assunto e afirma que a essência da arquitetura está associada à cabana que abriga o fogo o qual protege a família do frio. Depois dele, muitos outros desenvolveram teorias sobre a cabana primitiva, como o abade Marc-Antoine Laugier (1713-1769), em seu *Essai sur L'Architecture*, de 1753. Para Laugier, toda arquitetura tem sua origem na cabana primitiva, considerada a arte da estrutura pura. Além do religioso, outros tratadistas dos séculos XVII, XVIII e XIX desenvolveram o tema da cabana primitiva ao tentar definir as origens da arquitetura, alguns deles são: Claude Perrault (1613-1688), Jacques François Blondel (1705-1774), William Chambers (1723-1796), J.N.L. Durand (1760-1834) e Gottfried Semper (1803-1879) (MIGUEL, 2002).

¹ Ver LEMOS, 1978, LEMOS, 1979, LEMOS 1989, FREYRE, 1977, FREYRE, 1951, FREYRE, 1974.

Corroborando com a afirmação de Lemos (1989: 11) de que "o interesse de uma residência está muito mais no seu aspecto sociológico, do que nas suas qualidades arquitetônicas decorrentes da técnica construtiva e da intenção plástica", a presente pesquisa estuda a casa através de uma visão social, procurando investigar a relação entre o espaço doméstico e a mulher. Veríssimo e Bittar (1999: 21), também apontam para a relação entre a casa e a sociedade, ao defini-la como "o reduto da família e, portanto, seu próprio espelho, refletindo também, numa maneira mais abrangente, a sociedade da qual essa mesma família faz parte, ao mesmo tempo em que é sua geradora". Dessa forma, estudar a sociedade para entender a casa é fundamental, pois os espaços construídos pelos homens refletem os valores, costumes e crenças de seu grupo social. Considera-se a arquitetura habitacional urbana a que melhor representa a sociedade, sua cultura, segregação e tradição, por isso pode ser utilizada como tipologia ao se pesquisar determinada linguagem arquitetônica e a sociedade.

A casa não é tão somente uma estrutura, mas uma instituição criada para um complexo grupo de finalidades, porque sua construção é um fenômeno cultural, sua forma e sua organização se encontram muito influenciadas pelo meio ao qual pertence. Se a função passiva da casa é a provisão de um teto, sua finalidade é a criação de um entorno mais adequado ao modo de vida de um povo, em outras palavras, uma unidade espacial social. Rapoport (1972) apresenta a hipótese de que a forma da casa não seria unicamente o resultado de forças físicas ou de um só fator causal, mas a consequência de uma série de fatores socioculturais considerados em termos mais amplos. O clima, os materiais e as tecnologias disponíveis são importantes, mas o que decide a forma de uma habitação e determina seus espaços e suas relações é a visão que se tem de vida ideal. O ambiente perseguido reflete muitas forças socioculturais, as quais compreendem as crenças religiosas, a estrutura familiar e as relações sociais entre indivíduos.

O termo *genre de vie* ou modo de vida, segundo Rapoport (1972), compreende todos os aspectos culturais, espirituais, materiais e sociais que afetam a forma, como as necessidades básicas - comer, beber, descansar, cozinhar, etc. -, a organização familiar e sua privacidade, a condição feminina e as relações sociais. Porém, mais importante do que saber quais atividades se realizam no interior das habitações, é saber como elas se realizam, o importante é o modo definido culturalmente para a prática dessas necessidades. A situação socioeconômica e cultural da família também poder ser considerada um determinante no modo como as atividades domésticas ocorrem (HOMEM, 1996).

Os estudos sobre a casa brasileira se iniciaram a partir das primeiras décadas do século XX. Antes deles, o que existia relativo à arquitetura doméstica eram, basicamente, os relatos dos viajantes europeus, que se tornaram frequentes a partir do século XIX. O

diário de viagens mais utilizado pelos pesquisadores do assunto é o de Jean Baptiste Debret (1768-1848), artista francês que chegou ao Brasil em 1816 junto com a chamada Missão Francesa. Publicado em três volumes entre 1834 e 1839, com o nome de *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil), nele se encontram as descrições de uma casa urbana e de outra rural, com desenhos de plantas e fachadas. Porém, não há correspondência entre planta, fachada e descrição (SANTOS, 2005). Outro relato muito conhecido é o de Louis Léger Vauthier, engenheiro francês que viveu na cidade de Recife entre 1840 e 1846. Seus textos, publicados na década de 1970 pela Revista do SPHAN com introdução de Gilberto Freyre, incluem seu diário, relatórios escritos enquanto engenheiro-chefe das obras públicas da Província de Pernambuco e artigos para a revista pernambucana *O Progresso*. Santos (2005) identifica alguns aspectos da casa brasileira que aparecem repetidamente nos textos dos cronistas do século XIX: a aparência uniforme das construções, que Vauthier (1975: 37) atribui aos lotes estreitos e compridos e afirma que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”; a falta de instalações sanitárias, que tampouco eram frequentes nas casas europeias; a presença de rótulas² e muxarabis³, elementos considerados exóticos e a reclusão das mulheres, essas observações são recorrentes ao longo do tempo em todo o país.

Na década de 1920, deu-se o início da reflexão teórica sobre arquitetura e urbanismo no Brasil, que serviu para a consolidação de um novo campo profissional e para a afirmação de uma identidade nacional. Nesse momento emergiram, tanto no Brasil quanto na Europa, discussões a respeito da direção que a arquitetura deveria tomar juntamente com a questão do nacionalismo inserida na produção arquitetônica. Em 1922, José Mariano Filho, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e um dos maiores defensores do Neocolonial, enviou alguns arquitetos a Minas Gerais com a missão de realizarem levantamentos detalhados de exemplares da arquitetura colonial com a intenção de montar um catálogo de elementos arquitetônicos. Lucio Costa foi enviado à Diamantina, Nestor Figueiredo para Ouro Preto e para São João del Rei e Congonhas foi destacado Nereu de Sampaio.

As obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Lúcio Costa desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX servem como referência até os dias de hoje quando o assunto é o período colonial. A análise das cidades coloniais feita por Holanda (1995) em seu livro *Raízes do Brasil*, de 1936, ainda é utilizada em estudos sobre o assunto. O autor

² Segundo Marins (2001: 31), as rótulas “eram folhas basculantes de gelsias, isto é, de treliças de madeira compostas por fasquias entrecruzadas. Serviam as rótulas, tanto à aeração dos ambientes internos quanto ao controle da luminosidade extrema”.

³ Os muxarabis, balcões cerrados por rótulas e gelsias semelhantes ao *moucharabieh* árabe, possuíam as mesmas funções das rótulas, permitindo a entrada dos ventos no interior das casas, ao mesmo tempo em que filtrava o excesso dos raios solares (MARINS, 2001).

compara as cidades coloniais de origem portuguesa com as implantadas pela Espanha no novo continente, onde as primeiras eram vistas como “desleixadas” e desordenadas, enquanto as hispânicas se constituíam um exemplo de organização. Essa avaliação estava em concordância com as novas correntes do pensamento arquitetônico e urbanístico desenvolvidas na Europa nesse momento e que valorizavam a ordem e a padronização. Na década de 1930, mais especificamente em 1933, foi elaborada, durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (IV CIAM), a Carta de Atenas que tratava de questões envolvendo as cidades antigas e a crescente industrialização. No mesmo ano da publicação do livro *Raízes do Brasil*, iniciou-se no Rio de Janeiro a construção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde que trouxe ao país o maior expoente do Movimento Moderno, o franco-suíço Le Corbusier. Holanda frequentava os círculos modernistas e não é de se admirar que ele defendesse os traçados ortogonais das ocupações espanholas nas Américas em detrimento do desenho orgânico das cidades coloniais brasileiras.

Em meio aos ideais modernistas foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1936, promovendo uma continuidade na reflexão sistemática sobre a arquitetura brasileira⁴. O patrimônio nacional foi inventariado em vários estados e realizaram-se muitos estudos e pesquisas sobre o assunto. Os primeiros edifícios a serem tombados foram as igrejas, as fortalezas e as edificações institucionais. Lúcio Costa se tornou um dos principais idealizadores do serviço de patrimônio nacional, sendo chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), de 1937 a 1972. Embora seus primeiros estudos sobre a arquitetura colonial tenham sido realizados com fins a contribuir com o Movimento Neocolonial, suas pesquisas não se limitaram às formas e aos motivos decorativos, mas voltaram-se para a análise dos princípios da arquitetura colonial que, posteriormente, influenciariam sua produção modernista.

Após as pesquisas a respeito da arquitetura brasileira em âmbito nacional, surgiram estudos sobre as construções residenciais específicas de uma determinada região do Brasil, como Sylvio de Vasconcelos (1956) em *Vila Rica – Formação e desenvolvimento – residências*, Luis Saia (1979) em seu livro *Morada Paulista*, Maria Cecília Naclério Homem (1996) em *O Palacete Paulistano*, a tese de Ana Lúcia Vieira dos Santos (2005), *A Casa Carioca*, entre outros. Além de pesquisas mais específicas como a de Paulo César Marins (2001) sobre as rótulas e de João Luiz Máximo da Silva (2008) a respeito das cozinhas das casas paulistas no final do século XIX, ou mesmo de determinados estilos como o resultado da pesquisa de Gustavo Rocha Peixoto sobre a produção dos primeiros arquitetos formados pela Escola Imperial de Belas Artes (2004) e seu livro, *Reflexo das Luzes na Terra do Sol*

⁴ Sobre a criação do SPHAN, ver FONSECA, 1997.

(2000), que investiga as orientações teóricas da arquitetura produzida no país durante os reinados de D. João VI e de D. Pedro I.

É possível perceber, através desses estudos, uma mudança de foco nos trabalhos sobre arquitetura brasileira que passaram de pesquisas generalizantes, como o livro sobre a arquitetura brasileira de Carlos Lemos (1979) e o trabalho intitulado Quadro da arquitetura no Brasil de autoria de Nestor Goulart Reis Filho (1997), escrito a princípio em forma de ensaios para o jornal O Estado de São Paulo, na década de 1960; para temas mais específicos, como elementos construtivos, as habitações em certas regiões, um aprofundamento sobre determinado estilo. A historiografia, não apenas da arquitetura, tem passado por mudanças desde as últimas décadas do século XX com a adaptação da História às novas condições sociais através de uma revisão epistemológica que apresenta categorias diferenciadas, como as representações, o imaginário, a narrativa, as sensibilidades e a identidade, essa corrente é denominada História Cultural. As novas concepções e os novos conceitos funcionam como um filtro através do qual passa-se a enxergar a realidade em que se articulam para explicar o mundo de outras maneiras (PESAVENTO, 2003).

A renovação da História e dos campos de pesquisa permite uma maior divulgação desse conhecimento. São propostos novos recortes e diferentes questões, um novo olhar sobre documentos até então não considerados como fontes históricas, ou mesmo a busca em documentação muitas vezes referendada por respostas para novas perguntas, o que proporcionou um aumento da produção acadêmica e uma grande visibilidade pública à História Cultural. Segundo Pesavento (2003), nunca se leu tanto ou se escreveu tanto sobre História como na última década do século XX e início do século XXI, e a maior parte da produção historiográfica nacional é formada por trabalhos que se utilizam dos parâmetros da História Cultural.

Entretanto, apesar dos vários livros e pesquisas que já foram realizados sobre a casa brasileira, e que muito contribuíram para o conhecimento da mesma, existe uma questão importante e estreitamente relacionada com o desenvolvimento desta tipologia arquitetônica que foi apenas citada por vários autores em seus trabalhos, mas não desenvolvida. Trata-se da importância da figura feminina como agente transformador do espaço residencial. Veríssimo e Bittar (1999: 21) indicam a relação entre a evolução do papel feminino na sociedade e as transformações por que passou e ainda passa a morada no Brasil:

comentar a evolução do espaço de morar é percorrer os corredores das transformações da família brasileira ao longo destes cinco séculos e de uma forma particular, entrever que a mudança do papel da mulher na sociedade torna-se, de uma forma muito frequente, a alavanca dessas transformações.

Lemos (1996: 21) notificou também essa relação, alegando que:

no panorama geral da arquitetura residencial, (...), as construções sincréticas foram se aperfeiçoando à medida que as índias, as cozinheiras de plantão, foram, aos poucos, sendo substituídas quando, estatisticamente falando, a presença da mulher portuguesa passou a importar na sociedade.

Ou seja, somente a partir do momento em que há um número mais expressivo de mulheres brancas no Brasil é que a casa brasileira toma uma forma mais permanente. Esta informação destaca a importância feminina na estruturação física, formal e social da residência, que tanto sofreu influências das índias, quanto das portuguesas e, mais tarde, das africanas. É esta lacuna dentro da historiografia da arquitetura brasileira que a presente pesquisa pretende alcançar. Não se tem a intenção de, neste trabalho, discutir as técnicas construtivas ou os materiais utilizados para a construção das moradias, mas sua importância social e sua relação com a mulher. Também não se pretende realizar uma reconstituição fiel do passado, mas formar uma imagem da época através dos fragmentos de informação encontrados. Para se obter os resultados pretendidos serão utilizadas algumas categorias da História Cultural que servirão como marco teórico e metodológico para o desenvolvimento da proposta. A história da arquitetura brasileira está incorporando esses novos conhecimentos a respeito da história nacional. Analisar a evolução das residências através desse novo olhar e fazê-lo utilizando informações originais ou mesmo fontes antigas, porém com uma abordagem diversa, contribuirá para um melhor entendimento da produção arquitetônica nacional.

A história da mulher colaborou para a renovação da historiografia ao questionar marcos tradicionais que demarcavam a história do Ocidente. Segundo Gonçalves (2006: 70), esses “correspondem aos ‘grandes feitos’ associados, via de regra, aos personagens masculinos. Mais importante que isso, a entrada em cena das mulheres apontava também para a importância de se considerar o tempo em sua dimensão fragmentária, as durações marcadas pela vida doméstica, pelo domínio do privado”. No século XIX, ao se firmar como disciplina científica, a história delimitou o espaço da mulher segundo a representação e os ideais masculinos dos historiadores, exclusivamente homens então. O primeiro trabalho historiográfico com enfoque na mulher foi o livro *La femme*, escrito por Michelet, em 1859. Segundo Del Priore (1994), a obra possuía uma linguagem moralista em que o autor defendia que a mulher só poderia exercer um papel benéfico dentro do casamento. O gênero, masculino ou feminino, não apresentava real importância para os historiadores nesse momento, mas as questões relativas ao matriarcado promoveram diversos trabalhos.

Entre os anos 1920 e 1940, a história da mulher se confunde com o feminismo, originando obras voltadas para a sociologia. Nessa época, a demografia histórica não levava em consideração a mulher enquanto indivíduo, mas apenas como parte de um casal. A partir da década de 1970, com a *Nouvelle Histoire* e com a expansão da Antropologia Histórica, colocou-se em debate o papel da família e da sexualidade, promovendo um cenário mais propício para se ouvir falar a mulher. As pesquisas a partir de então foram marcadas por duas questões: a emergência da mulher em uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e a exploração, a dominação e a opressão que transformavam a mulher em vítima. A produção intelectual marcada por essas duas características isolaram a história da mulher, restringindo-a a estudos sem grande influência na disciplina histórica (DEL PRIORE, 1994).

No início dos anos 1980, surgiu a categoria *gênero* que deu origem a trabalhos críticos em todo o mundo sobre a estrutura do patriarcado e a sociedade de classes⁵. A introdução dessa categoria de análise histórica insere em segundo plano as questões biológicas e adota a ideia de que as diferenças entre os sexos seriam uma construção social. Não se nega a importância dos fatores biológicos na definição de gênero, mas esses não devem ser levados tão em conta como fazia a medicina dos séculos XVIII e XIX, não é o único fator e nem o mais importante. A definição de gênero contribuiu para a historiografia das mulheres à medida que amplia as fontes de pesquisa, não se restringindo mais a materiais que a tinham como protagonista, mas estendendo a pesquisa a lacunas e omissões encontradas em fontes tradicionais. A utilização dessa categoria associada ao contexto social levou a uma maior definição do objeto de pesquisa, não cabendo mais a utilização do termo mulher sem defini-lo: mulher mestiça, mulher operária, mulher camponesa, etc. As novas pesquisas sobre o feminino levantaram críticas às categorias de dominação e opressão sobre as quais se embasavam quase todos os trabalhos sobre a história da mulher. Dessa forma, dentro de um novo contexto histórico, a dominação masculina passou a ser vista como exercida de forma menos absoluta e unilateral (GONÇALVES, 2006).

Nas últimas décadas, a história da mulher procurou por novos caminhos, fugindo da postura que transforma seu objeto principal em vítima e o homem e a sociedade em seus algozes. Não interessa tanto descobrir se as mulheres possuíam algum poder, mas encontrar quais seriam seus poderes informais, as estratégias empregadas para driblar o domínio masculino e como se articulavam a subordinação e a resistência femininas. Na história do Brasil é recorrente a caracterização das mulheres através de estereótipos, os mais frequentes são a autossacrificada, a submissa sexual e materialmente e a reclusa. Del

⁵ Para mais informações ver MURARO, 2000 e GONÇALVES, 2006.

Priore (1994: 11) afirma que "para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido".

Os historiadores franceses Georges Duby e Michelle Perrot realizaram muitas pesquisas e produziram vários livros sobre o assunto, como a História das Mulheres no Ocidente (DUBY e PERROT, 1991), Imagens da mulher (DUBY e PERROT, 1992), As mulheres e a História (DUBY e PERROT, 1995), As Mulheres e o Silêncio da História (PERROT, 2005), Os Excluídos da História (PERROT, 2001) e Mulheres Públicas (PERROT, 1998), só para citar alguns títulos. Mais recentemente, pesquisadores nacionais iniciaram suas investigações a respeito da mulher brasileira, alguns desses trabalhos se encontram reunidos no livro História das Mulheres no Brasil (DEL PRIORE, 2004).

Descobrir o cotidiano da mulher no âmbito da casa é tarefa difícil, como reflete Homem (1996: 41): "A historiografia do século XIX refere-se a ela como pouco mais que ociosa, realizando trabalhos leves, dona de pouca instrução e confinada nos interiores de uma casa de aspecto severo e triste". Não recebia as visitas e não se sentava à mesa com desconhecidos, não saía à rua sozinha e observava os passantes através da rótula. Veríssimo e Bittar (1999: 22) afirmam que, no Brasil colônia, "mais do que a tradição lusitana, impõe-se uma clausura feminina quase muçulmana, restringindo inclusive a área de circulação das mulheres a espaços internos". Esse confinamento está diretamente relacionado às senhoras das classes altas, pois nem todas as mulheres poderiam passar os dias dentro de casa se dedicando apenas às tarefas do lar, aos filhos e ao marido. Brancas pobres, escravas e forras precisavam garantir o sustento da família e transitavam pelas ruas de maior movimento livremente, sem despertar nenhuma estranheza aos passantes, vendendo gêneros alimentícios, como hortaliças, frutas, toucinho e fumo. Essa parte da população tinha como fonte de sobrevivência o comércio ambulante, caracterizado por Dias (1995: 23) como "o comércio mais pobre e menos considerado".

A mulher eleita como objeto de pesquisa é aquela pertencente à classe mais alta, pois é ela a mais reclusa dentre todas as camadas sociais e, portanto, a que possivelmente exerceu maior influência na disposição espacial das residências. Este fato pode ser comprovado pelos romances da época, onde as personagens femininas com vivência limitada ao espaço doméstico pertenciam às classes média ou dominante da sociedade brasileira. As casas das classes abastadas eram um espaço de muitas mulheres, além da senhora da casa, ali também se encontravam representantes de outras camadas sociais, de parentas empobrecidas a escravas que, posteriormente, foram substituídas por trabalhadoras livres. Além disso, são essas residências as primeiras a adotarem as novas

tendências arquitetônicas, pois são os ricos os primeiros a quererem se “reeuropeizar” (FREYRE, 1951).

A classe social abordada neste trabalho, portanto, é a elite que pode ser definida como “o conjunto dos que detêm os índices mais elevados nos ramos de suas atividades, com poder de decisão na política” (HOMEM, 1996: 15). Carvalho (2003: 56) ao analisar a elite brasileira no período do Império a define como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, este conceito também pode ser empregado para a elite da República Velha (1889-1930). A classe dominante do final do século XIX tem sua origem na primeira metade do século, quando os filhos das famílias mais abastadas eram enviados a Portugal para estudar, especialmente, em Coimbra. Essa formação, sobretudo de magistrados, produziu uma elite ideologicamente homogênea. Esse processo se manteve em condições muito semelhantes depois da independência quando os futuros membros da alta sociedade estudavam nas duas escolas de direito nacionais, uma localizada em São Paulo e outra em Recife, onde se formava toda a burocracia do Estado: advogados, deputados, senadores e diplomatas.

A relação entre a mulher e a casa é uma construção cultural e histórica que se iniciou no século XVIII e se tornou uma das características mais importantes da sociedade burguesa do século XIX. Segundo esses princípios, a maternidade deveria ser vista como a realização suprema feminina, sendo o papel de dona-de-casa encarado como essencial para a preservação da família e da sociedade. Dessa forma, o espaço privado passou a ser definido como um lugar essencialmente feminino, como podemos perceber nas palavras de Homem (1996: 25):

É possível dizer que o homem seria o público, (...) e a mulher, o privado, sendo a casa o seu reino por excelência, onde exercia as tarefas conhecidas como prendas domésticas, relativas à solução das necessidades básicas, aliadas à missão de “mãe extremosa” e de “esposa devotada”

A rua significava para o homem, a liberdade, o desconhecido, e para a mulher a perda da virtude. Assim, nada mais natural do que pensar que o espaço habitacional poderia ser planejado em favor da prática dessas “prenda domésticas” e do conforto da mulher que ali passava a maior parte da sua vida. Porém, os limites entre as esferas pública e privada e entre os espaços feminino e masculino são mais fluidos e menos determinados, como mostra Fraisse e Perrot (1991: 347):

Nem todo o público é masculino, nem todo o privado é feminino. As mulheres circulam no espaço público e, através dos salões, a sua casa mantém-se aberta para o exterior. Os homens não estão também ausentes do privado, e os poderes do pai pesam sobre a família.

Apesar de alguns teóricos defenderem a separação dos espaços por gênero, as fronteiras entre o público e o privado e entre o masculino e o feminino são um pouco mais flexíveis. A definição do espaço privado como lugar natural das mulheres é produto da visão de mundo de uma elite masculina do século XIX baseada nos conceitos da medicina higienista, de dogmas religiosos e de questões políticas. Nessa época foram criados os modelos de atuação social feminino e masculino, onde cada um possuía um papel claramente definido dentro da organização da nova sociedade burguesa. Confiava-se à mulher o cuidado com a casa e a família, a felicidade dos filhos e do marido eram sua responsabilidade, ao homem cabia o sustento da estrutura familiar. Como reflexo da separação dos papéis sociais ocorre a divisão dos espaços público e privado por gênero levando ao afastamento do trabalho masculino do espaço doméstico. Isso ocorreu também no interior das residências surgindo cômodos exclusivos para cada sexo e para cada atividade. Porém, no oitocentos, o homem dominou não apenas o espaço público, onde gozava dos direitos políticos, mas também o espaço doméstico onde seu poder ia desde o controle das despesas até a educação dos filhos e as alianças matrimoniais. Dessa forma, a postura do marido como o senhor da casa contrapõe-se à imagem da mulher como “rainha do lar”.

O período adotado para realização da pesquisa é o século XIX, pois, de acordo com Fraisse e Perrot (1991: 09),

esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política. Por isso, será preferível dizer que esse século é o momento histórico em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã.

O recorte temporal estabelecido se encontra entre os anos de 1888 e 1920. Esse intervalo foi escolhido porque, a partir de meados do século XIX, iniciaram-se os movimentos abolicionistas que culminaram na Lei Áurea, em maio de 1888, sendo a escravidão um dos fatores a influenciar diretamente no modo de morar do brasileiro, seu fim e a substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre são de grande importância para se entender os novos rumos da casa brasileira. Além disso, um ano após a Abolição, deu-se a Proclamação da República que modificou o regime político do país provocando transformações sociais que influenciaram os hábitos cotidianos dos brasileiros.

O ano estabelecido como marco final da pesquisa, 1920, remete a um período em que o país entrou em uma nova fase de mudanças econômicas e sociais. Isso ocorreu

porque as nações europeias envolvidas na Primeira Guerra Mundial não poderiam mais fornecer os produtos industrializados consumidos pelos brasileiros, o que forçou a indústria nacional a se modernizar para atender a essa demanda, alterando, assim, alguns padrões de comportamento estabelecidos e até o gosto arquitetônico. Também é nessa década que se iniciam as discussões sobre o desenvolvimento de uma nova arquitetura brasileira que culminou no embate entre o Neocolonialismo e o Modernismo⁶.

O Brasil, na passagem do século XIX para o XX, passou por grandes e profundas transformações em vários setores: econômico, político e social. Essas modificações se deram em decorrência da Abolição da Escravatura, assinada em 1888, da Proclamação da República, ocorrida em 1889 e da adoção dos ideais capitalistas pela sociedade burguesa. Esses fatores influenciaram diretamente no modo de morar do brasileiro, pois foi nesse momento que se consolidou a alteração do programa de necessidades da casa brasileira, diversificando os espaços e não mais se restringindo à distribuição colonial: sala na frente, repouso no meio e serviço nos fundos. Nos primeiros anos da República, o país passou por uma grave crise. Rebeliões eclodiram em vários pontos da nação, como nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia. O primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, sofreu uma tentativa frustrada de assassinato, em 1897. Esse período ficou conhecido como o Encilhamento, marcado pela instabilidade econômica, inflação e especulação que produziu novos ricos. Foi uma época de lucros para os empresários, financistas, especuladores, burocratas e intermediários que tinham acesso a informações privilegiadas (NEEDELL, 1993).

Com o advento da República e o fim da escravidão, houve uma intensificação do programa civilizador iniciado após a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Norbert Elias (1990) afirma que esse processo, no âmbito europeu, estava ligado ao desenvolvimento científico e tecnológico, mas ao mesmo tempo associado ao modo de vida aristocrático que servia como modelo para a burguesia. Para Elias (1990), o conceito de civilização resume todas as características que fazem com que a sociedade ocidental dos últimos três séculos se julgue superior às sociedades mais antigas ou mesmo às contemporâneas consideradas "primitivas". Essa postura pode ser identificada nas críticas dos europeus encontradas nos relatos de suas viagens ao Brasil ao longo do século XIX. No caso brasileiro, o processo civilizador se relacionava diretamente com a urbanização que se opunha à civilização rural. Esse período se caracterizou pela dualidade entre o mundo agrário e o mundo urbano tendo como modelo os países mais desenvolvidos. No Brasil, até então, a população do campo era muito mais numerosa do que a urbana que, em 1890, representava apenas 9,54% do total (SCHWARCZ, 1998: 117). O modo de vida urbano é

⁶ Ver SEGAWA, 1999 e BRUAND, 2002.

definido por Homem (1996: 16) como um “conjunto de atividades e facilidades proporcionadas pelos serviços e instituições próprios dos aglomerados gigantescos em que vive o homem moderno”. É no final do século XIX que, no Brasil, vão se formar esses “aglomerados gigantescos”, proporcionando uma mudança de mentalidade juntamente com a queda do patriarcado rural, que entrou em decadência com o fim da escravidão.

O processo de transformação da sociedade brasileira manteve no poder a antiga elite rural, agora sob uma versão republicana e capitalista que não queria ser identificada com a antiga aristocracia colonial do país criando, assim, uma necessidade de modificação da imagem tanto da nova capital republicana, quanto da própria elite. O Rio de Janeiro, nesse momento como Capital Federal, passou por um surto de crescimento industrial, além de ser o principal porto do país e o maior centro populacional do Brasil. Por isso, foi escolhido pelas elites dirigentes, nas palavras Magaldi (1990: 28), “como cenário privilegiado da modernidade que se instaurava, paradigma do progresso nacional, vitrine de um país que, aos olhos das classes dominantes da época, ‘civilizava-se’ afinal”. O processo de modernização da capital foi marcado pelas reformas empreendidas pelo então presidente Rodrigues Alves e pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1902 a 1906). O projeto demonstrou uma intensa preocupação com a imagem da cidade que deveria vencer o conflito entre uma estrutura formada no período colonial e as necessidades da época. Assim, a capital foi reformada, principalmente em sua área central, com vistas a se tornar uma verdadeira cidade “moderna” e civilizada, ou seja, se adequando ao modelo europeu, particularmente o francês, tanto no espaço urbano quanto nos hábitos cotidianos. A reforma fazia parte do processo civilizador urbano que no Brasil se iniciou no século XIX e se opôs à civilização rural de tradição colonial, baseada no latifúndio, na mão de obra escrava e na autoridade patriarcal.

A passagem do trabalho doméstico escravo para o livre, a adoção de um modo de vida capitalista e as transformações no papel social da mulher, que é um importante agente transformador do espaço residencial, contribuíram com as modificações do espaço residencial e têm como consequência a criação de ambientes, novas distribuições espaciais e a necessidade de uma nova concepção de casa. Assim, as residências brasileiras passaram por grandes mudanças para se adaptarem ao novo contexto social e às novas necessidades dos gêneros no final do século XIX e início do século XX. Dentro desse processo, houve uma alteração dos programas de necessidades das casas da elite, uma consequência da sobreposição do processo civilizador urbano à civilização rural que prevaleceu até a Abolição. O programa de necessidades, que de acordo com as análises de Homem (1996: 14) se define como “as expectativas dos moradores, assim como todas as atividades que se desenvolvem na habitação”, era, até então, bem simples e constituído,

geralmente, por uma sala na frente, alcovas no meio e sala de jantar ou íntima nos fundos antes da cozinha e dos serviços. A transformação dos hábitos sociais implicou na ampliação desse programa que se pautava nas práticas e comportamentos da aristocracia e da burguesia europeias. Assim, surgiram variadas salas para diversos fins e a diferenciação de cômodos para cada gênero. Entretanto, anterior à alteração espacial ocorre uma transformação no modo de vida, que é independente do espaço, ou seja, primeiro o modo de vida se modifica, depois o espaço se adapta a ele (HOMEM, 1996).

A urbanização e a adoção de práticas sociais típicas da burguesia europeia modificaram o cotidiano do brasileiro. Para Pierre Bourdieu (2004), o *habitus* é o gerador das práticas e representações e também o resultado da assimilação consciente ou inconsciente das estratégias, sendo que as educacionais são as mais importantes, pois vêm da família e de sua posição social, pedagógica, econômica, profissional, matrimonial, etc. O *habitus* seria o responsável pela pessoa social com todas as marcas de sua posição social.

Segundo Carvalho (2000), a habitação moderna nasceu na Europa no final do século XVIII, momento em que ocorreu uma modificação na distribuição interna dos espaços. As três áreas: íntima, social e de serviços, passaram a ser independentes, mas integradas por meio de uma rede de cômodos e distribuídas de acordo com um rígido ritual social e em conformidade com as regras de conforto, higiene e salubridade. A grande mansão burguesa só se definiu no Brasil após a Proclamação da República, com a instituição da higiene pública e a separação dos papéis social masculino e feminino dentro do processo civilizador (HOMEM, 1996). Essas residências deixaram de ser ampliações das menores e perdeu-se a uniformidade das plantas, surgindo novos usos domésticos, banheiros com água corrente, assoalhos encerados, tapetes e móveis finos.

O conceito de privacidade surgiu juntamente com a constituição dos papéis sociais como resultado do individualismo burguês que propiciou uma revalorização do espaço privado e, conseqüentemente, da família tipicamente burguesa e suas noções de intimidade (GONÇALVES, 2006). A mulher se tornou então, um importante agente divulgador desses valores, pois era através dela que se propagavam os conceitos de civilização tão caros à sociedade burguesa. Conforto, privacidade, intimidade, domesticidade, são conceitos que estão diretamente ligados aos espaços residenciais. O verbo privar significa domar, domesticar. O adjetivo privado está relacionado à ideia de familiaridade, de família, casa, interior. O privado se opõe ao público e essa oposição entre vida privada e vida pública é uma questão de poder, de lugar. A área da vida privada é o espaço doméstico, mas a noção de vida privada é relativa, pois existem vários graus de reclusão. Duby (2009: 22) define a vida privada da seguinte forma: “A vida privada é

portanto vida de família, não individual, mas de convívio, e fundada na confiança mútua.” Foi no século XIX que a privacidade se tornou uma das funções mais importantes da casa.

Na língua portuguesa, o termo privado é sinônimo de particular, vida privada ou vida particular. A privacidade está relacionada ao conjunto de ações que devem ocorrer nos espaços reservados, como o convívio com a família, as relações sexuais, a satisfação das necessidades fisiológicas, a religiosidade, etc. A distinção entre vida privada e vida pública não tem o mesmo sentido em todos os meios sociais. Para a burguesia os domínios do privado são mais bem delimitados que para os camponeses ou operários. As condições de vida das camadas mais baixas da sociedade não permitiam que ela escondesse de olhares estranhos alguns momentos de sua vida íntima. A privacidade não deve ser vista como algo “natural”, intrínseco à natureza humana, ou como um conceito imutável, ela se modifica ao longo da história de acordo com as características de cada sociedade, como explica Prost (2009: 14):

A vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública, e sua história é, em primeiro lugar, a história de sua definição.

Vida privada e vida cotidiana devem ser entendidas com o mesmo significado, pois, como afirma Alencastro (2008a: 08), “não há por que separar os dois gêneros de história, na medida em que ‘cotidiano’ refira-se à intimidade, aos modos de vida, ao dia-a-dia da existência privada, familiar, pública, às formas de transmissão dos costumes e dos comportamentos”.

Habermas (1984: 13) alega que o uso dos termos “público” e “esfera pública” indiscriminadamente mostram que eles possuem vários significados. O mesmo autor afirma que as categorias “público” e “privado” são de origem grega e nos foram transmitidas pelos romanos. Para os gregos, a esfera privada está ligada à casa, é “o reino da necessidade e da transitoriedade” e a esfera pública, onde ocorrem as conversações e onde as virtudes e o conhecimento aparecem, seria “um reino da liberdade e da continuidade”. Entretanto, apesar desse entendimento das esferas como opostas, elas, ao mesmo tempo, se completam. A participação na vida pública só é permitida aos possuidores de uma “autonomia privada como senhores da casa”. Assim, a posição do cidadão no espaço público baseia-se em sua postura como “déspota doméstico” (HABERMAS, 1984: 16).

O conforto, outro conceito intimamente ligado ao espaço doméstico, mudou bastante ao longo da história da civilização. Apesar de o corpo humano não ter sofrido nenhum tipo de alteração nos últimos séculos, a noção de conforto e de bem-estar se

alterou à medida que hábitos e costumes sociais se modificavam. No âmbito da sensibilidade humana, ele não pode ser considerado simplesmente como uma experiência subjetiva de satisfação, pois em determinadas épocas existe um consenso do que é confortável ou não. Mesmo sendo uma vivência pessoal, o conforto é julgado segundo normas mais amplas e coletivas. Se existem regras, então se pode considerá-lo uma experiência objetiva, mas a definição de critérios objetivos para reconhecer um ambiente confortável é complexa e contraditória, pois o conforto tanto é objetivo, quanto subjetivo, é simples e complexo. É fácil identificar quando se sente conforto, mas nem sempre se sabe explicar a causa dessa sensação. É mais fácil definir o desconforto, pois o alcance do conforto se encontra entre os limites do desconforto (RYBCZYNSKI, 2002).

A princípio, a palavra “confortável” não se referia ao prazer e à satisfação. Ela se originou da raiz latina *confortare* que significa fortalecer ou consolar. Esse termo adquiriu outros sentidos, na Inglaterra, no século XVI, *comforter* era o cúmplice de um crime. Mais tarde, a noção de apoio começou a ser aplicada onde se pudesse determinar uma quantidade de satisfação, tanto para pessoas como para coisas. Confortável, então, passou a significar, tolerável ou suficiente, podendo-se falar de uma cama com dimensões confortáveis, mas não em uma cama confortável (RYBCZYNSKI, 2002).

Ao longo da História, as casas sofreram todo tipo de mudança para se adequar às novas necessidades advindas das transformações na compreensão do que seria conforto e privacidade. Algumas modificações atuaram de forma direta como a introdução da luz e do aquecimento interno e a alteração do *design* do mobiliário; mas também surgiram outras mais sutis como a forma de usar os cômodos e o grau de privacidade que eles oferecem. A partir do momento em que a noção de privacidade foi introduzida, a mulher se tornou responsável por definir o conforto. Assim como a privacidade, as noções de domesticidade e de eficiência doméstica também são uma consequência de um lento processo de valorização do papel feminino na sociedade. Nas palavras de Gonçalves (2006: 19), “as revoluções, ao instaurarem uma esfera pública de poder separada do privado, reservaram o exercício desse poder aos homens, destinando o espaço privado às mulheres”. O conceito de conforto se desenvolveu depois da Revolução Francesa, transformando os espaços habitacionais. Nesse momento, se acentuaram as definições das esferas pública e privada através da valorização da família e da diferenciação dos papéis de cada sexo, criando uma oposição entre o homem político e a mulher doméstica.

No século XVII, conforto significava privacidade, o que levou à intimidade e à domesticidade. No século XVIII, estava ligado ao lazer e ao bem-estar físico e adquiriu o significado de prazer. Na Inglaterra, o termo passou a ser utilizado ao se referir à satisfação térmica. É deste século o primeiro documento escrito em que *confort* significasse

comodidade doméstica. No século seguinte passou a ser relacionado aos novos equipamentos e às novas tecnologias, como a luz, o aquecimento e a ventilação. No século passado, século XX, a eficiência e a conveniência eram características de conforto. Essas noções foram se modificando por diversos fatores, como os sociais e os econômicos, e não podem ser vinculadas apenas aos avanços tecnológicos.

No período em que esta pesquisa se enquadra, a linguagem arquitetônica mais utilizada era o Eclétismo que, dentro da historiografia da arquitetura, corresponde a um momento da história nacional que carrega certa conotação negativa. A ponto de Carvalho (2000), em seu livro sobre Ramos de Azevedo, importante arquiteto paulista do final do século XIX, não utilizar o termo "eclética" para se referir a sua arquitetura a fim de poupá-la dos preconceitos que prejudicariam uma análise mais aprofundada. Esse quadro é fruto dos ideais disseminados no início do século XX quando a arquitetura eclética era considerada como cenário ou cópia de estilos históricos característicos da tradição arquitetônica europeia, gerando análises superficiais onde a correlação entre arquitetura e sociedade não é desenvolvida. Ricci (2004) identifica essa postura através da falta de trabalhos que analisem as concepções espaciais de arquiteturas ecléticas, sendo elas geralmente avaliadas apenas pelas imagens de suas fachadas. A autora afirma que “Desta forma, chega-se a uma análise parcial - e equivocada - do objeto, uma vez que, além de não estabelecer o lugar ocupado pela produção arquitetônica no sistema cultural geral, desconhece-se por completo como se constitui o objeto arquitetônico” (RICCI, 2004: 09).

A crítica ao Eclétismo na arquitetura nasceu no momento em que se instituiu o ideal de patrimônio no Brasil, juntamente com o Movimento Moderno, o qual repudiava o padrão estético da *École des Beaux-Arts*. Em um primeiro momento, a defesa do patrimônio brasileiro e da identidade da arquitetura nacional encontrou seu objeto na produção do período colonial, considerada pelos modernos como autêntica expressão da arquitetura brasileira. Os intelectuais e os profissionais que, nas primeiras décadas do século XX, trabalhavam com o patrimônio, estavam alinhados com o pensamento modernista e defendiam a reelaboração do que seria a tradição cultural brasileira, retirando desse contexto tudo o que fosse considerado cópia (FONSECA, 1997). A prioridade de tombamento da paisagem colonial justificava-se segundo os técnicos do patrimônio por sua destruição em decorrência do processo de urbanização e pela falta de interesse dos brasileiros em virtude da identificação dos objetos coloniais com o passado primitivo do país, o qual deveria ser substituído pelas culturas mais “avançadas” como a francesa e a inglesa. Dentre os bens tombados, muitos são exemplos de arquitetura religiosa, esse fato se justificava pela tradição portuguesa de se construir muitas igrejas, pela importância das mesmas dentro da cultura brasileira e sua conseqüente qualidade arquitetônica e artística.

A experiência do Eclesitismo no âmbito nacional foi vista por gerações como reproduções de estilos arquitetônicos inseridos no passado europeu. Entretanto, essa arquitetura, juntamente com outros fatores históricos, tem grande importância para a compreensão da organização social da passagem do século XIX para o XX. É através dessa linguagem arquitetônica que a sociedade que estava sendo criada nesse período concretizou seus ideais de modernidade e civilização. As manifestações arquitetônicas são formas de expressão da sociedade e o Eclesitismo e suas representações foram um dos símbolos do regime republicano nascente no Brasil.

As casas das classes privilegiadas desse período seguiam os conceitos estéticos do Eclesitismo. A adoção deste se adequava a ideologia da época de tentar “civilizar” os hábitos da população e servir de representação a uma nova fase na história do país. Essa tentativa de implantação de um novo padrão de civilização no Brasil se iniciou com a reforma de Pereira Passos, transformando o Rio de Janeiro em palco de mudanças não apenas físicas, mas também de hábitos e costumes. As mansões burguesas eram o cartão de visitas de seus moradores, uma forma de demonstrar publicamente êxito econômico, gosto pessoal e preferências culturais. Representação da individualidade do proprietário, que passou a ter valor por si mesmo e não por títulos de nobreza herdados, era um símbolo de *status* para o homem e sua família.

Em seu livro *O Palacete Paulistano, Homem* (1996) estuda as moradias da elite cafeeira em São Paulo, comumente denominadas de palacetes, que se constituem como as primeiras casas de luxo da capital paulista e se tornaram difusores da civilização urbana. Este termo é um diminutivo irregular de palácio, residência urbana, vasta e suntuosa de príncipes, nobres e chefes de Estado, ou mesmo prédio que abriga setores do poder público. Nessas habitações se reproduziu a implantação e a distribuição da casa francesa, com a construção afastada dos limites do terreno e circulação a partir do vestibulo. O conceito de palacete desenvolvido pela autora a partir do estudo de várias plantas de casas paulistanas também pode ser empregado para definir as residências da classe abastada carioca. Para a autora, o palacete se caracteriza como:

tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos. Internamente, sua distribuição era feita a partir do vestibulo ou de um *hall* com escada social, resultando na divisão da casa em três grandes zonas: estar, serviços e repouso. (HOMEM, 1996: 14)

O objeto de estudo dessa pesquisa são as casas dos setores privilegiados da sociedade carioca do final do século XIX e início do século XX. Elas se instituem como um meio para se entender a sociedade que estava se construindo então e, principalmente, para

definir a importância do papel da mulher pertencente a classe alta dentro dessa sociedade republicana e sua contribuição para o desenvolvimento do conceito de morar no Brasil. As casas selecionadas se localizam predominantemente no bairro de Botafogo, conhecido como um bairro aristocrático da cidade do Rio de Janeiro, o preferido por quase todos os que possuíam recursos, principalmente a partir de 1880, quando se tornou o principal local de residência da aristocracia estrangeira residente no país, dos burocratas brasileiros, de capitalistas, titulares, etc. (ABREU, 1988). O seguinte texto publicado no periódico A Rua do Ouvidor, em 1898, descreve a forma como o bairro era considerado então:

Botafogo é o bairro aristocrático por excelência. Ali é que há ostentação de luxo, ali é que a moda se revela em todo o seu fulgor pelas *toilettes* das gentis e elegantes senhoras e senhoritas e pelo trajar irrepreensível de velhos, mancebos e crianças; ali é que as noites correm ligeiras, passadas em reuniões íntimas, mas esplendorosas e convidativas; ali é que se goza do panorama sem igual da bela enseada (...) ali é que a natureza se revela pujante, cheia de grandeza harmoniosa, imponente, inexcelável! (...) Oh! Botafogo é o paraíso do Rio de Janeiro (ANÔNIMO *apud* NEEDELL, 1993: 82).

Considerando esses fatores observa-se que o espaço doméstico se modificou nesse período, tanto por conjunturas sociais, quanto econômicas. O novo modo de vida surgido no final do século XIX, trás com ele novas necessidades que requerem um programa residencial mais adequado à nascente sociedade burguesa brasileira. A reconstituição do modo de vida desta classe social e suas práticas privadas do dia-a-dia são realizadas através do estudo das casas das famílias cariocas privilegiadas, seus usos e apropriações, escolhas e distribuição espacial dos ambientes.

A análise das plantas arquitetônicas e do estudo da alta sociedade, seus hábitos e etiqueta, enfocando no papel feminino e sua relação com o homem e a criança, demais participantes da instituição familiar, permite identificar os usos dos espaços domésticos por seus moradores e, assim, definir os papéis formais e informais desempenhados pelos membros das famílias. O levantamento das modificações do programa de necessidades e sua comparação com o utilizado anteriormente, possibilita a indicação dos ambientes que permaneceram e aqueles que foram criados pelas novas necessidades sociais, identificando as modificações ou permanências de tradições e costumes brasileiros.

O objetivo final desta pesquisa é traçar um paralelo entre as transformações ocorridas dentro da estrutura social no Rio de Janeiro, com enfoque no papel social feminino, e as modificações na forma de morar, na distribuição dos espaços e na aparência das residências. Ao encontrar essa mulher pertencente à elite carioca, transformada em “rainha do lar” pela literatura, religião, política e ciência, nas grandes casas burguesas do *fin de siècle* no Rio de Janeiro, e investigar sua influência na concepção dos espaços

domésticos e do conceito de morar, torna-se possível a identificação dos pontos que reforçam a hipótese apresentada de que a mulher deve ser considerada um agente transformador do espaço residencial.

O levantamento bibliográfico para a realização da tese proposta foi dividido em, basicamente, duas linhas. A primeira, através da busca por livros, revistas, periódicos, artigos e teses que tratem da arquitetura brasileira e suas transformações no século XIX e início do século XX, com enfoque na arquitetura residencial na cidade do Rio de Janeiro. A segunda parte está relacionada à investigação sobre o papel da mulher dentro da sociedade carioca e se fixará em uma busca por referências a respeito desse assunto no período histórico escolhido. O material bibliográfico está dividido em: livros, periódicos, pesquisas, artigos, podendo ser tanto fontes primárias quanto secundárias e referências iconográficas, como pinturas e desenhos que representem a época histórica pesquisada e projetos de edificações residenciais.

A história oficial é uma história protagonizada pelo gênero masculino, de feitos heroicos e de fatos importantes para a política nacional, mas a história da mulher é, quase sempre, a do cotidiano, do convívio doméstico, das práticas femininas, das suas intimidades. Principalmente, porque o objetivo desta pesquisa não está na história de heroínas e mártires, mas de mães, esposas e donas de casa, e sua relação com o espaço residencial. Ao realizar um estudo que se proponha analisar o papel da mulher na sociedade é preciso levantar documentos que mostrem a intimidade da vida privada, o cotidiano e o convívio doméstico da sociedade em questão. As sensibilidades são meios que os indivíduos ou grupos se utilizam para serem percebidos, assim a sensibilidade participa do processo de representação do mundo e se torna um objeto a ser identificado pelo historiador da cultura. Mas, para o pesquisador resgatar as emoções é preciso que elas sejam materializadas, registradas de alguma forma, como indica Pesavento (2003: 58), "Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído".

Os relatos redigidos por viajantes, geralmente europeus, são fontes importantes de informação sobre o dia a dia e os costumes dos brasileiros de então. Os hábitos domésticos são de difícil investigação por serem mantidos escondidos e tratados com grande discrição. Por isso, segundo Leite (2001: 54), "a literatura de viagem constitui uma fonte privilegiada para recuperar este aspecto da vida social: ela não compartilha o desejo de discrição". Através dela, podemos avaliar os hábitos e as apropriações dos espaços, tanto público, quanto privado. Entretanto, deve-se sempre levar em consideração uma possível interpretação pessoal do autor.

A literatura de viagem possui algumas características que podem transformá-la em uma primeira etapa promissora, são elas: o caráter unitário e global dos livros, os autores serem estrangeiros e sua condição de fonte primária (LEITE, 1984). Em relação à primeira característica, os relatos são baseados em experiências do dia-a-dia, da observação única de cada autor que trata tanto das relações sociais, como da aparência das pessoas, da natureza, do trabalho, entre outros assuntos. O estrangeiro tem uma percepção mais aguçada da realidade social local do que os próprios habitantes, por não estar comprometido, ou mesmo, por não ter conhecimento sobre a história nacional. O que proporciona certa importância à documentação produzida por esses viajantes. Além disso, os livros de viagem são relatos, depoimentos de situações vivenciadas pelo autor, o que lhe confere um caráter de fonte primária.

Os cronistas do século XIX fizeram muitas observações coerentes, mas em certo tom de reprovação. Os europeus que por aqui passaram classificavam os costumes que se diferenciavam dos seus como selvagens ou pouco civilizados. A condenação das moradias tradicionais consideradas simples, com conforto básico e sem requintes decorativos, e das condições de higiene das cidades brasileiras era decorrente das críticas à qualidade de vida urbana desenvolvidas na Europa após a Revolução Industrial.

Ao se considerar esses relatos é preciso levar em consideração algumas contradições que eles apresentam. Como, por exemplo, a descrição das donas-de-casa brasileiras, que podem ser apresentadas como preguiçosas e cruéis, como na descrição de Gendrin *apud* Leite (1984: 43), de 1817, “Quanto às mulheres do Brasil, elas são de uma preguiça que ultrapassa toda imaginação; (...) passam o tempo acoradas em esteiras, de onde não se levantam para procurar coisa alguma”. E também como mulheres dinâmicas, segundo relato de Toussaint-Samson *apud* Leite (1984: 44):

põe o maior empenho em não ser vista nunca em ocupação qualquer. Entretanto, quem for admitido à intimidade, achá-la-á pela manhã de tamancas, sem meias, com um penteador de cassa por vestido, presidindo a fabricação de doces, cocada, arrumando-os nos tabuleiros de pretos e pretas, que os levam a vender pela cidade. (...) Logo que estes saem, as senhoras dão tarefa de costuras às mulatas.

Essas contradições podem ser atribuídas à dificuldade de contato mais íntimo entre os estrangeiros e as famílias brasileiras ou simplesmente porque o primeiro comentário foi escrito por um homem e o segundo por uma mulher, que pode ter sido mais observadora de seu próprio gênero, enquanto o homem, especialmente o estrangeiro, tinha mais dificuldades em adentrar o mundo doméstico. O Conde de Suzannet *apud* Leite (1984: 43) ratifica essa dificuldade: “Só em circunstâncias especiais o estrangeiro é recebido por brasileiros, sendo assim difícil estudar-lhes a vida privada: tudo se resume numa recepção

cerimoniosa”. O viajante ainda afirma que no interior é possível passar semanas hospedado em casa de família e não conhecer nem a mulher, nem as filhas do dono da casa.

Os diários escolhidos para serem empregados neste trabalho devem atender a dois requisitos, terem sido produtos de viagens ao Brasil durante o século XIX e apresentarem documentação relacionada à mulher e à vida doméstica no Rio de Janeiro. O livro de Miriam Moreira Leite (1984), *A Condição Feminina no Rio de Janeiro*, fornece uma lista de estrangeiros que passaram pelo Brasil e serve como referência para definição dos viajantes utilizados.

Uma questão importante para a História Cultural é o uso da Literatura na pesquisa. Nesse processo, a História propõe as questões e a Literatura funciona como fonte de informação (PESAVENTO, 2003). Portanto, a Literatura pode ser encarada como fonte histórica, apesar de seu caráter ficcional, Magaldi (1990: 06) afirma que os livros “são também produtos historicizados, socialmente localizados. Produtos ao mesmo tempo artísticos e sociais”. Entretanto, se o historiador pretende saber como aconteceu determinado fato ou uma descrição fiel de algum personagem real, a Literatura não se presta como fonte. Ela permite a compreensão do clima de um período histórico, da forma como as pessoas viam o mundo e a si mesmas, de seus valores, preconceitos, medos e sonhos. Pesavento (1999: 13) acredita que

a literatura não pode ser entendida como uma “fonte a mais”, mas justamente como a fonte que pode dar aquele “algo a mais” que os documentos comumente usados pela história não fornecem. Referimo-nos ao que se poderia chamar as sensibilidades ou a “sintonia fina” de uma época, as características essenciais que estariam na raiz dos modos de pensar, sentir, agir e, sobretudo, de representar o mundo.

A literatura nacional contribui para a investigação da sociedade brasileira, fornecendo informações importantes sobre as relações familiares, a apropriação do espaço doméstico e os costumes sociais. Os interiores das casas concentram o mundo feminino nos romances, sendo considerado por Magaldi (1990: 78) o “cenário privilegiado para a observação das imagens de mulher”. Existem várias modalidades de escrita que podem ser utilizadas pelo historiador. No texto literário que aborda o seu tempo, como é o caso da produção de Machado de Assis, é possível resgatar, segundo Pesavento (2003: 83), “as sensibilidades, as razões e os sentimentos de uma época, traduzidos esteticamente em narrativa pelo autor”.

Com relação à obra de Machado de Assis, Magaldi (1990: 35) afirma que “o sentido de que se revestiu o clima reinante então (século XIX) não foi expresso por ninguém de forma tão sutil e precisa quanto por Machado de Assis”. Por este motivo, seus romances constituem uma das bases para a pesquisa literária e também por se encontrarem dentro do

período histórico a ser estudado. A produção machadiana é ampla e inclui poemas, contos, peças teatrais e romances. Apenas o último estilo literário será utilizado, pois a tradução do cotidiano e sua dimensão privada, que são o foco de interesse desta pesquisa, aparecem especialmente nos romances. O autor possui nove livros de romance publicados que abarcam o período desde 1872 até 1908, são eles: Ressurreição (1872), A mãe a luva (1874), Helena (1876), Iaiá Garcia (1878), Memórias póstumas de Brás Cubas (1881), Quincas Borba (1891), Dom Casmurro (1899), Esaú e Jacó (1904) e Memorial de Aires (1908). Apesar de sua aplicação como fonte histórica, os romances não são uma cópia da realidade, mas uma tradução do cotidiano, pois os autores se utilizam os acontecimentos sociais como referências fundamentais para suas obras.

Outro estilo literário a ser empregado são as crônicas. A crônica é o gênero literário de registro e expressão da cidade por excelência. No século XIX, a crônica encontrou nos jornais seu veículo de difusão num momento em que os meios de comunicação e o aumento da velocidade das notícias davam à vida urbana a característica do consumo rápido de novidades. O autor Paulo Barreto, sob o pseudônimo João do Rio, foi um dos mais famosos jornalistas do início do século XX. Os jornais foram o principal veículo de divulgação de seu trabalho, que se iniciou em 1903 e terminou com sua morte prematura em 1921. Seus textos retratam as modificações pelas quais passava a cidade e a sociedade carioca ao abandonar as velhas tradições e ingressar na modernidade (RODRIGUES, 2006). A diferença entre a crônica e o romance é explicitada por Pesavento (1999: 181), “redigida para informar, chamar a atenção do leitor para detalhes da cotidianidade ou grandes eventos, a crônica aspira a ser comentada, mas não tem a força de permanência de um romance ou conto”.

Com relação às fontes primárias, são utilizados nesta pesquisa os inventários *post-mortem*, anúncios de jornal e projetos arquitetônicos. Os inventários foram pesquisados no Arquivo Nacional e no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Neles podem ser encontrados dados como a localização do imóvel, as medidas dos lotes, a técnica construtiva, divisão interna, valor e estado de conservação, mobiliário e objetos de uso cotidiano. Porém, nem todos os processos encontrados estão completos e alguns possuem trechos ilegíveis, além disso, não há registro da data de construção, mas apenas de quando os imóveis foram inventariados. A grande maioria apresenta apenas uma informação, detalhamento do imóvel, lista do mobiliário e equipamentos domésticos ou as ações, dinheiro e apólices deixadas de herança pelo inventariado. Não foram encontrados inventários completos constando de descrição de imóvel e detalhamento do mobiliário e objetos encontrados na casa. Os nomes a serem pesquisados foram escolhidos, a princípio, a partir de uma seleção realizada entre as famílias mais abastadas residentes em Botafogo

no final do século XIX. Posteriormente, por conta do reduzido número de documentos encontrados, o elenco de sobrenomes foi ampliado englobando grupos procedentes de outros bairros da Zona Sul carioca.

Os jornais também são fontes de informação sobre as construções de época. Através dos anúncios de venda e de aluguel de imóveis é possível perceber quais características das edificações residenciais a sociedade de determinado período considera mais valorizadas e, conseqüentemente, quais seriam essenciais para uma “boa vivenda”. As qualidades que perdem seu prestígio com o passar do tempo, graças às transformações dos conceitos de conforto, adequação e modernidade, também são detectadas nos anúncios. O Jornal do Comércio, disponível para pesquisa na Biblioteca Nacional, foi escolhido como fonte por ser o mais antigo, tendo sido publicado desde 1827, e o mais respeitado do país no século XIX.

Para se reconstituir a história da arquitetura é preciso buscar outras fontes que não exclusivamente as bibliográficas. Uma delas são os próprios edifícios da época ainda existentes, porém esses nem sempre se encontram completamente originais, sendo preciso identificar as intervenções posteriores. Outra questão com relação a utilização de antigas construções como fonte, é o número reduzido de exemplares que se pode encontrar, dificultando a generalização de algumas afirmações. O limitado acesso a essas edificações quando de propriedade particular também geram restrições ou mesmo impossibilidades de realizar um levantamento mais detalhado.

Além das referências bibliográficas, as referências iconográficas possuem grande importância para a elaboração da pesquisa. Incluindo nessa categoria os projetos arquitetônicos que servem como material de análise para o levantamento dos espaços existentes nas residências, os desenhos, as pinturas e as fotografias. Esses desenhos contribuem para um melhor entendimento das relações sociais, das aparências das arquiteturas e da utilização dos espaços privados e públicos. Leite (2001: 55) afirma que suas representações “cumprem uma função de documentação histórica reforçada pelo fato de que, ademais, transmitem o conteúdo simbólico de algumas situações sociais pouco claras”. Entretanto, essas imagens representadas não podem ser encaradas como verdade absoluta, mas como uma interpretação de uma realidade pelo artista. A análise de quadros que representem os interiores das moradias ajudam na investigação sobre as apropriações dos espaços domésticos, dos papéis sociais feminino e masculino dentro das residências, seu mobiliário e decoração. Os projetos arquitetônicos utilizados nessa pesquisa foram levantados durante quatro meses de pesquisa. A maioria das casas selecionadas se localiza no bairro de Botafogo, escolhido como local de pesquisa por ter sido uma das regiões preferidas para moradia da classe alta no final do século XIX. As exceções se referem a

exemplares ainda existentes ou muito representativos da tipologia estudada em outros bairros como Flamengo e Laranjeiras.

A tese se encontra dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo são apresentados os conceitos de privacidade e conforto com ênfase na participação da mulher em seu desenvolvimento, a partir do século XVI até o início do século XX na Europa, dando destaque para o período posterior à Revolução Francesa. Esse recorte foi escolhido porque a casa moderna surgiu no século XVIII, quando as habitações das classes privilegiadas conquistaram mais conforto e privacidade proporcionados pela separação rígida entre os três setores: social, íntimo e de serviço⁷. Porém, para se entender como a casa do século XVIII se modificou foi necessário um pequeno recuo na história até o final da Idade Média quando se iniciou esse processo. A participação feminina no desenvolvimento dos conceitos relacionados à moradia se encontra destacada em texto dedicado exclusivamente à relevante contribuição das pesquisas desenvolvidas pelas "engenheiras domésticas" nos Estados Unidos. O desenvolvimento dos conceitos de conforto e privacidade e a participação da mulher em sua formação no Brasil têm lugar nesse capítulo. O período histórico abordado se inicia com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808 e se estende até o ano de 1920. O retorno ao início do século XIX foi determinado pelo fato de o programa civilizador no Brasil, que culminou com a reforma da cidade do Rio de Janeiro no princípio do século XX e na adoção dos costumes franceses de forma indiscriminada pela alta sociedade carioca, ter sido iniciado por D. João VI e por D. Pedro I (PEIXOTO, 2000).

O capítulo 3 aborda o contexto social, cultural, econômico e político da cidade do Rio de Janeiro, através de questões relativas à mudança na forma de governo, de Monarquia para República, e do fim da escravidão. Por se tratar de um trabalho que enfoca a mulher pertencente às camadas privilegiadas da sociedade carioca foi preciso pesquisar quais grupos faziam parte da elite do Rio de Janeiro durante a Primeira República, quais camadas sociais formavam esse grupo, seus hábitos de consumo e práticas sociais. A compreensão proporcionada pelo conhecimento de como viviam, pelo que ansiavam, quais eram seus modelos de comportamento, etc., contribuiu para o entendimento da forma de pensar pertinente a essa classe, de como viviam em suas residências e das práticas sociais formais e informais características da época. O desejo da elite de adquirir os modos e os hábitos tipicamente franceses contribuiu para a realização da grande reforma por que passou a capital federal no início do século XX, adequando a cidade aos ideais de modernização e civilização pregados pelo governo, pelas elites e pela medicina higienista. O Rio de Janeiro nesse momento foi remodelado para adquirir feições de uma capital

⁷ Ver HOMEM, 1996 e CARVALHO, 2000.

cosmopolita, imagem do novo governo republicano e da nova elite capitalista e urbana. Nesse processo, a forma de morar foi alterada, com a adoção dos conceitos de habitação higiênica e dos hábitos e costumes europeus. A construção das residências também se modificou em consequência da entrada no país de novos materiais de construção e de profissionais estrangeiros qualificados. As casas de chácaras são apresentadas por sua anterioridade ao palacete burguês e sua correlação com este, por ter servido de moradia às classes privilegiadas e, de certa forma, introduzirem algumas modificações que se tornaram características das casas da elite do final do século XIX, como a implantação em centro de terreno, os jardins e os muitos cômodos. A valorização das regiões próximas ao mar como local de moradia influenciou na expansão urbana e transformou os bairros litorâneos nos preferidos pelas famílias abastadas da cidade, especialmente o bairro de Botafogo, que passou a ser ocupado por mansões e palacetes com seus amplos e bem cuidados jardins.

O último capítulo tem como objetivo estudar as transformações do espaço residencial na passagem do século XIX para o século XX na cidade do Rio de Janeiro, relacionando as transformações sociais com as modificações ocorridas na distribuição espacial das residências. A adoção da linguagem eclética nessas construções implicou em uma breve reflexão sobre o surgimento do ecletismo na Europa e sua transposição para o Brasil. Por não ser intenção da pesquisa se aprofundar no debate sobre os movimentos arquitetônicos, a descrição do desenvolvimento da arquitetura eclética se apresenta sucinta e objetiva. As casas abordadas no estudo são as pertencentes às famílias privilegiadas da sociedade carioca residentes, principalmente, no bairro de Botafogo. A pesquisa sobre os projetos arquitetônicos dos palacetes foi realizada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde se encontram os processos de aprovação de projetos na cidade até a década de 1930. O processo se iniciou com a verificação de todos os pedidos de aprovação para construções residenciais no período entre 1888 e 1920, em ruas localizadas no bairro de Botafogo. Aos poucos, foi se expandido para algumas ruas limítrofes com outros bairros, como o Flamengo ou vias onde poderiam ser encontrados exemplares de relevância, como algumas ruas do bairro de Laranjeiras. Aproximadamente mil projetos arquitetônicos foram avaliados, desse total, mais de cem se encontram catalogados em fichas com informações básicas como endereço, proprietário, construtor ou arquiteto responsável pela obra, implantação, afastamentos, tipologia entre outras. A seleção dos projetos arquitetônicos seguiu os critérios estabelecidos por Homem (1996) que definem a casa burguesa da classe alta do período: afastamento frontal e/ou lateral, porão alto, na maioria dos casos habitável, jardim, setor social com vários ambientes, distribuição à francesa, através de vestíbulo, nomes de cômodos em francês, como *boudoir*, *fumoir*, *toilette*, preferencialmente com mais de um pavimento e fachadas que demonstram apuro estilístico dentro dos preceitos do

Ecletismo. Entre as casas catalogadas, aproximadamente vinte possuem todas as características que definem um palacete burguês e servem como exemplos para as análises realizadas com base nos conceitos e informações apresentados nos capítulos anteriores.



CAPÍTULO 2

.....
O desenvolvimento dos conceitos de conforto e privacidade
nos espaços residenciais

2.1 - Europa, séculos XVI, XVII e XVIII: formação dos conceitos de privacidade e conforto.

Para se entender os limites do domínio do privado nos séculos XVI, XVII e XVIII é preciso levar em consideração três mudanças fundamentais que transformaram as sociedades do Ocidente nesse período. São elas: o novo papel do Estado, que passou a interferir em questões que nunca haviam sido de sua alçada; as Reformas Religiosas, que exigiam dos fiéis uma devoção mais íntima; e o desenvolvimento cultural, com mais pessoas sabendo ler e escrever a dependência às antigas instituições se rompe (CHARTIER, 2009).

Do fim da Idade Média até o século XVII, a vida doméstica mudou lentamente. As casas ficaram maiores com a ampliação do número de aposentos antes restritos, em muitos casos, a apenas um cômodo onde se realizavam todas as atividades domésticas. Apesar dessa ampliação, elas mantiveram a falta de comodidade. O vidro se tornou mais acessível, mas as janelas que se abriam ainda eram raras. As lareiras se popularizaram, quase todos os cômodos passaram a possuir uma, mas elas eram mal projetadas, com fumeiros grandes e muito fundos, o que proporcionava ambientes enfumaçados e mal aquecidos (RYBCZYNSKI, 2002).

Os séculos XVI e XVII assinalam o triunfo do individualismo dos costumes na vida cotidiana. Ariès (2009: 18) analisa esse contexto da seguinte forma: “Os espaços sociais que a conquista do Estado e os recuos da sociabilidade comunitária deixaram livres vão ceder lugar ao indivíduo para se instalar no isolamento, na sombra”. No século XVIII esse individualismo declina em proveito da vida familiar. Apesar de já existirem especializações de cômodos voltados para o isolamento, as questões familiares absorviam todas as preocupações do indivíduo.

A família também mudou de significação, deixou de ser uma unidade econômica, uma prisão para as pessoas como o era na Idade Média. A casa tornou-se um refúgio, longe dos olhares de fora, local para externar a afetividade entre os membros da família, pais e filhos. É nesse momento que ocorre uma separação mais nítida entre o espaço privado e o espaço público, passagem de uma sociabilidade em que o público e o privado se confundem para uma sociabilidade onde o privado é separado do público.

A higiene pessoal regrediu em comparação com a Idade Medieval após a proibição dos banhos públicos, no século XVI, por terem se tornado prostíbulos. Não havia banheiros particulares e o abastecimento de água estava ficando prejudicado com o crescimento das cidades. A população passou a depender cada vez mais das fontes públicas, o que levou a uma diminuição do consumo de água, visto a dificuldade de carregá-

la, e, conseqüentemente, do banho entre os cidadãos. Além disso, por não haver esgoto, as águas sujas eram lançadas à rua pelas janelas.

As casas em Paris no século XVII ainda eram construídas em estreitos terrenos medievais, mas possuíam quatro ou cinco andares. Novos cômodos com funções mais ou menos determinadas começaram a surgir, como o *chambre*, o quarto de dormir que poderia possuir quartos secundários ligados a ele. A sala não abrigava mais a função de cozinhar, como acontecia na casa medieval, para esta atividade foi criado um cômodo localizado no lado oposto à sala, a preparação dos alimentos era considerada uma atividade mal cheirosa. A típica casa burguesa parisiense se parecia com um edifício de apartamentos, abrigando mais de uma família. Os andares superiores dividiam-se em quartos para alugar, o inquilino poderia reservar quantos quartos precisasse, mas neles não havia cozinha nem sala e essas famílias continuavam a viver como no período medieval, em um único cômodo (RYBCZYNSKI, 2002).

Os quartos de aluguel apontam uma mudança importante no modo de vida, as pessoas não mais trabalhavam e moravam obrigatoriamente no mesmo local. Como consequência disso, a casa começou a se transformar num local mais privado, fazendo surgir um maior senso de intimidade e a identificação da casa com a vida familiar, transformação que só vai se completar no século XIX. Apesar dessas modificações, a privacidade pessoal dentro de casa continuou a receber pouca importância.

O surgimento da intimidade e da privacidade na Europa é uma consequência das transformações da vida urbana. Foi na cidade, a partir do século XV que emergiu, progressivamente, a família moderna, formada apenas pelo casal e seus filhos e onde se deu o início do individualismo. Na cidade da Renascença a formação desse núcleo familiar fomentou a construção de um espaço doméstico mais íntimo. Domesticidade, privacidade, conforto e os conceitos de lar e família são a maior conquista da era burguesa. A consciência da casa de família não se iniciou em um único lugar, foi um acontecimento que se manifestou em várias partes da Europa em épocas próximas.

Falar da vida privada feminina parece paradoxal, pois as mulheres dessa época ficavam confinadas ao lar. Nas palavras de Castan (2009: 407) “sua ocupação é prioritariamente doméstica; o cenário: a casa; sua vocação: encarnar a imagem de esposa e mãe, arraigada pela Igreja e pela sociedade civil”. A mulher tinha como obrigação a dedicação constante para com os que viviam sob o seu teto. Alimentar, criar, atender na doença, assistir na morte, essas eram as funções a que se dedicava gratuitamente e sem reconhecimento.

As fronteiras entre o público e o privado, nos séculos XVII e XVIII eram móveis. As festas e celebrações religiosas se instituíam como oportunidades para as moças

socializarem, nesses momentos elas podiam se reunir em grupos de conversa com relativa liberdade, mas nunca completamente sozinhas. O casamento modificava totalmente o papel da mulher, que já não podia mais participar de festas e ritos coletivos. Os encontros nos rituais da Igreja, aprovados pela família e pela sociedade, permitiam às esposas escapar das enfadonhas tarefas domésticas, transformando as práticas religiosas em atividades de lazer para as mulheres.

A Contra-reforma¹ ampliou o campo da vida privada feminina ao desenvolver um novo modelo de devoção para as mulheres onde elas eram estimuladas a viverem mais intensamente as verdades da religião. Assim, muitas providenciavam retiros cotidianos, incitadas por seus confessores e pela Igreja. Esses novos hábitos eram estimulados pela educação, já não tão familiar. Costumeiramente, a pequena burguesia urbana enviava suas filhas a um convento por dois ou três anos, onde as moças tinham a chance de viver e se conhecerem fora do mundo familiar.

Os manuais de civilidade ou de cortesia comuns desde a Idade Média foram acrescidos de novas regras, principalmente com relação à higiene nos séculos XVII e XVIII. As mulheres raramente se sentavam junto aos homens durante as refeições, elas apenas os serviam. Comer com os dedos ou levar os alimentos a boca diretamente da travessa comum se tornaram proibidos. Foi incentivado o emprego de novos utensílios de mesa, como o prato, o copo, o garfo, a faca e a colher. Situação totalmente diferente do período medieval onde à mesa tudo era partilhado e comia-se na mesma travessa, os comensais bebiam numa única taça que circulava pela mesa e compartilhavam facas e colheres. A utilização desses objetos de forma individual intensificou o processo de individualização social. Após a introdução desses novos hábitos, cada comensal passou a utilizar seu próprio prato, garfo, faca, colher, copo e guardanapo, além de receberem um pedaço de pão individual. Existia, portanto, uma preocupação com a limpeza e a higiene que, no século XVII não tinha o mesmo significado atual. No *Dictionnaire de Trévoux*, de 1704, o termo *propre* (limpo) era equivalente a *ornatus*, *compositus* e o termo *propreté* (limpeza) equivalia a *elegantia* (FLANDRIN, 2009).

Nesse período, o processo de separação entre moradia e trabalho masculino se intensificou, este passa a ser realizado em outros locais não mais dividindo o mesmo

¹ A Contra-reforma, também conhecida como Reforma Católica, foi um movimento criado dentro da Igreja Católica Apostólica Romana em resposta a Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero na Alemanha, no início do século XVI. Em 1545, a Igreja Católica convocou o Concílio de Trento com o objetivo de estabelecer algumas medidas que assegurassem seu poder apesar do protestantismo ter se alastrado pela Europa. As principais medidas tomadas pelo concílio foram: o fortalecimento do poder do papa, a publicação de uma lista de livros proibidos considerados hereges por serem contrários aos mandamentos da Igreja e a criação de novas ordens religiosas que se responsabilizariam por catequizar os povos do Novo Mundo, assegurando assim mais fiéis para a Igreja.

espaço com as atividades privadas da família. Essa mudança transformou o mundo doméstico em um ambiente feminino. Com a saída do homem de casa, este levou com ele não só o trabalho masculino, mas também sua vida social. A casa se tornou, então, o lugar de outro tipo de trabalho, o trabalho doméstico feminino, não que ele fosse novidade, mas sua separação dos afazeres masculinos o era. No período medieval as tarefas domésticas se realizavam em meio às atividades próprias dos homens. Com essa divisão, a casa se tornou um ambiente propício para a realização de atividades privadas e para momentos íntimos.

Na sala se realizavam inúmeras tarefas, nela se encontravam a lareira ou o fogão, os utensílios de cozinha, mesa, cavaletes, bancos e provisões. O quarto se localizava além da sala e ficava separado dela por meio de uma porta com ferrolho, por isso a senhora da casa levava sempre à cintura várias chaves. Nas grandes casas urbanas costumava-se manter o quarto trancado à chave, pois era o local onde se guardavam as riquezas da família: pratarias, tapeçarias, roupas e jóias. Os papéis (registros de contas e memórias) ficavam guardados no gabinete também trancado a chave e fora do alcance da esposa. Quando a casa possuía mais de um cômodo, a vida íntima e afetiva do casal acontecia no quarto, apesar da moda que surgiu na Itália entre os ricos, onde marido e mulher deveriam ter um quarto e um closet separados. Os jardins privados eram considerados lugares íntimos. Os arquitetos criaram novos espaços privados nas casas de elite, transformando em cômodo o que antes era peça de mobiliário, como gabinete, biblioteca e escritório. Até mesmo a cozinha ao se separar da sala possuía essa ambiguidade.

A casa holandesa do século XVII passou por uma intensa feminização, levando a evolução dos interiores. As tarefas domésticas eram divididas entre patrões e empregados, assim, as mulheres casadas holandesas, independentemente de sua posição social, realizavam grande parte dos serviços de casa. Como era a dona da casa que se responsabilizava pessoalmente pelos cuidados domésticos, esse trabalho ganhou importância e praticidade e a cozinha conquistou um papel de destaque, não sendo desvinculada dos principais cômodos ou próxima às acomodações dos criados, como acontecia na França e na Inglaterra. Na Holanda, como consequência da posição central da mulher dentro da estrutura familiar, a cozinha era o cômodo mais importante da casa.

A pintura holandesa do século XVII introduziu um novo tema, além dos bíblicos e dos retratos de família, as imagens de cenas domésticas. A habilidade técnica dos pintores e sua preocupação em traduzir a vida privada de seus contemporâneos deixaram quadros que representam de forma única a época em que foram produzidos. Pieter de Hooch, Jan Steen, Jan Vermeer e Emanuel de Witte são alguns dos artistas responsáveis por inúmeras telas que retratam magnificamente os interiores das casas holandesas. Segundo Rybczynski

(2002), de Witte foi quem melhor representou o tema em sua obra "Interior com uma mulher tocando virginal", de 1665. A pintura mostra uma sequência de cômodos iluminados pela luz do sol que passa por altas janelas. Ao fundo vê-se uma criada ocupada com a limpeza da casa. A figura principal é aquela que lhe dá o nome, a jovem tocando o virginal, instrumento comum no país naquele período. O cômodo onde ela toca parece exercer diversas funções, pois nele se encontram, além do virginal, uma mesa, três cadeiras e uma cama com cortinado, onde se pode entrever um homem. Os móveis são simples, a cadeira é estofada, mas não possui franjas nem bordados, aparenta ser confortáveis sem excessos. O chão possui desenho quadriculado preto e branco em mármore, as paredes são adornadas por um espelho em cima do virginal e por um quadro ou mapa no cômodo do meio, as cortinas vermelhas dão colorido ao ambiente. De Witte traduz uma atmosfera doméstica na tela, é uma imagem que pode ser fictícia, mas produz um efeito de realidade no observador².



FIGURA 1- Emanuel de Witte, *Interior with a woman playing the virginal* (1660).
Museum Boijmans Van Beuningen, Rotterdam.
Fonte: RYBCZYNSKI, 2002: 62

² Mais informações sobre a pintura holandesa do século XVII ver Rybczynski, 2002: 77 a 81.

Apesar dessas mudanças, a casa burguesa do início do século XVII ainda se parecia com a casa medieval. Possuía um grande salão onde eram realizadas diversas atividades, trabalho, entretenimento, e uma pequena cozinha. Poderia ter alguns quartos, dois ou três, onde os moradores se amontoavam. Os pais repartiam a cama com os filhos menores, os mais velhos também dividiam as poucas camas da casa. Os criados dormiam separados por sexo, pois os patrões eram responsáveis pela virtude das empregadas. Não havia banheiros e as pessoas se lavavam no quintal ou na cozinha, a latrina ficava do lado de fora da casa (RYBCZYNSKI, 2002). No século XVIII, mesmo nas casas maiores, geralmente a cama ou as camas se localizavam no mesmo ambiente em que se acendia o fogo e onde se preparava e consumia os alimentos. Dormir na sala junto ao fogão era um privilégio do chefe da casa e de sua esposa. Nessa época, o individualismo ainda não havia sido aplicado ao isolamento noturno, as pessoas dormiam no mesmo quarto e até na mesma cama (COLLOMP, 2009).

Aos poucos, surgem cômodos com funções específicas, como a cozinha e os quartos, apesar do salão principal ainda abrigar várias atividades. Também ocorreram mudanças no arranjo doméstico, pois apenas os filhos menores dormiam com os pais. Dessa forma, marido e mulher começam a se ver como um casal. Foi nessas moradias burguesas e modestas que a vida em família começou a tomar uma dimensão privada, isto se deve a uma mudança na vida familiar gerada pela maior presença das crianças em casa. No período medieval não apenas as crianças pobres saíam de casa para trabalhar, todas eram mandadas para outros locais onde aprendiam profissões de acordo com sua classe social por volta dos sete anos de idade. A criança era considerada parte do corpo coletivo, pertencia à linhagem tanto quanto aos pais, eram crianças “públicas”. O nascimento se dava em ambiente privado, no local onde os pais viviam, mas contava com a presença de parentas e vizinhas que tornavam o acontecimento público. Num primeiro momento o bebê pertencia à mãe por depender dela para se alimentar, mas ao ser desmamado entre os vinte e trinta meses, período da primeira infância, sua educação pública ampliava-se. A partir dos sete ou oito anos os meninos iam para o campo com o pai, depois eram mandados para a casa de parentes ou vizinhos. As meninas ficavam com a mãe aprendendo seu futuro papel de mulher (GÉLIS, 2009).

Esta prática começou a mudar quando a escola formal deixou de ser apenas religiosa, no século XVI, e passou a ser uma alternativa usada principalmente pelos burgueses. A educação privada perdeu espaço e o Estado e a Igreja assumiram a responsabilidade pela educação das crianças, o que coincidiu com o desejo de controlar a sociedade pelos poderes político e religioso. Apesar da duração do ensino não ser longa, esse comportamento manteve as crianças em casa por mais tempo, o que permitiu aos pais

acompanhar seu crescimento. A presença de crianças de várias idades reforça a consciência de família, um exemplo disso é a separação do quarto de dormir dos filhos mais velhos do quarto dos criados. Na França, no século XVIII, quando se possuía uma casa com mais de um cômodo, os filhos permaneciam no quarto dos pais apenas até o fim do período de aleitamento, após essa fase, passavam a dormir em um quarto contíguo (COLLOMP, 2009).

No final do século XIV iniciou-se uma nova relação com a criança nos meios abastados urbanos. Não se tratava de novas demonstrações de afeto, mas de uma vontade de preservar a vida da prole, postura que se intensificou ao longo do século XVII. Desenvolveu-se uma nova imagem do corpo através da nova relação entre indivíduo e grupo. O corpo passou a pertencer apenas ao indivíduo, mas por ele ser perecível era preciso perpetuá-lo, o que seria possível somente através dos filhos. Dentro desse modelo, a criança passou a ocupar um lugar importante entre as preocupações dos pais. Essa consciência surgiu inicialmente nas classes abastadas e nas grandes cidades, depois se espalhou pelas classes sociais menos favorecidas e pelos campos. A mudança de atitude com relação à criança é uma mutação cultural, que não se realizou em toda parte nem no mesmo ritmo.

As duas grandes descobertas da Era Burguesa, a privacidade e a domesticidade, surgiram nos Países Baixos, mas no século XVIII já haviam se espalhado por toda a Europa setentrional. Após essas duas descobertas estava por vir outro conceito: o conforto. A constituição do conforto físico em uma característica construtiva só veio no setecentos, com o avanço da tecnologia e uma melhor divisão interna dos cômodos. Estava em processo a transição da casa feudal pública para a casa de família. O novo entendimento de intimidade doméstica era uma invenção do homem assim como a tecnologia, mas a primeira foi mais importante, pois modificou não apenas o ambiente físico, como também a consciência das pessoas.

Com a transferência do local de trabalho masculino para outras áreas, a constituição das habitações se modificou tanto fisicamente quanto funcionalmente, diminuindo de tamanho e, principalmente, tornando-se menos pública. Com menos moradores, tornou-se o lugar do comportamento pessoal e íntimo. De abrigo para as intempéries, a casa passou a ser o ambiente de uma nova unidade social: a família. Rybczynski (2002: 85) destaca o papel da mulher dentro desse processo: “A casa não só estava ficando mais íntima, como também estava adquirindo, neste processo, uma atmosfera especial. Ela estava se tornando um lugar feminino ou, pelo menos, um lugar sobre o controle feminino”. E esse controle possibilitou a introdução de um novo conceito que ainda não existia, o de domesticidade. Este se refere a um conjunto de emoções

relacionado à família, à intimidade e à devoção ao lar, sendo a casa o agregador desses sentimentos. A domesticidade, portanto, é uma conquista feminina.

Os móveis deixaram de ser integrados ao projeto residencial apenas como simples equipamentos e se tornaram posses pessoais valiosas, no século XVII, fazendo parte da decoração dos interiores e da imagem do poder e da riqueza dos seus proprietários. As cadeiras evoluíram para modelos mais adaptados à acomodação do corpo e passaram a ser acolchoadas ou estofadas. A variedade de móveis aumentou, mas sua disposição nos cômodos era pouco criativa, ainda não se poderia falar em ambientes decorados e nem que transmitissem a sensação de privacidade. No período de Luis XIV (1643 a 1715) os móveis faziam parte da decoração dos interiores, a antiga disposição improvisada foi substituída por uma organização rígida das peças. Mas a mobília não tinha a função de acomodar as pessoas e sim de realçar a arquitetura, era projetada para ser admirada como obra de arte. A cadeira possuía um importante papel dentro da hierarquia da corte e a função de sentar era secundária. Dessa forma, o tipo de cadeira estava relacionado à posição social de quem se sentava nela.

Com a ascensão de Luis XV ao trono da França, em 1715, tem-se início a valorização do conforto e a preocupação em criar design de móveis confortáveis, condizendo com um período de busca do prazer e do divertimento. A arte de sentar deixou de ser uma prática ritualística e se tornou uma forma de se estar à vontade. Assim, surgiram maneiras de se sentar em posturas mais informais, reclinadas ou recostadas. As cadeiras, para melhor acomodar essas novas posições, se tornaram mais baixas e mais largas. Os bancos serviam não só para sentar, mas também para descansar os pés e surgiram novos tipos de assentos, como o sofá e a *chaise longue* (RYBCZYNSKI, 2002).

A variedade de móveis na França no século XVIII reflete a especialização de cômodos dentro das casas. Não se comia mais em vários ambientes, mas na sala de jantar, criada para esta função. As visitas não mais adentravam os quartos, mas socializavam no salão, os homens ganharam escritórios e as mulheres, *boudoirs*, uma mistura de quarto de vestir com sala de estar, onde os mais íntimos eram recebidos. Os novos cômodos eram menores do que os seus antecessores e mais íntimos. Não eram organizados de forma enfileirada, mas de maneira que não fosse preciso passar por um cômodo para alcançar outro. É nesse momento que se iniciou a divisão da casa em áreas pública e privada.

O século XVIII se caracteriza por um desejo de maior privacidade, tanto nas casas burguesas quanto nos palácios. Um exemplo dessa busca é o distanciamento entre o quarto dos criados e o dos patrões. Desde a Idade Média os empregados domésticos dormiam próximos aos seus senhores para que pudessem atendê-los mesmo durante a noite. Em busca de uma maior privacidade, no século XVIII foi criado um sistema de fios e

roldanas que poderia acionar um sino do outro lado da casa. Outro mecanismo usado para manter os criados à distância foi o elevador manual que servia para transportar comida entre os andares. As casas burguesas e os apartamentos, além da própria Versailles, se tornaram mais subdivididos e os cômodos ganharam funções específicas. Com a introdução do Rococó, estilo originalmente empregado apenas nos interiores, desenvolveu-se a consciência da separação entre o interior e o exterior, havendo uma distinção entre a decoração interna e a fachada, o que proporcionou um incremento doméstico.

O palácio de Versailles na época de Luis XIV havia sido apenas uma casa grande, a maior de toda a França, um local público, com pouca privacidade por conta da grande circulação dos cortesãos pelos cômodos quase sem restrições. Essa situação começou a mudar quando Luis XV se mudou para Versailles e reformou seus aposentos particulares. O quarto principal, onde se realizavam as cerimônias do *lever* e *coucher*, quando alguns nobres poderiam assistir ao despertar e o deitar do rei, continuou da mesma forma, junto a ele foram construídos aposentos reais dotados de uma condição mais íntima aos quais o acesso era restrito, chamados de *Petits Appartements* não por serem poucos, pois eram formados por cinquenta cômodos, mas por serem menores para os padrões de então. O rei continuava a ser uma pessoa pública, mas sentia necessidade de privacidade, adotando um comportamento tipicamente burguês, provavelmente influenciado pela burguesa, Jeanne-Antoinette Poisson, mais conhecida como Madame de Pompadour, amante do rei por algum tempo, mas sua amiga e confidente por quase vinte anos. Ela possuía uma imensa influência na corte e incentivou o interesse de Luis XV pela arquitetura doméstica, tornando-a menor e mais íntima e pela decoração de interiores, o que proporcionou a aceitação de conceitos ligados aos espaços residenciais como privacidade, intimidade e conforto.

As mulheres são consideradas por Rybczynski (2002), agentes de profundas mudanças no modo de vida durante o *Ancien Régime*, quando dominaram toda a vida social, Madame de Pompadour é um bom exemplo. Aristocratas e burguesas se tornaram juízes da moda e dos costumes e sua influência era percebida, principalmente, na suavização da rigidez no comportamento doméstico, tornando-o mais íntimo e informal. A importância da mulher na moda e nos costumes nessa época pode ser percebida através da criação de novos móveis para sentar e para reclinar projetados especialmente para elas, como a marquesa e a duquesa, espreguiçadeiras e diversos tipos de *chaises longues*. A cadeira de braço estofada se adequava às necessidades femininas, os braços mais curtos e os assentos mais largos facilitavam a acomodação das amplas saias e os encostos baixos permitiam movimentos da cabeça apesar dos penteados extravagantes. Além de bonitas, elas eram confortáveis.

Jacques-François Blondel (1705-1774), arquiteto de Luís XV, foi responsável pela fundação da primeira escola de arquitetura em tempo integral da Europa, em 1743, e se tornou mestre de arquitetos considerados visionários, como Étienne-Louis Boullée (1728-1799) e Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806). Blondel publicou, entre 1750 e 1770, *Cours d'architecture* (Curso de arquitetura) onde expunha seus conceitos sobre composição, tipo e caráter (FRAMPTON, 2000). Acreditava que a arquitetura deveria conter a tríade vitruviana³ para ser bem sucedida. Ao projetar uma casa ele dividia os cômodos em três categorias: cômodos de cerimônia (*appartements de parade*), cômodos de recepção formal (*appartements de société*) e o que ele chamava de *appartements de commodité*, destinado ao uso privado dos donos da casa, voltados para atividades pessoais e visitas íntimas, um lugar onde os patrões poderiam ficar à vontade (RYBCZYNSKI, 2002). Segundo Homem (1996), Blondel foi o arquiteto responsável pela inovação da distribuição da circulação a partir do vestíbulo. Solução que muito contribuiu para a separação dos espaços público e privado dentro da casa e da diferenciação da circulação entre patrões e empregados.

As residências da nobreza cortesã do *Ancien Régime* se chamavam *hôtel* ou *palais*, segundo a categoria do proprietário e o tamanho da construção. Elias (2001: 68) descreve essas casas como

um edifício cujas partes são agrupadas em torno de um pátio retangular. Em direção à rua, um dos lados estreitos do pátio é formado por um corredor de colunas, uma colunata, fechado para ao exterior, no meio do qual o amplo "porche" ou pórtico, constituía uma entrada e uma passagem para as carruagens. As colunas avançam à esquerda e à direita, acompanhando as duas alas da construção até o outro lado estreito, de modo que sempre é possível chagar da entrada ao edifício central sem molhar os pés. Essa construção central, tendo ao lado e atrás um grande jardim, acomoda a sala de recepção; a parte contígua das duas alas abriga os *appartements privés*. Atrás de cada um deles fica um pequeno jardim de flores, separados do jardim principal tanto à esquerda quanto à direita por uma grande galeria e por salas de banho e toalete. Por fim, nas partes das alas mais próximas da rua ficam os estábulos, cozinhas, acomodações dos servidores e despensas. Essas dependências agrupam-se em torno de um pátio pequeno, chamado "*basse-cour*", que é separado por outras construções dos jardins de flores localizado em frente às janelas dos *appartements privés*.

O *hôtel* tratava-se de um tipo de residência urbana na qual é perceptível uma ligação com as casas de campo dos grandes proprietários rurais. Essa relação reflete a ligação da nobreza com o campo, a maioria dos cortesãos possuía uma propriedade rural de onde provinham seus rendimentos. A manutenção dessas habitações e as exigências da

³ A tríade vitruviana é a definição dos três elementos principais para a arquitetura elaborada pelo arquiteto romano Vitruvius. São eles: *firmitas* (solidez), *utilitas* (adequação funcional) e *venustas* (beleza, apreciação estética).

vida na sociedade de corte requeriam inúmeros serviçais, conhecidos como *domestiques*. Entre eles o intendente, responsável pelos negócios dos senhores da casa, o *maître d'hôtel* que atuava como supervisor dos criados, lacaios, cocheiros, etc. Nessas casas não havia apenas uma grande cozinha, mas também um *garde-manger*, local onde ficavam as carnes mais perecíveis, o *office*, uma pequena cozinha com fogão e outros equipamentos supervisionado pelo *chef d'office* que se diferenciava do *chef du cuisine*, responsável pela preparação de compotas, condimentos e doces finos. Biscoitos, *gâteaux* e doces secos eram preparados em outro cômodo, além desses também havia um local específico para fabricação de gelo, o *laboratoire d'office*. As atividades domésticas e os aposentos onde elas se realizavam se encontravam isolados das salas de estar e de recepção (ELIAS, 2001).

A estruturação da sociedade de corte sobre ampla camada de serviçais se expressava nos aposentos do senhor. Em frente aos cômodos privados pertencentes aos donos da casa ficavam as antecâmaras que, segundo Elias (2001), eram o símbolo da sociedade de corte do *Ancien Régime*. Nesses locais, lacaios e criados permaneciam de prontidão à esperada das ordens de seus senhores.

No *hôtel* há um *appartement privé* em cada ala, um para o senhor e outro para a senhora. Eles eram praticamente iguais e os quartos de dormir ficavam um em frente ao outro e são separados pelo pátio. Contíguos ao quarto de dormir ficavam o gabinete particular, onde se recebiam as visitas mais íntimas, a antecâmara particular e os guarda roupas. A estrutura dessa sociedade era tão ampla que permitia que marido e mulher transitassem por círculos sociais distintos, possibilitando certa independência na vida particular dos casais pertencentes à nobreza. Essa independência se refletia nas habitações com a separação total dos *appartements privés*.

Os salões de recepção ficavam na parte central e principal do primeiro andar do *hôtel*, ocupando uma área maior do que a dos dois *appartements privés* juntos. Essa solução expressa a importância que as relações sociais têm na vida da nobreza francesa. O setor social dividia-se em duas áreas distintas, tendo entre elas o grande salão, centro da sociabilidade aristocrática. De um lado se encontrava o *appartement de société* formado por diversas salas, entre elas a *salle de compagnie*, um salão oval, uma sala de refeições. No lado oposto do salão ficava o *appartement de parade*, este contava com salões de gala, gabinetes de gala, quartos de gala, entre outros cômodos. O *appartement de société* se destinava a receber pessoas mais íntimas do senhor e, especialmente, da senhora, suas salas não tinham a função primordial de representação, sendo o lugar de uma vida social mais privada, mais livre das convenções da etiqueta social. Enquanto o *appartement de parade* exercia a função de símbolo da imagem pública do anfitrião. Nesses salões eram

recebidas as visitas oficiais de pessoas do mesmo nível social ou de nível mais elevado. Ali ocorriam as relações com pessoas de fora do círculo íntimo de amizade. O quarto de gala com antecâmara e gabinete próprios servia para acolher convidados importantes em ocasiões especiais. A divisão do setor de representação refletia a duplicidade da vida social na corte, que tanto fazia parte da vida privada, proporcionando descanso, prazer e diversão; quanto da vida profissional, contribuindo para a ascensão ou declínio pessoal de seus participantes.

O conforto doméstico foi melhorado com a evolução das construções de lareiras que tornaram os ambientes, que já eram menores, mais aquecidos. Os banhos se tornaram mais populares e eram vistos mais como um passatempo prazeroso do que como uma necessidade. A maior presença de banheiros na casa das famílias mais ricas também contribuiu para aumentar a comodidade dessas residências. Esses ambientes, bastante decorados, possuíam banheiras e bidês, mas não privadas e a cadeira de retrete⁴ continuou a ser usada, ela geralmente ficava em uma antecâmara ligada ao quarto de dormir.

A noção de conforto não foi definida prontamente e se desenvolveu ao longo dos anos. Esse processo iniciou-se na França, mas floresceu na Inglaterra, onde uma confluência de condições econômicas e sociais contribuiu para seu desenvolvimento. O conforto surgiu na França em um contexto aristocrático; na Inglaterra foi diferente, tomando ares domésticos, pois foram os burgueses os principais responsáveis pelo desenvolvimento do conforto dentro das casas. A corte francesa era essencialmente urbana, centrada em Versailles e Paris. A nobreza da Inglaterra era mais independente e poderosa e, ao contrário dos franceses, tinha orgulho de suas propriedades rurais. A casa de campo inglesa substituíam a cidade como local da vida social. A alta sociedade tinha casa em Londres, mas morava no campo, o que levou a uma quase padronização da casa urbana, em oposição a ela, as casas de campo possuíam aspectos bastante variados.

Foi no século XVIII que as tecnologias domésticas começaram a se desenvolver, mesmo que de forma lenta e descoordenada, mas não foram de imediato incorporadas às habitações, várias razões dificultaram a absorção dessas novidades pela população em geral. Arquitetos e estofadores, esses últimos responsáveis pela decoração dos interiores, tinham pouco interesse na funcionalidade da construção, se interessando mais pela aparência do prédio e pela aplicação de estilos históricos. Essa recusa em introduzir novas tecnologias nas residências se estendeu aos proprietários, que também não se adaptavam aos equipamentos modernos, gerando pouca demanda e, conseqüentemente, um atraso no desenvolvimento tecnológico. Além disso, havia algumas dificuldades com relação à

⁴ A cadeira de retrete era uma cadeira com um vão no assento debaixo do qual havia um compartimento fechado onde ficava um penico

instalação de certos equipamentos, como é o caso do vaso sanitário à válvula, criado em 1778. Até metade do século XIX, a maioria das casas na Europa não possuía fornecimento de água, o que dificultou sua popularização (RYBCZYNSKI, 2002).

A prosperidade inglesa no século XVIII, proporcionada pela Revolução Industrial, permitiu um maior acesso ao lazer pela população em geral. Os ingleses não tinham muita paixão por atividades que exigissem grandes esforços físicos, preferindo ocupar seu tempo livre dentro de casa. Jogos de salão, de cartas, visitas, festas com danças, jantares, além do ritual da hora do chá, eram os divertimentos preferidos dessa sociedade. A casa então adquiriu uma importância social se transformando em local de lazer privado. Era um lugar social, porém com privacidade, conquistada através de uma rígida etiqueta doméstica que servia para resguardar a intimidade da família. Os cômodos com função social ficavam no primeiro andar, onde se encontravam as salas de visita e onde aconteciam os jogos e recepções, no pavimento superior se localizavam as peças voltadas para o uso familiar. Dessa forma, as casas eram divididas verticalmente em público e privado, porém esse ambiente público dentro das residências não era totalmente público, mas o local onde se recebiam as pessoas de fora da família, amigos e convidados. O setor social, considerado o mais público da casa, ainda assim se mantinha como espaço privado. Cada integrante da família possuía seu próprio quarto, utilizado não apenas para dormir, mas para brincar ou realizar trabalhos individuais como costurar, bordar ou escrever. Essa nova apropriação dos espaços não era apenas uma questão de privacidade, ela demonstra um crescimento da consciência da individualidade e a vontade de expressá-la fisicamente.

Na Inglaterra, as mulheres vão se interessar por móveis mais tarde, nesse momento, século XVIII, a mobília se caracterizava como um assunto masculino. A decoração inglesa era mais contida em comparação com a extravagância característica da francesa, mas isso talvez não tenha tanta relação com a pouca participação feminina no assunto, quanto com a típica praticidade burguesa e com a tradição clássica adotada na época. A influência dos homens nos interiores diminuiu no último quartel do século XVIII, o que pode ser comprovado pela localização da sala de visitas ao lado da sala de jantar, para onde as mulheres se retiravam após a refeição deixando os homens a sós para apreciarem seus charutos. A sala de visitas era o único cômodo de caráter público sob o domínio feminino.

Os móveis se tornaram mais confortáveis e os ambientes passavam a sensação de conforto doméstico com a disposição da mobília não mais encostada à parede, mas no centro das salas ou em frente à lareira, em posições mais aconchegantes. Essas mudanças estão ligadas à paixão dos ingleses pela natureza e pelo que é natural, o interesse pelo

irregular e pitoresco⁵ substituiu o regular e a simetria e deu origem ao movimento Romântico. Os projetos residenciais deixaram de ser subdivididos em alas, dando origem aos corredores de circulação. Liberada a disposição dos cômodos da rigidez da geometria, eles adquiriram diferentes tamanhos, dimensionados de acordo com a necessidade. Esse planejamento mais livre possibilitou a criação de novos ambientes. As janelas também eram posicionadas e dimensionadas de acordo com o cômodo, atendendo a necessidades específicas de iluminação e não mais a um rigorismo das fachadas.

Consequentemente, os cômodos, que até a época do rococó haviam sido considerados um artefato, se não uma obra de arte, começaram a ser vistos como um local para se realizar atividades humanas; não eram mais simplesmente um *espaço* bonito, mas estavam se tornando um *lugar* (RYBCZYNSKI, 2002: 128).

A decoração doméstica inglesa se espalhou pelo continente europeu e também pelos Estados Unidos, principalmente a partir do início do século XIX, quando a Inglaterra passou a dominar a política europeia. É nesse período que surge o entendimento de que o conforto não deveria estar apenas relacionado ao bem-estar físico e à beleza, mas também à utilidade. A noção de conforto deixou de ser apenas uma idéia para se tornar um ideal.

Homem (1996: 25) afirma que "A casa moderna teria nascido no século XVIII, quando os palacetes (*hôtels*) perderam a influência italiana para se tornarem mais cômodos e com janelas maiores, permitindo mais intimidade". A autora descreve as soluções adotadas nos projetos residenciais que possibilitaram essa mudança, as casas passaram a serem construídas isoladas no terreno, afastadas do alinhamento da rua proporcionando maior privacidade aos moradores. Os porões altos foram utilizados como recurso contra a umidade do solo, mas também contribuíam para a maior separação entre a casa e a rua, ao dificultarem a visualização dos espaços internos pelos transeuntes. Os jardins faziam parte da concepção da residência possibilitando o aumento da entrada de ar e luz na construção e proporcionando uma composição elegante entre o paisagismo e a arquitetura. O distanciamento da edificação juntamente com sua elevação do solo, além de favorecerem a privacidade, permitiam uma melhor apreciação da construção como um todo, assim como os jogos de telhado, a volumetria e os elementos decorativos.

Nesse momento, o modo de vida aristocrático é bem diferente do modo de vida burguês. Este último não tendo obrigação de exibir seu *status* social não valoriza tanto o

⁵ O termo pitoresco é empregado pelas Belas Artes a partir do século XVIII e designa uma nova categoria estética em oposição ao sublime. O conceito de pitoresco evoca efeitos de luz e sombra, cores, manchas e contornos menos precisos, valoriza a irregularidade e a assimetria, enquanto o sublime exalta os detalhes preciosistas da Arte Clássica. Inicialmente, pitoresco foi empregado como qualidade estética, na Inglaterra (OLIVEIRA, 2008).

setor de representação em suas casas. Essa situação se modifica na segunda metade do século XVIII e, principalmente, ao longo do século XIX, quando a burguesia enriquecida com a Revolução Industrial assume importante posição de poder tanto no âmbito financeiro quanto político e adota os hábitos e símbolos da aristocracia para afirmar seu novo *status* dentro da sociedade capitalista. Assim, a habitação aristocrática francesa se torna modelo para os palacetes da alta burguesia do período da Primeira República que desejava, através de suas casas, afirmar sua superioridade social recém-adquirida. A casa no século XVIII simboliza a posição social do proprietário, as dimensões e a ornamentação da casa não dependem da riqueza do mesmo, mas de sua posição social, ou seja, de seu dever de ostentar. No século XIX, as residências representavam também a fortuna, o bom gosto e a cultura dos moradores.

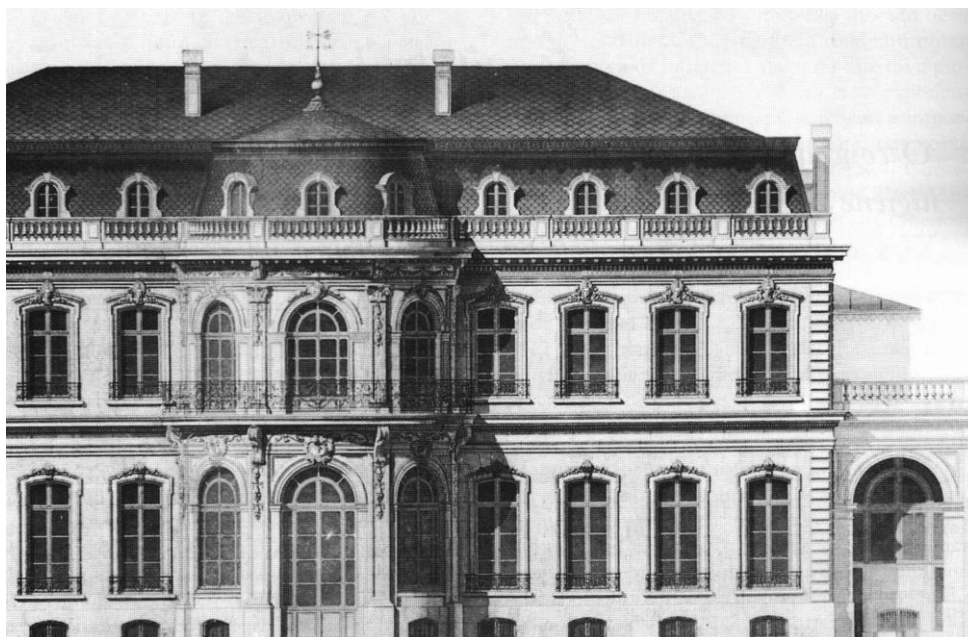


FIGURA 2- Fachada de *hôtel privé*. Projeto dos arquitetos Nolau e Convents, 1867, Paris.

Fonte: HOMEM. 1996: 24.

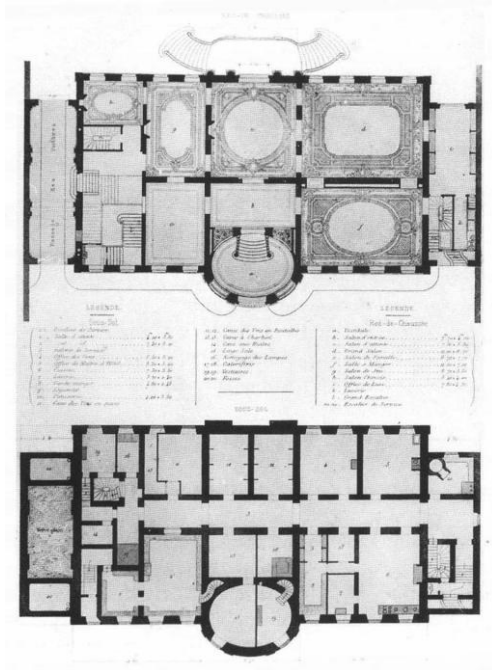


FIGURA 3- Planta baixa do térreo e do subsolo do *hôtel privé* projetado pelos arquitetos Nolau e Convents, 1867, Paris. Fonte: HOMEM, 1996: 26.

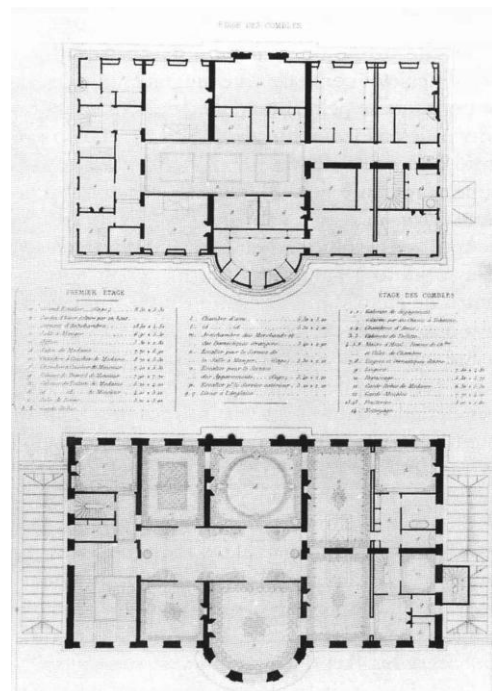


FIGURA 4- Planta baixa do primeiro pavimento e do sótão do *hôtel privé* projetado pelos arquitetos Nolau e Convents, 1867, Paris. Fonte: HOMEM, 1996: 26.

2.2 - Europa século XIX: o apogeu da privacidade, da domesticidade e do conforto.

Durante o século XIX, o pudor e a vergonha regiam os comportamentos, esse foi o século da virgindade e do romantismo. Acreditava-se que reduzindo as fontes de emoção e os assomos de sensualidade à energia do corpo seria poupada, a moderação deveria ser empregada em tudo. Também é considerada a idade do ouro do privado, com a exaltação do individualismo e supervalorização da família. O modo de vida burguês que imperou nesse período surgiu na Inglaterra e se espalhou pelo mundo ocidental. Fraisse e Perrot (1990a: 09) definem a relação entre a mulher e o século XIX como sendo "o momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exatamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã".

Historicamente, esse século tem uma duração maior do que os costumeiros cem anos, ele vai da Revolução Francesa, em 1789, até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Isso acontece porque, no século XVIII, ocorreu uma distinção apurada entre o público e o privado, o processo de individualização que havia se iniciado no Renascimento e

ganhou força na Revolução Francesa. Esse individualismo e a divisão marcante entre as esferas são características fundamentais para se entender o século XIX.

A Revolução Francesa acentuou as definições das esferas pública e privada, através da valorização da família e da diferenciação dos papéis de cada sexo, criando uma oposição entre o homem político e a mulher doméstica. Apesar de seu caráter patriarcal, a Revolução limitou o poder do homem e reconheceu o direito ao divórcio. Além disso, proclamou o direito do indivíduo, tendo como base inicial a inviolabilidade do domicílio, transgressão punida com penas severas desde 1791 (PERROT, 2009d).

O divórcio autorizado na França em 1792 foi revogado em 1816. Para os pensadores mais tradicionalistas, esse enfraquecia a autoridade paterna, pois a esposa poderia se erguer contra o marido. Na época, a maior virtude de uma mulher era a submissão ao pai, ao marido e, depois de viúva, ao filho mais velho. Em contrapartida, pensadores mais liberais defendiam a emancipação feminina e a igualdade entre os sexos. Após ser extinto em 1816, o divórcio foi restaurado em 1884. Entretanto, nesse ínterim, havia uma lei que permitia a separação de corpos e a maioria dos solicitantes eram mulheres, chegando a um percentual de 93% (PERROT, 2009a: 265). O divórcio também era mais solicitado pelas esposas. Ambas as leis foram mais utilizadas em regiões urbanizadas e instruídas. A popularização do divórcio, especialmente no início do século XX, com sua negação à indissolubilidade do casamento e o direito dos cônjuges a uma relação feliz e amorosa, transformou o matrimônio num contrato livre. Esse passo só foi possível com o acirramento da luta das feministas e seus aliados.

Apesar da participação feminina na Revolução, depois de instaurada a paz, as mulheres foram devidamente reconduzidas a seu lugar “natural”: o lar (o mesmo se deu após as duas guerras do século XX). Associações femininas foram proibidas, pois eram contrárias à “ordem natural” das coisas ao emanciparem as mulheres. Elas eram vistas como a representação do privado e sua presença no espaço público era rejeitada por praticamente todos os homens.

Após a Revolução Francesa, toda a teoria política estava centrada na relação entre público e privado e tentava delimitar as fronteiras dos interesses particulares. Assim, a família ganhou importância como célula de base da sociedade, era vista como a responsável pelos interesses privados e seu bom funcionamento era vital para o Estado e para o progresso da humanidade. A ela foram atribuídas várias funções: como elemento fundamental da produção, assegurava o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios; como célula reprodutora, produzia crianças e oferecia-lhes sua primeira socialização, além de zelar pela saúde das gerações futuras; como fonte da consciência nacional, transmitia os valores simbólicos e a memória fundadora; era também a criadora da

cidadania e da civilidade (PERROT, 2009b). A família era vista no século XIX como um mecanismo regulador fundamental da sociedade, ela considerava o interesse do grupo superior ao do indivíduo. Porém, o crescimento do individualismo exerceu forte pressão sobre a estrutura familiar e gerou conflitos internos. No final do século, a família burguesa vai se tornar alvo de críticas de artistas, intelectuais, adolescentes e mulheres.

O casamento era o rito privado mais público da vida de uma pessoa no século XIX. A intimidade do casal se valorizou e tornou-se cada vez mais comum dividirem o mesmo quarto e a mesma cama. A moda da viagem de lua de mel estava ligada à preocupação de afastar a família da noite de núpcias, momento constrangedor de iniciação sexual da noiva. Após o casamento, o tempo da vida privada era ditado pelos nascimentos dos filhos. O número de crianças por casal foi diminuindo e no final do século era comum ter apenas dois filhos. Esse processo levou a uma maior intimidade conjugal e familiar, a maternidade e a paternidade passaram a ser valorizados. Os pais se tornaram orgulhosos da sua prole e se sentiam à vontade para se entregar a brincadeiras e carinhos com os pequenos na intimidade. A maternidade era apresentada como única função realmente gratificante para a mulher.

A divisão de papéis entre os gêneros masculino e feminino se baseava em seus “caracteres naturais”. Havia a crença num certo determinismo físico, onde os homens eram vistos como biologicamente mais fortes e audaciosos e as mulheres eram tidas como fracas, tímidas e apagadas. A fragilidade biológica da mulher as condenava ao confinamento nos espaços privados. Elas deveriam ser protegidas do exterior, ou seja, do espaço público. No século XIX, as mulheres foram relegadas ao espaço privado de uma forma até então nunca vista e passaram a ser identificadas e definidas por ele. Hunt (2009: 44) demonstra que a ligação entre a mulher e a casa estava estabelecida desde o fim do século XVIII: “A concepção da mulher, talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público), é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII”. Essa concepção era defendida por médicos e políticos, os primeiros acreditavam que o útero definia a mulher, determinando seu comportamento moral e emocional, seu lugar na sociedade era como mãe. Acreditava-se que caso a mulher assumisse um papel público a família se destruiria, o que afetaria a sociedade como um todo.

Além da medicina e da política, a religião também apoiou essa privatização do mundo feminino. O evangelismo, movimento reformador da Igreja Anglicana, por volta de 1820, pregava que homens e mulheres nasciam para ocupar uma determinada esfera: o homem a pública e a mulher a privada. Essa era considerada uma regra da natureza, apoiada pelo costume e pelas relações sociais e a tentativa de sair de sua esfera estava condenada ao fracasso. As tarefas domésticas eram consideradas um dever que Deus

havia atribuído às mulheres. O mundo civilizado e idealizado pelos evangélicos se concretizou na casa burguesa. Outras vertentes religiosas na Inglaterra, quacres, unitaristas, presbiterianos, entre outros, compartilhavam com os evangélicos a crença na divisão das esferas e dos papéis sociais entre homens e mulheres. Eles empreenderam uma grande campanha moralizadora entre os pobres para difundir a concepção burguesa da separação entre os sexos. As principais responsáveis pela divulgação desse ideal foram as próprias mulheres, principalmente as pertencentes à classe média. Os valores difundidos por elas aos mais pobres definiam o lugar da mulher, que poderia adotar apenas duas condições: a de criada nas casas mais ricas ou a de esposa e mãe respeitável em seu próprio lar. Apesar disso, apenas nas famílias ricas a mulher poderia não trabalhar. A esposa de um comerciante, por exemplo, deveria cuidar da casa, dos filhos e auxiliar na loja (HALL, 2009).

Mesmo sendo influenciado pelo ideal burguês, o operariado tinha suas próprias idéias sobre a divisão dos sexos. Das mulheres burguesas esperava-se que fossem boas “senhoras do lar”, já as mulheres operárias deviam ser boas donas de casa com qualidades práticas. Uma mulher burguesa que trabalhasse não era considerada feminina, mas com relação às mulheres pobres as normas eram um pouco diferentes. Elas poderiam ter um emprego desde que ele fosse considerado um prolongamento do seu papel feminino “natural”, como empregada doméstica, costureira ou profissões ligadas à alimentação. Ofícios que não fossem considerados femininos eram totalmente condenados, especialmente se realizados em ambientes onde homens também trabalhassem. De acordo com Perrot (2009e), as escolhas das esposas eram definidas por questões sociais e econômicas e os casamentos entre classes diferentes eram raros. Os operários davam preferência às mulheres trabalhadoras que possuíam poupança própria. Mas para os homens em ascensão social, a posição, a distinção e as qualidades femininas eram mais importantes.

Três arquétipos femininos dominaram a imaginação do século XIX: a madona, a sedutora e a musa; eles eram mais do que ideais de beleza, constituíam modelos de comportamento (HIGONNET, 1990). O modelo feminino ideal pregado na época enaltecia o ar angelical das moças, com exaltação da virgindade e da castidade. Eram nelas que se focavam as atenções dos moralistas para as quais escreviam manuais de fisiologia e higiene. A mulher em formação, a menina que está se tornando moça tinha uma vida cheia de regras, pois era considerada perigosa por ainda não ter aprendido a condição feminina e a curiosidade pelo sexo devia ser evitada segundo recomendação médica.

As mulheres, mesmas as pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade, não tinham acesso à educação formal, apesar da fundação de várias escolas profissionalizantes ao longo do século XIX, apenas os rapazes poderiam frequentá-las, as

moças continuaram a receber educação em casa ou em instituições religiosas (HALL, 2009). A educação de meninos e meninas era diferenciada, orientada para finalidades diversas em conformidade com o papel social adequado a cada gênero. A educação masculina visava a formação de homens mais trabalhadores, mais racionais, com mais conhecimentos científicos, bons pais e bons maridos. Aos homens era incentivada a ambição de melhorarem sua qualidade de vida, de se instruírem, de abandonarem os costumes dissolutos e de se tornarem respeitáveis. A mulher deveria ter o único desejo de se tornar boa mãe e boa esposa.

A primeira educação era responsabilidade das mães, inclusive a alfabetização. O que levou muitas mulheres a se preocuparem em adquirir cultura e conhecimento antes do casamento. À medida que as crianças cresciam, aumentava a participação do pai na formação educacional, mas apenas dos filhos homens. A atenção paternal às filhas era menor, com raras exceções como no caso das famílias protestantes. A mãe tinha maior responsabilidade com relação às filhas, pois a institucionalização da educação feminina foi lenta, ficando a cargo das mães e da Igreja. O romance *Orgulho e Preconceito* escrito por Jane Austen (2010), uma das principais obras do classicismo inglês, foi publicado pela primeira vez em 1813 e retrata a sociedade aristocrática rural da Inglaterra na virada do século XVIII para o XIX com objetividade e crítica. Segundo Rybczynski (2002: 122), "Jane Austen inventou sozinha, e levou à perfeição, o que poderia ser chamado de gênero de romances domésticos, o equivalente literário da pintura de interiores holandesa do século XVII". O livro possui um trecho interessante que ilustra bem a importância dada a certos conhecimentos considerados femininos e o papel da mãe na educação das filhas. Em uma conversa entre Lady Catherine e Elisabeth Bennet durante um jantar, a nobre dama questiona Miss Bennet sobre seus conhecimentos em música, canto e pintura e fica chocada ao saber que ela e as irmãs não tiveram uma educação formal nesses assuntos e nem mesmo possuem uma governanta para auxiliar a mãe na tarefa de educar as filhas. Lady Catherine afirma que, por não possuir governanta Mrs. Bennet deveria ter ficado escravizada à educação das filhas e quando Elisabeth afirma que este não fora o caso, a dama é taxativa ao concluir que então, sua educação deve ter sido relaxada.

Além da educação, cabia a mãe a difícil tarefa de casar suas filhas e para isso, organizava bailes e recepções e proporcionava aulas de piano e bordado. A moda do piano como instrumento feminino iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX, saber tocar o instrumento demonstrava uma esmerada educação e se tornou uma estratégia matrimonial (CORBIN, 2009). Os encontros entre jovens eram proporcionados pela sociabilidade burguesa em festas de caridade, atividades esportivas, saraus dançantes e os "bailes brancos", recepções nas quais só poderiam participar moças e rapazes "casadouros", sob a

supervisão vigilante das mães. O empenho em encontrar um bom marido para as filhas é uma das principais características da personagem de Mrs. Bennet, do livro *Orgulho e Preconceito*. Austen (2010: 09) começa a narrativa com uma frase que, ao mesmo tempo, introduz a história e a resume: "É uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro, possuidor de boa fortuna, deve estar necessitado de uma esposa" e a família Bennet possui cinco filhas solteiras. Já no primeiro capítulo, o leitor é introduzido à história por uma divertida conversa entre Mrs. e Mr. Bennet sobre a chegada de um estranho vindo de Londres à região e da firme intenção da simpática senhora em convencer o marido a ir visitá-lo e dessa forma introduzir toda a família Bennet em seu convívio. O interesse de Mrs. Bennet é aguçado pela informação de que o novo vizinho seria um rapaz solteiro e muito rico, portanto um pretendente ideal para uma de suas filhas.

Dos 15 aos 18 anos, as moças e os rapazes eram mandados para o internato a fim de completarem sua educação. As filhas da burguesia aprendiam as artes para se tornarem atraentes nos salões da sociedade, onde deveriam conquistar um bom marido, os filhos se preparavam para o bacharelado. Nem todas as famílias adotavam o internato como forma de educar seus filhos, muitas davam preferência ao externato. As moças burguesas não eram estimuladas a fazerem os estudos superiores, o ensino secundário feminino não tinha como objetivo preparar as alunas para o exame de bacharelado, única forma de ingressar na universidade. A educação das jovens tinha como objetivo formar boas mães e esposas, não tendo necessidade de aprender latim ou ciência, elas recebiam um conhecimento geral em cultura e artes, música e desenho, além de uma formação teórica e prática em economia doméstica, que versava sobre assuntos de cozinha, higiene e puericultura.

Ao longo do século XIX, na Europa Ocidental, com a ampliação da indústria, a mulher ficou cada vez mais afastada dos negócios. Ela que tinha pouco contato, geralmente por meio do marido, das transações econômicas, passa a não mais poder realizar pessoalmente essas atividades. Os homens ampliavam e diversificavam seus negócios e eram definidos por sua profissão e atividades públicas. Enquanto isso, as mulheres se distanciavam cada vez mais da esfera pública e transformavam a maternidade e as atividades domésticas em sua profissão. A masculinidade se pautava na capacidade do homem de atender às necessidades de sua família, a feminilidade se baseava na dependência. A dignidade masculina estava relacionada à sua profissão, mas a mulher que possuísse ocupação perdia sua distinção.

A figura do pai dominou a história da vida privada oitocentista. Sua autoridade se justificava pela política, pela filosofia e pelo direito, como o Código Civil francês onde Perrot (2009b: 108) encontra o estabelecimento da "superioridade absoluta do marido no lar e do

pai na família, e a incapacidade da mulher e da mãe”. As mulheres poderiam ser internadas se fossem consideradas loucas por seus pais, maridos ou mesmo patrões. A casada não possuía responsabilidade civil nem poderia abrir um negócio próprio, a solteira e a viúva eram indivíduos mais responsáveis que a esposa. Além disso, a mulher não participava dos conselhos de família nem servia como testemunha nos tribunais (PERROT, 2009e). O adultério feminino poderia ser punido com a pena de morte, pois ameaçava a filiação legítima, item sagrado para a família. O homem infiel, por não ameaçar nenhuma instituição familiar, contava com a indulgência da sociedade. Segundo Perrot (2009e), alguns pensadores, como por exemplo Alexandre Dumas Filho e Proudhon, defendiam o direito do marido de fazer justiça com as próprias mãos quando enganado pela esposa. O marido também tinha o direito de controlar as visitas, os passeios e até mesmo a correspondência de sua mulher. Entre o final do século XIX e o início do XX, o adultério feminino deixou de ser punido com mais severidade que a infidelidade masculina.

Essa onipotência do homem se estendia aos filhos, que não poderiam se casar antes dos 25 anos sem o consentimento paterno. O pai também poderia mandar prender o filho como forma de correção por desobediência. A figura do poder paterno não é apenas católica e protestante, faz parte do costume de outros povos, não pertencia apenas à burguesia, mas também às camadas populares. O pai gozava de todos os direitos políticos, no século XIX, a política era um domínio exclusivamente masculino. Além do poder público, o homem também possuía o poder privado, o mundo doméstico não pertencia inteiramente à mulher, mesmo que seu papel dentro de casa tenha ganhado importância ao longo do tempo. Para começar, o homem era o responsável por ganhar dinheiro e, portanto, controlava as despesas domésticas nos meios burgueses, à esposa cabia pagar as contas da casa com a pequena quantia que lhe era passada pelo marido. Apenas nos meios operários ou populares urbanos é que a mulher conquistou o privilégio de dirigir as finanças familiares. Em meados do século XIX, o ideal burguês de família, com um marido que atendia às necessidades dos seus e uma esposa devotada ao lar, estava completamente difundido. Prova disso é o recenseamento feito na Inglaterra, em 1851, que introduziu uma nova categoria: as “mulheres do lar” (HALL, 2009: 63).

O pai dominava a casa, ele possuía aposentos particulares como o *fumoirs* e a sala de bilhar, local onde os homens se reuniam após os jantares sociais, a biblioteca e o escritório, refúgios masculinos. Enquanto isso, a mulher, mesmo quando trabalhava fora não dispunha de um escritório próprio dentro de casa, que era uma extensão do público dentro do privado. A divisão entre o mundo masculino e o feminino carregava uma conotação religiosa. As mulheres representavam os valores puros contidos no mundo moral do lar e os

homens, que frequentavam o impuro mundo público, perigoso e amoral, só poderiam ser salvos através do contato estreito com o ambiente doméstico.

Segundo Perrot (2009c), a esfera doméstica é o domínio privado por excelência, o local das lutas internas, dos conflitos entre marido e mulher, pais e filhos, fronteira entre o público e o privado, "a distribuição e o uso dos cômodos, escadas e corredores de circulação das pessoas e coisas, locais de descanso, para cuidados e prazeres do corpo e da alma, tudo obedece a estratégias de encontro e evasão que trespassem o desejo e preocupação para consigo" (PERROT, 2009c: 288). A casa no século XIX é o lugar da existência da família, seu ponto de encontro, representa o casal e seu sucesso. Dessa forma, a coabitação se tornou cada vez menos aceita pelos recém-casados, ter seu próprio lar era uma forma de marcar sua autonomia. Possuir um *home*, termo que se difunde por volta de 1830, se torna condição para a felicidade e o conforto para o bem estar.

Na França, assim como na Inglaterra, ocorreu a separação definitiva entre a moradia e o local de trabalho que havia se iniciado entre os séculos XVII e XVIII. Os patrões, para fugirem da fumaça das indústrias, construíram suas mansões em bairros novos, que se encheram de luxuosas residências onde realizavam grandes recepções. O homem de negócios próspero de meados do século XIX que abandonou a cidade para instalar a família em casas recém-construídas nos subúrbios elegantes esperava duas coisas de sua esposa: que ela fosse um exemplo de virtudes domésticas e que não fizesse nada. O nível de ociosidade feminina representava o *status* social do marido e se refletia nas roupas extremamente restritivas, os pesados vestidos usados pelas damas da sociedade oitocentista não deixavam dúvidas de que elas poderiam contratar inúmeros criados para realizarem todas as tarefas da casa. As muitas anáguas usadas nessa época impediam as mulheres de realizar qualquer atividade sem muito esforço e também serviam como justificativa para sua inatividade (LAVÉRE, 1989).

O desejo da burguesia de dissociar completamente o local de moradia do lugar de trabalho levou ao surgimento de bairros afastados exclusivamente residenciais nas grandes capitais, como Londres e Paris. A dissociação entre empresa e família contribuiu para uma diferenciação do tempo e do espaço, a necessidade de se ter uma vida privada levou à separação entre o lugar de trabalho e a casa. Esse distanciamento entre o trabalho e o lar diminuiu ainda mais a participação da mulher nos negócios da família, pois com a divisão física entre as esferas pública e privada a esposa deixou de ter acesso direto aos negócios do marido e passou a se responsabilizar exclusivamente pelas tarefas domésticas. Por volta de das décadas de 1850 e 1860, a maioria das mulheres burguesas estava isolada em seu mundo doméstico, totalmente afastada da esfera econômica, ficando restrita ao âmbito doméstico e ao cuidado exclusivo da família. O cotidiano feminino se volta para a

condução das atividades domésticas realizadas pelos criados e a mulher burguesa se torna uma administradora da casa, gerenciando os inúmeros empregados domésticos, distribuindo as tarefas diárias, supervisionando a educação dos filhos e organizando os eventos sociais tão importantes para a alta sociedade burguesa, como afirma Hunt (2009: 73):

As mulheres, excluídas de qualquer participação nos negócios e na vida pública, reinavam na intimidade pelo sistema da etiqueta, das regras da "sociedade" e da "temporada". Dirigiam a "sociedade" e eram suas guardiãs: decidiam quem podia ser admitido ou excluído.

A vida social ficou mais seletiva e mais privada, tendo as casas ricas como cenário. Para a alta sociedade, o lar possuía uma função pública servindo de palco para a realização das práticas sociais, enquanto para os burgueses era considerado um refúgio do mundo exterior. As mulheres se tornaram meticulosas com cada detalhe do trabalho feminino: o asseio da casa, a obediência à moda, o controle rigoroso das contas domésticas. Esse modelo de domesticidade poderia ser identificado nas camadas da burguesia, em diferentes graus que variavam de acordo com o poder financeiro. Vários manuais de comportamento foram reeditados e adaptados ao longo do século XIX, como o *Manuel de la maîtresse de maison* (Manual da senhora do lar) escrito em 1821 por madame Pariset, reelaborado por madame Celnar e publicado até 1913 com o nome de *Nouveau manuel complet e la maîtresse de maison* (Novo manual completo da senhora do lar). Além desse, outros tiveram várias edições, foi o caso do *Manuel complet de la maîtresse de maison ou la parfaite ménagère* (Manual completo da senhora do lar ou a perfeita dona-de-casa), escrito por madame Gacon-Dufour e publicado pela primeira vez em 1826 (MARTIN-FUGIER, 2009: 183).

O sucesso e a repercussão desses livros demonstra a necessidade de criar um novo modo de vida. Este deveria ser exclusivamente privado, a felicidade ideal se encontrava no círculo familiar e só poderia se realizar através da boa administração do tempo e do dinheiro. Os manuais descreviam como organizar o tempo e os papéis que os membros da família deveriam assumir. O papel principal estava destinado à senhora da casa, era ela a responsável pela vida privada tanto na intimidade familiar, nas refeições e serões cotidianos, quanto nas relações entre a família e o mundo exterior que se davam nas recepções, bailes e saraus. Além disso, ela deveria organizar as tarefas domésticas de modo que todos, principalmente o marido, encontrassem em casa o máximo de conforto possível. O tempo dos homens era ditado pela vida pública e a vida privada para eles era o tempo em que descansavam do trabalho e de suas obrigações e o âmbito doméstico o lugar

onde o tempo ficava suspenso. A idealização do lar levava à idealização da dona-de-casa, era preciso que ela fizesse tudo com perfeição e ocultasse todos os esforços empreendidos para obtê-la, apenas o resultado deveria ser visto e não a execução.

A dona-de-casa deveria ser a primeira a acordar e a última a se deitar e estando sempre atenta a todos os detalhes do funcionamento da casa. Se ela não dispusesse de criados suficientes para todas as tarefas domésticas deveria pessoalmente se ocupar de algumas. Mas, sendo uma senhora abastada com muitos empregados, poderia passar a manhã se dedicando a atividades pessoais, como checar a correspondência, se exercitar ao piano e executar trabalhos finos como o bordado. Uma mulher respeitável não deveria sair de casa pela manhã, a não ser para participar de atividades filantrópicas e religiosas, as tardes eram dedicadas aos “deveres de sociedade”. No período entre 1830 e 1914 as damas pertencentes à alta sociedade estabeleciam um dia da semana para receberem em suas casas, essas visitas eram parte obrigatória da administração do tempo de uma mulher das classes privilegiadas. No final do século XIX tornou-se cada vez mais difícil receber durante o dia, assim as recepções aos poucos passaram para o horário da noite, o salão onde ocorriam essas recepções era ao mesmo tempo espaço público e privado. Por volta de 1880, as mulheres das classes altas frequentavam o centro da cidade, onde eram vistas em terraços de cafés, confeitarias e teatros (MARTIN-FUGIER, 2009).

Guerrand (2009) considera o interior das moradias burguesas do século XIX extremamente racional com os espaços divididos em: público, privado e de rejeição, que seriam aqueles pouco valorizados socialmente, como a cozinha, o banheiro e os quartos dos criados. À entrada, a antecâmara tinha a função de distribuição, onde era selecionado quem poderia entrar na residência. A sala de jantar era o local onde a família se exibia para os convidados. A refeição era um momento de grande importância nas relações sociais, momento em que se realizavam negócios, organizavam-se casamentos, sendo também uma forma de mostrar prestígio ao exibir uma gastronomia refinada. Além de servir como um espaço de representação, a sala de jantar era o local de encontro dos membros da família, um espaço de sociabilidade tanto íntima quanto pública. Todos os burgueses que almejavam algum *status* social desejavam ter um grande salão em sua casa. Os apartamentos da classe dominante não poderiam ser imaginados sem esse espaço teatral, onde se realizavam as recepções em dias fixos. O salão possuía uma importância simbólica, sendo uma marca de classe, ele significava mundanidade e sociabilidade, características da burguesia. Na casa dos pequenos burgueses, onde esses ritos sociais não aconteciam com frequência e as relações sociais quase que se restringiam à família, esses salões eram lugares poucos usados com móveis recobertos por capas protetoras.

O espaço privado burguês se transformou em fonte de inspiração nas artes e na literatura. A pintura dos espaços residenciais sugeria os segredos domésticos e a literatura passou a descrever os ambientes interiores com minúcias. O quarto se tornou um lugar sagrado, especialmente o quarto conjugal, lugar da procriação e dos desejos. A cama do casal perdeu o cortinado passando a ser protegida pelas paredes do quarto e pela porta trancada a chave. Não se podia mais receber visitas em um ambiente onde se encontrava o leito, entrar num quarto sem ter permissão era um ato condenável. A religiosidade do cômodo era reforçada pela frequente presença do crucifixo e do canto de orações próximo à cama. Além disso, com o crescimento do individualismo ampliou-se o hábito de possuir um quarto próprio, como mostra Corbin (2009: 411): “O quarto da moça, transformado em templo de sua vida privada, enche-se de símbolos; confunde-se com a personalidade da ocupante, prova sua autonomia.” Os filhos possuíam aposentos próprios próximos aos dos pais. Os quartos dos solteiros eram separados dos quartos ocupados pelas moças, às vezes até mesmo situados em alas diferentes.

O quarto retratado por Georg Friedrich Kersting, em 1812, é muito diferente do ambiente encontrado no quadro de de Witte, neste não sabemos se o cômodo é um quarto de dormir com um instrumento musical ou uma sala de música com uma cama, ele não possui uma função definida. Em contrapartida, ao observar a pintura de Kersting não se tem dúvidas de que aquele é o quarto de dormir da moça que se encontra ali bordando. O retrato do rapaz pendurado na parede e envolto em flores, as plantas no peitoril da janela, o violão no sofá, cada detalhe reforça a sensação de intimidade e de posse do cômodo por parte de sua ocupante. Os 150 anos que decorreram entre a pintura holandesa e esta contribuíram para transformar o espaço residencial, ampliando a especialização de cada cômodo e a privacidade e o conforto no ambiente doméstico.



FIGURA 5- Georg Friedrich Kersting, *Woman Embroidering* (1812).
Schlossmuseum, Weimar, Alemanha.
Fonte: RYBCZYNSKI, 2002: 110

A partir de 1850, houve uma proliferação dos diários femininos com a dupla função de servir como confessor e de atender à crescente necessidade de escrever sobre si mesmo. O desejo de esclarecimento pessoal não suscitava nenhuma conversa com o criador, mas com si próprio e o olhar do outro se tornou um exame permanente, era através do diário que se tentava realizar uma auto-reflexão. Juntamente com a difusão dos diários íntimos, especialmente entre as mulheres, ampliou-se a correspondência entre parentes para fornecer notícias sobre a saúde, os negócios, os filhos, as visitas. A redação das cartas e dos diários geralmente era realizada no quarto, local de maior privacidade dentro da casa (PERROT, 2009e).

A arquitetura da época não se preocupava com a cozinha, elas ficavam afastadas, localizadas nos fundos. Era um lugar cheio de fumaça, cheiro forte e calor, que não deveria ser frequentado pelos donos da casa. Essa mesma postura indiferente cerca o banheiro. Em Paris, a água só atingiu os pisos superiores por volta de 1875, fazendo com que o uso do banheiro não fosse cotidiano e, conseqüentemente, sua localização ficasse distante dos quartos. Apenas após as descobertas pasteurianas é que a higienização do corpo passou a ser mais valorizada. A descoberta dos micróbios por Pasteur gerou medo entre a opinião pública, o que levou a uma maior preocupação com a destinação dos dejetos

humanos. Ainda assim, por algum tempo os arquitetos continuaram a instalar os sanitários em qualquer lugar, até mesmo ao lado da cozinha, pois não podiam conceber que deveriam dar importância a “essas coisas” (GUERRAND, 2009).

O derradeiro espaço de rejeição do apartamento burguês é o último andar, onde ficavam os aposentos dos empregados domésticos. Até o fim do século XVIII não existia essa segregação, os criados faziam parte da família, mas, com a instalação da sociedade hierarquizada no início do século XIX, os empregados não podiam mais dormir próximos aos patrões. Eles só tinham direito ao mínimo para refazerem as energias necessárias a fim de suportar as longas jornadas de trabalho. Assim, deveriam se contentar com cômodos exíguos localizados no sexto ou sétimo andar das mansões, sem aquecimento, sem água, sem banheiro e com pouca iluminação e ventilação. Essa situação foi contestada por autoridades e pesquisadores, chegando a compararem os quartos dos criados das mansões parisienses às celas de prisão, porém, nada mudará até a Segunda Guerra Mundial.

A ascensão social sempre foi representada pela propriedade de imóveis de luxo. Guerrand (2009: 309, 310) afirma que à medida que o século XIX avança, a residência burguesa "se assemelha, em seu mobiliário, a uma loja de antiguidades onde a acumulação aparece como o único princípio diretor da composição interior do espaço". As mais diferentes civilizações eram representadas por móveis e peças de decoração, sem nenhum comprometimento com o conjunto. O importante era que paredes, assoalhos e ladrilhos em nada se parecessem com os das casas operárias. A nova burguesia em ascensão desejava ostentar sua fortuna e alcançava seu objetivo ao exibir uma coleção eclética de arte e objetos antigos.

As grandes residências burguesas oitocentistas apresentavam uma firme separação entre o público e o privado. Possuíam como característica elementos da vida mundana permanente e do luxo, como a sala de bilhar, novidade nas casas da época. O jogo havia se tornado muito popular no decorrer do século entre a elite, se tornando indispensável nas casas das classes dominantes. A estufa e o jardim de inverno também se tornaram moda entre a alta burguesia do século XIX, por contribuírem para o enobrecimento de uma residência. Faziam parte do setor de representação das mansões burguesas, se constituíam de construções leves anexas ao edifício principal e que geralmente possuíam comunicação direta com o salão, ampliando o setor social. Surgiram na primeira metade do século, mas foram utilizados durante um longo período. O jardim de inverno dava um toque de distinção à residência, permitindo o prazer exclusivo à classe rica de conversar sob as palmeiras enquanto nevava do lado de fora, em um ambiente voltado para o espaço privado, pátio ou jardim. Esses jardins foram imitados nas residências burguesas menos faustosas, onde se limitavam a pequenos terraços com vitrais pintados (GUERRAND, 2009).

As casas concebidas para abrigar exclusivamente a vida familiar eram uma novidade, assim como os jardins que as circundavam. Estes se tornaram um elemento fundamental da vida burguesa em meados do século XIX. O cenário formado pela natureza domesticada contribuía para a imagem de tranquilidade da vida familiar. O cuidado com o jardim era dividido entre os sexos, segundo o manual de J. C. Loudon que tratava desde a decoração dos salões aos trabalhos de jardinagem, os homens poderiam cuidar das árvores e das parreiras e as mulheres eram responsáveis pelas flores (HALL, 2009). A escolha da decoração era responsabilidade do homem, principalmente na Inglaterra. Segundo os manuais de conforto doméstico de então, cabia ao noivo escolher o mobiliário do lar do futuro casal.

O gosto pela decoração inglesa se faz presente no livro *Os Maias*, de Eça de Queirós (s/d), publicado pela primeira vez em 1888. A história se inicia com o retorno de Afonso, o patriarca da família e seu neto, Carlos Eduardo ao casarão da família em Lisboa, conhecido como o Ramalhete, no ano de 1875. Após anos fechada, a mansão necessitava de reformas. A princípio, foi contratado um arquiteto português para fazer as mudanças necessárias, mas Carlos descrito como um "rapaz de gosto e de luxo que passava as férias em Paris e Londres", trouxe da Inglaterra um arquiteto-decorador deixando-lhe a tarefa de "ali criar, exercendo o seu gosto, um interior confortável, de luxo inteligente e sóbrio". O autor faz uma detalhada descrição da casa após a reforma que, apesar de longa, muito contribui para a compreensão da idealização dos ambientes de uma mansão do século XIX:

O que surpreendia logo era o pátio, outrora tão lóbrego, nu, lajeado de pedregulhos – agora resplandecente, com um pavimento quadrilhado de mármore branco e vermelho, plantas decorativas, vasos de Quimper, e dois longos bancos feudais que Carlos trouxera de Espanha, trabalhados em talha, solenes como coros de catedral. Em cima, na antecâmara, revestida como uma tenda de estofos do Oriente, todo o rumor de passos morria: e ornavam-na divãs cobertos de tapetes persas, largos pratos mouriscos com reflexos metálicos de cobre, uma harmonia de tons severos, onde destacava, na brancura imaculada do mármore, uma figura de rapariga friorenta, arrepiando-se, rindo, ao meter o pezinho na água. Daí partia um amplo corredor, ornado com as peças ricas de Benfca, arcas góticas, jarrões da Índia, e antigos quadros devotos. As melhores salas do *Ramalhete* abriam para essa galeria. No salão nobre, raramente usado, todo em brocados de veludo cor de musgo de Outono, havia uma bela tela de Constable, o retrato da sogra de Afonso, a condessa de Runa, de tricorne de plumas e vestido escarlate de caçadora inglesa, sobre um fundo de paisagem enevoadas. Uma sala mais pequena, ao lado, onde se fazia música, tinha um ar de século XVIII com seus móveis enramalhados de ouro, as suas sedas de ramagens brilhantes: duas tapeçarias de Gobelins desmaiadas, em tons cinzentos, cobriam as paredes de pastores e de arvoredos.

Defronte era o bilhar, forrado de um couro moderno trazido por Jones Bule, onde, por entre a desordem de ramagens verde-garrafa, esvoaçavam cegonhas prateadas. E, ao lado, achava-se o *fumoir*, a sala mais cômoda

do *Ramalhete*: as otomanas tinham a fofa vastidão de leitos; e o conchego quente e um pouco sombrio dos estofos escarlates e pretos era alegrado pelas cores cantantes de velhas faianças holandesas.

Ao fundo do corredor ficava o escritório de Afonso, revestido de damascos vermelhos com uma velha câmara de prelado. A maciça mesa de pau-preto, as estantes baixas de carvalho lavrado, o solene luxo das encadernações, tudo tinha ali uma feição austera de paz estudiosa – realçada ainda por um quadro atribuído a Rubens, antiga relíquia da casa, um Cristo na Cruz, destacando a sua nudez de atleta sobre um céu de poente revoltado e rubro. Ao lado do fogão, Carlos arranjara um canto para o avô com um biombo japonês bordado a ouro, uma pele de urso branco, e uma venerável cadeira de braços, cuja tapeçaria mostrava ainda as armas dos Maias no desmaio da trama de seda.

No corredor do segundo andar guarnecido com retratos de família, estavam os quartos de Afonso. Carlos dispusera os seus, num ângulo da casa, com uma entrada particular, e janelas sobre o jardim: eram três gabinetes a seguir, sem portas, unidos pelo mesmo tapete: e os recostos acolchoados, a seda que forrava as paredes, faziam dizer ao Vilaça que aquilo não eram aposentos de médico – mas de dançarina!

A divisão dos gêneros se reflete na divisão dos espaços dentro da casa, os *fumoirs* e gabinetes eram locais reservados estritamente aos homens, para as senhoras foram destinados pequenos salões. A casa se dividia em setores destinados aos homens e às mulheres, sendo que a entrada principal exercia a função de ponto de encontro dentro da residência e o jardim funcionava como local para ambos os sexos. A separação entre os sexos também se dava na ala dos empregados, não se admitindo a ocupação de quartos por pessoas que não fossem do mesmo sexo (HALL, 2009). Além da divisão entre o masculino e o feminino, as moradias também apresentavam uma separação entre os criados e os patrões que se tornou mais rígida com a separação de andares reservados aos empregados. Eles deveriam estar próximos apenas o suficiente para serem chamados, muitas vezes por um sininho que se popularizou nesse período. A adoção do vestíbulo como distribuidor dos cômodos favoreceu a distinção entre a circulação da criadagem, dos moradores e dos visitantes. Esse modelo de residência é um modelo da intimidade burguesa que possui variantes de acordo com cada país ou cidade. As diferenças entre as culturas nacionais, religiosas e políticas, as relações sociais e familiares e os papéis sexuais, levam a uma disparidade nas estruturas e usos da casa. Entretanto, é possível estabelecer uma relativa uniformidade do modo de vida burguês no século XIX e das formas de morar que Perrot (2009c: 289) resume da seguinte forma: “É uma sutil mistura de racionalidade funcional, um conforto ainda bastante reduzido e nostalgia aristocrática, particularmente viva nos lugares onde subsiste uma vida de corte”.

As residências burguesas refletiam a necessidade desta classe de uma separação entre o que deve ser mostrado publicamente e a vida privada. Nessas casas é possível perceber uma nítida diferenciação entre a sala de visitas e os outros aposentos. O

salão não era o lugar da família, não havia fotos familiares e não se permitia a entrada de crianças se os pais estivessem recebendo visitas. Essa sala é, portanto, um espaço de transição entre a vida privada e a pública. Esse domínio está claramente delimitado pela burguesia do início do século XX, mas não em outros meios sociais, como no caso dos camponeses e operários. De certa forma, ter uma vida privada era um privilégio de classe. A vida privada burguesa era mais ampla, os membros da família possuíam seu próprio quarto, com cama, armário e outras peças individuais. As camadas médias da sociedade, com uma situação financeira um pouco melhor que as classes baixas, apresentavam uma vida privada mais desenvolvida que o povo e menos que os burgueses.

A preocupação com a higiene atingiu o costume de tomar banho, que havia se tornado mais escasso desde a Idade Média. Na segunda metade do século XIX, esse voltou a ser um hábito adotado pela sociedade, os progressos da higiene íntima revolucionaram a vida privada. A teoria infeccionista, a descoberta dos micróbios e do mecanismo da transpiração levaram a uma preocupação com a obstrução dos poros pela sujeira, considerada perigosa por ser um veículo dos miasmas. A influência reconhecida entre o físico e o moral valorizava a limpeza, que também simbolizava um distanciamento entre a elite e o proletariado, o que contribuiu para o desejo de purificação da burguesia. Entretanto, certas crenças levavam à prudência com relação a essas práticas, existiam normas bem definidas que regulamentavam o banho segundo o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. Elas serviam para evitar a languidez, a complacência e a apreciação do próprio corpo. O aparecimento da ducha modificou o tempo do banho e seu uso era aprovado por dinamizar o processo e evitar o languescimento (CORBIN, 2009).

A toalete, preparação para o espaço público, realizada dentro do espaço privado, era um ritual que, a princípio, se limitava à elite, mas que, entre 1880 e 1910, se difundiu entre as outras camadas sociais. O desenvolvimento da higiene pessoal avançou da classe alta para a média e atingiu o povo através dos empregados domésticos. Ainda assim, era uma higiene limitada: as mãos eram lavadas frequentemente, o rosto e os dentes, ao menos os da frente, todos os dias, os pés uma ou duas vezes por mês e a cabeça, nunca. O banho feminino era regulado pelo ciclo menstrual (CORBIN, 2009).

Desde o início do século XIX, a presença do médico se intensificou entre a aristocracia e a burguesia. A medicina privada, conhecida também como “de família”, fez com que o médico conhecesse bem a família e seus segredos, se tornando íntimo, os médicos se tornaram os novos sacerdotes. Caso fosse necessário, ele ajudava a ocultar uma tara hereditária, a afastar familiares comprometedores e a promover casamentos difíceis. As mulheres se tornaram suas aliadas, ao contribuírem com a reputação do médico, pois eram as responsáveis por cuidar da saúde da família. O alcance da ciência médica e

higienista atingiam os exercícios físicos, a presença nos bailes, a leitura, as relações conjugais e até mesmo o discurso das paixões, os devaneios da alma, o uso dos sentidos, o conteúdo dos sonhos. Em todos os casos era recomendada a moderação. O casamento é sacralizado pelos profissionais da saúde, segundo Perrot (2009b: 101), “como regulador das energias e forma para evitar as perigosas relações dos bordéis, destruidores da raça”. Isso ocorreu especialmente na segunda metade do século XIX quando se desenvolveu o temor pelas doenças consideradas hereditárias, como tuberculose, sífilis e alcoolismo e a família era vista como garantia de um bom nascimento, de perpetuação do “bom sangue”. Na década de 1880, a noção do contágio e as teorias pasteurianas modificaram as atitudes e os costumes, a relação entre o médico e sua clientela também se modificou.

A consciência da importância da família dentro da estrutura social levou os representantes do poder a se intrometerem em sua privacidade. Essa intervenção aconteceu principalmente com as famílias pobres, vistas como incapazes de cuidar das crianças. O filho não era visto apenas como dos pais, ele era o futuro da nação. Por isso, filantropos, médicos e estadistas interferiam para educá-los, protegê-los e discipliná-los. As primeiras leis sociais visavam proteger as crianças, limitando seu trabalho nas fábricas. Assim, a infância se tornou um setor onde as dimensões do público e do privado se tocavam e muitas vezes entravam em choque (PERROT, 2009e).

O nascimento que sempre foi um ato privado e feminino, do qual os homens eram excluídos, passou a abrir exceção para um homem, o médico que se tornou presença obrigatória nas famílias ricas com a medicalização do parto. Apesar disso, as parteiras ainda possuíam domínio sobre esse momento. Ter o filho no hospital era sinal de pobreza, a maioria preferia que seus filhos nascessem em casa, geralmente no quarto do casal. Essa situação só se modificou no período entre as duas guerras mundiais no século XX. Apesar do maior cuidado com as crianças, o uso de amas-de-leite e o abandono dos filhos são recordes no século XIX, comportamento encontrado na personagem título do livro de Gustave Flaubert (2010), *Madame Bovary*, publicado pela primeira vez em 1857, Emma Bovary deixa a filha Berthe aos cuidados da ama de leite que cuida de outras várias crianças em uma modesta casa nos arredores da vila de Yonville. Essa situação vai se modificar aos poucos com o surgimento de uma nova ciência no fim do século, a puericultura. A partir de então, toda mulher para ser considerada boa mãe deveria cuidar pessoalmente de seu bebê, o pai só se interessava pelo filho quando ele já podia andar. A amamentação era estimulada pelos médicos que temiam a transmissão de “genes ruins” pelas nutrizas aos bebês através do leite (PERROT, 2009e).

Até o século XVIII, o conforto era considerado como um sentimento de bem-estar, algo cultural e só secundariamente físico, que não poderia ser estudado e nem

quantificado. Mas a preocupação com a ventilação, que surgiu no século seguinte, exerceu grande influência sobre o conforto doméstico, pois a partir de então ele foi considerado algo que se poderia ser estudado, medido e explicado. Essa mudança ocorreu por conta de pesquisas sobre a quantidade de ar necessária dentro dos ambientes. Além disso, a criação de mecanismos para se alcançar o nível de ar puro desejado no interior das casas levou ao entendimento de que o conforto poderia ser alcançado com o auxílio das máquinas. Durante o século XIX teve-se início uma preocupação exagerada com o ar puro levando a promover a circulação de grandes quantidades de ar dentro das casas. Acreditava-se que várias doenças, como malária e cólera, poderiam ser transmitidas pelo ar, causadas por impurezas ali encontradas, essa idéia era conhecida como Teoria Miasmática. A moda, a ciência e a medicina contribuíram para a mania da ventilação (RYBCZYNSKI, 2002).

A maior revolução na casa ocorreu na segunda metade do século XIX com a regularização do abastecimento de água nas cidades e o fornecimento de água corrente nas residências, a princípio, apenas no térreo, passando posteriormente aos andares superiores. Essa inovação possibilitou um maior asseio pessoal, facilitou a execução dos trabalhos domésticos tornando-os um pouco menos pesados e contribuiu para modificar os espaços residenciais. O banho deixou de acontecer em diversos cômodos em tinas portáteis e recebeu um aposento apropriado com peças fixas, as residências de luxo possuíam um cômodo exclusivo para essa função. A produção industrial de material hidráulico e a invenção do sifão e do vaso sanitário levaram a água corrente da pia da cozinha para o lavabo, para o w.c. (*water closet*) e para o banheiro. Dessa forma, cozinha e banheiro se transformaram nos locais de mecanização da casa. Outras inovações foram criadas para facilitar o trabalho doméstico e se concentraram principalmente na cozinha, como as máquinas de moer carne e café, a batedeira de ovos e de manteiga, o aparelho de fazer gelo e sorvete. Essas surgiram num momento de revalorização da higiene pessoal e da construção de uma nova noção de conforto e salubridade elaborados pela medicina e pela química (HOMEM, 1996).

O aparecimento de um cômodo de uso comum da família com privada e banheira se deu nos Estados Unidos. No final do século XIX, esse ambiente, acrescido de pia, era comum nas casas americanas, mas não na Europa onde se manteve por algum tempo o hábito de tomar banho no quarto de vestir em banheiras portáteis. O surgimento do banheiro moderno, um espaço eficiente e funcional se deve à diminuição dos criados domésticos e não a um grande avanço técnico, pois este já havia acontecido anteriormente. Essa modificação nos espaços residenciais gerou outra configuração com o desaparecimento do quarto de vestir, que havia perdido sua função, e com a redução do tamanho do quarto de dormir, visto que este já não precisava mais ter espaço para abrigar

uma banheira. Todas essas transformações levaram a uma redução do tamanho total da casa (RYBCZYNSKI, 2002).

A iluminação doméstica era muito precária, até 1783, quando foi inventado um novo tipo de lampião a óleo que proporcionava uma iluminação mais intensa, toda luz noturna que se tinha até então vinha das velas. Desde o início do século XIX, a iluminação a gás já era empregada nas cidades, mas só foi introduzida nas residências quase meio século mais tarde, pois o gás era considerado perigoso. Os lampiões a óleo iluminavam bem uma mesa, mas a iluminação a gás atingia todo o cômodo. Essa melhor iluminação proporcionou, além de conforto, a possibilidade de ler a noite, o que contribuiu para o aumento da instrução e também da consciência com relação à limpeza, tanto pessoal quanto doméstica. Os eventos noturnos aconteciam na penumbra até o surgimento da eletricidade, que se deu nas casas parisienses em 1890. No começo do século XIX, nas casas abastadas usavam-se velas ou lamparinas a óleo. Os serões em família eram ocupados por jogos de cartas, dados ou de tabuleiro, e de leitura em voz alta que poderiam ser compartilhadas com as crianças, era o momento da conversação íntima (RYBCZYNSKI, 2002).

Os novos mecanismos desenvolvidos para melhorar a ventilação, a iluminação e o aquecimento, nem sempre eram vistos com bons olhos pelos decoradores. Essa postura dificultou o desenvolvimento do conforto doméstico e dos equipamentos que estavam sendo criados, pois estes precisavam de aprimoramento que só poderia advir do uso. A falta de energia adequada para o maquinário doméstico, como a máquina de lavar, de costura, o ventilador, entre outros, era um empecilho para sua adoção pela população em geral. A princípio a força motriz dessas máquinas era a humana, somente após o desenvolvimento da energia elétrica é que esse problema foi resolvido. Ela foi rapidamente introduzida nos lares americanos, apenas dois anos após Thomas Edison iluminar parte das ruas de Nova York, em 1882. Pouco depois a iluminação elétrica estava nas casas, não apenas na dos ricos, e nas cidades de vários países. As melhorias na iluminação doméstica demoraram a acontecer, mas se desenvolveram rapidamente, passaram-se apenas 100 anos entre o lampião a gás e a lâmpada incandescente. A introdução da iluminação a gás e da ventilação foi o início da racionalização e da mecanização da casa. Na virada do século, desenvolveu-se um desejo de integração e domínio do mundo pela casa, o desenvolvimento técnico, como a eletricidade e as novas comunicações, como o telefone, permitiram sua realização.

Entre 1890 e 1920 os principais equipamentos que contribuem para o conforto doméstico – aquecimento central, encanamento interno, água corrente, energia elétrica, elevador – já haviam sido criados. Até o final desse período, várias máquinas domésticas passaram da força humana para a energia elétrica, como a máquina de lavar roupa e a de

lavar pratos, e outras que foram criadas mais tarde, como a geladeira. Todas se tornaram um grande sucesso de vendas, especialmente o aspirador de pó. Os eletrodomésticos tiveram boa aceitação porque a energia elétrica era barata nas primeiras décadas do século XX. A contribuição desses equipamentos para o conforto doméstico é comentado por Rybczynski (2002: 162), "A maior economia que estes aparelhos elétricos geraram não era de tempo, mas de esforço; eles permitiam que as tarefas domésticas fossem realizadas com mais conforto". A partir da década de 1920, o conforto trazido por esses equipamentos e tecnologias tornou-se mais acessível, a princípio nos Estados Unidos e mais tarde na Europa por causa do desenvolvimento da indústria, levando o conforto ao patamar de produto de massa, mudando-o não apenas em termos de qualidade, mas também de quantidade.

2.3 – As engenheiras domésticas e os tratados de economia doméstica

A eficiência e o conforto nos trabalhos domésticos chegaram primeiro nos Estados Unidos (RYBCZYNSKI, 2002). A grande inovação da casa americana foi o conforto no lazer e na realização das tarefas domésticas. A preocupação com a diminuição do tempo gasto na realização do trabalho de casa estava diretamente relacionada ao reduzido número de empregados domésticos nos lares americanos. Esta situação não foi ocasionada por uma questão de demanda, mas de oferta. O trabalho doméstico, essencialmente feminino, era muito pesado, especialmente antes do advento dos eletrodomésticos, e pouco valorizado. As mulheres pobres preferiam qualquer outro tipo de emprego, até mesmo nas fábricas, ao trabalho nas casas burguesas.

Juntamente com o declínio das empregadas domésticas e do aparecimento de uma gama de eletrodomésticos surgiram diversos livros sobre administração do lar, especialmente após 1900. Essas publicações incentivaram a mulher americana a não contratar trabalhadores para realizarem tarefas domésticas em seus lares e, ao invés disso, empregarem os novos aparelhos que reduziam o serviço de casa, como a máquina de lavar e secar roupa, o aspirador de pó, o ferro elétrico, etc. Essa posição era defendida por grupos femininos, como o *Material Feminist*, que pregavam a coletivização dos serviços domésticos, com a criação de cozinhas coletivas, a remuneração do trabalho da dona-de-casa e a transformação espacial e material das casas (SILVA, 2008).

O primeiro tratado sobre o que ficou conhecido como economia doméstica foi *A treatise on domestic economy for the use of young ladies at home and at school* (Um tratado de economia doméstica para ser usado por moças em casa e na escola) escrito por

Catherine Beecher, em 1841. Ele versava não apenas sobre questões referentes à administração do lar, mas também a respeito das construções das casas onde dava destaque à saúde, à conveniência e ao conforto nos projetos residenciais, dando pouca importância a questões de estilo. Tinha como objetivo ensinar para as donas-de-casa economia doméstica e métodos de organização das tarefas na cozinha.

Tanto no Tratado como em seus livros posteriores a autora desenvolveu ideias de projetos arquitetônicos e técnicos. Suas propostas eram destinadas à principal usuária da casa, a mulher, portanto possuía um olhar diferenciado dos demais projetos elaborados por homens. Em suas palavras: “Não há um aspecto da economia doméstica que diga respeito à saúde e ao conforto diário das mulheres americanas mais do que a construção adequada das casas.” (BEECHER *apud* RYBCZYNSKI, 2002: 166). O planejamento da cozinha recebeu destaque no tratado de Beecher como afirma Rybczynski (2002: 166, 167):

(ela) não só indicou a localização dos componentes principais como a pia e o fogão, mas também diversas outras inovações práticas: gavetas para toalhas e para detergente em pó debaixo da pia, uma bancada de trabalho contínua com espaço para guardar coisas embaixo e prateleiras em cima, o fogão separado do restante da área de trabalho por portas de correr de vidro.

Catherine Beecher analisou as tarefas cotidianas domésticas como lavar, cozinhar, limpar, a fim de estabelecer normas de execução dessas atividades de forma a se tornarem mais eficientes. Defendia que as mulheres poderiam ser treinadas para executarem as tarefas domésticas de forma eficiente e racionalizada assim como qualquer outro profissional. Para a autora, as casas deveriam ser mais compactas, não apenas por uma questão de economia de espaço e de dinheiro, mas porque casas menores eram mais fáceis de cuidar e mais confortáveis. Essas análises eram voltadas para as camadas médias da sociedade americana, as classes privilegiadas não se preocupavam em aumentar a eficiência na execução das tarefas domésticas, pois elas eram cumpridas pelas criadas e não pelas donas de casa.

Em 1869, Catherine juntamente com sua irmã Harriet Beecher Stowe publicaram *The American Woman's Home* (A casa da mulher americana) onde defendiam a importância do planejamento da cozinha e propunham cozinhas semelhantes às linhas de montagem das fábricas com bancadas de trabalho contínuas, à altura da cintura e com armários. Diferente dos demais livros sobre arquitetura doméstica, os de Beecher eram voltados para as mulheres e, desta forma, abordavam questões que os exemplares voltados para os homens não faziam, como cozinhas confortáveis e espaços necessários em armários. Enquanto a versão masculina tratava de moda e ornamentação, o livro feminino lidava com

o funcionamento da casa e não com a sua aparência. Os livros escritos por homens sobre os espaços residenciais nesse período não faziam referência às atividades femininas domésticas ou, no máximo, falavam sobre elas em leves passagens. Na visão masculina o trabalho doméstico era uma função dos criados e não precisava ser facilitado. Beecher tratava diretamente do assunto, pois ela sabia que parte ou todo o serviço da casa era realizado pelas donas-de-casa.

A característica principal da domesticidade americana, e que está presente em *A treatise on domestic economy*, é a visão da casa através dos olhos das pessoas que cuidavam dela, ou seja, através do ponto de vista da mulher, alterando a imagem da casa como retiro para os homens. A noção masculina de lar estava relacionada ao descanso, um lugar para se ficar à vontade. Em contrapartida, a noção feminina era mais dinâmica e estava ligada tanto ao estar à vontade quanto ao trabalho. Assim, o foco passou da sala de visitas para a cozinha, o lugar por onde entrou a eletricidade nas residências. A organização da cozinha tinha como objetivo simplificar as tarefas através da economia de movimentos e do acesso aos equipamentos, que deveriam ser produzidos em grande escala para haver uma diminuição de seu custo.

Após os estudos de Beecher, outras mulheres passaram a escrever sobre a administração doméstica e ficaram conhecidas como “engenheiras domésticas”. Algumas delas são: Ellen H. Richards que em *The Cost of Shelter* (O custo da moradia) afirmava que o serviço doméstico deveria ser visto como uma convenção social cara e desnecessária; Mary Pattison encarava o serviço doméstico como uma relação de vassalagem e se opunha a ele baseada em princípios sociais em *Principles of Domestic Engineering* (Princípios da Engenharia Doméstica), de 1915; outra que argumentava contra a contratação de empregadas domésticas era Christine Frederick, para ela o maior obstáculo para a administração do lar eram as empregadas, geralmente meninas pobres e sem instrução que resistiam aos novos aparelhos domésticos. Frederick, a partir de 1912, iniciou uma pesquisa científica sobre a rotina diária da casa e os movimentos da dona-de-casa ao executar as tarefas domésticas. Esses estudos partiram de princípios sociais, uma vez que o serviço doméstico estava fortemente associado à escravidão (SILVA, 2008).

Havia certa desconfiança contra os arquitetos por parte das teóricas da administração do lar, a ponto de se autodenominarem “engenheiras domésticas” e não “arquitetas domésticas”. Nos Estados Unidos, os engenheiros tiveram importante participação nesse movimento de racionalização do trabalho doméstico ao estudarem novas formas de organização espacial e os movimentos necessários a execução das tarefas domésticas, porém, na Europa, foram os arquitetos que contribuíram para esse processo.

A ideia da casa eficiente defendida por elas surgiu da união das tentativas femininas de tornarem o espaço doméstico mais racional e organizado com as teorias criadas para melhorar o desempenho nas fábricas, especialmente a teoria desenvolvida por Frederick Winslow Taylor. Esse método foi desenvolvido através da observação direta da execução das tarefas nas indústrias em busca de melhorias que pudessem aumentar a eficiência e, conseqüentemente, a produtividade. A visão da casa moderna pequena e com equipamentos bem posicionados e áreas de trabalho planejadas tem fundamentos parecidos com essa teoria. Sob a influência direta de Taylor, que escreveu a introdução do seu livro, Mary Pattison aplicou durante anos a técnica da observação direta, medida e análise taylorista às atividades domésticas, criando para isso a “Estação Experimental de Administração do Lar”, em Nova Jersey (RYBCZYNSKI, 2002).

A aplicação do conhecimento da “administração científica” ao trabalho de casa se deve ao interesse de Christine Frederick pelo assunto. Ela tomou contato com esse novo método através de seu marido, que havia trabalhado em um projeto juntamente com engenheiros de eficiência. Ela argumentava que, se a concepção de eficiência poderia ser empregada em trabalhos diversos também poderia o ser no trabalho doméstico. Assim, decidiu aplicar a técnica de observação dos hábitos de trabalho em sua casa e na de outras mulheres, o que resultou numa série de artigos publicados, em 1912, onde Frederick expunha técnicas para a realização mais eficiente do trabalho em casa, como a altura adequada da bancada, o posicionamento dos instrumentos de trabalho e o planejamento das atividades. Aparentemente, Pattison e Frederick não tiveram contato, mas ambas chegaram a conclusões muito parecidas.

Nesse momento surgiram várias propostas de casas compactas e eficientes. Na Inglaterra, as casas planejadas desta forma eram muito grandes, como é o caso do projeto elaborado pelo arquiteto C. J. Richardson para uma casa suburbana para uma família pequena que possuía 560 m². As propostas americanas eram bem mais compactas, com cômodos menores, armários embutidos e planejados, chegaram a ter um quarto do tamanho da proposta inglesa. Apesar da maneira mais eficiente de se organizar o trabalho doméstico, a aparência das casas permanecia a mesma. As mudanças sofridas pela decoração se originavam na moda e não na tecnologia. Partia-se do princípio de que a decoração deveria seguir algum estilo de época, o que levou a uma mistura do tradicional com as inovações, através da adaptação das novas tecnologias ao gosto da época, com ventiladores de teto e candelabros a gás ricamente decorados em estilos históricos (RYBCZYNSKI, 2002).

Os livros sobre administração do lar alcançaram muito sucesso porque eram escritos por mulheres e partiam do princípio de que o seu lugar era em casa. Apesar das inovações propostas por Beecher, ela não era uma feminista, não estava propondo que a

mulher deveria sair de casa, pelo contrário, na sua visão a casa era o lugar da mulher, mas ela não estava adequadamente planejada para recebê-la. Quando as engenheiras domésticas introduziram a eficiência na administração do lar, partiram do princípio de que as tarefas domésticas eram uma obrigação da mulher (RYBCZYNSKI, 2002). Entretanto, as técnicas para reduzir o tempo gasto com os trabalhos domésticos possibilitaram, mais tarde, que a mulher saísse de casa e fosse em busca de uma carreira profissional. O desejo feminino de trabalhar fora de casa mudou tudo isto, o que não significa o desaparecimento da domesticidade, mas modifica o conceito de que a casa é o “lugar da mulher”. Apesar dessas mudanças, o espaço residencial continuou a ser um local de trabalho feminino, mesmo com as mulheres trabalhando fora.

2.4 - A privacidade e o conforto no Brasil

Segundo o historiador Fernando Novais (2007), conceitualmente não seria possível falar em vida privada antes do século XIX, pois vida privada é o contraponto à vida pública e esta só seria identificável a partir dos oitocentos, quando se encerra a era das revoluções liberais. Somente em meados do século XVIII e início do século XIX é que se começa a ter mais cuidado com a preservação da intimidade e com a distribuição dos espaços internos das residências. Entretanto, é possível levantar uma pré-história da vida privada se ampliarmos o conceito englobando, como afirma Novais (2007: 09), “as manifestações das intimidades em momentos e contextos em que seu espaço ainda não se encontra plenamente definido”.

A privacidade e a intimidade no Brasil devem ser analisadas levando-se em consideração a seguinte afirmação de Algranti (2007: 89): “a distinção entre público e privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX e, ainda assim, só de forma muito tênue, pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual.” Portanto, no período colonial não é possível estabelecer limites bem definidos entre as esferas pública e privada, há entre elas uma mistura e mesmo uma coexistência dentro de determinados espaços. Essa desordem entre o público e o privado pode ser encontrada nas casas coloniais, onde não é possível definir claramente os espaços exclusivamente privados, pois, como afirma Marins (2001: 16), “casa e rua eram prolongamentos um do outro”. A habitação colonial pode ser vista como um lugar público, onde não havia isolamento entre seus habitantes, tudo podendo ser visto e ouvido. Algranti (2007) concorda com essa afirmação, mas aponta que, nas casas mais ricas havia uma preocupação em separar atividades e áreas de uso exclusivo da família, apesar de as

alcovas e quartos se intercomunicarem diretamente sem uma área de circulação, o que inviabilizava a intimidade visto ser preciso atravessar um cômodo para chegar a outro. A vida privada brasileira se confunde com a vida familiar no período colonial e imperial, e no campo, a vida privada praticamente anula a vida pública.

A privacidade no Brasil se originou no período colonial, mas só se desenvolveu nos séculos XIX e XX. No final do século XVIII, ampliaram-se as relações com a Europa levando a algumas mudanças nas casas coloniais, como o maior cuidado com a preservação da intimidade nos espaços internos domésticos e nos padrões de sociabilidade inspirados no novo modo de viver burguês. Isso ocorre num momento em que a mobilidade diminui com a estabilização das frentes de colonização e o crescimento das cidades. Nesse período, iniciou-se um processo de mudança no padrão social em alguns centros urbanos mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que se solidificou com a chegada de Dom João VI (ALGRANTI, 2007). Ao longo dos oitocentos, outras influências contribuíram para a transformação da conceituação da privacidade, da intimidade e do conforto no Brasil, como o desejo de civilizar-se através da adoção dos hábitos e costumes europeus, especialmente franceses; a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre; o crescimento da urbanização e da elite urbana em detrimento da aristocracia rural; a mudança de regime político, de monarquia para república; o progresso da medicina higienista e as novas tecnologias e utensílios domésticos.

Havia nesse período uma forte restrição a presença de estranhos no interior das casas, estes só eram admitidos nas salas, o espaço mais ligado à rua. O interior das residências também era preservado do olhar dos passantes por treliças. O homem tentava de todas as formas de preservar a mulher, sendo ela sua esposa, filha ou parenta, de estranhos. Esta prática social em que a mulher deveria ficar em casa saindo apenas em ocasiões determinadas e, ainda assim, somente acompanhadas, ficando restrita sua circulação dentro de casa a alguns cômodos, influenciou na distribuição dos ambientes residenciais. Esse confinamento e a vigilância constante das mulheres brasileiras por seus familiares muito impressionou os viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil como Auguste de Saint-Hilaire (1974: 74) observou ao comentar sobre os jardins existentes nas casas das classes sociais mais abastadas, “os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, interditadas aos estrangeiros”. Outro viajante francês que esteve no Brasil em meados do século XIX, afirmou ser a mulher brasileira a maior escrava do lar, “os bordados, os doces, a conversa com as negras, os cafunés, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à igreja, eram todas as distrações que o despotismo paternal e a política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas” (EXPILLY, 1935: 401).

Não apenas os jardins levaram os visitantes a escrever sobre o confinamento feminino. Ao passarem pelos núcleos urbanos também muito se impressionaram com a presença das gelosias e rótulas nas janelas e portas das residências que foram muitas vezes relacionadas ao confinamento feminino. Essas treliças de madeira tinham a função de arejar e, ao mesmo tempo, preservar a intimidade dos moradores dos olhares indiscretos dos transeuntes numa época em que o vidro era muito caro e praticamente inexistente. Segundo Algranti (2007: 98), “sua utilização (...) poderia estar ligada a vários fatores e não primordialmente ao ocultamento das mulheres”. Para Marins (2001), a rótula era um meio de sociabilidade entre o espaço público e o privado, uma transição. Elas foram abolidas no momento em que se passou a valorizar a decoração dos ambientes e a dar atenção ao conforto, surgindo a preocupação em tornar as casas mais aconchegantes, o que mostra a importância dada aos ambientes mais agradáveis para o convívio familiar e a intimidade.

Um dito popular do período colonial expressa bem a ligação entre a mulher e a casa. O mesmo informa que a mulher deveria sair do lar em apenas três ocasiões durante toda a sua vida: “para se batizar, para se casar e para ser enterrada” (ARAÚJO, 2004: 49). Alguns viajantes deixaram relatos que corroboram com esse ditado, Froger *apud* Araújo (2004: 49), que passou por Salvador em 1696 afirmava que as mulheres brasileiras “são de dar pena, pois jamais veem ninguém e saem apenas aos domingos, no raiar do dia, para ir a igreja.” Koster *apud* Marins (2001: 20), já no século XIX, ao falar sobre o Recife, onde esteve em 1809 e em 1816, também se impressiona com a clausura das senhoras brasileiras:

não se veem mulheres além das escravas negras, o que dá um aspecto sombrio às ruas. As mulheres portuguesas e brasileiras, e mesmo as mulatas de classe média, não chegam à porta da casa durante o dia. Ouvem a missa de madrugada, e não saem senão em palanquins⁶, ou a tarde, a pé, quando, ocasionalmente, a família faz um passeio.

Talvez não tenha sido exatamente assim, mas isto pode bem representar a mentalidade da população da época ou do homem, que era o chefe da família, definido por Veríssimo e Bittar (1999: 21) como “dono da terra, dos escravos, da vida e da morte de seus subordinados”, inclusive de sua esposa. Realmente, nas cidades brasileiras as mulheres quase não saíam às ruas, mas Dias (1995: 96) tem outra explicação para esse “confinamento” feminino: “a tão propalada clausura das donas sempre ausentes era um

⁶ O palanquin também chamado de liteira ou cadeirinha era um meio de transporte muito utilizado no Brasil colonial. Constituíam-se de uma cadeira suspensa em uma plataforma, carregada por dois escravos e coberta por uma cortina. A decoração da mesma variava conforme as posses de seu proprietário. Debret retratou uma dessas cadeirinhas pertencente a uma rica família na aquarela *Une dame allant à la Messe dans sa chaise à porteur* (Uma senhora indo à missa numa cadeirinha). Ver imagem BANDEIRA & LAGO, 2007: 139.

costume imposto pelo espaço urbano ainda precário, por ruas mal calçadas sobre as quais era difícil andar”. Benchimol (1982: 24, 25), cita o viajante Thomas Ewbank, que veio ao Rio de Janeiro, em 1846 onde ficou por cinco meses, nessa viagem tudo anotou e transformou seu diário em livro, “A vida do Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras”. O inglês nota uma modificação nos costumes patriarcais de reclusão feminina com a incorporação de hábitos cosmopolitas pela sociedade carioca. As mulheres poderiam sair às ruas e frequentar os locais de lazer destinados à elite. Porém, essa tarefa não era fácil, as condições das calçadas, a sujeira e os escravos que por ali transitavam são apontados como fatores desestimulantes para as damas da sociedade. Essas mulheres preferiam fazer suas compras com ambulantes ou mandar seus escravos às lojas.

A permanência no lar era um diferencial social, aquelas mulheres que podiam passar seus dias em casa pertenciam a uma classe mais abastada, a dignidade de uma senhora estava muito ligada ao seu recato e à sua permanência no interior das residências. Além disso, em uma sociedade escravista como a do Brasil, onde o trabalho braçal era considerado indigno e coisa de escravo, era preciso esconder dos olhares estranhos as donas-de-casa em suas tarefas domésticas, que eram muitas e pesadas. Assim, esse confinamento feminino está diretamente relacionado às senhoras das classes altas, pois às mulheres das classes desfavorecidas não era permitido ficar em casa o dia todo, era preciso garantir o sustento da família.

Alguns fatos nos levam a crer que a reclusão feminina no Brasil muitas vezes era menos uma obrigação imposta do que uma necessidade relacionada à administração das complexas tarefas domésticas necessárias à sobrevivência dos seus familiares e um símbolo de *status* social. As mulheres em geral, mesmo as pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade, até o final do século XIX, eram responsáveis por uma extensa lista de tarefas que deveriam ser realizadas longe dos olhares de estranhos, onde constavam numerosas incumbências vitais para o funcionamento da organização familiar, como nos relata Antonio Candido *apud* Homem (1996: 41,42):

A mulher dirigia a mão-de-obra escrava nos trabalhos da cozinha, fiação, tecelagem e costuras, além das atividades referentes à confecção de roupas dos escravos, do marido e dos filhos e às rendas e bordados. Era tarefa sua providenciar a comida dos escravos e agregados, de tratar das aves domésticas, do pomar, da jardinagem e culturas de flores (...) Cuidavam das crianças e dos animais domésticos. Com frequência auxiliava o marido na abertura de novas fazendas, na derrubada das florestas e nas plantações. Dirigia as atividades comemorativas (...) Não foram raras as viúvas que levaram adiante os negócios da família com energia e sucesso, revelando-se verdadeiras líderes e assumindo o lugar dos maridos incapazes ou incapacitados, transformando-se em chefes de família.

As mulheres, casadas, solteiras ou viúvas, eram responsáveis pelo adestramento dos escravos ou pelo comando dos criados, pelo atendimento às necessidades básicas e pela organização da vida familiar. Muitas vezes, as casadas auxiliavam os maridos em seus negócios e quando este faltava, por doença ou morte, elas assumiam suas obrigações. Homem (1996) afirma ser Antonio Candido o primeiro pesquisador a defender a existência no país de mulheres audaciosas que assumiam o papel masculino quando necessário, mesmo que submissas ao marido e dentro do costume que pregava a reclusão feminina, algumas demonstravam capacidade de comando e iniciativa.

A idealização da mulher cria uma dificuldade em estabelecer seu papel social desvinculado de sua imagem estereotipada. Para Dias (1995: 104), "A história social das mulheres das classes dominantes está longe de ser uma história de clausura e passividade". Os estereótipos da mulher brasileira foram elaborados pelos viajantes do século XIX, podendo ser explicados de acordo com o papel destinado à senhora da casa dentro da estrutura doméstica. Até o século XIX, a casa brasileira era uma mistura de unidade de produção e de consumo. Eram fabricados na própria residência boa parte dos víveres, utensílios domésticos e objetos pessoais que a família necessitasse. Era a mulher quem gerenciava essa empresa e sem ajuda do marido, ela deveria supervisionar todo o serviço de casa que incluía, não apenas, a limpeza, mas também a produção e o beneficiamento de todos os alimentos consumidos pela família e pelos escravos. Muitos estrangeiros afirmavam que a mulher brasileira passava o dia sentada, numa posição sedentária, e identificavam essa postura com o ócio. Essa situação levou alguns viajantes a colocarem nas mulheres o rótulo de preguiçosas por passarem grande parte do tempo sentadas e por quase não saírem de casa, por serem gordas e precocemente envelhecidas.

Costa (1989) defende que, sob o ponto de vista da organização doméstica, esses aspectos projetam uma nova significação sobre a conduta feminina. A postura sentada era um costume português de origem árabe e asiática que recomendava essa posição para a mulher que trabalhava ou repousava. Além disso, essa postura se adequava à funcionalidade da casa colonial, era a melhor posição para a mulher que comandava uma casa de dimensões, funcionalidade e disposição arquitetônica que demandava uma movimentação exaustiva para quem tentasse transitar por todos os seus cômodos. Essas casas possuíam inúmeros quartos, as zonas de serviço se localizavam nos fundos da edificação e a ausência de esgoto e água encanada obrigava as práticas de higiene pessoal a se realizarem fora da casa. Portanto, a movimentação física desnecessária deveria ser evitada. Outro fator determinante para a postura sentada da mulher era a quantidade de pessoas sob seu comando, permanecendo a maior parte do tempo sentada, a dona de casa determinava um ponto fixo de onde pudesse dar ordens e inspecionar os serviços.

À mulher pertencente às camadas privilegiadas cabiam dois tipos físicos: virgem franzina, pálida, etérea, e a mulher casada, gorda e bonita, caseira e procriadora. Criaturas frágeis com catorze, quinze anos se casavam e aos dezoito ou vinte já haviam se tornado mulheres gordas, moles. Aos vinte e cinco possuíam aparência de velha e muitas vezes morriam cedo, em seu oitavo ou nono parto. J. K. Tuckey *apud* Leite (1984: 42), ao escrever sobre a mulher brasileira em 1803, confirma o seu envelhecimento precoce afirmando que “aos catorze anos tornam-se mães, aos dezesseis desabrochou toda a sua beleza, e aos vinte estão murchas como a rosa desfolhada no outono”.

O confinamento feminino não é uma exclusividade da sociedade colonial brasileira. Era prática comum também entre os camponeses europeus ainda no século XIX e tinha como causa a inferioridade jurídico-econômica da mulher que não possuía acesso à herança e aos bens de família. Outra justificativa seria a crença entre os camponeses da Europa de que a mulher era uma espécie inferior da raça humana (COSTA, 1989). Várias são as explicações para o confinamento feminino que se caracterizava pelo casamento por interesse, a falta de amor entre os cônjuges, a inferioridade atribuída à mulher, a dependência econômica junto ao pai, marido, tio, tutor e a rígida divisão do trabalho social.

A permanência da mulher no interior da casa se devia principalmente à sua função econômica. No caso das filhas, os pais as mantinham dentro das alcovas e atrás de rótulas para evitar uma possível ligação indesejada com homens sem fortuna ou poder. A esposa era a principal responsável por zelar pelos bens do marido, atuando como capitão-do-mato, gerente, caixeiro. Era ela a responsável pela autossuficiência das residências, organizando a produção econômica da casa e supervisionando o trabalho escravo. Além dessa função produtiva, a mulher também atuava no setor de serviços, prestando auxílio como enfermeira, médica, professora, sacerdote. Cuidava dos doentes, fornecia medicamentos, ensinava as primeiras letras aos filhos e cumpria uma quantidade enorme de rituais religiosos: terços, ladainhas, novenas, promessas, etc. Freyre (1951) afirma que nas localidades onde havia maior predominância da mulher portuguesa se desenvolveu, desde o século XVI, um tipo de habitação mais nobre que em outras regiões. O maior domínio da mulher portuguesa sobre a vida colonial se reflete na arquitetura residencial mais elegante e em um estilo de vida doméstico. Em suas palavras,

Onde elas se instalaram, gordas e pesadonas, com seus conhecimentos de coisas de cozinha e de higiene da casa, com seus modos europeus e cristãos de tratar de menino e de gente doente, pode-se afirmar que aí a civilização europeia aprofundou-se mais e fixou-se melhor. As iaiás foram sempre as estabilizadoras de civilização europeia no Brasil. (FREYRE, 1951: 161)

A mulher praticamente não precisava sair de casa para obter o que precisava. O comércio atendia a família em domicílio, o que não se produzia em casa era comprado dos vendedores ambulantes. Essa situação atrasou por longo tempo o desenvolvimento urbano no Brasil. Somando-se a isso, os períodos de gravidez e resguardo em uma época em que os métodos contraceptivos eram praticamente desconhecidos e as mulheres permaneciam grande parte de sua vida parindo e cuidando de bebês. Dentro desse quadro, o alegado ciúme dos homens brasileiros seria o motivo mais tênue para o confinamento de suas mulheres. Qualquer que tenha sido o motivo, o isolamento feminino era um sintoma indiscutível da reserva social da família tradicional, que só foi abalada com o desenvolvimento urbano (COSTA, 1989).

Os viajantes que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX se surpreenderam com a pobreza do mobiliário das casas brasileiras, mesmo nas mais ricas, muitas vezes a mobília consistia apenas de camas, cadeiras, marquesas, baús e mesas. Era muito comum dormir em redes, poucos dormiam em camas, muitos possuíam apenas esteira e um travesseiro que colocavam sobre uma marquesa sem colchão ou lençol. Os mais ricos possuíam pesadas camas de jacarandá, usavam lençóis brancos, colchões e travesseiros macios, colchas da Índia e da China. Nas alcovas eram encontrados leitos com mosquiteiros, item que não poderia faltar, malas e canastras de couro e cestos. Guarda-roupa ou armários eram raros, por conta dos inúmeros insetos não se utilizavam armários, mas grandes canastras de madeira que se fechavam hermeticamente e eram colocadas em cima de estrados para que ficassem isoladas do chão e de vez em quando, eram colocadas no sol para que evaporasse a umidade (KOUTSOUKOS, 1994).

Somente em meados do século XVIII é que as camas se tornaram mais comuns, mas dividiam espaço com redes, catres e jiraus, descritos por Algranti (2007: 107) como uma “espécie de divã feito de pranchões erguidos algumas polegadas acima do chão”. As redes também eram usadas para sentar, mas o mais comum era sentar-se diretamente no chão, nos estrados ou em esteiras. Bancos e tamboretas eram móveis de descanso quase sempre toscos, usados ao longo de todo o período colonial. As marquesas e canapés foram mais usados em meados do século XIX. No início do mesmo, secretárias, escrivaninhas e tocadores surgem e se tornam mais frequentes ao passar do tempo. As casas brasileiras tinham tão pouco mobiliário que este era dividido entre os herdeiros, mesmo que em péssimas condições. Em alguns casos, percebe-se uma maior atenção dada aos locais de refeição, o que demonstra a importância desses momentos na vida familiar. Assim, grandes mesas que pudessem receber toda a família e alguns visitantes são comuns nas casas maiores. Os estrangeiros de passagem pelo Brasil notaram a escassez de mobiliário das residências nacionais.

Em visita à região mineradora no início do século XIX, John Mawe que esteve no Brasil entre os anos de 1807 e 1810, descreve o mobiliário simples de uma casa de classe média: "consiste em uma ou duas cadeiras, bancos, uma ou duas mesas" (MAWE *apud* ALGRANTI, 2007: 105). Na Paraíba, Koster *apud* Algranti (2007: 105) escreve na mesma época sobre a casa de um capitão-mor, ela era dividida em apenas dois quartos, "Em um havia várias redes e um sofá. No outro, longa mesa e poucas cadeiras". A partir das informações extraídas dos relatos citados, pode-se concluir que a condição social nem sempre influenciava diretamente sobre o conforto das residências e seu mobiliário no período colonial.

Geralmente, roupas e papéis eram guardados em baús ou canastras que, às vezes, eram colocados em cima de estrados suspensos para que ficassem longe da umidade do solo e dos animais. Caixas de vários tamanhos, com chave ou não, faziam parte dos pertences pessoais dos colonos. Cabides de chifre substituíam o armário, podiam ser encontrados em salas e quartos onde se penduravam roupas, chapéus, selas, armas, etc. Era esse o mobiliário comum nas casas coloniais, salvo raras exceções. Armários e guarda-roupas eram pouco comuns, substituídos por baús ou canastras, onde se guardavam a pouca roupa que possuíam, consequência de uma vida social quase inexistente (ALGRANTI, 2007).

A precariedade de mobiliário doméstico nas casas coloniais pode ser justificada pela falta de recursos financeiros e de artesãos competentes nos primeiros tempos. Mas não pode explicá-la nos séculos seguintes, quando chegam ao Brasil profissionais de todos os ofícios aptos a suprir, ao menos em parte, as necessidades dos colonos. Uma explicação, elaborada por Algranti (2007), para essa precariedade em relação ao conforto pode estar relacionada ao caráter temporário da estadia dos portugueses na colônia, para onde iam planejando voltar. Além disso, o trabalho pesado necessário à manutenção da sobrevivência deixava pouco tempo livre para pensar no conforto das moradias. Somando-se a essa situação, em uma sociedade marcada pelo isolamento e pela solidão com esparsas oportunidades de sociabilidade, dispensava-se pouca atenção à vida íntima. A sala no período colonial era onde se encontrava o melhor mobiliário da casa, e era o único lugar onde os visitantes tinham acesso.

A pouca importância dada ao conforto doméstico no período colonial se refletia no mobiliário escasso e revelava o desprestígio ou completa ausência do sentimento de intimidade e privacidade familiar. A casa colonial era pobre em mobiliário e decoração, segundo Costa (1989: 91), essa "pobreza dos interiores e a frouxidão dos costumes pessoais eram causa e consequência da escassez do sentimento de privacidade." A família colonial não dispensava o amor que, modernamente, consideramos desejável na criação

dos filhos. No sistema colonial, os filhos ocupavam uma posição secundária na família, tinham seu valor, como os demais parentes, como elemento a serviço do poder paterno. De uma forma geral, as crianças recebiam uma atenção genérica, não individualizada. Nas palavras de Costa (1989: 153), "A família funcionava como um epicentro do direito do pai que monopolizava o interesse da prole e da mulher".

As casas brasileiras possuíam pouco mobiliário e essa carência começou a ser solucionada com a importação de móveis mais elaborados do que os produzidos no país após a abertura dos portos, o que demonstra que a vida íntima passa a receber mais atenção e ganha importância. A casa recebeu outro tipo de decoração, tapetes grosseiros foram substituídos por assoalhos ou tapetes mais sofisticados. As paredes que contavam apenas com quadros religiosos e crucifixos recebem quadros de paisagens, os reposteiros ficaram mais detalhados, cortinas, lustres e armários mais finos passam a ser utilizados. No começo, essa sofisticação ficou restrita às casas mais ricas (ALGRANTI, 2007).

O casamento era considerado um fator importante para o projeto colonizador do Estado e da Igreja, mas na prática era uma instituição da elite. Esse sacramento conferia *status* e segurança para os colonos, sendo homens ou mulheres. Eles se realizavam segundo os interesses familiares e eram considerados apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar. O enlace era uma decisão tomada pelo responsável (pai, tutor, tio, etc.) e imposta ao dependente sem levar em consideração sua opinião. O amor não era considerado necessário à união. O contrato matrimonial tinha um caráter eminentemente econômico, confirmado pela obrigatoriedade do dote, quando parte dos bens da família da noiva é transmitida para o marido. O Conde de Suzannet *apud* Leite (1984) afirma, em 1845, ser o casamento no Brasil apenas um jogo de interesses.

Até o início do século XIX, família brasileira recebia pouco, restringindo sua sociabilidade à participação em festejos públicos, especialmente os relacionados à Igreja. As festas religiosas ou mesmo a ida às missas serviam como pretexto à ostentação da opulência familiar. Nos primeiros tempos de colonização, o espaço de sociabilidade de grande parte da população era a rua ou a igreja, ou seja, fora do ambiente doméstico. As festas religiosas eram a principal oportunidade de interação social na colônia, depois vinham as homenagens à família real e as comemorações quando autoridades civis e militares assumiam seus postos. A essas festividades compareciam, além dos moradores do núcleo urbano, aqueles que viviam nos arredores e mesmo fazendeiros de lugares mais distantes que possuíam residência na cidade. Para esses eventos, as ruas eram iluminadas e decoradas, e nas casas as janelas recebiam vasos de flores e mantilhas, formando uma maior interação entre a casa e a rua. Dessa forma, as cidades se tornavam o lugar das sociabilidades que não eram frequentes na vida dos colonos por conta das grandes

distâncias, das dificuldades de transporte e dos poucos recursos. Essas eram, praticamente, as únicas oportunidades dos habitantes mais pobres de confraternização. Além dessas comemorações, o hábito de dar hospedagem a forasteiros também trazia um pouco do mundo exterior para o interior do país. Na vida cotidiana, a Igreja realizava a mesma função das festas, proporcionando momentos de encontros coletivos tanto nas cidades e vilas quanto no campo, quando senhores e escravos se reuniam para as orações (ALGRANTI, 2007).

Dentro desse mundo de sociabilidades tão restritas poder-se-ia imaginar que os moradores de um mesmo domicílio, por conta do isolamento, especialmente no campo, desfrutassem de uma intimidade maior. Porém, dentro de uma sociedade patriarcal como a do Brasil, onde se devia respeito e temor ao pai, marido e senhor, o convívio familiar mais íntimo não foi desenvolvido. Provavelmente, as famílias mais abastadas viviam num clima de distanciamento e formalidade, quebrados apenas em ocasiões especiais.

Tanto os pobres quanto os ricos tinham suas atividades cotidianas ditadas pela luz natural. O dia de trabalho começava com o nascer do sol, o meio dia era o momento de descanso no meio da jornada, finalizada quando o sol se punha. Por serem caras, as velas eram apagadas cedo, o que impedia um maior convívio entre os familiares. Com a introdução dos candeeiros de querosene, que revolucionaram o sistema de iluminação doméstica, houve uma mudança nas práticas sociais ao se permitir a realização de reuniões sociais noturnas (ALGRANTI, 2007).

Nos inventários entre os séculos XVI e XVIII, encontram-se baralhos e tabuleiros de xadrez e gamão, prováveis formas de sociabilidade entre familiares e convidados. A leitura também era uma forma de intimidade e convívio familiar, podendo ser silenciosa ou em voz alta. Mas este não era um hábito muito difundido, pois grande parte da população não sabia ler. A sociabilidade doméstica se restringia a alguns jogos, reuniões e visitas. A prática de visitar amigos era comum e um hábito praticado pelos brasileiros desde os primeiros séculos da colonização que se transformou em moda e ganhou normas da etiqueta francesa com a chegada da corte portuguesa. No início do século XVI, Ambrósio Fernandes Brandão *apud* Algranti (2007: 116) nos fala dessa prática no Nordeste brasileiro: “as mulheres (...) quando vão fora (em visitas) caminham em ombros de escravos metidas dentro de uma rede (...) e da mesma maneira as visitas que fazem às suas amigas e parentas”. Essas visitas sem cerimônias eram práticas corriqueiras tanto no campo, com suas longas distâncias, quanto na cidade, com sua proximidade entre os habitantes. Elas simplesmente batiam à porta e se faziam a anunciar sem aviso prévio, podendo assim encontrar os moradores da residência despreparados para receber. Esses eventos tinham um papel importante na vida social dos colonos, mesmo que pareçam um tanto invasivos.

Esse hábito era difundido em todas as camadas sociais, e nas casas mais ricas os encontros poderiam se tornar pequenas comemorações com danças, jogos, comidas e bebidas e quando a distância era grande as visitas poderiam durar dias ou até semanas.

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro passou a contar com uma variedade de tipos antes desconhecida: aristocratas portugueses, comerciantes, políticos, diplomatas estrangeiros, literatos, artistas. Certos rituais, antes dispensáveis por conta da imobilidade da hierarquia social, tornaram-se fundamentais como instrumento de afirmação de poder. A partir de então, tornou-se necessário receber para recepções e reuniões domésticas as personalidades mais expoentes do mundo econômico, social e político. A cortesia e os requintes da etiqueta social europeia se tornaram interesse de brasileiros que desejavam viver conforme os costumes na Europa. Para compartilhar os favores da corte não bastava ter dinheiro, escravos, terras, era preciso aristocratizar-se. Essa necessidade provocou uma busca pelo enobrecimento, possuir um título nobiliárquico se tornou uma questão de honra e de demonstração de poder político-econômico. Os títulos proporcionavam prestígio junto à realeza e possibilitavam o acesso aos privilégios estatais. O enobrecimento social requeria a adoção de novos hábitos culturais, numa adequação a regras sociais europeias (COSTA, 1989).

A elite brasileira iniciou um processo de abertura a uma nova sociabilidade, a princípio imposta pelo desejo de se equiparar à nobreza ou à burguesia europeia. As festas particulares se tornaram uma necessidade, pois elas proporcionavam oportunidades de estabelecer relacionamentos econômicos e políticos favoráveis ao anfitrião. Além de se encaixarem nas estratégias da nobreza empobrecida e da burguesia endinheirada. Ambas desejavam riqueza e prestígio, uma das formas de adquiri-los era através da união entre famílias pelo casamento. Dessa forma, as recepções se tornaram um lugar para expor os filhos em busca de pretendentes ideais. O sucesso desses eventos dependia do requinte do ambiente e exclusivamente da mulher, seu comportamento, a forma como recebia, hospedava ou tratava personalidades importantes influenciava no bom encaminhamento da carreira política e econômica do marido. As europeias que frequentavam essas recepções eram mais bem educadas e instruídas, criando a necessidade de melhorar a educação das mulheres das classes privilegiadas do país. Aprendendo a transformar suas residências em locais mais elegantes e confortáveis contribuindo para o sucesso das estratégias econômicas e financeiras de seus maridos durante as reuniões, a mulher senhorial passou a participar mais da vida da sociedade (KOUTSOUKOS, 1994).

A vida social se intensifica e a família modifica seus hábitos influenciados pela corte portuguesa. Receber se torna uma prática inevitável, a visita instituiu-se como a principal ocupação social da corte, fora as missas e as festas religiosas e oficiais. A aparição

das mulheres em público se torna mais comum, a princípio, sua presença é sutil, notada por sua elegância e gestos delicados, copiados da cultura francesa. As casas vão acompanhar as modificações sociais e recebem grandes salões de festa decorados ao gosto francês com peças importadas após a abertura dos portos. Também as classes média e baixa acompanham essa nova moda, tudo dentro de suas posses.

A cidade se diversifica, com moda na rua Direita, a abertura de novos hotéis, e a adoção do hábito de comer fora de casa. Além de novas práticas sociais também novos hábitos de consumo e de lazer são adotados, tornam-se comuns os passeios à tarde pelo centro da cidade, os chás nas confeitarias elegantes, e para esses eventos, roupas requintadas feitas com tecido importado da Inglaterra com modelagem vinda de Paris. Schwarcz (1998:106) descreve o ambiente da capital:

Mulheres percorriam as ruas com suas saias amplas e longas – que lhes cobriam as pernas – seus xales de seda da Índia e seus chapéus sempre pequenos. Costureiras de nomes estrangeiros cuidavam da moda, enquanto os penteados ficavam por conta do concorrido salão do senhor Charles Guignard. Isso sem esquecer a perfumaria Desmarais, que não permitia que o calor dos trópicos e a falta de banhos gerassem um odor já considerado “natural”.

Freyre (1951) afirma que, em meados do século XIX, os viajantes europeus já não se sentiam tão fora da Europa quando em visita às casas-grandes brasileiras, lá encontrando música clássica sendo tocada ao piano e, se a dona da casa ainda não participava do jantar já aparecia depois da refeição para servir o chá. Um meio termo entre o estilo patriarcal e o modelo burguês europeu.

Novos costumes de consumo e de lazer são introduzidos. A agenda social se torna cada vez mais ocupada, com passeios à tarde, conversas nos elegantes chás e nas cafeterias, teatros, concertos, reuniões, festas e os bailes, a principal diversão da alta sociedade. Costume que chegou ao país com D. João VI e foi adquirindo um caráter não só social, mas também político. O primeiro baile público, no Rio de Janeiro, se deu no Teatro São Pedro de Alcântara, em 1844. E, segundo Freyre (1951: 282), este evento possibilitou o alargamento da “paisagem social de muita laiá brasileira no sentido de maior variedade de contatos com a vida extradoméstica”.

Com as mudanças estruturais ocorridas ao longo do século XIX surgiram novas formas de comportamento mais condizentes com os ideais da burguesia ascendente. Esta classe almejava alcançar o poder com a adoção do modelo aristocrático de distinção, elegância e requinte, buscando sua legitimação através dos símbolos da aristocracia. Para tal, dispensaram fortunas em bens de consumo, principalmente pessoais e domésticos. Os

bons modos, a etiqueta e a cultura dos convidados eram postos a prova na sala de jantar. A educação era mais importante que o dinheiro, assim, uma família que sabia se portar era considerada mais civilizada do que uma família de novos ricos sem refinamento.

Os novos artigos de uso doméstico foram sendo introduzidos aos poucos, principalmente nas casas dos senhores mais abastados. Nessas moradias, quando havia convidados, a mesa era servida com faiança fina e cristais ingleses, porcelana da China ou Índia, estas eram utilizadas no país mesmo antes da abertura dos portos. Em dias comuns, os talheres usados, mesmo nas casas mais ricas, consistiam de duas facas colocadas no centro da mesa, usadas por todos para espetar e cortar a carne, os outros alimentos eram levados à boca com as próprias mãos (KOUTSOUKOS, 1994). O talher chegou ao Brasil em meados do século XVII, as casas mais nobres possuíam muitos e de prata, mas eram pouco usados, o mais comum era comer com as mãos e apenas os homens usavam facas. Somente no final do século XIX, passou-se a usar o garfo para levar a comida à boca sem ajuda da faca. Ao final da refeição cruzavam-se os talheres dando sinal ao criado para retirar o prato (CASCUDO, 2004).

Até meados do século XIX, o estar da casa grande rural, do sobrado urbano ou da chácara, era a sala de viver ou varanda, situada nos fundos da casa. Havia uma nítida diferença entre o estar do homem e o da mulher. O homem passava grande parte do seu tempo ocioso na rua. A mulher, ao contrário, permanecia mais tempo no interior das habitações e seu ócio se misturava, invariavelmente, a alguma ocupação doméstica, havendo então uma superposição de estar com serviço. A varanda não se destinava apenas ao passatempo entre as refeições, mas também a inúmeras atividades domésticas, como a preparação de alimentos, passagem de roupas, entre outras, produzindo uma indiferenciação entre lazer e trabalho feminino (COSTA, 1989).

Cascudo (2004: 672) cita o viajante inglês Luccok, que esteve no Brasil entre 1808 e 1814, o qual afirma que a família brasileira do início do século XIX, passava a maior parte de seu tempo na varanda, nos fundos da casa. As mulheres se sentavam no chão, em esteiras, para costurar e bordar. Era ali que ocorriam as refeições, em tábuas colocadas sobre dois cavaletes, para sentar tamboretas de madeira ou, quando possuíam, cadeiras. Entretanto, era mais comum a família comer sentada no chão, sendo a esteira da dona da casa considerada sagrada, só se aproximando dela aqueles considerados prediletos pela senhora.

Por não haver água encanada nem esgoto nas residências, os moradores tomavam banho em gamelas de madeira ou bacias de cobre colocadas nas alcovas cheias de água que vinha dos chafarizes públicos ou dos poços no quintal carregada pelos escravos. A gamela para banho era uma peça única de madeira escavada medindo

aproximadamente 1,50 metros e, em geral, pintada a óleo na parte interna. Ao longo do século XIX, surgem banheiras de cobre, de zinco ou de folha de flandres com rodinhas e chave para tirar a água. Esses eram materiais considerados nobres e chiques e, provavelmente, mais higiênicos. Nos quartos de dormir das classes privilegiadas encontravam-se lavatórios ou *toilettes* providos de bacias e jarras. As cadeiras de retrete eram levadas aos quartos quando necessário. Nas casas mais elegantes havia uma espécie de balneário no quintal, uma construção ampla e confortável com locais para banho e descanso, abastecidos pelo trabalho escravo. As “casinhas” também encontradas no quintal ficavam completamente afastadas da casa de banho por causa dos odores. Mesmo quando a casa possuía “casinha”, alguns moradores preferiam o urinol, disfarçado ou não dentro os retretes, colocados nos quartos, alcovas ou *boudoir* (KOUTSOUKOS, 1994).

A posição de dependência da mulher em relação ao marido se refletia na organização do espaço residencial. O interior da casa colonial não possuía objetos que tornassem o ambiente mais agradável, propício ao repouso, pois o homem não se interessava pelo assunto, já que aproveitava seu tempo livre na rua. A mulher até poderia desejar organizar sua morada de outra maneira, mas não lhe era possível por não dispor de iniciativa pessoal nem de autonomia econômica. Apesar dos cuidados com a casa serem uma obrigação exclusivamente feminina, ela não poderia modificar os aposentos de acordo com as suas necessidades (COSTA, 1989).

Em meados do século XIX, verificava-se a presença de cômodos voltados para as atividades pessoais nos grandes sobrados como a sala para a senhora, a sala de estudos e a biblioteca. Os bailes e recepções de eventos familiares como casamentos, batizados e aniversários aconteciam no salão. Na sala de visitas era obrigatória a presença do piano, mesmo ela ainda sendo pouco decorada e mobiliada com simplicidade. Para Homem (1996: 46), nesse período, não havia uma rígida definição de gênero, o que pode ser comprovado pela “importância da atuação feminina nos afazeres domésticos, que se estendiam até a esfera da economia de subsistência e da economia informal urbana, a organização da vida familiar e os negócios do marido”.

A sala de jantar da casa colonial servia como local de refeições, passagem, sala de estar familiar, onde se recebiam os parentes e amigos mais íntimos, e também onde se realizavam as tarefas cotidianas: costurar, bordar, fazer rendas, etc. Sendo próxima à cozinha era um posto privilegiado de observação para a dona-de-casa, de onde supervisionava o trabalho dos escravos da casa enquanto eles teciam, bordavam, costuravam, passavam roupa, faziam pão. Nos sobrados que contavam com sala de estar, esta era usada para as atividades de costura. O relógio da sala de jantar marcava o tempo das atividades diárias, através dele a senhora controlava os escravos e as crianças que

tinham suas obrigações ao longo do dia, aulas, caminhadas, trabalhos manuais e leitura em voz alta. No fim da tarde, a família se reunia para rezar o terço junto ao oratório (HOMEM, 1996).

A sociabilidade era uma das características mais importantes da burguesia, classe que ansiava, desde o século XVIII, por quebrar a hegemonia das famílias proprietárias de terra (FREYRE, 1951). Oferecer um jantar era considerado o dever social mais importante, cercado por um complicado ritual e por centenas de regras que compunham um rígido protocolo. Os manuais de comportamento se multiplicaram sendo avidamente consumidos pelas alta e baixa burguesia à procura de compreender as complexidades do cerimonial. Ao longo do século XIX, os códigos de boas maneiras foram várias vezes reeditados para que as normas de comportamento da alta sociedade pudessem ser compreendidas por aqueles que almejavam um lugar no topo da hierarquia social e não possuíam conhecimento de berço porque essas posturas não faziam parte de seu cotidiano. O jantar se tornou uma cerimônia e a sala de jantar, o local sagrado para sua realização e o desconhecimento das rígidas regras de etiqueta durante um jantar poderia condenar o indivíduo ao limbo da sociedade. Antes do fim do século XIX, os jantares eram realizados nos horários em que havia luz natural, somente com o desenvolvimento das tecnologias de iluminação o jantar se mudou para o horário noturno e, conseqüentemente, as demais refeições também modificaram seus horários. O jantar era cerimonioso, mas o almoço era uma refeição mais simples, de caráter íntimo, muitas vezes composta por alimentos frios (ANDRADE LIMA, 1995).

Nos jantares oferecidos no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, exigia o cerimonial que os convites fossem feitos pessoalmente ou por escrito, sendo estes levados ao destinatário por algum escravo da casa. Dever-se-ia dar uma resposta imediatamente e a ausência era considerada inadmissível. Geralmente, por um criado europeu anunciava o jantar e os convidados então seguiam para a sala de jantar em um cortejo conduzido pelos donos da casa. Nos jantares de maior cerimônia era de praxe apresentar o *menu* escrito, mas não apenas nesses casos, em almoços comemorativos também, como podemos ver na participação de casamento de Demócrito e Maria José Seabra (Fig. 6). Os anfitriões sentavam-se nas cabeceiras da mesa, como era mais comum na primeira metade do século XIX, ou junto como se tornou costume no final do século. A ordenação dos convidados de acordo com o grau de importância de cada um nem sempre era seguida, bastando indicar os lugares dos dois comensais de maior consideração (ANDRADE LIMA, 1995).



FIGURA 6 - Menu do almoço oferecido por Demócrito e Maria José Seabra para parentes e amigos mais próximos em comemoração de seu casamento.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 17

A mobília da sala de jantar simbolizava o grupo familiar e os seus valores, como ordem, união harmonia, coesão, representados pelas cadeiras alinhadas a volta da mesa; respeito e apreço pela hierarquia expressos pelos lugares reservados aos mais proeminentes e o patrimônio familiar exibido nas pratarias, cristais e porcelanas. Os demais elementos do mobiliário se relacionavam à alimentação, com função de guarda, exposição e apoio dos objetos necessários ao longo das refeições: aparadores, *étagères*, consoles, *buffets*, cristaleiras, guarda-louças, etc. A existência de um cômodo especialmente dedicado às refeições nas casas burguesas, o mobiliário exclusivo e os objetos destinados ao consumo alimentar demonstravam a dimensão e o significado que esse ritual assumiu dentro da nova ordem social (ANDRADE LIMA, 1995).

A sociedade brasileira cultivava duas tradições culinárias. Na esfera privada, a mesa cotidiana e farta mantinha as tradições dos portugueses e algumas outras influências como a indígena que formavam a culinária brasileira, simples, popular, informal, voltado para o interior, feminina. Na esfera pública, a mesa formal e cerimoniosa, adotava a sofisticação da culinária francesa, complexa, formal, refinada, voltada para o exterior, masculina. Costumeiramente nos almoços e jantares familiares, a comida era brasileira: arroz, feijão, verduras, carne, frango, pastel, farinha e de sobremesa, pudins e compotas. Em grande parte das casas da elite, apesar do cardápio nacional, a refeição era servida à francesa, ou parcialmente à francesa, com as travessas de arroz e feijão ficando em cima da

mesa e as demais sendo servidas pelos criados. Nas refeições servidas à francesa, os criados apresentavam as travessas na seguinte ordem: *hors d'oeuvres* ou massa, peixes, aves, carnes vermelhas e, por fim, queijos, doces e frutas. As refeições eram regadas a vinho e água mineral ambos importados. Geralmente, o café e os licores eram servidos na sala de visitas (HOMEM, 1996).

O horário das refeições é o momento de encontro da família burguesa. É nessa ocasião que os cônjuges relatam os acontecimentos do dia, discutem os problemas com a criação dos filhos, questões domésticas e conversam com as crianças sobre suas atividades escolares e brincadeiras. É na hora das refeições que se ensina a maneira correta de comer, o refinamento na escolha dos pratos e bebidas e o que é proibido fazer à mesa. Costa (1989: 88) afirma que “Implicitamente, todo o modo de viver burguês é transmitido nesse momento de encontro, onde o ideal do *gentleman*, do *petit bourgeois* contido, disciplinado, higiênico e polido, funciona como norma do bem conduzir-se na casa e na vida”.

Para que a burguesia conquistasse a legitimidade que até então só era conferida pelo tempo e pelo sangue, adotou novos padrões de reconhecimento, ou seja, novos princípios legitimadores. Daí seu apreço pelos rigorosos padrões de moralidade e probidade, pela vida familiar, pela honradez e respeitabilidade, a preocupação com as aparências e com os símbolos de distinção. Esses valores contribuíam para a fixação dos nomes de família, substituindo os antigos títulos de nobreza. O esforço e o investimento despendidos no processo educacional para adquirir dons como a graça, a espiritualidade, a inteligência, a elegância, não poderiam ser notados. Esses atributos deveriam parecer como algo natural, como uma segunda natureza (ANDRADE LIMA, 1995). A distinção entre homens não se dava mais pelo seu nascimento, mas por seu talento e inteligência. Em uma sociedade onde o trabalho manual não era valorizado, a burguesia elegeu o *savoir vivre* e a elegância, frutos de uma educação completa como diferencial entre as classes.

O fortalecimento da burguesia intensificou a concepção de público e privado. Os novos valores relacionados à adoção do pudor e, conseqüentemente, à defesa da intimidade, se incorporaram a arquitetura, influenciando a compartimentação dos espaços domésticos. Antigas funções, antes realizadas em público e coletivamente, se individualizaram e passaram a ser realizadas em ambientes privados, requerendo uma ambientação adequada.

Foi nessa época que a medicina se tornou o padrão regulador dos comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a se adaptar à urbanização e a medicina se impôs como técnica de regulamentação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado. A instalação da ordem capitalista no Brasil, assim como na Europa,

necessitou de mecanismos de controle social por parte do Estado que formou uma aliança sólida com a família. Essa família que se alia ao Estado e à política higienista vai tomando formas burguesas, tendendo a conformação típica nuclear e conjugal, características da família moderna, ao menos entre as classes dominantes. Essa forma familiar substituiu o modelo patriarcal, com maior aproximação entre seus membros em conformidade com a nova realidade mais urbana da sociedade brasileira. Para essa família, a medicina social irá ditar várias normas a fim de se tornar “sadia” e “higiênica”. A aceitação dessas medidas criou uma elite dominante sólida e com controle da sociedade (COSTA, 1989).

O discurso higienista se tornou um importante mecanismo de controle social e criou modelos familiares de comportamento, especialmente para a mulher. A figura feminina era considerada pelo pensamento higienista e positivista⁷ como a base da família e sendo esta a base da sociedade é possível ter a medida da importância que a mulher adquire na formação da nova sociedade brasileira capitalista. Seu papel como mãe era de suma importância, pois a instrução dos filhos e, portanto, a educação de novos cidadãos ficava sob sua responsabilidade. Através de considerações científicas, a medicina “provou” a inferioridade da mulher em relação ao homem, contrapondo a fragilidade feminina ao vigor masculino, determinando assim os papéis sociais de cada gênero. Práticas antigas, como o machismo e a suposta inferioridade feminina, passam a se basear em pressupostos científicos considerados comprováveis, o que legitima a postura em que a mulher deveria preocupar-se primordialmente com a criação dos filhos e com a casa. O positivismo vinculado às práticas políticas adotado pela nova República via como necessidade para o bom funcionamento da sociedade a distinção das esferas de atuação masculina e feminina, vistas como pública e privada, respectivamente. Mantendo assim, a antiga ordem hierarquizada na família e a tendência à demarcação dos espaços público e privado como diferenciados. Os higienistas contribuíram com o processo de hierarquização social da inteligência, com a oposição entre o indivíduo culto e o inculto. Simultaneamente, difundiram o preconceito de que o cérebro do homem era capacitado para as profissões intelectuais e o da mulher só possuía capacidade de exercer atividades domésticas (COSTA, 1989).

A separação do mundo masculino e do feminino no século XIX estabeleceu barreiras nos usos e costumes, na praia, por exemplo, poderia ser encontrada uma tabuleta informando ao visitante que os senhores deveriam usar o lado direito e as senhoras, o esquerdo. Outro exemplo da separação entre homens e mulheres é o ritual após os jantares quando os homens se retiravam para tomar aperitivos como vinho do Porto ou conhaque e fumar seus charutos, enquanto as mulheres se reuniam em outra sala. Até mesmo na igreja

⁷ Sobre o positivismo, ver Capítulo 3 desta tese, página 123.

os sexos se sentavam separadamente (SOUZA, 1993). Essa divisão produziu um duplo padrão de moralidade que regia as relações humanas. A moral masculina dependia dos contatos da vida pública, comercial, política e das atividades profissionais. O código de conduta feminino se relacionava com a pessoa e possuía um único objetivo: agradar aos homens. Souza (1993) identifica a dualidade da moda do século XIX com o duplo padrão de moralidade característico do século, quando a sedução ou atração é o princípio diretor da roupa feminina e quase totalmente ausentes do vestuário masculino.

O padrão de comportamento da família burguesa foi imposto às classes subalternas, pois como afirma Ricci (2004: 40, 41) acreditava-se que “indivíduos marcados por vidas privadas devidamente ordenadas corresponderiam igualmente a trabalhadores mais facilmente disciplinados”. A nova ordem burguesa reforçava a dominação da burguesia sobre as outras classes sociais, principalmente através da política higienista, exercida pela medicina social que se dirigia tanto à população e à cidade num sentido amplo, quanto às famílias e aos indivíduos. O esforço de implementá-la foi impulsionado pelo Estado, levando à criação de novas formas de controle social, que incluíam a produção de um aparato discursivo voltado para a família e a mulher.

O modelo prescrito da “família higiênica” se constituía de uma mulher e um homem igualmente “higiênicos” voltados para a criação dos filhos, em um casamento onde a escolha do cônjuge era livre com o aproveitamento em doses comedidas do amor e do sexo. A nova imagem do homem “higiênico” estava relacionada ao pai de família urbanizado, moderno e que se opunha ao patriarca rural, exceto no aspecto da “propriedade privada da mulher”, o machismo era considerado uma conduta importante com função de controle social. A mulher ideal era uma mãe “higiênica”, guardiã do lar e aliada do poder médico. As representações e modelos do higienismo influenciaram as visões sobre o universo familiar e o feminino na sociedade do Rio de Janeiro oitocentista.

Na segunda metade do século XIX, a felicidade conjugal não dependia unicamente do relacionamento entre marido e mulher. O êxito do casamento estava relacionado ao atendimento de necessidades práticas do casal, como uma boa relação da esposa com a família do marido. A mulher, ao se casar, passava a pertencer à família do esposo e sua reputação estava irremediavelmente comprometida com a honra familiar. Para uma boa convivência bastava a estima e o respeito mútuos. Essa relação não se baseava na dominação masculina, como se poderia imaginar, é o que nos mostra João Alfredo Correia de Oliveira ao escrever, na última década do século XIX, um perfil biográfico de seu sogro João Joaquim da Cunha Rego Barros, barão de Goiana, grande senhor de engenho em Pernambuco, onde consta a descrição de sua relação com a esposa, Dona Manuela, na qual pode-se perceber uma relação de poder diferente:

Em todo este longo período (de convivência), a baronesa, com os seus ares de passividade e obediência, fez o que quis; e o barão, com toda a sua autoridade e mando, com o poder que teve de imprimir a sua feição em quantos o cercavam, fez mais do que comprazer os sentimentos de religião e caridade em que comungava com ela; submeteu-se aos hábitos que o contrariavam (CORREIA DE OLIVEIRA *apud* MELLO, 2007: 397, 398).

Essa influência da esposa sobre o marido se restringia ao espaço doméstico. Dona Manuela, descrita por seu genro como um tanto reclusa e muito religiosa, segundo Freyre (1951: 283), era o tipo mais comum de mulher durante o Império, sendo ela “muito boa, muito generosa, muito devota, mas só se sentindo feliz entre os parentes, os íntimos, as mucamas, os muleques, os santos de seu oratório; conservando um apego doentio à casa e à família; desinteressando-se dos negócios e dos amigos políticos do marido, mesmo quando convidada a participar de suas conversas”.

O casamento era a única possibilidade de carreira para a mulher juntamente com o magistério, mas a primeira opção era a única forma de alcançar *status* social e econômico. Este último considerado como única saída para as jovens sem fortuna e, conseqüentemente, sem dote, portanto, com poucas chances de atraírem um noivo rico e bem colocado. Mesmo nessa situação ainda restava a possibilidade de se casarem com algum funcionário público sem muitos recursos ou mesmo com um empregado do comércio. Machado de Assis, através de suas personagens, expõe claramente a importância para uma mulher de se ter um marido no final do século XIX. Dona Fernanda, no livro *Quincas Borba* (ASSIS, 2009b: 208), publicado pela primeira vez em 1891, em conversa com a jovem Maria Benedita afirma que "um marido, ainda mau, é sempre melhor que o melhor dos sonhos". O pensamento não deixa dúvidas de que o maior sonho feminino deveria ser possuir um marido, bom ou mau, rico ou pobre. Novamente é uma personagem de Machado no mesmo livro, que corrobora essa afirmação, D. Tonica, ainda solteira aos trinta e nove anos, não perde a esperança de se casar, ao conhecer Rubião sente que "esse mineiro rico era destinado pelo céu a resolver o problema do matrimônio. Rico era ainda mais do que ela pedia; não pedia riquezas, pedia um esposo" (ASSIS, 2009b: 91). Com o passar dos anos o casamento deixou de ser para D. Tonica um sonho para se tornar um "problema" que ela deveria resolver a qualquer custo, e os predicados do noivo já não importavam tanto, a riqueza não era mais tão almejada, o mais importante era conseguir um marido.

Fora do casamento, a única opção para jovens que possuíam algum estudo era o magistério, visto como o fim das aspirações femininas mais altas (FAORO, 1976). Souza (1993) afirma que ao não se casar o prestígio da mulher na sociedade diminuía, mas ao trabalhar fora descia imediatamente de classe. Ilustrativo dessa situação é um diálogo do

texto "A mão e a luva" de Machado de Assis (s/d), quando a jovem Guiomar, de nascimento humilde, filha órfã de um empregado subalterno do governo e afilhada de uma rica baronesa, afirma à madrinha sua intenção de se tornar professora:

- Não há outro recurso, disse ela à baronesa quando lhe confiou esta aspiração.
 - Como assim? perguntou a madrinha.
 - Não há, repetiu Guiomar. Não duvido, nem posso negar o amor que a senhora me tem; mas a cada qual cabe uma obrigação, que se deve cumprir. A minha é... é ganhar o pão.
- Estas últimas palavras passaram-lhe pelos lábios como que à força. O rubor subiu-lhe às faces; dissera-se que a alma cobria o rosto de vergonha.
- Guiomar! exclamou a baronesa.
 - Peço-lhe uma coisa honrosa para mim, respondeu Guiomar com simplicidade. (ASSIS, s/d: 15)

Assim, o casamento sendo a única carreira feminina socialmente aceita, transformava o sucesso do marido em sucesso da esposa também, como mostra Machado de Assis no livro *Esaú e Jacó*, publicado em 1904, com o baronato de Santos e na relação entre Batista e D. Cláudia. Esta última, senhora de muitas ideias política, sempre pronta a aconselhar o marido que havia assumido presidência de uma província no final do Império. Quando veio a República, Batista foi ter com o Presidente, Marechal Deodoro, a fim de explicar sua atuação no interior do país, D. Cláudia deu vários conselhos ao marido, o que devia dizer a entonação e os gestos mais adequados. Ao saber como havia sido a conversa, D. Cláudia modestamente refletiu que "A recepção não lhe pareceu que fosse má, mas podia ser melhor. Com ela, seria muito melhor" (ASSIS, 2011: 149).

Aquela que, depois de uma certa idade, se matinha solteira carregava a imagem de uma mulher fracassada que devia se conformar com uma vida sem graça. Sua vida se resumiria a fazer companhia à mãe, se dedicar a bordados infundáveis e à educação dos sobrinhos ou, quando de classe subalterna, trabalhar como governanta, preceptora ou criada. Freyre (1951) acredita que talvez tenha sido a, em suas palavras, solteirona a maior vítima do patriarcalismo, sendo abusada não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres casadas. Ficava em casa todos os dias, trabalhando como governanta, cuidando das crianças, orientando os serviços domésticos, cosendo, enquanto as esposas e as moças casadoiras podiam frequentar recepções, bailes e teatros. Nos dias festivos ela quase não aparecia às visitas, organizando a festa, circulando pela cozinha, terminando de preparar os pratos, enfeitando a casa, verificando as crianças. Para o autor, ela era a criatura mais obediente da casa por conta de sua dependência econômica, recebendo ordens até mesmo das meninas mais novas. Esse quadro descrito por Freyre reforça o estigma da mulher que não se casa, por opção ou por falta de pretendente. Em todos os

casos, ela é transformada em vítima e em uma figura que provoca pena, mesmo que seu estado civil seja uma escolha pessoal e não uma condição imposta por conjunturas alheias à sua vontade.

Dessa forma, o casamento apresentado como único meio de vida digno a uma mulher do século XIX, levou ao desenvolvimento da arte da sedução. Esta deveria se adequar às regras de etiqueta, era preciso saber se portar diante do outro sexo. Apesar de ser considerado imprescindível, o casamento não proporcionava o "viveram felizes para sempre" almejado pelas jovens esposas, a realidade da vida de casada era bem diferente daquela dos livros românticos (SOUZA, 1993). Esse sentimento foi muito bem descrito por Flaubert (2010) no livro *Madame Bovary*, onde Emma Bovary, mesmo após o casamento, sonhava com aventuras e romances em Paris, realidade bem diferente da vida pacata que levava ao lado de seu marido Charles Bovary em uma pequena vila no interior da França.

A partir de 1850, começou a funcionar uma linha regular de navios a vapor entre Liverpool e o Rio de Janeiro. A regularidade das viagens, que duravam entre 27 e 28 dias, levou a população a relacionar os paquetes aos ciclos femininos. O maior contato com a Europa contribuiu para que a sociedade imperial entrasse em sintonia com a modernidade europeia. O aumento das importações de bens de consumo e supérfluos modificou a vida social dos brasileiros das camadas privilegiadas, principalmente dos residentes na corte. Com a maior facilidade de se importar houve um crescimento do número de objetos domésticos, a maioria dos quais ficavam em exposição nos interiores das casas. A mudança nos hábitos de consumo e nos costumes gerou reflexos em vários planos, como a concorrência dos importadores focando no potencial consumidor de mercadorias caras. Até mesmo cavalos ingleses de raça árabe foram trazidos especialmente para os passeios dos endinheirados. A importação de joias e objetos de prata e ouro sofreu um crescimento de até três vezes nesse período (ALENCASTRO, 2008b).

Eram importados desde algodão, ferro, aço, máquinas e ferramentas até utensílios domésticos, como fogão, batedeira de ovos e manteiga, máquina de costura, de sorvete, moedor de carne, passando pelos objetos de decoração, como cristais, porcelanas, móveis, tapetes, espelhos, e alimentos como sardinha, bacalhau, batatas, presunto britânico, queijos de todos os tipos, manteiga irlandesa, chocolates, biscoitos em latas, uva, vinhos de várias nacionalidades, trigo, azeitona, água mineral, licores, patê de *foie gras* e de perdiz, lagosta, ostras enlatadas, linguiça, salame, arenques e massas (HOMEM, 1996). Cascudo (2004) afirma que antes de 1850, nas casas abastadas já se comia patês, conservas importadas, bebidas russas, massas italianas, *delikatessen* alemãs, *mayonnaises* francesas. Todas as delícias europeias poderiam ser encontradas nos restaurantes e

confeitarias da capital do Império: sardinhas de Nantes, vinhos raros, conhaque e champanhe, tudo o que a Alemanha, a Itália e a França produziam de melhor.

Em meados do século XIX, Paris se tornou a capital da moda e do luxo, os ricos fazendeiros de café faziam viagens frequentes à capital francesa ou mesmo se mudavam para lá. A França exportava além da moda e do luxo, civilização. Segundo Homem (1996: 55), no século XIX, “ser civilizado era ter *civilité*, ou boas maneiras, saber e praticar a etiqueta, conter as emoções e ser polido. Era falar corretamente e vestir-se conforme a moda. Era ser bem educado. À *civilité*, a burguesia acrescentou o culto à inteligência.” O Jornal da Família, impresso em Paris, chegava ao Brasil repleto de gravuras francesas e, muitas vezes, com contos de Machado de Assis, o que contribuía para a divulgação dos costumes franceses combinados com a cultura local. A francofilia dos cariocas chegava a tal ponto que a primeira coluna de moda publicada pelo Jornal do Brasil, em 1896, não era escrita em português, mas em francês. Apesar disso, as damas da alta sociedade do Rio de Janeiro não deixaram de ler os conselhos da *Causerie parisienne*. Apenas dois anos depois, a coluna passou a ser escrita em português, mas as dicas de moda continuaram a ter inspiração francesa (ESQUENAZI, 2009).

Os artigos de luxo franceses eram muito procurados, especialmente os de decoração, moda e arte. Embora a liderança econômica e tecnológica fosse dos ingleses, os costumes eram influenciados pelos franceses, pois a cultura francesa era muito apreciada e copiada no Brasil. O francês, desde a primeira metade do século XIX era o idioma adotado pelas cortes, pela ciência e pela diplomacia na Europa e nas Américas. As famílias da elite brasileira tinham o francês como sua segunda língua e o utilizavam no seu dia-a-dia. Freyre (1951) afirma que a influência francesa atingiu pontos íntimos da sociedade brasileira, até mesmo as crianças deixaram de chamar pela mãe, passando a usar o termo francês, *maman*.

Os móveis se multiplicaram e as peças importadas foram substituindo as tradicionais, o mobiliário francês, luxuoso e dourado ficava na sala, o escritório e a biblioteca recebiam os sóbrios móveis ingleses, os demais cômodos da casa eram ocupados por: guarda-roupas, cômodas, criados-mudos, escrivainhas, *toilettes* com tampo de mármore, penicos e escarradeiras. Além do mobiliário, uma profusão de utensílios domésticos e objetos de decoração e de uso pessoal foram se tornando comuns e com o passar do tempo, indispensáveis, como galheteiros, cafeteiras, compoteiras, faqueiros – muitas vezes de prata –, arandelas para parede, candelabros, aparelhos de porcelana para chá, café e jantar, vasos de flores, cortinas, estofados, tapetes, vidros, cristais, porcelanas, espelhos, quadros, retratos, lareiras, peças de prata e bronze. O tempo passa a ser medido pelos relógios de algibeira, conhecidos como “cebolões”, que se tornam moda em todo o país,

assim como as bengalas. A variedade e a qualidade do mobiliário juntamente com a presença de ornatos ou objetos de uso em porcelana, cristal ou vidro, demonstravam o caráter aristocrático de uma residência.

Com o crescimento do comércio e da indústria e com o conseqüente aumento da oferta de móveis, objetos e utensílios a um preço mais acessível, as casas brasileiras se tornam, aos poucos, mais aconchegantes e confortáveis. A casa senhorial de meados do século XIX em comparação com a do início do século, se apresenta mais repleta e elaborada ocupada por objetos dos mais variados: cortinas, papel de parede, quadros, móveis requintados para todo tipo de finalidade, etc. (KOUTSOUKOS, 1994).

Também nos anos 1850 houve um aumento na importação de pianos que se tornaram objeto de desejo da classe alta brasileira. Ao colocar um piano em casa, dava-se a entrada de um móvel aristocrático em meio ao mobiliário doméstico e inaugurava-se o salão, descrito por Alencastro como (2008b: 47) “um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar”. Apesar de o piano ser encontrado em, praticamente, todas as casas abastadas na corte, não era a música clássica que enchiam os salões brasileiros, mas estilos mais populares, como a polca, o fandango, a valsa e a quadrilha. Segundo Freyre (1951), o piano de cauda se transformou em símbolo de distinção, gosto e prestígio social, tanto em palacetes, quanto em sobrados nobres ou burgueses e mesmo nas casas-grandes de engenhos e fazendas. A ascensão social ou econômica e o progresso cultural da família eram constatados pela aquisição de um piano, o qual se tornou parte do sistema social ou sociocultural durante o Segundo Reinado e os primeiros anos da República.

O desenvolvimento da industrialização ao longo do século XIX e a fabricação em massa de bens de consumo de diversas naturezas lançaram no mercado uma grande variedade de novos produtos industriais, como os fogões. Até então, os fornos brasileiros eram bastante toscos e foram, aos poucos, sendo substituídos pelos fogões de ferro trazidos para o Brasil por algumas importadoras, entre elas a casa Sands, que os anunciava como fogões “muito fortes e igualmente simples na sua composição, de maneira que podem ser sem receio entregues à discrição dos pretos” (ALENCASTRO, 2008b: 42). O fogão a gás começou a ser fabricado nos Estados Unidos a partir de 1860 e se popularizou após a Exposição Universal de 1876. Nos Estados Unidos e na Europa, o fogão se originou da lareira, no Brasil ele derivou do fogão a lenha, que era feito de barro e alvenaria e se localizava fora da casa. Os vários modelos de fogões coexistiram por muito tempo, o fogão a lenha não foi totalmente substituído pelo a gás, que podia ser encontrado nas casas mais abastadas. Mesmo nessas residências, para o uso diário era empregado o fogão a lenha ou

a carvão, chamado de fogão econômico, para refeições mais elaboradas, para esquentar a comida e a água era utilizada a espiriteira.

A primeira tentativa de mudança na cozinha das casas brasileiras foi com a chegada dos fogões de ferro. Eles também eram a lenha e a carvão e começaram a ser vendidos no Brasil no final do século XIX. Esses fogões, importados dos Estados Unidos e da Inglaterra, também serviam como forma de aquecimento. A princípio, chegaram ao Brasil os de ferro fundido que tinham um aspecto mais bruto, o ferro escurecia e sujava com facilidade o que provocava uma sensação de escuridão e sujeira na cozinha. A partir de 1910, eles começaram a ser revestidos com esmalte sempre branco, o que diminuía a aparência de dureza e solidez e se adequava aos ideais de decoração e limpeza (SILVA, 2008).

Os fogões a gás importados, em sua maioria, vinham dos Estados Unidos. Existiam vários modelos desde os maiores com oito queimadores e forno duplo ou armário na parte superior, até os pequenos com três bocas e um forno, muito utilizados por caberem em pequenas cozinhas e também na copa das grandes residências para aquecer as refeições que seriam servidas na sala de jantar. Os primeiros modelos de fogão a gás utilizados no Brasil, no início do século XX, possuíam apenas a porta do forno esmaltada, a partir da década de 1920 é que o fogão passou a ser totalmente revestido em esmalte.

Os aparelhos elétricos domésticos, como torradeiras, ferros de passar, ventiladores, pequenos aquecedores, vassouras elétricas, etc., começaram a ser vendidos no Brasil no início do século XX, sua oferta estava relacionada à novidade e ao aumento do consumo de eletricidade. Poucos equipamentos estavam diretamente relacionados com a cozinha, apesar de muitas vezes servirem para o preparo rápido ou aquecimento das refeições, muitos tinham seu lugar na sala de jantar. A oferta de equipamentos domésticos proporcionou uma maior organização das cozinhas das casas abastadas de acordo com os princípios da gestão científica desenvolvida nos Estados Unidos. O novo mobiliário e o novo equipamento permitiram uma melhor coordenação dos movimentos nesses espaços, além de uma grande economia de área com a utilização de fogões e outros equipamentos compactos.

O preparo dos alimentos também se tornou mais rápido e limpo, não apenas por causa dos novos fogões, mas também pela chegada ao país de alimentos beneficiados que dispensavam as tarefas realizadas nos quintais. A importação de bens industriais e de gêneros alimentícios semi-prontos ou beneficiados diminuiu o número de necessidades básicas que deveriam ser atendidas no espaço residencial. Artigos até então considerados de luxo e exclusivos da alta burguesia começaram a ser fabricados em grande escala por menor custo tornando-se acessível às camadas sociais menos privilegiadas. Um dos

produtos mais representativos desse processo foram as louças de mesa. A louça doméstica é considerada atualmente como pertencente à esfera feminina, porém não o era no século XIX. O cerimonioso consumo dos alimentos era um domínio eminentemente masculino, especialmente na primeira metade dos oitocentos. Sendo o momento das refeições destinado principalmente a negociações e manifestações do poder, era controlado pelos homens. Era o dono da casa quem comandava o espetáculo, era ele quem liderava o cortejo dos convidados até a mesa de jantar, servia os alimentos, trinchava os assados e conduzia a conversação. Os equipamentos à mesa também remetiam ao universo masculino, pratos, taças e talheres possuíam o brasão ou monograma do anfitrião. À senhora cabia um papel coadjuvante, sendo a última no cortejo e servindo os alimentos de menor importância, como sopas e sobremesas, apesar de todo esse aparato ser fruto de seu trabalho nos bastidores (ANDRADE E LIMA, 1995).

A medicina contribuiu com o processo de reeuropeização forçando a casa brasileira a consumir vidraças, grades de ferro, louças e instalações sanitárias. Junto com esses materiais vieram os acessórios e ornamentos que formavam o ambiente interno de uma casa europeia: tapetes, cortinas, estuques, etc. Essa europeização dos hábitos nem sempre favorecia a saúde e a higiene, a abundância de tapetes, cortinas, vidraças e ferro transformava as habitações em estufas. A casa colonial foi alvo de inúmeras críticas por sua arquitetura fechada, praticamente impermeável ao exterior, considerada insalubre e doentia, especialmente as alcovas. Os médicos aconselhavam o uso de material, mão de obra e equipamentos mais modernos e propunham um plano geral de construção que obedecesse aos cânones higiênicos. As consequências imediatas a essas recomendações foram o desenvolvimento da indústria europeia, que fornecia os materiais de construção, e o enriquecimento dos técnicos imigrantes (COSTA, 1989).

Os cuidados com a casa recomendados pelos médicos higienistas tinham objetivos definidos, o mais importante deles seria a proteção das mulheres e das crianças. Sendo eles os habitantes da casa por excelência, eram também os mais vulneráveis aos efeitos negativos da insalubridade. A mulher pode ser considerada um agente social fundamental, por ser o elo mais fraco da cadeia anti-higiênica combatida pelos médicos. Ao tirá-la da alcova, a medicina social conseguiu com um só golpe integrar a família à cidade, enfraquecer o poder paterno e se tornar aliada da esposa contra o marido.

A dinamização da vida social e da vida privada requeria uma “mulher de salão”, uma “mulher da rua”, assim como o capitalismo precisava das duas. As senhoras da sociedade deveriam saber receber, se comportar a mesa e participar das conversações. As mulheres deveriam abandonar seus hábitos tradicionais herdados do período colonial, europeizando seus modos, suas roupas e seu corpo. As ruas onde se concentravam o

comércio feminino passaram a ficar movimentadas, levando os mascates e vendedores de porta a perderem sua utilidade. A casa perdeu sua autossuficiência e a cidade dominava a família (COSTA, 1989).

Com a introdução dos alimentos beneficiados e dos equipamentos domésticos a casa perdeu seu caráter de pequena empresa e a mulher, antes responsável por inúmeras atividades relacionadas à provisão de alimentos e outras necessidades domésticas, passou a ter mais tempo livre (HOMEM, 1996). O desenvolvimento dos serviços, a diminuição das obrigações religiosas e o crescimento da escolarização infantil também contribuíram para o aumento do tempo ocioso feminino. As inovações permitiram à mulher rica, que pôde substituir os escravos pelas máquinas e por criados assalariados, principalmente europeus, maior tempo livre. Este era empregado no consumo de produtos de luxo, visitas e passeios, além de aulas de todo tipo: línguas estrangeiras, música, literatura e dança, atividades consideradas fúteis e superficiais. À educação feminina e ao ócio, por serem novidades, seguiram-se várias polêmicas. Dentro da tradição brasileira, a educação voltada para a mulher deveria se restringir à transmissão da moral e dos bons costumes aos filhos e a instrução necessária à administração do lar. Tradição herdada dos portugueses que possuem um ditado que afirma que “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar” (EXPILLY, 1935: 401). A dedicação aos livros e à moda era considerada fútil e capaz de desvirtuar uma mãe de família.

Uma mulher de alta sociedade passava as manhãs em casa, respondendo à sua correspondência, fazendo delicados trabalhos de agulha, lendo um romance ou tendo aulas particulares de piano, dança ou língua estrangeira. Considerava-se que uma senhora não deveria sair à rua na parte da manhã, apenas no período da tarde, quando abriam seus salões para os chás ou faziam visitas às outras damas que estivessem oferecendo recepção vespertina. João do Rio, em uma crônica intitulada “O chá e as visitas”, publicada no jornal A Notícia, em 02 de abril de 1908, relata a rotina de uma senhora da alta sociedade carioca:

Todos têm muito o que fazer e os deveres sociais são uma obrigação.
- Em que ocupará a minha amiga o seu dia de hoje?
- A massagista, às nove horas, seguida de um banho tépido com essência de jasmim. Aula prática de inglês às dez. *All right!* Almoço à inglesa. Muito chá. *Toilette*. Costureiro. Visita a fulana. Dia de Cicrana. Chá de Beltrana. Conferência literária. Chá na Cavé. Casa. *Toilette* para o jantar. Teatro. Recepção seguida de baile na casa do general... (RIO, 2006a: 45, 46)

Segundo o mesmo cronista, as mulheres brasileiras haviam adotado o chá, como em Londres e Paris, e tomava-se chá a todo o momento, com creme, com essências,

com ou sem açúcar, frio ou quente, de toda maneira. O costume do café havia sido abandonado e era o chá que fazia a reputação de uma mulher, nas palavras de João do Rio, na mesma crônica anteriormente citada, “Nos tempos de antanho, uma boa dona de casa era a senhora que sabia coser, lavar, engomar e vestir as crianças. Hoje é a dama que serve o melhor chá” (RIO, 2006: 48, 49).

Apesar da grande oferta de aparelhos elétricos que facilitavam o trabalho doméstico, o acesso a esses novos utensílios e a serviços como eletricidade e água encanada eram ainda muito restritos. Apenas uma parcela da população se beneficiou dos novos bens de consumo, somente aqueles que podiam pagar e queriam adotar essas novidades. Foram as mulheres casadas das classes abastadas das grandes cidades que se dedicavam exclusivamente à administração do lar e aos cuidados com os filhos, afastadas das atividades produtivas e sob a proteção de um marido provedor que se beneficiaram com os novos bens de consumo (MALUF & MOTT, 2010).

A adoção dos recursos modernos não significou necessariamente uma redução do tempo gasto com os serviços domésticos, pois novas atribuições foram incorporadas ao cotidiano, como novas medidas de higiene preconizadas pelos médicos e o aumento das exigências dos cuidados maternos que abarcavam o físico, o moral e o educacional (MALUF & MOTT, 2010). Dessa forma, a mulher deveria ser instruída em diversos assuntos, assim poderia responder a qualquer dúvida do filho. Com tanto trabalho a ser feito era preciso ter método e organização para aproveitar bem o tempo e executar todas as tarefas de maneira satisfatória, dentro do modelo da administração científica. O tempo ganho em uma melhor organização das tarefas domésticas era usado em outras tarefas. Assim, cabia à dona-de-casa, gerenciadora das atividades no lar, estabelecer uma maneira mais racional de equilibrar o tempo e as tarefas.

As mulheres liam sobre moda, artes plásticas e culinária francesa em revistas como a *Illustration Française*, leitura obrigatória para as jovens que deveriam brilhar nos salões da sociedade (HOMEM, 1996). Ampliaram o número de escolas femininas que possuíam um currículo com disciplinas voltadas para o cuidado com o lar, como economia doméstica, bordado, culinária, junto às de educação em sociedade: dança, piano, declamação, além de aulas de português, línguas estrangeiras, geografia, desenho, matemática, botânica, etc. Havia uma maior preocupação com a ilustração do que com a educação. O ócio e a educação feminina geraram polêmica e temores. O primeiro era visto como porta de todos os vícios e a educação só seria adequada se fosse útil à família, única vocação da mulher. O estudo deveria visar a educação dos filhos, especialmente os varões e agradar o marido com seus dotes de inteligência a fim de auxiliá-lo na vida pública, na política e nos negócios.

O crescimento das cidades e o desenvolvimento de uma nova sociabilidade levaram a mulher a romper com o confinamento característico do período colonial. A cidade agora oferecia variadas atividades de lazer para as senhoras, como lojas, confeitarias, teatros, cinema, que são desfrutadas por elas devidamente acompanhadas. A mulher passou a ser estimulada a ter mais contato com o mundo exterior, onde assumiu um papel importante, tanto como consumidora de produtos importados ou nacionais, quanto para os negócios do marido, que muitas vezes se desenvolviam nos salões da alta sociedade. Nas salas e salões das residências, espaço de comunicação entre esfera pública e privada, a mulher era a figura principal. Nos eventos típicos de um salão da época, os membros femininos da família do anfitrião ou uma convidada eram responsáveis pelo entretenimento ao exibirem seus dotes declamando poesias, cantando ou tocando piano.

Os interesses privados interpenetravam o ambiente público, assim, a casa se tornou um espaço privilegiado para a formação de laços de interesses, o que ocorria em eventos sociais como chás, saraus, bailes e todo tipo de festas que eram realizadas nos salões das residências burguesas. Esses ambientes voltados para o convívio social eram espaços privados onde havia uma forte presença do domínio público, o que demonstra a estreita relação entre as duas esferas, pública e privada, como analisa D´Incao (2004: 228, 229)

Nas casas, domínios privados e públicos estavam presentes. Nos públicos, como as salas de jantar e os salões, lugar das máscaras sociais, impunham-se regras para bem-receber e bem-representar diante das visitas. (...) As alcovas, espaço do segredo e da individualidade, forneciam toda privacidade necessária para a explosão dos sentimentos.

As damas da sociedade brasileira se integraram nas vivências e encontros que ocorriam em cafés, bailes, teatros e eventos sociais em geral. Porém, essa nova liberdade era relativa, pois a mulher passava a ser vigiada não apenas pelos homens da família, como acontecia anteriormente, mas também por toda a sociedade que impunha normas rígidas de comportamento em público. Nas palavras de Freyre (1951: 279), a dona de casa do sistema patriarcal foi substituída,

por um tipo de mulher menos servil e mais mundano; acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romances; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador (...); outras tantas horas no piano, estudando a lição de música; e ainda outras, na lição de francês ou na de dança.

Essa nova mundanidade da mulher do fim do século XIX não pode ser confundida com liberação. A maior sociabilização e experiência feminina não são uma forma

de liberdade, mas uma maneira de se adequar às necessidades e ambições dos homens desse tempo. Apesar disso, em comparação com sua condição anterior, as mulheres haviam conquistado certa liberdade ao poderem se usufruir do espaço público e de eventos públicos. Nas memórias de Carolina Nabuco (1890-1981), filha do conhecido diplomata e abolicionista Joaquim Nabuco, é possível encontrar referências a certas restrições ao comportamento feminino ainda na década de 1910. As mulheres de então não tinham o costume de conversar com homens na rua, o que Nabuco (2000: 75) justifica explicando que "as conversas em público entre os sexos eram geralmente vedadas".

Segundo as crenças populares da época, à mulher cabia a tarefa de fazer o marido e os filhos felizes. Ela deveria se encaixar no ideal de "esposa solícita" e "mãe extremosa" (HOMEM, 1996). Nas fazendas, as mulheres do período escravocrata, comandavam diretamente os trabalhos relativos à satisfação das necessidades básicas. De acordo com o sistema burguês ela assumiu não apenas de produção, mas também as tarefas de consumo. Além dessas, cabia à mulher outras atividades definidas por Homem (1996) como supérfluas, como a atenção à moda, as compras, a produção de doces, bordados e arranjos florais. Ela também deveria saber se apresentar nas salas de jantar e de visitas e nos salões, acompanhando seu marido e ajudando-o a se promover publicamente. A casa e suas novas formas de uso demonstravam o poder econômico do proprietário, que era percebido na decoração luxuosa com objetos de arte, criados de libré, etc. À esposa era delegado o comando da casa, suas atividades deveriam refletir o sucesso do marido se restringindo a delicadas tarefas domésticas, fazer doces, arranjos florais, bordados e o auxílio ao próximo, que deveria ser feito de preferência publicamente.

O desenvolvimento econômico modificou as regras de sociabilidade, conferindo à mulher um papel decisivo na promoção social, política e econômica do marido. Dona dessa nova condição passou a exigir privilégios e a desenvolver ambições sociais pessoais. Ao pretender concorrer com o homem, profissionalmente e intelectualmente, a mulher ultrapassou os limites da segurança social, o qual coincidia com as restrições impostas pela higiene. Os higienistas limitavam a independência feminina ao ambiente doméstico e ao consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem de mulher-mãe (COSTA, 1989).

O escravo se tornou um empecilho à medicina higienista e sua condenação à escravidão se fundamentava no argumento de que os cativos seriam os responsáveis pela degradação dos costumes familiares. Eles foram acusados de corromper moralmente o branco, de transmitir-lhes doenças e, principalmente, de tornar promíscuo o ambiente doméstico por seu elevado número dentro das residências. A medicina incentivava o processo de europeização e responsabilizava os negros pela perpetuação dos hábitos incultos e maneiras rudes dos senhores. A presença numerosa dos escravos nas

residências afetava o ideal da habitação higiênica a qual precisava seguir certas regras quanto ao número de habitantes, pois os aposentos deveriam ser ventilados e iluminados guardando certa proporção entre a quantidade de pessoas e metros cúbicos de ar puro. As casas coloniais por sua implantação ocupando os limites frontal e lateral do terreno possuíam, em geral, fenestrações apenas na fachada voltada para a rua e na fachada dos fundos aberta para o quintal. As poucas aberturas e o elevado número de moradores eram condenados, sendo essas moradias consideradas prejudiciais à saúde pelos médicos higienistas, especialmente para as crianças. Esse discurso coincidia com o movimento econômico que pretendia suprimir o escravo da cena social. Possuir escravos para o serviço doméstico foi ficando cada vez mais difícil por conta das mudanças econômicas e culturais por que passava o país. Os cativos se tornaram mais caros e mais difíceis de serem comprados após o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a família tentava se adaptar a essa situação. A higiene ao ver o escravo como algo negativo reforçava a ordem econômica e ensinava a família a viver sem ele.

A chegada dos europeus ao longo do século XIX também influenciou esse processo. O preconceito racial dos recém-chegados não tolerava seu convívio com os negros, afastando-os dos serviços de casa. Dessa forma, a não utilização do escravo nos serviços domésticos se tornou uma prática de bom-tom, um costume civilizado. As famílias mais distintas, aristocratas portuguesas, burocratas estrangeiros, só admitiam serviços brancos. Os brasileiros em sua ânsia de se europeizar passaram a dispensar seus negros das atividades domésticas e a contratar governantas e preceptoras estrangeiras responsáveis por civilizarem os modos da família, por educarem as crianças, europeizando suas casas. A proximidade com os escravos foi aos poucos diminuindo ao serem afastados das tarefas domésticas, substituídos por criados assalariados, preferencialmente europeus, e pelos novos equipamentos domésticos (COSTA, 1989).

Após a Abolição era de se imaginar que, com a falta de mão de obra escrava iria ocorrer uma grande modificação do trabalho doméstico. Entretanto, não foi o que ocorreu, pois havia um grande número de desempregados nas cidades dispostos a executarem essas atividades. A mão de obra doméstica tinha alta rotatividade e era formada por, basicamente, mulheres e menores de idade sem experiência e sem qualificação (SILVA, 2008). É o que relata Burke *apud* Leite (1984: 135) ao escrever sobre os empregados domésticos assalariados no Brasil, em 1882, antes mesmo do fim da escravidão, “a criadagem vai e volta como quer, sem dar referências; depois de uma experiência de mais de dois meses, sou levado a acrescentar que jamais se preocupa com o que faz.” O trabalho doméstico era pesado e desprestigiado, para o qual não se necessitava de aprendizagem específica. Desde pequenas, as meninas, especialmente as pertencentes às camadas mais

desprivilegiadas da sociedade, eram apresentadas às tarefas domésticas. Relacionada às mulheres, essa atividade era considerada quase como uma habilidade natural intrínseca ao gênero feminino e contribuindo para a formação do estereótipo da feminilidade.

Apesar da facilidade em se conseguir empregados domésticos, a casa, principalmente a cozinha e as atividades ali realizadas, sofreram modificações influenciadas pelos preceitos da medicina higienista, especialmente com relação ao preparo dos alimentos, considerado importante para a boa saúde da família. A cozinha, antes um local desprestigiado dentro do espaço doméstico, se torna o foco das atenções dos médicos e das autoridades que a consideram um espaço essencial, que deveria ser submetido à lógica imposta pela urbanização e pelo consumo. A organização higiênica da casa demandava um remanejamento do papel da mulher e o trabalho doméstico passou a se submeter a uma rígida normatização com o objetivo de estabelecer certa regularidade na execução das tarefas. Na casa colonial as atividades domésticas eram realizadas em vários locais, não apenas na cozinha, mas também em diversas construções espalhadas pelo quintal. Na nova cozinha, mais compacta e integrada ao corpo principal da residência, era preciso uma maior regularização na execução das tarefas segundo as necessidades de ordem e higiene. Assim como nos Estados Unidos foram produzidos estudos propondo uma maior eficiência do trabalho doméstico ao empregar teorias voltadas para a indústria, no Brasil, os manuais domésticos e as revistas femininas destacavam a importância da ordenação do trabalho doméstico segundo regras científicas que ficava a cargo da dona-de-casa. Como a seguinte recomendação da Revista Feminina, de maio de 1915, transcrita por Maluf e Mott (2010: 406):

A mulher, ainda a das melhores qualidades, mas cuja casa não seja bem dirigida, que não saiba distribuir o trabalho pelos outros, que ignore a ciência da divisão das horas, essa mulher de coração excelente há de ter movimentos de paciência que em seguida lamentará amargamente (...) Mas é fácil de compreender que tal serenidade de espírito não se obtém senão numa casa bem disposta e bem-ordenada (sic.), onde tudo esteja previsto e regulado de antemão, e isso, seja qual for a situação social: humilde ou elevada.

A mulher como responsável pela casa deveria estabelecer normas rígidas de trabalho e orientar seus empregados. Ao contrário da senhora do período colonial, que se colocava numa posição fixa para supervisionar as atividades domésticas, a nova dona-de-casa deveria participar mais diretamente das tarefas realizadas na cozinha higiênica. Ela deveria conhecer bem todas as tarefas domésticas para poder orientar seus empregados e a adoção de novas tecnologias na cozinha exigia que a mulher treinasse suas criadas para usarem o equipamento. A dona-de-casa tinha várias funções como o estabelecimento de

uma rotina para a organização da casa e o domínio das novas tecnologias como o gás e a eletricidade. Ela precisava dominar completamente as tarefas para poder distribuí-las de forma ordenada (SILVA, 2008).

O manual *O lar feliz* publicado em 1916, analisado pelas autoras Maluf e Mott (2010), oferecia sugestões de como a mulher deveria empregar o seu tempo. Na parte da manhã a dona de casa deveria realizar as seguintes tarefas: arejar as camas, preparar as roupas, limpar os “trastes”, fazer o almoço, realizar a limpeza da casa, cuidar do vestuário das crianças, almoçar com os pequenos e levá-los à escola. Após concluída esta etapa, iniciaria a parte da tarde abrindo as janelas, ajeitando as camas, arrumando os quartos, varrendo e colocando tudo no devido lugar. Terminadas essas tarefas, a mulher deveria fazer sua *toilette*, e começar a preparar o jantar para que ele estivesse pronto para receber o marido e as crianças. Lavada a louça e guardada, o restante da tarde deveria ser preenchida com a lavagem de roupa branca que também poderiam precisar de algum conserto ou de serem passadas a ferro. Após a refeição da noite, com as crianças na cama, a dona-de-casa precisava verificar o estado das roupas de todos os integrantes da família, anotar as despesas do dia, checar a despensa e começar a pensar no cardápio do dia seguinte. Esse ritual era uma obrigação das esposas das camadas média e baixa e não necessariamente das senhoras pertencentes às camadas privilegiadas. As damas da alta sociedade continuavam distantes do trabalho doméstico, gerenciando-os a distância. Apesar da mecanização da cozinha e da facilidade proporcionada pelos alimentos semiprontos importados e pelos beneficiados pelas novas indústrias que estavam surgindo no país. O lugar da dona de casa nas mansões eram as salas de costura, de visitas e de jantar (SILVA, 2008).

No final do século XIX, as mulheres saíram dos bastidores exercendo papel importante nos salões da sociedade. O controle masculino do ritual à mesa foi diminuído com a adoção do serviço *à la russe*, nesse serviço a tarefa de trincar assados e partilhar os alimentos deixa de ser do anfitrião e é passada aos criados, liberando um espaço maior para a participação da mulher. Essa modificação dos papéis masculino e feminino se refletiu no posicionamento à mesa. Os anfitriões deixaram de se sentar obrigatoriamente em lados opostos e passaram a poder se sentar lado a lado. No final de década de 1860, os principais assados dos jantares festivos, geralmente perus e leitões, eram trinchados fora da mesa, o que mostra a absorção do serviço *à la russe* no Brasil. Em alguns casos, serviam-se as sobremesas em uma sala contígua preparada para isso, juntamente com o café e os licores (ANDRADE E LIMA, 1995).

O tempo da família foi redimensionado segundo as mudanças nos espaços urbanos e domésticos. As refeições assumiram horários específicos, o que determinava o

tempo de preparo. Assim, o relógio se tornou um item indispensável na cozinha, estabelecendo uma ligação com os ritmos e os horários urbanos aos quais a família passou a se submeter. A rotina familiar foi alterada, as práticas religiosas e de subsistência que regulavam o tempo da casa deram espaço às atividades ligadas a higiene. Exemplo característico desse processo é a indumentária, item de pouca importância durante o período colonial, se tornou extremamente valorizada no século XIX. Os indivíduos, que antes só se preocupavam com suas roupas ao saírem, passaram a dar atenção também ao modo como se vestiam em casa. O cuidado em adequar a roupa ao clima, à idade e ao sexo, propalado pelos médicos, ampliou o consumo desses artigos. A preocupação com o modo sadio de se vestir se transformou em forma de distanciamento da elite das demais camadas sociais. Somando-se as sugestões médicas quanto ao uso adequado do vestuário às regras ditadas pela moda europeia, eram poucos os brasileiros que dispunham de recursos para se manterem atualizados com as prescrições higiênicas e com as normas de elegância publicadas nas revistas de comportamento.

A higiene se tornou um emblema da diferenciação social. O vestuário higiênico, saudável e cuidadoso se tornou uma marca da classe alta distinguindo-a das demais. A escolha da roupa adequada para cada momento implicava na adoção de novas posturas, novos gestos, novos rituais. Sentar no chão, como era costume entre as mulheres, se torna impensável, pois não estava em acordo com o vestuário mais complexo. Junto com a nova indumentária, os brasileiros passaram a adotar regras de civilização europeia, as quais eram carregadas de tabus e preconceitos com relação ao corpo e a certos tipos de contato físico. O corpo não deveria ficar exposto, pois a nudez era considerada indecente e relacionada aos maus modos (COSTA, 1989).

Os médicos higienistas estimulavam a modernização dos costumes, mas condenavam a moda, qualificando-a como anti-higiênica e imitação insensata dos costumes europeus. O ideal do indivíduo, dentro da abordagem médica, seria uma figura austera, contida, que soubesse moderar seus apetites. A moda, com seu caráter fútil e supérfluo, refletia a opulência e o desperdício dos aristocratas opostos ao ideal de ascetismo burguês. Para os médicos o amor à moda transtornava as mulheres, tornando-as relapsas e irresponsáveis. Os profissionais da higiene lamentavam que elas, mesmo grávidas usassem espartilhos e vestimentas inadequadas para a gestação, esquecendo-se assim de seu dever com a saúde de seus filhos. As mães que não desejavam amamentar deixando às escravas essa tarefa também foram duramente criticadas (COSTA, 1989).

Assim como na Europa, no Brasil imperial adotava-se o hábito de se utilizar amas de leite para alimentar os bebês. O aluguel das nutrizas era uma importante atividade econômica nas cidades, principalmente, para os pequenos proprietários de escravos que

alugavam suas cativas no período pós-parto. Os jornais da época publicavam muitos anúncios de escravas para aleitamento das crianças das casas ricas. A partir de 1850, com a imigração de portugueses principalmente do Açores, surge a oferta de amas de leite brancas que competem nesse mercado com as escravas. Nesse momento, na Europa há toda uma discussão sobre as vantagens da amamentação para a saúde do bebê e, segundo uma crença da época, da transmissão das características culturais da mãe para o filho através do leite. Aos poucos, a utilização de amas diminui com o apoio do médico baseado em uma nova especialidade, a puericultura, intervindo no cuidado com o bebê. No Brasil, condenava-se o uso da ama de leite escrava por acreditar que seus hábitos e costumes africanos seriam imitados pela criança, tornando-a menos civilizada (ALENCASTRO, 2008b).

Os médicos criticavam o uso da ama de leite e condenavam a prática recorrente entre os senhores de entregar os filhos recém-nascidos das escravas à Casa dos Expostos⁸ para poderem alugá-las como amas. A preocupação dos médicos não era com os bebês das escravas que, em sua grande maioria morriam na roda dos enjeitados⁹, mas com os filhos bem-nascidos das famílias de posse que eram entregues aos cuidados dessas escravas profundamente abaladas pela separação forçada de seus filhos. Do ponto de vista da higiene, essa tristeza estragava seu leite e tornavam-nas relapsas e desatentas com os cuidados com a criança que lhes fora entregue.

A criação de um modelo exemplar de mãe segundo os conceitos higienistas se originou com a descoberta da relação entre amamentação realizada pelas amas de leite e a mortalidade infantil. Os médicos, ao notarem que esse tipo de alimento era responsável pelo crescimento da taxa de mortalidade entre os recém-nascidos, decidiram incentivar o aleitamento materno. A crítica higiênica ao aluguel de escravas visava também uma reformulação da conduta feminina em relação aos filhos, as crianças das classes privilegiadas só eram cuidadas pelas amas porque suas mães se recusavam a amamentá-las. A mulher do século XIX mantinha o costume colonial de não amamentar seus próprios filhos e a esse antigo hábito somavam-se as necessidades da sociabilidade urbana. Festas, moda e diversões consumiam o tempo da mulher da elite não sobrando energia para a amamentação (COSTA, 1989). O discurso higiênico considerava esse comportamento uma

⁸ A Casa dos Expostos, também conhecida como Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou Roda, foi uma instituição, criada em 1738, com o objetivo de receber crianças abandonadas. O nome pelo qual a Instituição se tornou mais conhecida foi o de Roda, por conta do dispositivo cilíndrico de madeira que girava em torno de um eixo com uma parte lateral aberta onde eram depositadas as crianças. Esse mecanismo permitia que o depositário se mantivesse no anonimato. (COSTA, 1989)

⁹ Maria Graham *apud* Leite (1984) afirma que, na primeira vez que visitou a Roda, pediu para ver documentos que informavam que, em treze anos, haviam entrado perto de 12.000 crianças e dessas apenas 1.000 tinha permanecido vivas.

infração à natureza, a mulher que não amamentava rompia o instinto natural, por se conduzir de forma contrária a todas as fêmeas mamíferas, e por contrariar sua vocação “natural” de ser mãe, conforme pregava o modelo higiênico. Para mudar esse quadro, os higienistas perceberam que era preciso alterar o direito do pai, criando uma nova organização doméstica onde não houvesse grandes disparidades de poder entre os cônjuges. Nessa nova família, o pai deveria se responsabilizar pela proteção material do filho, enquanto a mãe assumia o papel de iniciadora da educação infantil.

Segundo Costa (1989), pode-se supor que a pressão higiênica para que a mãe amamentasse seus filhos teria outro objetivo que não apenas proteger a vida das crianças. A amamentação poderia regular a vida da mulher, ocupando-a com uma tarefa considerada indispensável à sua posição e papel social. O objetivo disciplinar do aleitamento materno era o uso higiênico do tempo livre da mulher dentro de casa. Amamentar seria uma tarefa útil para preencher seu tempo, evitando os perigos do ócio e dos passatempos contrários à moral e aos bons costumes. Essa hipótese só faz sentido quando se leva em consideração que o período de aleitamento proposto pelos médicos era de até dezoito meses e que quase não havia métodos contraceptivos. Outro motivo para a manutenção da mulher no espaço doméstico pela amamentação estava relacionado à concorrência com o homem. Com o fim do patriarcado colonial houve uma onda de emancipação feminina, as mulheres se tornaram as principais consumidoras de artigos industrializados e da moda europeia, passaram a se instruir, cultivavam o requinte do corpo e do espírito e liam romances que incentivavam a independência feminina. E não apenas romances, mas também textos como a crônica intitulada *Feminismo Ativo* de João do Rio, publicada no jornal *A Notícia*, em 27 de fevereiro de 1910:

a situação de obrigar a mulher à escravidão social com o argumento da sua fragilidade fechando-a no limite de ou a ser dona de casa, mantida pelo homem como um aparelho do lar, mais ou menos estimável, ou virar a esquina da honra com a dor maior de ser ainda mantida pelo homem, devia acabar. (...) Eu estou, porém, convencido de que, adquirindo a mulher a posição a que tem direito na sociedade, mas adquirindo como um homem, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, pela sua inteligência, a vida será muito mais nobre, muito mais doce, muito mais graciosa, muito mais bela (RIO, 2006b: 188, 189).

Apesar dos discursos da medicina higienista enaltecendo a maternidade e a importância da mulher enquanto mãe e educadora dos filhos, a gravidez nem sempre era o maior desejo feminino. Muitas mulheres não a desejavam por impedi-las de frequentar a alta sociedade, os bailes, as recepções e os teatros, uma senhora grávida naquela época não poderia participar de eventos sociais, não era considerado adequado. Assim foi com

Natividade, personagem criada por Machado de Assis (2011: 27, 28), que ao saber estar grávida após dez anos de casamento e nenhum filho, não se sentiu imediatamente realizada.

Nos primeiros dias, os sintomas desconcertaram a nossa amiga. É duro dizê-lo, mas é verdade. Lá se iam bailes e festas, lá ia a liberdade e a folga. Natividade andava já na alta-roda do tempo (...). Carteava com grandes damas, era familiar de muitas, tuteava algumas. Nem tinha só esta casa de Botafogo, mas também outra em Petrópolis; nem só carro, mas também camarote no Teatro Lírico, não contando os bailes do Cassino Fluminense, os das amigas e os seus; todo repertório, em suma, da vida elegante. (...) No meio disso, a que vinha agora uma criança deformá-la por meses, obrigá-la a recolher-se, pedir-lhe as noites, adoecer dos dentes e o resto? Tal foi a primeira sensação da mãe, e o primeiro ímpeto foi esmagar o germe.

Os médicos advertiam a mulher mundana com diversas doenças: enfermidades intestinais e síncope ao usarem espartilhos muito apertados, tísica se passassem as noites em bailes e saraus dançando e bebendo. Essa correlação entre mundanismo e doença exerceu um importante papel na domesticação da mulher. Outro desequilíbrio clínico considerado típico da cosmogonia feminina do século XIX era o histerismo que, segundo Costa (1989), foi parcialmente uma criação do médico. As senhoras passaram a servir-se da histeria como uma forma de se verem livre da opressão do cotidiano familiar. O nervosismo era simulado sempre que a mulher desejasse defender-se de seus opressores, passando a funcionar como uma agressão ao homem seja pai ou marido. Ao apoiar a mulher com sintomas de nervosismo, o médico mantinha sua política de dominação feminina, reforçando o poder da mulher sobre o marido e da filha sobre o pai. O maior controle familiar por parte da mãe facilitava a entrada do médico no âmbito doméstico, ampliando sua influência dentro nesse meio.

O poder do homem sobre a mulher e a prole no período colonial, era fundamentado na ética religiosa e no domínio do latifúndio sobre o meio cultural. Dentro dessa ordem social o poder paterno se desenvolveu, juntamente com os comportamentos e sentimentos que formavam a intimidade familiar. Dessa forma, esses hábitos não poderiam ser considerados legais ou ilegais, eles poderiam ser julgados apenas em termos morais. Assim, um instrumento capaz de controlar a vida íntima deveria possuir chancela de poder e saber sobre a moral (COSTA, 1989). Além disso, os meios jurídico-legais não dispunham de agentes suficientes para fiscalizar, era preciso que a própria família se juntasse ao Estado, a essas necessidades a medicina respondeu com a higiene. A família idealizada pelos higienistas deveria abandonar os antigos privilégios em troca de novos benefícios, se auto regularia transformando cada membro em um agente da saúde individual e estatal. Essa

não foi a única meta dos higienistas, um dos seus objetivos principais foi a conversão do universo familiar à ordem urbana, a maioria das prescrições higiênicas visava a “reeuropeização” dos costumes. A intervenção médico-estatal sobre a cidade e a família afetou particularmente dois elementos: a casa e a intimidade. A casa se modificou para ampliar o intercâmbio entre o ambiente doméstico e o meio social. A intimidade se transformou para permitir expressões afetivas mais livres entre os membros da família. A abolição e a proclamação da República contribuíram para uma “civilização” da família patriarcal, secularizando o casamento e diminuindo o número de pessoas que viviam entorno do núcleo familiar, parentes e agregados se mantiveram unidos às famílias tradicionais ainda por um bom tempo.

O amor entre os sexos, antes percebido pela família através do filtro religioso e pela literatura clássica, se transforma pela ação da medicina higienista de “instinto de propagação” em “paixão impetuosa da alma de um para outro sexo” (COSTA, 1989: 65). O instinto, por sua natureza biológica, não poderia ser educado, mas o amor-paixão poderia ser domesticado e reorientado para fins sociais adequados. Ao definir o amor como paixão, pretendia-se reduzi-lo a um fenômeno passível de manipulação pelas técnicas médicas. O amor higiênico era humano, fruto da burguesia e da biologia médica, o oposto do amor antigo, considerado uma benção divina.

A família moderna que prezava os sentimentos de privacidade se diferencia da família antiga em vários sentidos. Pais e filhos passaram a valorizar o convívio íntimo e exclusivo entre eles, abandonando a permanente companhia de indivíduos estranhos que por ventura residissem na mesma casa. Outra questão foi o aumento do interesse dos pais no desenvolvimento físico e sentimental dos filhos, educando-os de maneira individualizada. E por fim, o amor ente pais e filhos se tornou responsável pela coesão familiar, substituindo, aos poucos, a ética religiosa e os imperativos da sobrevivência material. O comportamento paterno em relação aos filhos diferia de acordo com o sexo, no caso dos filhos homens, todos os esforços se voltavam para sua educação, para as filhas, os pais se dedicavam a realizar o melhor casamento possível. O relacionamento das crianças com o pai era marcado pela austeridade e pelo distanciamento, e, geralmente, só se iniciava no começo da adolescência. A mãe, apesar de ser mais presente na infância, poderia restringir as demonstrações de carinho e exigir respeito, tal como o pai (NEEDELL, 1993).

No início do século XX, emergiu um inconformismo feminino com relação à imagem que se tinha da mulher na sociedade brasileira e suas restrições à atuação feminina em atividades econômicas e políticas. As mudanças no comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX chocaram os mais conservadores. Apenas recentemente, as moças das classes média e alta haviam passado a frequentar sozinhas as ruas da

cidade. As novas maneiras de se comportar tornaram-se corriqueiras em apenas duas décadas, mas cobraram seu preço, era preciso que as senhoras conservassem um ar modesto e uma atitude séria, impondo a todos o devido respeito. A mulher sensata, especialmente a casada deveria evitar sair a rua acompanhada por um homem não fosse seu pai, irmão ou marido, pois esse comportamento poderia expô-la a maledicência e comprometer sua honra e a de seu marido. O ritmo dessas mudanças causou muita ansiedade nos mais conservadores, especialmente se somada às grandes transformações pelas quais passava o país a partir do último quartel do século XIX.

As mudanças se tornaram mais visíveis nas cidades, a nova paisagem urbana, embora guardasse características tradicionais, era ocupada por uma nova população heterogênea, composta por imigrantes, ex-escravos e representantes das elites que haviam se mudado do campo para a cidade. Os intelectuais de então elegeram as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres, como os principais responsáveis pelo suposto desmantelamento da ordem social e da quebra de costumes. O novo comportamento feminino foi criticado até mesmo pelas revistas voltadas para esse público, considerado destruidor dos costumes e da ordem familiar, como se pode perceber em texto intitulado “A Casa”, sem autoria, publicado pelo *Jornal da Família* em primeiro de dezembro de 1888: “A casa deve ser o santuário da mulher e o sítio onde se deve achar melhor que em outro algum, e, não obstante, vemos mulheres que passam a vida de festa em festa, e que apenas entram no lar para comer e dormir”. Homens e mulheres se acusavam reciprocamente como causadores dessa situação. As reclamações das mulheres se voltavam contra a postura dos maridos, as dos homens deixava transparecer certa insegurança com a “nova mulher” que saía sozinha na rua e dançava ao som do maxixe, enquanto as reclamações femininas tinham como alvo as infidelidades masculinas, as noitadas nas casas de divertimento com bebidas e mulheres (MALUF & MOTT, 2010).

A ideia de que a mulher apresentava condições físicas, intelectuais e sentimentais distintas às do homem estava inserida no imaginário social que predominou do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, momento de desconfiança e de construção e divulgação do papel feminino ideal na sociedade como “rainha do lar”, limitado ao “recôndito do lar” e baseado na tríade mãe-esposa-dona-de-casa. Embasado na crença de que estava na natureza feminina a vocação para desempenhar as funções da esfera privada, desenvolveu-se o discurso que se tornou muito conhecido de que o lugar da mulher é em casa e sua função consistindo em casar e gerar filhos que devem ser educados para se tornarem bons cidadãos. Maluf e Mott (2010: 374) resumem a situação, “Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens

dentro de casa, já que a eles pertenceriam a rua e o mundo do trabalho.” Os manuais de economia doméstica destinados às jovens esposas, como o já citado “O lar feliz”, definiam o papel a ser desempenhado por homens e mulheres na sociedade. À mulher caberia transformar o lar em templo da felicidade, marido e mulher possuíam papéis complementares, mas não se falava em igualdade de direitos.

O Código Civil de 1916 sacramentava a inferioridade da mulher casada com relação ao marido. Cabia ao homem a representação legal da família, a administração dos bens comuns ao casal e os da esposa. A mulher foi declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, com limitações comparáveis às dos menores de idade e dos índios. Esses preceitos legalizavam o modelo que concebia a mulher como subordinada e dependente do marido (MALUF e MOTT, 2010). Na legislação de 1890, a chefia da sociedade conjugal era exclusiva do marido, no Código de 1916, a manutenção da família se tornou responsabilidade dos cônjuges, mas manteve a submissão da esposa ao marido, seu direito ao trabalho dependia da autorização dele ou de um juiz. O mesmo apresenta um conjunto de normas, deveres e obrigações a fim de reger o vínculo conjugal e assegurar a ordem familiar. Cada membro da sociedade matrimonial possuía um atributo essencial. Ao marido cabia prover a manutenção da família, à esposa restava a identidade social como mãe e dona de casa. Ao homem, a identidade pública, à mulher, a doméstica. Os papéis, os poderes e as prerrogativas masculinas eram tidos como superiores às da mulher. A delimitação entre as esferas pública e privada se tornaram mais nítidas, definindo o lugar do homem e o da mulher.

Usos e costumes demonstram que o poder do marido tinha um alcance maior do que o previsto na lei. A ele cabiam as decisões mais importantes do núcleo familiar, a apropriação e distribuição de recursos, o uso da violência, o controle sobre a escolha do tipo e local da formação educacional e profissional dos filhos. As desigualdades entre as funções exercidas por homens e mulheres foram acompanhadas de uma valorização cultural, ou seja, as atividades masculinas foram mais valorizadas do que as exercidas pelas mulheres. O trabalho conferia de fato poder ao marido, ao torná-lo responsável pela manutenção, assistência e proteção da família. Considerava-se a incapacidade de o marido ser o único provedor da casa uma falha e a necessidade da esposa exercer trabalho remunerado feria a identidade social tanto da mulher quanto do homem. A contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar. A mulher casada, em troca do sustento garantido, deveria respeitar as normas da moral e dos bons costumes, a honra do marido para a sociedade dependia em grande parte do comportamento da esposa. Nas palavras de Maluf e Mott (2010: 382), “A arquitetura do lar feliz aprisionou homens e mulheres dentro de uma moldura estritamente normativa”.

Qualquer sinal de flexibilização da divisão dos papéis dentro da família era tido como ameaçador pelos conservadores. Frente a reclamações e acusações mútuas argumentos foram elaborados para justificar situações injustas e transformar as relações entre homens e mulheres em um vínculo disciplinado. Através de conselhos, fórmulas e regras, homens e mulheres aprendiam a manter o casamento. A preservação do tradicional modelo matrimonial tinha como objetivo normalizar a sociedade e regram os comportamentos sexuais (MALUF e MOTT, 2010). A mulher intelectual era considerada um mau exemplo, pois ela acreditava que fosse possível subsistir sem um marido e essa era uma postura totalmente contrária a imagem de mãe-esposa-dona-de-casa pregada pela Igreja, ensinada por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa (COSTA, 1989).

Homens e mulheres se questionavam sobre seu papel na sociedade em mudança. Os discursos literários, médicos, juristas e religiosos, a partir de meados do século XIX, afirmavam que as relações sexuais sadias, decentes e higiênicas só poderiam ocorrer no lar. O casamento era considerado garantia de saúde da humanidade, remédio para o corpo e para alma, fonte de estabilidade social. Esse ideal levou a uma fiscalização rígida dos padrões de comportamento, qualquer desvio da norma era condenado. As classes mais baixas da população foram aquelas que tiveram o comportamento mais fiscalizado, especialmente as diversas formas de união amorosa desses segmentos. Fora do contrato matrimonial, qualquer relação entre homem e mulher era considerada ilícita. Entre as elites, os interesses familiares tinham um importante papel nos arranjos matrimoniais, garantia de controle do poder e forma de proteção contra as ameaças de desastres econômicos. Como instrumento de estratégias familiares, os jovens só poderiam se comprometer com pessoas do mesmo círculo social, a livre escolha dos cônjuges era relativizada, os pais ainda exerciam forte interferência no assunto.

O casamento no período colonial não era direcionado apenas por razões econômicas, mas também por interesses sociais e preconceitos raciais. A família de elite costumava buscar os futuros cônjuges de seus filhos entre parentes próximos e afastados. Outra prática cultural que contribuiu para a depreciação do lado sentimental do casamento é a disparidade de idade entre os consortes. Essa concepção do casamento entrou em declínio ao longo do século XIX, a escolha dos esposos se tornou uma questão fundamental para a higiene, pois a saúde do filho não estava condicionada apenas aos cuidados após o nascimento, mas também à saúde dos pais. O casamento ideal concebido pela higiene consistia no compromisso dos cônjuges com seus filhos e não com seus pais, como acontecia anteriormente. O cuidado com a prole se tornou o grande paradigma da união conjugal e, a partir dele, o casamento colonial foi sendo desestruturado e as práticas sociais que corroboravam com o casamento de interesse foram criticadas pela higiene. O

compromisso matrimonial por questões econômicas não criava laços afetivos entre os pais necessários à boa criação dos filhos. As uniões consanguíneas foram desestimuladas pela possibilidade de produzirem filhos não saudáveis, sendo o cruzamento das raças¹⁰ considerado uma contribuição ao aperfeiçoamento da espécie. Foram feitas também admoestações contra casamentos entre pessoas de idades muito diferentes, os médicos afirmavam que uma jovem poderia ter o sistema reprodutivo ainda imaturo, o que prejudicaria o desenvolvimento do feto, e que o homem mais velho teria órgãos reprodutores enfraquecidos tornando-o inapto para a reprodução (COSTA, 1989).

Esses critérios higiênicos compreendiam novas regras para o estabelecimento das relações conjugais. A idade ideal dos cônjuges seria de 24 e 25 anos para o homem e de 18 a 20 anos para a mulher. As condições físicas e morais dos noivos também deveriam ser observadas. As qualidades a serem valorizadas eram, no homem, a força moral e o caráter ao invés da riqueza, porque um homem bom e inteligente poderia se tornar rico enquanto que, se fraco de caráter, poderia dilapidar toda a fortuna herdada. As mulheres deveriam apresentar pureza de alma e vigor físico para gerar filhos saudáveis. No casamento higiênico a hereditariedade era mais importante que a herança. Dinheiro e *status* social só eram valorizados se associados a uma boa saúde física e a uma boa constituição moral.

Qualquer tipo de relacionamento sexual fora do casamento era condenado pela religião e pelo higienismo. Dentro do casamento, a religião era contrária a dois tipos de desvio sexual: a gratuidade e o excesso. O primeiro era corrigido pela associação obrigatória entre sexo e procriação. A sexualidade com vistas apenas ao prazer era condenada, assim como o excesso de devoção amorosa pelo parceiro e o prazer gratuito sem reprodução. A higiene aborda a problemática sexual de outra maneira, também reprime o prazer gratuito e irresponsável, mas enaltece a sexualidade conjugal como um elemento importante para a união do casal. O sexo, dentro do casamento, se tornou alvo de regulação médica mais por suas deficiências do que por seus excessos.

O reduzido potencial sexual entre os cônjuges não era bem visto pela medicina higienista. A valorização do amor físico no casamento pelos higienistas visava ligar a sexualidade masculina à esposa, livrando o homem da prostituição e, conseqüentemente, das doenças venéreas. Outro objetivo era estimular a vida sexual feminina, pois sua instabilidade comprometia a saúde dos filhos e a moral do casal. A mulher não satisfeita sexualmente pelo marido poderia recorrer à masturbação, considerada pelos médicos como um vício e causadora de abortos e esterilidade. O adultério poderia ser outra transgressão

¹⁰ Com relação ao casamento, quando os higienistas se referiam ao cruzamento de raças, eles não estavam querendo dizer entre etnias diferentes, mas entre núcleos familiares diversos.

advinda da insatisfação feminina com o marido, causando a destruição do casamento e comprometendo a figura materna como exemplo para os filhos. Essas razões levaram os higienistas a se preocuparem com a conscientização feminina com relação a seus direitos sexuais. Higienicamente, o desvio sexual no casamento não era o excesso, mas a insuficiência (COSTA, 1989).

Dentro da ordem médica, a instigação do prazer sexual era uma forma de manter o amor conjugal. Diferenciava-se na concepção médica dos devaneios dos literatos e românticos, o amor higiênico era pragmático e possuía vínculos com a sexualidade e a procriação. Esse se tornou necessário à higiene por ser um dos poucos símbolos morais propícios a ser usado na luta contra os valores patriarcais, especialmente pelo direito à escolha do cônjuge. Ao valorizar o amor dentro das normas higiênicas, criava-se um novo conceito de relacionamento entre os esposos diferente do desenvolvimento pelo pensamento romântico ou pela tradição colonial. A recuperação higiênica do amor conjugal estabeleceu um novo código de relacionamento homem-mulher. Sendo o casamento por amor uma escolha individual, livre dos desejos familiares, eventuais fracassos na relação encontravam-se totalmente sob responsabilidade do indivíduo. Dessa forma, o compromisso dos cônjuges se tornava mais forte. O amor exercia outra tarefa importante para a higiene, a criação e a regulação dos novos papéis sociais do homem e da mulher no casamento. De acordo com o modo como homens e mulheres reagiam aos sentimentos, a medicina estabelecia características supostamente típicas de cada sexo, apresentando-as como imperativos da natureza. O amor seria como o traço de separação entre homens e mulheres, servindo como referência para a construção de modelos de comportamento social masculino e feminino (COSTA, 1989).

A mulher foi considerada fisicamente mais fraca que o homem, a delicadeza e a debilidade faziam parte de sua constituição moral. O homem possuiria força e vigor tanto física quanto moral. A inferioridade da mulher se manifestava na predominância das faculdades afetivas, sua inteligência se aplicava melhor ao “objeto dos seus afetos”. Fraqueza, sensibilidade, doçura, indulgência e submissão eram virtudes características ao seu gênero. Na concepção dos médicos, quando as mulheres possuem uma inteligência superior esta se apresenta sempre à custa de sua feminilidade (COSTA, 1989). As mulheres tinham como obrigação apaziguar a sensualidade do casal, o culto à beleza deveria estar de acordo com os princípios médicos e higiênicos e não com a sedução. Dessa forma, o discurso higienista estabelecia os limites para a vaidade das mulheres honradas que deveriam se diferenciar das mulheres de “conduta duvidosa”. O homem seria o exato oposto da mulher, sendo menos propenso ao amor. A mulher casada deveria unir o ideal tradicional de pureza e de submissão com as novas expectativas burguesas de eficiência no

gerenciamento do lar, além de representar em sociedade o papel de companheira adequada. Segundo o modelo ideal do homem casado, ele deveria ser atencioso com a esposa, elogiando seu trabalho doméstico e levando-a a passear.

As diferenças entre homens e mulheres se harmonizavam no casamento, na perseguição de um ideal superior, a educação dos filhos. O cuidado com as crianças não era mais considerado uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor. Assim, o amor materno e o amor paterno seriam o denominador comum entre os sexos. Ser pais se tornou o objetivo maior para homens e mulheres. As relações conjugais deveriam estar mais próximas de uma amizade amorosa, longe dos exageros e dos arroubos sentimentais, mais marcadas pelo respeito do que pelo prazer.

As mudanças ocorridas ao longo do século XIX, tanto no Brasil quanto na Europa, são consequências de transformações em várias dimensões. A mudança na forma de pensar influenciada pela ciência, religião e política estabeleceu novos papéis sociais tanto feminino como masculino. As novas categorias de conhecimento, como a medicina higienista, atuaram diretamente na vida da população incluindo práticas antes desconhecidas, como a preocupação com o asseio pessoal e a forma de preparar os alimentos. A criação de novas tecnologias influenciou na conceituação do conforto e da privacidade ao produzirem equipamentos que possibilitaram um novo arranjo doméstico. As inovações em termos de materiais e técnicas construtivas contribuíram para o desenvolvimento no que tange ao projeto arquitetônico e na qualidade das ambiências internas. Somando-se a essas categorias, a urbanização acelerada das grandes cidades gerada pela industrialização dos países tanto no continente europeu quanto nas Américas e sua participação na elaboração de um novo modo de vida mais gregário. Todas essas questões forneceram elementos que, juntamente com a situação econômica e política no Brasil durante a Primeira República, alteraram a forma de morar da elite carioca e os projetos arquitetônicos de suas residências.



CAPÍTULO 3

.....
O Rio de Janeiro na virada do século XX

3.1 - De Monarquia à República

Transformações sociais e políticas modificaram o panorama brasileiro ao longo do século XIX. Desde a chegada da Corte Portuguesa em 1808, passando pela Independência, em 1822, a Abolição em 1888 até a Proclamação da República no ano seguinte. A progressiva extinção do trabalho escravo se iniciou com a proibição do tráfico negreiro em 1850, mas o movimento abolicionista ganhou força apenas na última década do Império e dele participaram, quase exclusivamente, elementos urbanos. Enquanto o movimento republicano reuniu a população urbana e rural, dos setores médios à elite.

O começo do fim da monarquia foi deflagrado por uma crise política provocada pela Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1865 e 1870. Após o fim do conflito, o Brasil passou por três mudanças importantes. Os núcleos urbanos haviam crescido, deixando de serem apenas entrepostos comerciais para se tornarem centro de concentração populacional, cultural e de infraestrutura. O Brasil, através das leis de extinção do tráfico negreiro (1850), da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei dos Sexagenários (1885), caminhava para a extinção da escravidão. Com a decadência da produção cafeeira no entorno do Rio de Janeiro, a província de São Paulo se tornou a maior produtora de café e os fazendeiros paulistas reivindicaram aumento de sua participação política no governo imperial, dando início ao crescimento da importância de São Paulo no contexto econômico e político do país. Os grandes produtores de café acreditavam que a República seria mais favorável aos interesses regionais o que, conseqüentemente, beneficiaria seus próprios interesses (NEEDELL, 1993).

Após a Guerra do Paraguai, o Exército, que até então havia sido de pouca significância no Governo Imperial, se fortaleceu. Seus oficiais eram, em sua maioria, republicanos e viam a classe dominante, a elite agroexportadora, como inimigo e responsáveis pelo atraso do país. Os estudantes das escolas militares influenciados pelo pensamento positivista¹ e cientificista difundido na Europa acreditavam serem eles os defensores da modernização do país. Em 1883, eclodiu a Questão Militar, quando oficiais do exército insistiram em seus direitos de defender sua posição publicamente e a questionar as ordens dos superiores civis. Os insurgentes escolheram o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca como líder e se voltaram contra os Ministros do Império. Junto com a Questão

¹ O positivismo foi criado pelo pensador francês, Auguste Comte (1798 – 1857) e era, sobretudo, uma filosofia da História e uma teoria política. Comte desenvolveu a lei dos três estados, segundo a qual a primeira fase seria a teológico-militar, o poder espiritual estaria nas mãos de sacerdotes e o poder temporal sob o comando dos militares; a segunda seria a fase da metafísica, em que o predomínio espiritual pertenceria aos filósofos e o governo ficaria a cargo dos legistas com a democracia como regime político. A última fase seria a positiva, os sacerdotes positivistas controlariam o poder espiritual e a burguesia o poder material, tendo como regime político a ditadura republicana (CARVALHO, 2009: 40, 41).

Militar e a insatisfação dos fazendeiros paulistas, ocorreu o enfraquecimento dos conservadores que apoiavam a Monarquia, proprietários de terras decadentes das antigas regiões produtoras do Nordeste. Esse contexto levou à derrubada do trono em 15 de novembro de 1889. A monarquia caiu quando, provavelmente, atingia seu mais alto índice de popularidade entre o proletariado da capital, em parte por conta da Abolição (CARVALHO, 1985). A população negra reagiu negativamente à República mesmo antes da proclamação. Dessa forma, os republicanos não conseguiram a adesão das camadas menos privilegiadas da sociedade, particularmente dos negros. O ímpeto republicano, em geral, partiu do Rio de Janeiro, mas, após a proclamação, São Paulo assumiu a liderança.

A proclamação da República resultou de um conluio entre militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos republicanos. As primeiras medidas adotadas foram a abertura da economia aos capitais estrangeiros, especialmente ingleses e americanos, a permissão para bancos privados emitirem moeda, uma nova lei liberal das sociedades anônimas e a criação de um moderno mercado de ações centrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 2010).

Os primeiros anos da República se caracterizaram por uma intensa agitação. Os militares retomaram o poder que haviam perdido desde o início da Regência, definindo-se a partir de então como os defensores da República com direito a intervir quando parecesse necessário. Quartéis, regimentos, navios e a Escola Militar se rebelaram. Os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram se organizar em partidos e promoveram greves tanto por motivos políticos quanto em defesa de seu poder aquisitivo reduzido pela inflação.

Com a substituição da monarquia pelo regime republicano, em 1889, a sociedade brasileira do final do século XIX foi aos poucos adotando a lógica burguesa europeia, mas essas modificações não foram implantadas de imediato, por baixo da aparência moderna existia uma sistemática herdada do período colonial. A tendência modernizadora associada ao sistema capitalista atuava no sentido de adequar a economia nacional a formas capitalistas ao mesmo tempo em que mantinha seu caráter agroexportador com importação de produtos industrializados.

No final do período imperial o país passou por uma grande expansão das forças produtivas e por transformações que acarretaram o surgimento de novos setores sociais mais específicos e diferenciados, e o declínio de outros. A estratificação social representada pela relação senhor-escravo foi sendo substituída pelo aparecimento de grupos socioeconômicos mais complexos. Nas palavras de Carone (1972: 147), “Socialmente, a Primeira República é a época de transição entre dois períodos, um mais estável e estagnado, outro mais dinâmico e de estrutura de classes mais definidas”.

Após a Revolução Republicana, os novos grupos sociais com interesse no governo tentaram arrancar das mãos das elites latifundiárias o poder do Estado. Ao mesmo tempo em que essas elites articulavam uma forma de se manter no poder através da descentralização e do processo eleitoral. Mesmo com a estagnação econômica da aristocracia rural, é dessa classe que saem vários líderes políticos da Primeira República. A partir do Império, as oligarquias agrárias dominam as terras e comandam a política, a República é uma ampliação de seu domínio, pois com a mudança de regime eles passam a escolher diretamente seus próprios representantes. A nova geração de burocratas compunha-se exclusivamente por estudantes das faculdades nacionais, enquanto os antigos, influentes até meados do século XIX, haviam se formado em Coimbra ou nas primeiras turmas de direito do Recife e de São Paulo.

Importantes nomes da Primeira República faziam parte da elite que compunha os quadros institucionais da monarquia, como o Barão do Rio Branco, monarquista convicto que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores a convite do presidente Rodrigues Alves, ocupando o posto até sua morte, em 1912. O próprio Rodrigues Alves havia sido conselheiro do Império, assim como Rui Barbosa e Antônio Prado, o homem mais rico e influente no país. A estabilização do país foi comandada por uma elite com origens na monarquia que atuava através do discurso cientificista e por meio da competência técnica da geração dos republicanos positivistas, como a equipe comandada por Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores formada por Euclides da Cunha, Arthur Orlando e Aluísio de Azevedo; e os auxiliares diretos de Rodrigues Alves, os engenheiros Lauro Müller e Pereira Passos e o médico higienista Oswaldo Cruz (SEVCENKO, 2010).

Depois do golpe militar de 1889, instalou-se um governo provisório. Dois anos depois, a Assembleia Constituinte elaborou uma Constituição Federal e elegeu Deodoro como Presidente, tendo como vice Floriano Peixoto, que assumiu a presidência pouco tempo depois. Os primeiros anos da República brasileira transcorreram em meio a conflitos, como afirma Carvalho (1987: 15), “a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência”. Com a mudança do regime político vieram transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que lançaram a capital em um estado de agitação que só se acalmou no final da década de 1890.

Em 1893, estourou a guerra civil no Rio Grande do Sul e uma revolta no porto do Rio de Janeiro, os líderes dos dois levantes se aliaram e combateram o governo até 1895. Em 1896, uma rebelião no interior da Bahia ameaçou a República e exigiu grande esforço do Exército que conseguiu sufocá-la no ano seguinte. Nesse mesmo ano, o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, escapou por pouco de ser assassinado por um

subalterno. Além da instabilidade política, esse também foi um período de muitas atribuições econômicas e financeiras. O governo Imperial, e depois o governo provisório, emitiram dinheiro para atender a uma demanda de moeda para o pagamento de salários e a praça foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, o que gerou forte especulação. Esse período conturbado ficou conhecido como o Encilhamento², marcado pela instabilidade econômica, inflação e especulação. Segundo Carvalho (1987: 20), “Por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação”.

O Brasil se constituía como um produtor de gêneros agrícolas para exportação, por isso, não havia uma política de estímulo à indústria. Com a chegada ao poder dos grupos urbanos e dos militares, que defendiam uma transformação do país segundo o modelo norte americano, houve uma mudança nesse sentido. Em 1890, a situação se tornou propícia à industrialização na capital por vários fatores: crescimento populacional, a cidade do Rio de Janeiro já se aproximava de meio milhão de habitantes (BENCHIMOL, 1985); fortalecimento do mercado interno com a ampliação do número de trabalhadores assalariados; aumento do risco em investimentos na agricultura; desvalorização da moeda e grande afluxo de mão-de-obra barata vinda das áreas rurais e também de Portugal e da Itália. O resultado desse processo foi o crescimento da atividade no mercado de ações, a fundação de diversas empresas e bancos e a proliferação da especulação e da corrupção. Essa expansão se deu até 1892 e se seguiu de uma crise agravada pelos gastos militares com as revoltas de 1893-95.

A política do Encilhamento propiciou grande ganho de lucros para os empresários, financistas, especuladores, burocratas e intermediários que tinham acesso a informações privilegiadas, o que levou ao surgimento de novos ricos e a prejuízos terríveis infligidos à antiga elite rural. Esse contexto constituiu uma consequência direta das políticas imperiais, mas marcou a recém-criada República como incompetente e corrupta em sua política financeira. Essa situação contribuiu para a divisão da liderança republicana e para o aumento das tensões da população, levando Floriano Peixoto a assumir a incumbência de defender a República. Segundo Needell (1993: 32), “O Encilhamento passou à memória da elite, e daí para o público em geral, como uma época de desenvolvimento quimérico e especulação frenética em empresas de integridade duvidosa, dirigidas por bobos e charlatões”.

Com a emissão descontrolada de dinheiro que vinha acontecendo desde o Império, houve grande encarecimento dos produtos importados por conta do aumento da

² O termo encilhamento é um jargão dos hipódromos que se refere à colocação da sela no cavalo antes do tiro da largada (NEEDELL, 1993).

demanda e do consumo dos novos ricos. Em 1891, a capital presenciou a primeira greve promovida por ferroviários e portuários. No ano seguinte, se deu uma inflação generalizada e a duplicação dos preços. A imigração e o aumento da oferta de mão-de-obra elevaram o custo de vida e acirrou a disputa pelos escassos empregos disponíveis.

A responsabilidade pelo atraso financeiro, pela falta de emprego e pelo aumento do custo de vida e dos impostos foi atribuída aos representantes políticos dos fazendeiros e dos grandes comerciantes. Os defensores de um Brasil “moderno”, chamados de jacobinos ou florianistas, acreditavam no ideal de um país autoritário, centralizado, industrial e moderno, com uma economia em expansão e avanço social. Elegeram como seu principal inimigo os portugueses, considerados usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros por conta do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel. Para se ter um ideia do domínio luso do comércio brasileiro, em levantamento realizado em 1866 e 1867, entre os 12.000 comerciantes a varejo no Brasil, 8.240 eram portugueses, 1.024 de outras nacionalidades e 2.631 brasileiros (SODRÉ, 1967).

Para sufocar os rebeldes, esmagar a oposição e consolidar a República, Floriano Peixoto lançou mão de todos os recursos disponíveis. Conquistando assim, os setores médios urbanos e militares e a alcunha de “Marechal de Ferro”. Foi dessa luta ocorrida entre 1891 e 1894 que emergiu um fervoroso sentimento popular republicano e a lenda de Floriano, que possibilitou o surgimento de uma nova e poderosa coalizão dos membros das elites tradicionais e emergentes. A crise ocorrida nessa época levou à ascensão da província de São Paulo. O estado paulista possuía uma elite bem organizada, economia desenvolvida e forças armadas próprias, características que levaram o Presidente a pedir seu auxílio contra os revoltosos do Rio Grande. Em troca, concordou com a eleição de Prudente de Moraes, que se tornaria o primeiro presidente civil do Brasil, quando os arroubos republicanos tão exaltados sob o comando do “Marechal de Ferro” arrefeceram (NEEDEL, 1993). Os republicanos de São Paulo possuíam uma postura mais conservadora e não representavam um rompimento com a elite tradicional, pois todos os interesses políticos e econômicos do estado dependiam da produção e exportação do café. Seu interesse na República se vinculava à conquista de uma maior autonomia econômica e hegemonia política para o estado de São Paulo. Com a intenção de alcançar esse objetivo, os paulistas decidiram cooperar com o governo federal e assumiram importantes cargos em ministérios a partir da década de 1890.

Nos anos de governo de Prudente de Moraes (1894-1898), o país passou por vários conflitos. Os partidários de Floriano consideravam o novo governo uma traição à República. O partido do presidente se dividiu entre os defensores da República, jacobinas e gaúchos, e os que apoiavam o governo. A Guerra de Canudos (1896-1897) acirrou os

ânimos e o Presidente foi acusado de traidor da nação e incompetente. A revolta era tanta que no retorno da tropa que lutou contra os seguidores de Antônio Conselheiro, durante a homenagem aos combatentes, Prudente de Moraes sofreu um atentado cometido por um soldado no meio da multidão. O Presidente escapou e não hesitou em aproveitar a situação, declarou estado de sítio e passou a coordenar a imprensa, a polícia, o Congresso e os tribunais, esmagou a oposição acusando-os de participação no atentado. Acabou com a possibilidade de uma eleição para a escolha de seu sucessor transferindo o poder para outro civil paulista, Manuel Ferraz de Campos Sales (NEEDELL, 1993).

O governo de Campos Sales (1898-1902) consolidou e restabeleceu os interesses da elite agroexportadora em detrimento dos grupos urbanos e emergentes. A economia agrária havia sido abalada e, portanto, precisava-se de estabilização econômica e da organização política, o que foi possível, segundo Needell (1993: 37), através “do *laissez-faire* econômico, da aceitação da autoridade presidencial e do restabelecimento da hegemonia da elite”. O Presidente, em busca de uma solução para os problemas econômicos do país, assumiu um grande empréstimo no exterior com juros elevados. Essa medida afetou vários grupos urbanos de maneiras diferentes, alguns trabalhadores perderam seus empregos enquanto outros melhoraram seus salários, os preços dos alimentos se mantiveram e a moeda se fortaleceu. Entretanto, falências e quebras de bancos marcaram a virada do século. A elite latifundiária obteve apoio financeiro do Estado, ajuda que foi negada a indústrias e bancos.

Nos primeiros dez anos da República o país passou por um período de grave instabilidade política, com guerra civil na região sul e risco de fragmentação do território nacional, e econômica, com a crise no mercado de café e dificuldade em administrar a dívida externa. Desde meados da década de 1890, a queda do preço do café contribuía para o agravamento da crise e o país entrou em uma fase de deflação e recessão econômica da qual começou a sair no final do governo Campos Sales, já no século XX. A estabilização da situação se tornou imprescindível e para isso era necessário diminuir a influência da capital na política nacional tirando os militares do governo e reduzindo a participação popular. Militares e setores populares não possuíam interesses compatíveis com os do grande comércio e da grande agricultura, e não tinham como impor um governo nacional que extrapolasse os limites da capital.

A maneira indireta de resolver essa situação se encontrava no fortalecimento dos estados, pacificando e cooptando suas oligarquias, reunindo-as em torno de um arranjo que garantisse o domínio local e a participação no poder nacional. Esta foi a tarefa de Campos Sales que precisava de paz interna para negociar a dívida externa com os

banqueiros ingleses. Os deputados estaduais eleitos apoiaram a ação do governo federal após a assinatura do acordo, em 1900.

A política passou a funcionar de acordo com dois polos: o federal e o dos estados, controlados pelas elites regionais. Levando os setores urbanos e os militares a perderem a influência conquistada durante a Revolução Republicana. O Presidente buscou um entendimento com as oligarquias estaduais e os estados que saíram mais fortalecidos foram aqueles que possuíam uma melhor organização política, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse novo arranjo ficou conhecido como a “política dos governadores”. Dessa forma, as elites recuperaram o controle do Estado.

3.2 - A elite carioca

A *belle époque* carioca se inicia em 1898, juntamente com o governo de Campos Sales, com a recuperação da tranquilidade política e do poder pelas elites. Essa mudança de clima afetou o meio cultural e social, possibilitando o desenvolvimento de uma vida urbana elegante. Esse ano marcou, tanto na capital quanto no resto do país, um novo começo e uma retomada das forças tradicionais. O fim dessa época se dá com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. A *belle époque* significou a continuidade do passado colonial, assim como o potencial de mudança do período e foi marcada pelas reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1898, as elites agrárias alcançaram o topo da hierarquia socioeconômica, saindo vencedora dos desafios políticos. Essa situação é importante para se entender a cultura e a sociedade da elite carioca, no entanto, a continuidade não significou a ausência de mudanças, mas apenas seu refreamento. O Rio de Janeiro, como Capital Federal, transformou-se em ponto de convergência de todas as tendências políticas da época, a cidade também foi cenário dos movimentos abolicionista e republicano. Durante a República Velha ou Primeira República (1889-1930), ligações e conchavos poderiam ser realizados nos estados, mas era na capital que tomavam forma.

Needell (1993) elenca alguns fatores que influenciaram a formação da elite carioca no final do século XIX, como o aumento da população urbana, o impacto contínuo das ideologias e dos modelos de comportamento europeus, o surgimento de novas oportunidades, interesses e empreendimentos e a maior independência em relação à tradicional elite rural. A elite carioca era formada, principalmente, por republicanos e abolicionistas, profissionais liberais e empresários. As mudanças que ocorreram não foram suficientes para mudar o controle exercido pela elite e sua expressão sociocultural, havendo

certa continuidade entre a antiga elite e a alta sociedade da *belle époque* com a manutenção do modelo de elegância aristocrático.

Sodré (1967), em seu livro “História da burguesia brasileira”, oferece indicações de como essa camada social se formou no Brasil e como chegou à posição de elite. Segundo o autor, a inquietação política iniciada em fins do século XVIII, com a crise econômica associada a movimentos como a Conjuração Mineira e a Baiana, apresentava influências da Revolução Burguesa que ocorria na Europa quanto a sua ideologia, reivindicando como forma de governo a república, o desenvolvimento manufatureiro e a liberdade de comércio. Entretanto, não havia na colônia uma classe que pudesse assumir todas essas reivindicações como suas. Na última, tinham interesses os senhores de terras e escravos por conta das dificuldades de exportação que o regime de monopólio comercial praticado pela metrópole impunha. Mas essa classe não estava interessada nas demais exigências.

A liberdade de comércio só ocorreu com a abertura dos portos após a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, e permitiu o lançamento das bases do aparelhamento do Estado, ao mesmo tempo em que impediu o desenvolvimento da indústria brasileira com a importação de inúmeros produtos industrializados da Inglaterra. O trabalho escravo impossibilitava uma evolução econômica capaz de produzir relações capitalistas e, conseqüentemente, a formação de uma classe burguesa. Os três séculos de escravidão no Brasil atrasaram o surgimento de condições que possibilitariam a ascensão da burguesia, sendo o imperialismo, surgido em fins do século XIX, condição essencial para o desenvolvimento da burguesia brasileira. As duas últimas décadas do século XIX e o início do século XX foram importantes para essa nova classe. Ela emerge na passagem do século, mas toma dimensões mais nítidas somente após a Primeira Guerra Mundial.

Os anos 1860 a 1880 podem ser considerados como o início do imperialismo no país. Antes de 1860, a norma do comércio exterior brasileiro era o déficit, a produção cafeeira ainda não havia superado a crise de preços, o tráfico negreiro fora substituído pelo comércio interno de escravos, a imigração estava iniciando, a dívida externa pesava sobre a economia nacional e o sistema financeiro ainda era precário. O capitalismo buscou seu rápido crescimento, na fase imperialista, em países distantes e nas colônias, com sua economia frágil. Os ingleses emprestavam dinheiro ao Brasil e aplicavam seu capital no país, principalmente na construção e na exploração ferroviária, o que lhes proporcionava o controle do transporte da produção nacional. Essa postura se tornou uma das formas mais eficazes de ação imperialista dificultando, a partir da segunda metade do século XIX, especialmente após 1860, a capitalização interna e o avanço da burguesia brasileira (SODRÉ, 1967).

A acumulação de renda no Brasil se iniciou na segunda metade do século XIX, quando o país atingiu uma alta taxa de crescimento. Durante o período colonial, a acumulação era impossível, porque o fluxo se voltava para o exterior, com a independência, a impossibilidade vinha do domínio absoluto dos ingleses sobre o comércio. O desenvolvimento cafeeiro, que abrangia inclusive a comercialização, permitiu reter no país parte da renda nele gerada. O fazendeiro de café não se constituía apenas em um tipo rural, como o senhor de engenho, somava às características desse as do empresário.

Na década de 1870, surgiu uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares que ficou conhecida como a “geração de 70”, possuía como principais expoentes Joaquim Nabuco, André Rebouças e Machado de Assis e estava comprometida com os ideais de modernização e atualização das estruturas do Império baseadas em diretrizes científicas e técnicas vindas dos Estados Unidos e Europa. As fontes de inspiração dessa nova elite estavam nas correntes científicas, o darwinismo social de Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte (SEVCENKO, 2010). Pesavento (1997) caracteriza essa geração como seduzida pelo materialismo, anticlericalismo, agnosticismo, evolucionismo, positivismo, além de eclética, iconoclasta e radical. Para essa elite intelectual, o progresso técnico era uma meta que o país deveria perseguir para atingir o *status* de “moderno”. Dentro dessa lógica, a Europa era considerada padrão de humanidade por sua criatividade, inteligência, pensamento racional e senso estético e a única forma de se atingir o progresso e a civilização seria europeizando o Brasil. As gerações anteriores também se empenharam em integrar o país ao processo civilizatório europeu, mas a geração de 1870 tinha uma visão mais extrema da necessidade de integração. Sua principal base de apoio político e econômico estava na expansão da produção cafeeira no sudeste. Os ricos fazendeiros de café dessa região desejavam a implantação do sistema federalista com a República, o que lhes asseguraria o controle de seus próprios rendimentos e as condições necessárias para usar seu poder econômico nas decisões futuras do país.

As novas elites defendiam a industrialização imediata e a modernização do Brasil. Esses procedimentos tiveram como consequência um grande fluxo de capital estrangeiro entrando no país e a grande fraude especulativa que ficou conhecida como Encilhamento. Este arruinou vários capitalistas que haviam feito parte da elite econômica do período monárquico e elevou uma nova camada enriquecida com as especulações do início da República. Essa classe, juntamente com os cafeicultores do sudeste, formou as bases sociais e econômicas da elite científica e tecnocrática inspirada no modelo positivista (SEVCENKO, 2010). No fim do século XIX, desencadeou-se uma luta entre o velho e o novo

Brasil, entre uma classe tradicional com seus privilégios adquiridos desde o período colonial, e uma classe que começava a definir seu papel.

Durante a Primeira República houve uma valorização do profissional urbano com a substituição das atividades profissionais ligadas ao café por ocupações mais relacionadas à cidade (NEEDELL, 1993). Surgiram nesse momento, personagens importantes sem nenhuma relação com o campo ou com ligação indireta através de parentesco com proprietários rurais, como se pode perceber nos exemplos de duas importantes figuras desse período, Pereira Passos³ e Rui Barbosa⁴ que, embora possuíssem vínculos com a elite rural, ambos fizeram carreira em profissões tipicamente urbanas: um engenheiro, o outro advogado, jornalista e político. Isso só foi possível com a expansão da cidade no final do século XIX e com as mudanças advindas com a República.

De uma forma geral, apenas as famílias de posses e posição tinham acesso à educação secundária durante o Império e isso se estendeu ao período da República Velha. A educação dos filhos das famílias abastadas começava em casa sob o comando dos pais ou de um tutor, geralmente europeu. Quando atingiam uma idade adequada, as crianças eram mandadas para o colégio, esses se localizavam na capital da província ou na Corte. O que levava a minoria privilegiada que tinha acesso à escola a conviver e a residir na cidade e não no campo. O objetivo do ensino era proporcionar aos alunos maior contato com a cultura europeia, isto se dava através do estudo em textos em francês ou traduzido deste idioma, e dos os professores, quase sempre europeus com influência da cultura francesa. Assim, a instrução no Brasil seguia os ditames da educação na França da Restauração: humanista, conservadora e católica (NEEDELL, 1993).

A educação dos rapazes focava em sua formação enquanto burocratas ou políticos e, geralmente, incluía uma passagem pela faculdade de direito no Recife ou em São Paulo. O ideal para as famílias ricas era ter, ao menos, um filho bacharel, reproduzindo na República o que já ocorria no Império. Acreditava-se que a formação em Direito tornava o homem apto a funções dirigentes. A educação feminina se restringia à instrução em casa dada pelos pais ou preceptores, poucas frequentavam os colégios de freiras que foram se firmando ao longo do século XIX ou as pequenas turmas organizadas por mestres estrangeiros. Uma pequena parte das moças da elite viajava à Europa para estudar em

³ Francisco Pereira Passos (1836-1913), filho de fazendeiros, se formou engenheiro na Escola Militar. Em 1857 partiu para Paris a fim de estudar na *École des Ponts e Chaussées* e assistiu à reforma empreendida na capital francesa pelo Barão de Haussmann. Em 1902, foi nomeado prefeito da capital republicana pelo então presidente Rodrigues Alves e realizou durante sua gestão a maior reforma até então na cidade, transformando a antiga Corte em uma cidade moderna (NEEDELL, 1993).

⁴ Rui Barbosa (1849-1923) era filho de médico, burocrata e ocasionalmente deputado, se casou com a herdeira de uma família de latifundiários da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Bacharel, formado em São Paulo foi deputado e assumiu uma posição de abolicionista convicto e jornalista da oposição. Durante os primeiros anos da República foi ministro, senador e jurista (NEEDELL, 1993).

escolas de conventos franceses. O ensino dado às futuras senhoras da alta sociedade visava seu refinamento com o intuito de atrair um noivo de respeito e posição. Não havia motivos para permitir o acesso das mulheres à educação além do necessário à execução de suas funções familiares e da restrita participação nos eventos sociais. Muitos viajantes europeus escreveram sobre a ignorância, falta de habilidade na conversação e timidez das mulheres brasileiras, como é o caso da observação feita por um visitante inglês, em 1882:

Os brasileiros são um povo muito obtuso, as mulheres mais ainda que os homens (...) suas maneiras não são refinadas, nem a língua lhes possibilita a conversação polida nas reuniões sociais. Na verdade, quando os homens e as mulheres se encontram na chamada sociedade, elas nunca parecem conversar. Mas todas as mulheres tocam piano. Aparentemente, é só o que sabem fazer (BURKE & STAPLES *apud* NEEDELL, 1993:162).

Para melhorar o acesso à educação das filhas da elite, a condessa Monteiro de Barros, trouxe para o Brasil, em 1888, a *Congrégation de Notre Dame de Sion* com a intenção de montar uma escola feminina nos moldes dos colégios de freiras francesas, em especial o *Sacré Coeur* de Paris. O *collège* seguia a linha pedagógica francesa, mas também tinha objetivos voltados para a catequização das alunas, sendo elas educadas para exercerem adequadamente a representação social da religião católica apostólica romana (NEDELL, 1993). O currículo do Sion era bastante variado constando do estudo profundo do português e do francês, literatura e história da França, inglês e latim, história da arte, da música, do Brasil e geral, da ciência, da filosofia e da Igreja, biologia, história natural, zoologia e mineralogia, geografia, geometria, matemática, física e química. O curso tinha a duração de cinco anos e possuía o desenho como disciplina obrigatória, sendo a música e a pintura disciplinas facultativas. A princípio, o Sion funcionava nas mansões dos titulares no Rio de Janeiro, depois passou a ocupar o antigo Palácio Imperial de Petrópolis. Ele logo se tornou a melhor e a mais exclusiva escola para meninas de “boa família” que se distinguiram das demais mesmo entre as damas da alta sociedade, essa distinção é destacada por Carolina Nabuco (2000) em suas memórias quando, ao falar sobre o Colégio, afirma ser ele muito famoso e onde se formaram gerações de jovens brasileiras que por seu aprendizado com mestras francesas e pelo uso exclusivo da língua ao longo do curso se tornaram as senhoras mais sofisticadas da sociedade carioca. A diferente posição das ex-alunas do Sion também é apontada por Needell (1993: 83):

Aquelas que passavam por esta experiência intelectual e social eram diferentes, e essa distinção era deliberadamente buscada. As "*enfants* de Sion" eram reconhecidas por seu francês perfeito, maneiras refinadas, formação em literatura clássica e apropriada submissão à autoridade.

O ensino do Colégio Pedro II, exclusivo para meninos, do Sion e de outros da mesma categoria, tinham como objetivo fazer com que os estudantes adquirissem a cultura europeia. Seus alunos viviam separados da realidade local, inteiramente isolados das camadas média e pobre da sociedade tanto no campo quanto na cidade. A educação nos moldes franceses adotada por essas instituições trazia com ela a visão de mundo dos europeus, onde as culturas das antigas colônias eram vistas como desprezíveis. Assim, as crianças educadas dentro desse padrão aprendiam a desprezar seu próprio meio cultural. As escolas femininas podem ser consideradas mais alienadas do que as masculinas, por possuírem em seu quadro basicamente apenas professores estrangeiros, enquanto em colégios como o Pedro II havia professores brasileiros. A educação no exterior ou em escolas no país, mas nos moldes europeus e as frequentes viagens internacionais levaram a classe elevada brasileira a desenvolver um verdadeiro horror por tudo o que se relacionasse ao Brasil e a um desconhecimento absoluto das questões nacionais. Como afirma Broca (1960: 92), “o chique era mesmo ignorar o Brasil e delirar por Paris, numa atitude afetada e nem sempre inteligente”.

A escolha da cidade fluminense de Petrópolis como estância de veraneio da elite pode ser considerada como mais um elemento de permanência, pois ela havia sido escolhida como local de férias de verão por D. Pedro II e se manteve como referência de bem viver, durante a República. Uma pequena Europa com suas casas neoclássicas e ecléticas e com seu clima ameno, distante do calor e das epidemias da capital. O costume de passar os verões longe do clima e da insalubre da corte na cidade serrana foi substituído na *belle époque* pelas viagens diárias de quase seis horas entre Petrópolis e o Rio de Janeiro que os mais ricos enfrentavam para aproveitar o frescor da cidade imperial ao mesmo tempo em que não abandonavam os negócios da capital. Nabuco (2000: 78) relata como aconteciam essas idas e vindas:

A possível infidelidade dos maridos merecia tolerância, se não das esposas, pelo menos da sociedade. Talvez pelo receio de possíveis casos, ou simplesmente como prova de amor conjugal, nenhum marido pernoitava no Rio durante o veraneio da família em Petrópolis. A chegada ali do trem das seis da tarde, chamado “dos maridos”, dava grande movimento à estação ferroviária, inclusive ostentação de toaletes. O trem deixava o Rio as quatro e vinte, de onde se pode concluir que a busca da vida, o aplicar-se ao *business*, não devia requerer muitas horas do dia.

Os espaços de uso coletivo público adquiriram importância social após as reformas urbanas da capital, no início do século XX. O mundanismo na época do Império se restringia à estreita Rua do Ouvidor, aos salões e aos poucos clubes existentes. Algumas instituições públicas de lazer tiveram vida longa e desempenharam importante papel para a elite carioca, como o Cassino Fluminense, o clube social carioca de maior duração, o Club

dos Diários, o Jockey Club e o Teatro da Ópera. O Jockey Club, fundado em 1868, teve grande aceitação por parte da elite carioca, ele consistia em uma instituição cara, aristocrática, prestigiada, do tipo à qual era aconselhável pertencer. O clube promovia não apenas corridas, mas também outros eventos, como os chás vespertinos oferecidos em sua sede na Avenida Central. Tanto os clubes quanto o Teatro eram locais de encontro da elite, onde se conversava “informalmente” sobre negócios.

A imprensa lamentava a precariedade da vida noturna carioca, com pouco ou nenhum teatro “decente”, e da falta de público nos raros eventos. Needell (1993: 86) cita o texto de um crítico publicado no periódico "Rua do Ouvidor", em 09 de abril de 1904, sobre o assunto:

a nossa cidade não se pode gabar de que possua teatros em abundância, pois dos poucos que existem, são muitos os que estão constantemente fechados. Um estudo sobre esse ponto da nossa vida social só serviria para nos acabrunhar, e dar uma má prova do nosso adiantamento. Somos um povo que quase não tem teatros.

Parte do desinteresse por eventos públicos deriva do costume nas famílias abastadas de promoverem reuniões entre amigos e parentes com música e dança em suas próprias casas, um remanescente das tradições coloniais quando a vida social era uma extensão da vida familiar. Os salões desempenhavam um importante papel para a elite, possuíam função simbólica e prática, pois tanto serviam para adquirir e mostrar prestígio associado ao domínio da cultura europeia quanto como cenário propício aos contatos discretos e conversas importantes sobre negócios e política (NEEDELL, 1993). As figuras de destaque da sociedade quase sempre comandavam eventos nos salões residenciais, que contribuíam para uma carreira bem sucedida. Saber receber era fundamental e esse era o papel da esposa e das filhas, responsáveis pelo entretenimento e bem estar dos convidados. Nessas ocasiões as moças “casadoiras” e as dedicadas esposas mostravam seus dotes recitando poesias, cantando e tocando piano.

Poderosos fazendeiros, políticos e grandes comerciantes mantinham os salões do Segundo Reinado. Na *belle époque*, eles eram promovidos, principalmente, por profissionais liberais e homens de negócios, poucos políticos ofereciam esses eventos, como Rui Barbosa e Antônio Azeredo⁵, ambos residentes em Botafogo, um dos bairros preferidos pela elite carioca, ao lado de Flamengo e Laranjeiras (NEEDELL, 1993). Nesses salões havia um clima mais musical, literário e artístico do que nos do Segundo Reinado e assim como nos demais elementos da vida da elite carioca, os salões nacionais eram uma

⁵Antônio Francisco de Azeredo (1861-1936), filho de um médico do Mato Grosso, se mudou para o Rio de Janeiro onde formou-se em Direito, em 1895. Grande amigo de Rui Barbosa, foi dono de jornais republicanos e participou ativamente da vida política, inclusive como senador (NEEDELL, 1993).

cópia dos salões literários franceses (PESAVENTO, 1999). Em algumas dessas casas organizavam-se peças teatrais, Pereira Passos construiu em sua residência em Laranjeiras um teatro de amadores (EDMUNDO, 1938). Os membros masculinos da elite que promoviam os salões e frequentavam clubes, teatros e bailes participavam de tudo isso porque esses eventos faziam parte de sua condição como homens de influência e destaque político e social da Capital Federal. Eles se esforçavam em transmitir uma imagem aristocrática com perceptíveis influências das culturas francesa e inglesa. A alta sociedade possuía uma vida de luxo e requinte, baseada preponderantemente em modelos culturais estrangeiros. Segundo Schapochnik (2010: 500, 501), “as recepções oferecidas nos salões dos palacetes urbanos permitem entrever uma tênue fronteira entre o privado e o público, entre uma convivência eletiva, regrada pelos indivíduos, e uma sociabilidade obrigatória, imposta pelos interesses associativos e conflitos restritivos dos grupos sociais.” Nas salas e salões disputavam-se cargos e privilégios, estreitavam-se alianças, tramavam-se candidaturas e plataformas políticas, estimulavam-se intrigas e estabeleciam-se compromissos matrimoniais.

Essas recepções possuíam todo um aparato formal que se iniciava com o envio de convites personalizados seguidos pela confirmação de presença pelos convidados. Um rígido padrão de moralidade incluía protocolos sobre a arte da conversação, códigos de etiqueta e boas maneiras, gestos e mesuras, cuidadosa exibição de *toilettes*, tudo isso dentro de um ambiente que exibia os símbolos do prestígio da cultura e da superioridade social do anfitrião. Schapochnik (2010: 501) caracteriza os salões da *belle époque* como “um teatro de variedades cuja programação comportava a declamação de poesias, a execução de peças musicais e de canções, entremeadas de contatos, conversas e formas prestigiosas de consumo”. A elaboração dos arranjos à mesa, a seleção dos equipamentos, a sequência dos pratos que compunham o *menu*, a escolha das bebidas passaram a ser consideradas provas de distinção e gosto. A culinária francesa era extremamente apreciada nesses eventos sociais.

Entretanto, não apenas os homens comandavam os animados salões cariocas, algumas mulheres não se restringiam ao papel secundário e também organizavam eventos muito famosos na cidade. Como é o caso de Laurinda Santos Lobo⁶, famosa por sua grande fortuna, herdada do tio Joaquim Murinho, ex-patrão de Azeredo e ex-sócio de Rui Barbosa. Considerada a rainha do chamado *grand monde* carioca por suas recepções, as maiores do Rio de Janeiro. Abria seus salões no bairro de Santa Teresa⁷ no dia quatro de cada mês e

⁶ Para mais informações sobre Laurinda Santos Lobo ver MACHADO, 2002.

⁷ Após a morte de Laurinda Santos Lobo, em 1946, seu palacete, localizado no bairro de Santa Teresa, ficou abandonado e acabou em ruínas. Na década de 1990, a Prefeitura do Rio de Janeiro restaurou o imóvel transformando-o em Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas.

oferecia um chá aos domingos, foi mecenas de vários artistas e literatos que frequentavam sua casa. Paulo de Gardênia, pseudônimo de Benedito Costa *apud* Broca (1960: 24), cronista mundano do início do século XX, descreveu os salões do palacete de Madame Santos Lobo como um museu, um sonho do Oriente, “da galeria forrada de madeiras preciosas descortinava-se a baía, o Pão de Açúcar, e ao longe, o Corcovado, entre nuvens no céu distante”. Escritores, artistas, celebridades estrangeiras em visita ao Rio frequentavam o salão de Santa Teresa, que tinha um caráter mais literário.

Apesar de sua popularidade e de possuir um dos salões mais notáveis de sua época, Laurinda foi uma exceção, na grande maioria dos casos os homens assumiam a responsabilidade de promover esses eventos. A socialização tipicamente feminina caracterizava-se por suas limitações, como relata Nabuco (2000: 74):

As moças, casadas ou solteiras, reuniam às vezes amigas para o chá. Embora com pequena assistência, eram ocasiões de certa cerimônia, requerendo toailete cuidada. Algumas senhoras tinham dia fixo para receber os amigos, em geral uma ou duas vezes por mês, como as primeiras terças-feiras ou as últimas quintas-feiras.

Para Broca (1960), os salões de Sampaio Araújo, na Rua Voluntária da Pátria, e do casal Azeredo, na Praia de Botafogo, eram mais mundanos que literários, ao contrário dos eventos em Santa Teresa. Em Botafogo, encontravam-se artistas famosos conversando com poetas iniciantes, cronistas ao lado de figurões da política ou banqueiros milionários. Nessas reuniões conversava-se sobre as novidades de Paris, os últimos romances lançados, as peças teatrais mais recentes, seus sucessos e fracassos. As temporadas de artistas franceses na capital também proporcionavam muito assunto.

A grande importância do salão está relacionada ao pequeno número de pessoas pertencentes à elite. De acordo com o levantamento realizado por Needell (1993: 136), em 1872, a Corte possuía 275 mil habitantes, composto por no máximo mil lares de famílias abastadas. As pessoas que formavam a elite carioca desfrutavam de relacionamentos pessoais entre elas, através dos casamentos e de laços de amizade, pois frequentavam os mesmos locais em um mundo pequeno e exclusivo. Os rapazes pertencentes a essa classe estudavam no Colégio Pedro II, nas faculdades de direito de São Paulo ou Recife e, em alguns casos, na faculdade de medicina ou na Politécnica, casavam-se com moças pertencentes às famílias dos colegas, frequentavam os mesmos clubes, teatros, bailes e passavam os verões em Petrópolis.

No Segundo Reinado, a sociabilidade da elite carioca era limitada, as atividades sociais fora da família raramente aconteciam e as comidas e bebidas europeias até o segundo terço do século XIX apareciam apenas em ocasiões especiais (NEEDELL, 1993).

Apesar disso, nas reuniões familiares predominava o estilo europeu nas roupas, músicas e dança. O refinamento se restringia a sobrecasacas, vestidos franceses, porcelana importada, objetos de arte europeus, a utilização de alguns termos em francês, exibições de piano e dança de salão. Ao longo do século XIX, a alta sociedade se tornou cada vez mais complexa e luxuosa em consequência do aumento da riqueza, do contato com a Europa e da urbanização. As recepções oferecidas nos salões das elites não mais se restringiam ao círculo familiar e amigos próximos, mas se abriam a estranhos que possuíssem algum mérito pessoal e dominassem as regras de etiqueta. A imprensa divulgava amplamente esses eventos que denotavam a dissolução de certos rituais tradicionais e valorizavam as virtudes individuais, o talento e o capital cultural.

Em seus romances, Machado de Assis descreve as diversas atividades sociais que ocupavam a classe alta carioca em fins do século XIX e princípio do XX. São várias as passagens encontradas em livros e crônicas do autor que se referem à intensa vida social da alta burguesia do Rio de Janeiro. Em seu último livro, *Memorial de Aires* (ASSIS, 2009a), publicado em 1908, o casal Aguiar e Dona Carmo recebia uma tarde por semana seus convidados para o chá, entre uma xícara e outra conversava sobre trivialidades sociais. Natividade e Santos, outro elegante casal criado por Machado (ASSIS, 2011) em Esaú e Jacó, possuíam residência em Botafogo e outra, em Petrópolis, camarote no Teatro Lírico e frequentavam os bailes do Cassino Fluminense, características típicas das classes privilegiadas de então. Rubião, personagem do livro *Quincas Borba* (ASSIS, 2009b), depois de receber de herança uma pequena fortuna se muda de Barbacena para o Rio de Janeiro, mais especificamente para um palacete na Praia de Botafogo. O mineiro, quando não está participando de alguma reunião social em casa de seu sócio Cristiano Palha, recebe em sua casa os amigos para o almoço ou jantar. Após as refeições, anfitrião e convidados acendem charutos enquanto esticam a conversa da mesa de jantar para o escritório.

Até as últimas décadas do século XIX, a vida das mulheres da elite sofria restrições, quando adolescentes eram prometidas em casamento e aprendiam o que a sociedade exigia delas (NEEDELL, 1993). Os tutores estrangeiros ensinavam às filhas das famílias abastadas a maioria dos conhecimentos convenientes a uma dama da sociedade como um pouco de francês, português, piano, dança e canto entre outros dotes. As moças tinham poucas oportunidades de sair de casa e quando o faziam acontecia sob a vigilância de parentes preferencialmente do sexo masculino. A igreja e as reuniões domésticas eram os locais onde jovens de ambos os sexos poderiam se encontrar. Needell (1993) afirma que o mundo doméstico pode ser considerado uma fronteira que quase sempre delimitava a existência das mulheres da elite. Entretanto, a subordinação feminina a pais e a maridos não significa falta de importância dentro da estrutura patriarcal, a posição da mulher é tanto

central quanto dependente. Homem (1996) compartilha da opinião de Needell (1993) e afirma que a vida nos palacetes na passagem do século XIX para o XX se tornou opressiva para as senhoras da alta sociedade. A mulher passava a maior parte do dia na sala da senhora, entre a sala de jantar e a cozinha, bordando ao lado das filhas, parentes e amigos que iam e vinham sem convite, tirando sua privacidade.

A situação das mulheres da classe alta no Brasil seria mesmo assim tão restrita? Contradizendo essa afirmação encontramos várias passagens em romances da época que descrevem mulheres independentes que frequentavam os espaços públicos, sozinhas ou acompanhadas por outras senhoras. Os livros de Machado de Assis possuem vários episódios em que suas personagens femininas demonstram certa liberdade de ação, como Natividade, no livro *Esaú e Jacó* (ASSIS, 2011), ao ir às compras na rua do Ouvidor, de bonde e sozinha, em 1888. Sofia (ASSIS, 2009b) frequentemente saía a passear pelas ruas da cidade em seu cupê sem a companhia do marido ou de qualquer outro homem da família. Avaliar a condição da mulher da elite brasileira do final do século XIX segundo critérios contemporâneos pode levar a uma conclusão tendenciosa, não se pode comparar a liberdade feminina de então com a do início do século XXI, são contextos muito diferentes. Assim como em todos os períodos históricos, a sociedade burguesa possuía regras de convivalidade e sociabilidade e as damas pertencentes às camadas privilegiadas possuíam seu papel social definido em concordância com essas normas.

Ao longo de todo o século XIX, as mulheres da elite foram responsáveis pelo funcionamento da casa, o que não poderia ser considerada uma tarefa simples visto o tamanho das residências, o número de funcionários domésticos, o abastecimento e a preparação dos alimentos, o cuidado com os homens, as crianças e os convidados. Além da administração doméstica, as mulheres eram as figuras principais na alta sociedade, todas as atividades sociais da elite requeriam a presença feminina. Seu comportamento, roupas e joias nos eventos eram indicadores do *status* familiar. Para Needell (1993: 160), “A alta sociedade, por mais feminina que fosse em sua expressão, era masculina em seu propósito”, ou seja, as mulheres tinham a função de “enfeitar” os eventos sociais, animando-os com sua beleza, elegância e graça, mas o objetivo dessas reuniões era atender às aspirações masculinas nos âmbitos político, financeiro e de preservação do *status* social.

Os bondes, implantados em 1868 no Rio de Janeiro, possibilitaram às mulheres, pela primeira vez, saírem de suas casas nos bairros residenciais e ir ao centro da cidade para fazerem compras principalmente de artigos de luxo importados. Não apenas o bonde permitiu uma maior mobilidade feminina, mas também os vapores para a Europa. Assim, as mulheres começaram a adquirir um maior refinamento e conhecimento do mundo fora do lar. Apesar das mudanças, algumas virtudes femininas mantiveram sua posição como

fundamentais, o conhecimento de francês, dança, piano, canto, declamação e moda. A esses predicados se juntaram outros, como conhecer línguas estrangeiras além do francês, um contato maior com a literatura, a ópera e o teatro e uma postura de maior segurança no trato com os homens, mesmo com os estrangeiros. Nos romances de Machado de Assis é possível perceber a importância dada na alta sociedade a certos conhecimentos por parte da mulher. Cristiano Palha e sua esposa, Sofia, no livro *Quincas Borba* (ASSIS, 2009b), tentam convencer a tia e a prima, em passeio ao Rio de Janeiro, mas residentes no interior, da necessidade da jovem aprender francês e piano. Ao que Maria Benedita responde serem coisas supérfluas, "moça da roça não precisa de prendas da cidade". Entretanto, após ser questionada se ela poderia tocar alguma coisa ao piano durante um evento social, muda de ideia e decide aceitar as aulas, mas a mãe ainda insiste em afirmar não haver necessidade. Através dos argumentos empregados pelo sobrinho para convencer a tia, entrevê-se como esses conhecimentos eram valorizados. Palha "disse-lhe que, por mais supérfluas que lhe parecessem aquelas prendas, eram o mínimo dos adornos de uma educação de sala" (ASSIS, 2009b: 138), ou seja, era o mínimo exigido de uma jovem que desejasse frequentar os salões da sociedade e conseguir um marido rico, como ele afirma mais a frente.

Escritores do começo do século XX perceberam as mudanças na educação e no comportamento da mulher brasileira, como relata Carvalho *apud* Needell (1993: 163, 164), em 1911:

A carioca está preparada para todas as exigências da vida contemporânea. Joga o *tennis* e o *bridge*, discute política e arte, guia um auto e monta a cavalo, com o mesmo desembaraço com que faz as honras de uma sala. (...) em suma, possui o dom fascinante de saber vestir-se, andar, sorrir, olhar e falar.

Na década de 1910, as mulheres iam sozinhas às compras no centro. Elas frequentavam as lojas elegantes localizadas, principalmente, nas ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias e depois iam tomar chá nas confeitarias, como a Cavé, a Lallet, a Alvear e a tradicional Confeitaria Colombo. Entretanto, não elas deveriam conversar abertamente com homens, conhecidos ou não, pois apesar dos avanços nos costumes ainda prevalecia o sistema patriarcal como é possível perceber no relato de Nabuco (2000: 78), sobre as primeiras décadas do século XX: "Era comum ver famílias na rua com o chefe caminhando na dianteira. Os maridos deviam mostrar-se ciumentos e prenderem bem as mulheres. Por isso, poucas delas, que não fossem de certa idade, pareciam sentir-se à vontade quando conversavam com homens". A palestra nos espaços públicos entre pessoas de sexo oposto não era proibida, mas deveria ser evitada para não gerar falatório e maledicências que poderiam denegrir a reputação da mulher e de sua família. Também Luiz Edmundo (1938:

335, 336), em suas memórias, conta como é essa nova mulher da elite do começo do século XX:

A mulher já tem outra instrução, que as viagens constantes melhoram e refinam; fala vários idiomas e nas reuniões de família já não é, apenas, o belo sexo que se expõe e agrada pelo palminho de cara ou pela graça da *toilette*, mas companheira inteligente, com a qual um homem já pode conversar e discutir. Ainda não sai sozinha à rua, lá isso é verdade, mas já sai bastante, seja ao lado da mamãe, do irmão, ou de um parente mais velho. Casa cedo. E, em geral, arranja o casamento em Petrópolis, onde passa, elegantemente, o verão. É assinante do Lyrico, *habitué* do Cassino Fluminense, do Colomby Club, do Parque Fluminense... Não perde espetáculos de companhias francesas, espanholas, italianas, inglesas ou alemãs. Não frequenta, porém, teatros brasileiros ou portugueses.

As mulheres brasileiras da elite seguiam os modelos de comportamento franceses e ingleses. Assim, certas condições faziam parte da vida das inglesas, francesas e também das brasileiras, como o casamento arranjado, a educação precária, a rígida vigilância e preconceitos sobre virgindade. Segundo Needell (1993: 165), "As mulheres cariocas haviam conseguido se libertar de sua tradição colonial específica e viver sob um conjunto de restrições comparativamente mais rico, definido por rituais e preconceitos mais universais". Essa condição fazia parte da vida das mulheres pertencentes à classe alta nas sociedades burguesas em várias nações, não cabendo juízo de valores. As estruturas sociais se modificaram ao longo do século XIX impossibilitando a comparação entre situações diversas.

Dentro do sistema político centralizador da Monarquia, a corte era o local onde os homens poderosos das províncias precisavam estar para exercer melhor sua influência no governo. Durante a República Velha, com sua estrutura descentralizada, os políticos mais importantes assumiram o papel de corretores de influência e a capital não era mais tão fundamental em termos políticos quanto o fora enquanto corte. Agora afluíam ao Rio não apenas membros das famílias tradicionais, mas também nomes pouco conhecidos desejosos de se tornarem negociantes, engenheiros, advogados, médicos, políticos, jornalistas, escritores, diplomatas ou membros da burocracia do Estado. As transformações que alteraram o papel da capital no cenário nacional não foram abruptas, mas graduais (NEEDEL, 1993). O enfraquecimento da produção de café fluminense, que teve seu êxito em meados do século XIX e seu fim na década de 1880, do algodão e do açúcar da Bahia e a valorização de outras regiões e das profissões urbanas começaram ainda na Monarquia. Assim, muitos membros das famílias da elite carioca conseguiram se adaptar e manter sua posição, por isso, não é de se espantar que nomes tradicionais permaneçam em destaque na sociedade republicana.

O casamento era uma estratégia da elite para se proteger dos reveses econômicos, ele servia para unir fortunas e poder. O Rio de Janeiro desempenhava um papel fundamental para as famílias provincianas que queriam realizar um bom casamento e, com isso, aumentar seu *status*. Era o local certo para se encontrar um rapaz ou uma moça de boa família que garantiria prestígio, poder ou dinheiro. As possibilidades de alianças realizadas com grupos familiares influentes ampliavam à medida que os membros das famílias se mantivessem respeitáveis e residentes na capital. Entretanto, não bastava a realização de um bom matrimônio, depois do casamento era preciso manter o *status* do casal na sociedade e isso dependia de como ele se comportava em público, como recebia e sua posição nos círculos familiares e íntimos (NEEDELL, 1993).

Em 1900, o Rio de Janeiro havia se transformado em um aglomerado urbano, onde as carreiras burocráticas, profissionais e empresariais eram regra na elite. O mundo da alta sociedade se tornou mais urbano e requintado e as camadas privilegiadas se sentiam cada vez mais atraídas pelos costumes aristocráticos europeus e mais capazes de imitá-los. A urbanização da elite juntamente com o aumento das viagens à Europa e de membros da alta sociedade familiarizados com os costumes europeus levaram a modificações na vida doméstica da classe privilegiada carioca da *belle époque*. A necessidade de estar de acordo com a moda europeia fez surgir colunas nos jornais que tratavam dos estilos e do comportamento social. A coluna diária de Figueiredo Pimentel, chamada “Binóculo” publicada pela Gazeta de Notícias, entre o anos 1907 e 1914, é um bom exemplo, o jornalista dava conselhos sobre moda e etiqueta e se tornou o árbitro da elegância desejada pela elite carioca do início do século XX. Figueiredo Pimentel é considerado por Pesavento (1999) o pioneiro da crônica social no país. Seus registros sobre a vida mundana carioca são de grande importância, a autora afirma que “a crônica de Figueiredo Pimentel fez da cotidianidade de uma reduzida parcela da população o ‘espelho’ da sociedade” (PESAVENTO, 1999: 190). Segundo o cronista, a verdadeira elegância não era adquirida por meio da riqueza, mas pela boa educação, como demonstrados em dois trechos de sua coluna, citados por Pechman e Lima Júnior (2009: 63) e por Needell (1993: 154), respectivamente:

O que torna uma recepção, um jantar ou uma *soirée* elegante não é o excesso de luxo, de riqueza ou de convivas. A elegância de qualquer festa ou reunião reside no modo de conviver, nos gestos, nas atitudes, na graça, no espírito, na elevação das conversas. Nunca é elegante falar dos outros e muito menos de si. Os assuntos para conversações de momento num salão, num restaurante *chic* ou num teatro devem ser temas gerais. Deve-se falar, numa *soirée*, sobre música, sobre poesia, sobre literatura, escolhendo o assunto conforme o interlocutor.

Uma pessoa pode andar na moda, vestir-se pelos últimos figurinos e não ser elegante. Por quê? Porque a elegância é um dom especial, uma particularidade, um dote tão difícil, louvável e precioso como a graça e a inteligência (...) Trata-se do “gentleman” que sabe trajar e conduzir-se, com dignidade e beleza; trata-se do homem fino, que não se destaca e veste-se sem espalhafato dentro das modas e da elegância de sua época.

Outro grande cronista da *belle époque* carioca é João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, considerado por muitos como o maior de sua época. O cronista escrevia sobre a alta sociedade carioca a princípio na coluna “Cinematógrafo” da Gazeta de Notícias e depois no “Pall Mall-Rio” no jornal O País, uma imitação da coluna “Pall Mall” de Michel-Georges-Michel, cronista das sofisticadas Deauville e Côte d’Azur (BROCA, 1960). Apesar de ser, como todos os demais escritores da época, influenciado pela Europa, especialmente Paris, Paulo Barreto conseguia ver as misérias e as grandezas nacionais. Possuía uma postura de atração e repúdio pelo mundo em transformação, em uma postura tipicamente baudelairiana. Pesavento (1999: 192, 193) define o trabalho do cronista como “nem louvor irrestrito, nem condenação total é o fio condutor de sua postura frente às ambiguidades do país, entre o progresso e a tradição, o mundo da elite e o popular, o mito de Paris e a realidade nacional”. Nas crônicas de João do Rio, o Rio de Janeiro é representado como uma metrópole, ao descrever a cidade relata ruas tumultuadas, automóveis, iluminação artificial, vitrines, buzinas, risadas.

As lojas de departamento apareceram na Europa na metade do século XIX, mas chegaram ao Brasil apenas na década de 1870 (NEEDELL, 1993). Elas surgiram no Rio por conta do crescimento urbano e todos os artigos de luxo eram importados, a indústria nacional produzia, basicamente, produtos para consumo de massa, como sabão e tecidos baratos. O passeio pelas ruas da cidade se tornou um hábito corriqueiro e a Rua do Ouvidor adquiriu grande importância como afirma Schwarcz (1998: 107), “Nesse contexto, a Rua do Ouvidor transforma-se no símbolo dileto dessa nova forma de vida em que se pretendia, nos trópicos, imitar a mesma sociabilidade das cortes ou dos mais recentes *boulevares* europeus”. Needell (1993: 193) concorda com a importância dessa via para a elite carioca ao expor que “em termos simbólicos, a Rua do Ouvidor era a Europa”. Nessa via se encontravam as lojas de artigos de luxo, desde 1820, era a rua mais limpa, mais elegante e de aspecto menos colonial. Luiz Edmundo (1938) afirma que o trecho de maior animação se estendia entre o Largo de São Francisco e a Rua dos Ourives, era ali que se encontravam as lojas mais requintadas e de melhor clientela. Em suas palavras, “Nesse trecho, um pouco mais de cem metros de extensão, é que palpita a vida elegante da cidade, trânsito obrigatório dos que chegam dos arrabaldes à parte central da *urbs*, a compras ou a passeio.” (EDMUNDO, 1938: 72). O comércio elegante da Rua do Ouvidor era dominado

pelos nomes franceses: *Notre Dame de Paris*, *Tour Eiffel*, *Carnaval de Venise*, *Palais Royal*, *L'Ópera*, etc. Segundo Pesavento (1999: 189, 190): “A Ouvidor era o próprio Brasil culto e civilizado, dotado, como as crenças e religiões, do poder mágico de uma verdade revelada. Era preciso sentir, acreditar e entendê-la como um centro nervoso da vida nacional”. Após as reformas empreendidas no início do século XX na área central da cidade do Rio de Janeiro, as lojas mais sofisticadas, aos poucos, se mudam da Rua do Ouvidor para Avenida Central, o novo local de sociabilidade da elite carioca.

A forma como o consumidor se relacionava com as mercadorias de luxo está relacionada com a classe social a que pertenciam. O fetiche do carioca por produtos sofisticados era uma projeção de seu desejo em ser um aristocrata europeu. A preocupação com a moda europeia no vestir é um exemplo do fetichismo com relação à mercadoria e seu desejo de se tornar mais aristocrático, mais europeu. O tipo de vestuário utilizado na Europa era copiado no Rio de Janeiro sem nenhuma adequação ao clima tropical brasileiro. Os trajes masculinos se constituíam de um conjunto de peças de lã sob outras feitas de linho ou algodão. Os casacos confeccionados, geralmente, de tecidos pesados como lã e *tweed*, por baixo vinham as camisas de manga comprida e colarinho duro enfeitados por gravatas longas ou borboleta. Encimando a produção estava sempre a cartola que foi substituída apenas no final do século XIX pelo chapéu coco, sapatos de fivela e luvas completavam o conjunto. Como se pode perceber, o conforto não era o mais importante na moda e nem sua adequação ao clima (NEEDELL, 1993).

O caso das mulheres é ainda mais emblemático do esforço necessário para se manter dentro dos padrões estéticos europeus. O século XIX foi a época em que as mulheres estiveram mais cobertas. Iniciaram o século com vestidos quase ao natural, mas chegaram ao final com roupas que exageravam os tributos femininos: nádegas, seios, cintura. Na década de 1850, as saias cresceram em volume e para se conseguir o efeito desejado, a princípio, usavam-se várias camadas de anáguas. Mas, a partir de 1856, elas foram substituídas pela crinolina, uma armação de arcos flexíveis de aço que poderiam ser costurados à anágua e presos à cintura. Dessa forma, as saias ficaram cada vez maiores, chegando a impossibilitar a entrada de duas mulheres ao mesmo tempo em um cômodo ou de sentarem-se no mesmo sofá, pois os babados e os tecidos ocupavam todo o espaço.

Em meados da década de 1870, o volume das saias diminuiu e a crinolina foi substituída pela anquinha, os vestidos ganharam cauda longa até mesmo para o dia. Por baixo de todas as saias e babados, mangas e golas de renda havia o espartilho, responsável pela silhueta elegante das damas da sociedade. Com tantos metros de tecido e apertada pela roupa de baixo, a mulher não conseguia realizar atividades sem algum esforço. O que convinha ao desejo de *status* não apenas do marido, mas também da

esposa, o desprezo pelo trabalho físico se refletia claramente nas roupas femininas da sociedade burguesa do século XIX (LAVÉR, 1989).

Edmundo (1938: 81, 82) descreve a *toilette* das grandes damas da sociedade carioca em suas memórias:

As senhoras vestem saias compridas, amplas, cheias de sub-saias, sungadas à mão; mostram cinturinhas de marimbondo, os traseiros em tufo, ressaltados por coletes de barbatana de ferro, que descem quase um palmo abaixo do umbigo. Todas de cabelos longos, enrodilhados no alto da cabeça e sobre os quais equilibra-se um chapéu, que, para não fugir com o vento, fica preso a um grampo de metal (...). Não há pintura nos olhos, de lábios, nem de rosto. As mulheres cariocas são figuras de marfim ou cera, visões maceradas evadidas de um cemitério (...). Diz-se pelas igrejas que é pecado pintar o rosto, que Nossa Senhora não se pintava. (...) Usam, apenas, as nossas patricias, como vaidade, um tom rosado, mas muito leve, nas unhas. E joias.

Lima Barreto debocha da fidelidade à moda europeia adotada pela elite brasileira em seu livro “Os Bruzundangas”, onde relata a vida em um país tropical imaginário, claramente inspirado no Brasil. Em um trecho ele satiriza a cópia de padrões estéticos externos pelos literatos de Bruzundanga:

A Bruzundanga, como sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com peles de urso, de renas, de martas e raposas árticas. É um vestuário barato para os samoiedas autênticos, mas caríssimo para os seus parentes literários dos trópicos. Estes, porém, crentes na eficácia da vestimenta para a criação artística, morrem de fome, mas vestem-se à moda da Sibéria (BARRETO *apud* PESAVENTO, 1999: 216).

A educação da elite carioca era clássica, com ênfase na literatura, assim a intimidade com as letras, o conhecimento da literatura francesa e o respeito pelos escritores eram uma marca dessa classe. Para a elite, a literatura era uma fase para os jovens, uma recreação comum às mulheres e uma paixão para alguns homens, sendo uma atividade distinta e aceita. Os literatos contribuíram para a cultura da *belle époque* no jornalismo e nas revistas elegantes típicas do fim do século XIX, como *Kósmos*, *Renascença* e *Fon Fon!*. Os leitores desses periódicos eram formados, basicamente, pelas mulheres da elite, pelas mulheres da classe média que imitavam a elite, pelos estudantes, literatos e aspirantes a literatos, pois essas pessoas possuíam tempo livre, dinheiro e interesse em ter acesso a cultura. Era um público limitado de gosto afrancesado e que seguia fielmente a moda que impunha o consumo desses *magazines* como fonte de cultura (PESAVENTO, 1999). Como aponta Needell (1993), a literatura era apenas mais um aspecto do modo de vida da elite brasileira, um divertimento leve, assunto para chás e recepções.

O estudo dos hábitos e costumes da elite carioca da virada do século XIX mostrou uma classe de novos ricos, cuja fortuna estava relacionada às profissões urbanas, à especulação financeira e aos grandes empreendimentos comerciais e industriais; associada à antiga aristocracia rural que assumiu uma nova postura desvinculando-se de sua antiga imagem ligada ao campo e à produção agrária. O processo de europeização da sociedade brasileira iniciado com a chegada de D. João VI, em 1808, recebeu novo estímulo através do desejo da burguesia ascendente de se tornar "civilizada", adotando a língua e os costumes franceses. Após o afrancesamento dos hábitos, o próximo passo seria, naturalmente, civilizar a capital, modernizando seus espaços urbanos e sua arquitetura. Transformando a cidade do Rio de Janeiro em símbolo da nascente nação republicana brasileira, burguesa e capitalista.

3.3 - Reformas Urbanas

As primeiras grandes modificações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro aconteceram após a chegada da Família Real, em 1808. Ao passar de capital do Reino Unido para sede do Império português, o Rio de Janeiro teve seus problemas agravados por ser o maior centro urbano do país, o maior porto e o maior mercado de escravos. Essas condições centralizadoras transformaram a cidade em porta de entrada de novas ideias, costumes e produtos vindos da Europa.

Na década de 1870, iniciou-se um questionamento sobre a condição urbana do Rio de Janeiro, a área central se tornava inadequado e os efeitos do crescimento acelerado já eram perceptíveis na cidade. Além disso, a elite passou a contestar o padrão colonial da cidade (PESAVENTO, 1999). Nessa época, se faz sentir a influência da cultura francesa com a elaboração de uma política que visava a modernização da cidade pelo governo imperial. Para tal, formou-se uma Comissão de Melhoramentos, em 1874, com o intuito de criar um plano global de reforma urbana da qual participou o futuro prefeito da cidade, Pereira Passos. A questão sanitária constituía-se uma das mais importantes, por conta das frequentes epidemias, o debate urbanístico sanitário exigia a melhoria da circulação do ar, da água, das pessoas e dos carros. O plano foi considerado caro e duramente criticado. Apresentou como resultado apenas a transformação do Campo de Santana pelo paisagista francês Glaziou, segundo inspiração no *Bois de Boulogne*. Nessa proposta é perceptível a sintonia entre a elite brasileira e os princípios que orientaram a reforma de Paris de Haussmann: circulação, higiene e estética.

Na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro tinha seu desenvolvimento baseado, no plano econômico, por sua posição como principal porto de exportação do café produzido no Vale do Paraíba. As ruas da cidade se configuravam como local de trabalho dos inúmeros “escravos de ganho” que ofereciam seus préstimos como carregadores, vendedores e em construções públicas e privadas. Com o fim do tráfico de escravos africanos, em 1850, iniciou-se uma fase de renovação com a consolidação política do Império, a expansão da produção de café, o crescimento demográfico e da urbanização e com a ampliação do trabalho livre, especialmente nas cidades (BENCHIMOL, 1985).

Como sede do Governo Imperial, o Rio de Janeiro se tornou o mais próspero centro comercial e financeiro do país e atraía capital estrangeiro aplicado em grande parte no setor de serviços públicos como transporte, gás e esgoto, através de concessões obtidas junto ao Estado. Esses serviços oferecidos por empresas estrangeiras contribuíram para a modificação da economia doméstica baseada na autossuficiência e no trabalho escravo nas moradias urbanas senhoriais.

A implantação dos bondes foi um marco na urbanização da cidade. As companhias de carris contribuíram de forma decisiva para o crescimento da malha urbana para além da Cidade Velha e até mesmo da Cidade Nova. Apesar do crescimento da cidade e da formação de novos bairros, o centro se tornava cada vez mais uma área crítica devido ao agravamento da incompatibilidade da antiga estrutura colonial e às novas relações econômicas capitalistas. Suas ruas estreitas e sinuosas se tornaram congestionadas com a intensificação do fluxo de homens e mercadorias que transitavam entre o terminal ferroviário, a orla portuária e o núcleo mercantil da cidade. Na área central, populosa e insalubre conviviam os escritórios de companhias e bancos, lojas, depósitos, oficinas, trapiches, prédios públicos, armazéns, sobrados, casas térreas, casas de cômodos, cortiços e estalagens. As epidemias, febre amarela, varíola e peste bubônica, eclodiam nesses locais e logo se espalhavam por toda a cidade ceifando milhares de vidas. A primeira grande epidemia de febre amarela que castigou o Rio de Janeiro ocorreu entre dezembro de 1849 e setembro de 1850, a cidade então possuía uma população de aproximadamente 166.000 habitantes, mais de 90.000 contraíram a doença, desses mais de 4.000 faleceram (BENCHIMOL, 1982).

O número de habitantes do Rio de Janeiro cresceu em ritmo acelerado na segunda metade do século XIX com a chegada de população pobre vinda de áreas rurais e de mão-de-obra excedente expulsa das lavouras, essa migração se intensificou com a decadência da produção de café do Vale do Paraíba. A Abolição lançou os ex-escravos no mercado de trabalho livre, aumentando o contingente de subempregados e de desempregados. Além desse êxodo rural em direção à cidade, o crescimento acentuado da

população foi intensificado pelo aumento da imigração, principalmente de portugueses. A ampliação do número de imigrantes que entraram no país nesse período somado a essa população vinda do campo gerou uma grande demanda por habitação na capital, Carvalho (1987) contabiliza que a cidade teve que absorver aproximadamente 200.000 habitantes na última década do século XIX. Em 1890, 28,7% da população do Rio tinha suas origens no exterior e 26% em outras regiões do país, apenas 45% era nascida na cidade. A intensa imigração gerou um desequilíbrio entre os sexos, sendo 56% da população pertencente ao gênero masculino (CARVALHO, 1987). Outra consequência do rápido crescimento populacional era o grande número de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação.

Enquanto ocorriam as lutas para a consolidação da República na última década do século XIX, a capital republicana recebia um grande número de imigrantes, trabalhadores rurais, ex-escravos que adensaram ainda mais a cidade e proporcionavam mão-de-obra para os investimentos do capital durante o período do Encilhamento. Grandes fábricas de produtos de massa foram criadas oferecendo no mercado nacional, por exemplo, tecidos, alimentos, calçados e bebidas. Essa industrialização modificou apenas parcialmente a estrutura produtiva da Capital. Entre 1872 e 1890, a população do Rio dobrou, passando de 274.972 para 522.651. Em 1906, a capital já possuía 811.444 habitantes, sendo a única cidade do país com mais de 500.000 moradores (BENCHIMOL, 1985).

Para atender a necessidade de habitação dessa população, proliferaram-se alojamentos improvisados no centro da cidade, o que levou a um aumento da densidade da região. Esse processo contribuiu para o crescimento de novos bairros periféricos para onde as classes abastadas se dirigiram com a intenção de se afastarem do centro superlotado e infecto, onde suas mansões se transformaram em casas de cômodos. O crescimento populacional intensificou a questão habitacional, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade. Os antigos problemas de abastecimento de água, saneamento e higiene foram agravados levando ao mais violento surto de epidemias na história da cidade no início da República. As condições de vida e saúde dos trabalhadores urbanos se tornaram especialmente críticas na década de 1890. No ano de 1891, coincidiram as epidemias de varíola e febre amarela que se juntaram às tradicionais de malária e tuberculose, matando 52 pessoas a cada mil habitantes, uma taxa de mortalidade alarmante (CARVALHO, 1987).

Milhares de pessoas morriam durante as epidemias, a febre amarela levou 272 vidas no ano de 1869, no ano seguinte foram 1.118 vítimas. Em 1873, o número subiu para 3.659, chegando a 4.852 em 1894. Em 1872, morreram de varíola 921 pessoas, no ano seguinte, 1.629. Em 1878, mais 2.175, em 1887, 3.357 e, em 1891, 3.944 vítimas da doença. Mas o maior índice de mortalidade provinha da tuberculose com 3.086 óbitos em

1871, 9.018 no ano seguinte e, em 1891, assombrosos 13.487 (PECHMAN e FRITSCH, 1984/1985). Esses dados mostram que o Rio de Janeiro era uma cidade que, frequentemente, passava por diversas epidemias causadas por diferentes moléstias. Dentro desse contexto, a capital ganhou fama internacional como cidade empestada e mortífera. Apesar do crescimento dos bairros das Zonas Norte e Sul, proporcionado pelos bondes, e da ocupação dos subúrbios através das linhas do trem, o centro ainda era o foco do problema devido ao adensamento populacional e à proliferação de cortiços e habitações insalubres.

Durante o verão, a cidade se tornava um lugar perigoso para se viver, o que levava a classe privilegiada a fugir para Petrópolis durante os meses mais quentes do ano. Segundo Pechman e Fritsch (1984/1985), o corpo diplomático da Inglaterra recebia adicional por insalubridade e era enviado à região serrana durante o verão, o que pode ser confirmado pelas memórias de Carolina Nabuco (2000) sobre a época em que viveu na cidade. As sucessivas epidemias afetavam também os interesses econômicos do país. Em 1872, a Argentina e o Uruguai adotaram medidas rigorosas com relação aos navios saídos do porto do Rio por causa da ocorrência de febre amarela na cidade. No ano seguinte, em consequência da mesma doença, o governo brasileiro enviou para a serra fluminense 2.068 imigrantes recém-chegados. A insalubridade da cidade a tornava difícil de administrar e afetava negativamente as relações econômicas internacionais, o que levou as autoridades a adotarem medidas que visassem a erradicação das moléstias responsáveis pela situação de calamidade. O atrelamento da economia do país ao mercado internacional requeria que sua capital não possuísse mais uma imagem que a associasse ao atraso e à doença. Sanear o Rio de Janeiro não era apenas erradicar as doenças, mas também renovar a estética da cidade que se exprimia nas fachadas dos prédios, nos logradouros públicos e nos costumes da população.

No centro da cidade várias atividades se sobrepunham, comércio ao lado de casas nobres ou de classe média, cortiços, estalagens e casas de cômodos, sendo todas essas construções alinhadas sobre a rua. Essa justaposição de funções dificultou as iniciativas reformadoras do governo, especialmente quando da gestão de Rodrigues Alves. Os frequentes surtos de cólera, febre amarela, varíola, malária, tuberculose e peste bubônica ocorriam em razão das péssimas condições de salubridade das ruas, especialmente da área central e, sobretudo, por causa das casas lotadas, sem infraestrutura, com abastecimento de água e esgotamento insuficientes (MARINS, 2010).

Era fundamental para o novo governo recuperar o Rio de Janeiro, tirando-o da letargia e do atraso considerados características do Império. O combate às habitações populares se tornou prioridade por essas serem consideradas focos de epidemias e

condenadas há muito pelos médicos higienistas. Esse processo teve início com a demolição de cortiços e estalagens localizados nas freguesias centrais da capital. A princípio, foram ineficientes em sua intenção de mudar para longe as moradias da população expulsa. Os resultados iniciais das intervenções republicanas começaram a aparecer com a demolição do cortiço Cabeça de Porco, um dos maiores do centro da capital, pelo prefeito Barata Ribeiro, em 1893.

Rodrigues Alves sucedeu Campos Sales na presidência em 1902, mantendo o governo republicano nas mãos da burguesia cafeeira paulista. A estabilização da situação econômica do país nesse momento ocorria graças à recuperação dos preços do café após uma crise de superprodução e a uma rígida política de controle financeiro, o que permitiu ao país fazer novas dívidas para financiar as obras necessárias no Rio de Janeiro. A remodelação e o saneamento da capital faziam parte do programa do novo governo. A reforma se dividia em duas frentes, uma sob a responsabilidade do Governo Federal e outra a cargo da Prefeitura. O porto se tornou o programa principal do governo e do presidente que afirmava sua importância ao atrair imigração, capital e comércio europeus, a obra durou de 1904 a 1911. As reformas urbanas ficaram a cargo de Pereira Passos, nomeado prefeito pelo presidente, a abertura da Avenida Central foi confiada a Paulo de Frontin e a reforma do porto ficou sob a responsabilidade de Francisco Bicalho. O médico sanitariano Oswaldo Cruz teve uma importante participação no plano ao implantar campanhas contra as epidemias que castigavam a população da cidade. Essa foi a primeira grande transformação urbana pela qual passou a Capital Federal.

A intervenção visava resolver as contradições que a cidade apresentava. O processo de importação e exportação ainda possuía características coloniais porque a cidade não possuía um porto moderno. A área central, com ruas estreitas e escuras onde carroças, animais e cortiços se misturavam com as sedes dos poderes econômico e político, contrastava com a expansão urbana em direção a Zona Sul, o surgimento do automóvel, o desenvolvimento do transporte público realizado pelos bondes elétricos e a crescente importância da cidade no contexto mundial. A identidade urbana do Rio na passagem da Monarquia para a República como uma cidade feia, suja, perigosa e atrasada não refletia a imagem que se desejava da capital: higiênica, bela e ordenada. Precisava-se criar uma nova capital que representasse a importância do país enquanto o maior exportador de café do mundo e refletisse o modo de vida cosmopolita e moderno da elite brasileira.

As reformas implementadas nas grandes capitais do século XIX, no caso do Rio de Janeiro no início do século XX, impunham novos limites e concepções do que seria propriedade e habitação. Segundo Marins (2010: 136), “As casas e os espaços domésticos foram então o mais possível submetido a uma ordem estável, necessária às novas funções

urbanas promovidas pelo capitalismo industrial. O privado passa a ser, portanto, controlado não apenas pelos desígnios do indivíduo, mas pela ordem imposta pelo Estado”. Esse modelo de convívio urbano em que se estabelece o controle da habitação e de vizinhanças foi implantado nas capitais brasileiras após a República.

As elites republicanas desejavam instituir uma diferenciação espacial nas cidades, através da caracterização dos espaços públicos voltados para a circulação e o lazer controlados, e dos privados, como afirma Marins (2010: 136), “reservados à prática da intimidade institucionalizada pelos códigos de comportamento específicos e rígidos, a serem mantidos e promovidos preferencialmente pela família nuclear”. A diferenciação entre espaço público e espaço privado deveria ser acompanhada pela separação dos diferentes segmentos da sociedade em bairros distintos. A privacidade não poderia mais ser confundida com domesticidade ou com os limites da casa, devendo ampliar suas dimensões abarcando todos aqueles com quem se convivia, inclusive os vizinhos, sendo todos adeptos de um mesmo modelo comportamental.

A vacinação obrigatória estabelecida por Oswaldo Cruz, em 1904, resultou no maior levante popular até então havido no Rio de Janeiro e ficou conhecido como a Revolta da Vacina. A entrada dos inspetores sanitários nas residências cariocas gerava certo desconforto nos moradores. Os pudores e intimidades das casas e das famílias ficavam expostos aos agentes do governo. Corpos, casas e quintais eram devassados em nome da eliminação da varíola, febre amarela e peste. Esse procedimento atingiu muito mais as habitações coletivas do que os palacetes e as casas das camadas médias, pois esses, em geral, se encontravam de acordo com os dispositivos legais para construção e saneamento. As habitações classificadas como inadequadas eram demolidas, eliminando moradias consideradas promíscuas. Segundo Marins (2010: 145), durante as reformas, “o Rio de Janeiro foi palco de uma firme tentativa de reformar os costumes, aliando o controle e o redesenho dos espaços públicos ao ataque violentíssimo aos espaços privados e às propriedades edificadas”. A privacidade deveria ser estimulada desde que atendesse aos interesses da esfera pública.

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a passar por um amplo programa de reformas baseado no projeto “civilizador” da Paris de Haussmann (MARINS, 2010). O plano de remodelação tinha como objetivo organizar o espaço físico da cidade e dotá-la de uma nova infraestrutura segundo a lógica das grandes reformas das principais cidades europeias do século XIX, tornando-a compatível com sua função de Capital Federal. Através da reforma urbana acreditava-se ser possível modificar hábitos, usos e costumes da população vistos como atrasados e pouco civilizados. Nesse contexto, a arquitetura e o urbanismo apareciam como disciplinas competentes na reordenação do espaço urbano

tanto física quanto simbolicamente (RICCI, 2004). A intenção da reforma era transformar o Rio de Janeiro em uma metrópole moderna, uma espécie de Paris à beira-mar com um toque tropical. O projeto possuía inspiração francesa, tendo como modelo de “cidade ideal” a capital da França, de acordo com os desejos da elite brasileira.

A influência de Haussmann nas reformas foi reconhecida por Pereira Passos e por seus colegas, os princípios adotados nas grandes obras de Paris foram adaptados às condições do Rio de Janeiro. Suas declarações demonstravam conhecimento não apenas da reforma da capital francesa, mas também de Viena, Antuérpia, Lisboa, Bruxelas e Buenos Aires (NEEDELL, 1993). As avenidas configuravam os principais elementos do plano de remodelação e saneamento da cidade e deveriam atender a dois objetivos distintos. Um deles, evidentemente, de melhoria da circulação tanto de pessoas quanto de mercadorias no centro ou em direção às Zonas Norte e Sul. O outro objetivo visava a modificação das formas sociais de ocupação dos espaços formados por essas avenidas.

Para o embelezamento da cidade, várias praças receberam estátuas e tiveram seus jardins remodelados, as ruas do centro, Botafogo e Laranjeiras foram arborizadas e construíram pavilhões em alguns pontos da cidade, como a Vista Chinesa, os Pavilhões de Regata e o Mourisco em Botafogo e o Pavilhão do Largo de São Cristóvão. Alargaram várias ruas do centro e outras tantas foram asfaltadas, inclusive nos bairros do Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo, pela primeira vez se utilizou esse tipo de calçamento no Brasil (ABREU, 1988). Com a intenção de sanear e higienizar a cidade, Pereira Passos mandou canalizar alguns rios, saneou a Lagoa Rodrigo de Freitas, proibiu o comércio ambulante e a mendicância e demoliu vários cortiços. Além das reformas físicas a prefeitura proibiu antigas práticas nos espaços públicos que alteraram os costumes sociais e culturais do carioca e que possuíam justificativas econômicas, sanitárias e ideológicas. Entre as várias proibições figuram medidas contra hábitos populares, como urinar e cuspir na rua, soltar pipas para não embaraçarem os cabos de energia elétrica e ordenhar vacas nas vias públicas, práticas consideradas indignas de uma cidade saneada e civilizada.

Com o objetivo de melhorar o acesso entre o centro e os bairros litorâneos já urbanizados, como Catete, Flamengo e Botafogo, Pereira Passos abriu a Avenida Beira Mar que ligava a Praia de Santa Luzia ao Mourisco, na praia de Botafogo. Construída em apenas vinte e três meses e com uma extensão de mais de cinco quilômetros por trinta e três metros de largura, a avenida teve parte de seu traçado realizado sobre aterros. Foi considerada na época, um dos mais charmosos bulevares do mundo. Associada a outras obras, como pavimentação de ruas, abertura de praças, canalização de rios, abastecimento de água, esgoto e luz elétrica, incentivou a ocupação da orla onde estavam surgindo novas residências burguesas.

A Avenida Central, que veio a se chamar Avenida Rio Branca a partir de 1912, é a melhor expressão da *belle époque* carioca e se tornou a obra mais importante da reforma de Pereira Passos, palco das inovações arquitetônicas no início do século XX. Ela representava o eixo dos melhoramentos urbanísticos e arquitetônicos projetados com a intenção de transformar a cidade colonial em uma metrópole cosmopolita e civilizada, como os grandes centros urbanos europeus. Seu traçado cortava o labirinto de ruas estreitas e movimentadas da Cidade Velha, onde cortiços, estalagens e casas de cômodo abrigavam grande parte dos trabalhadores urbanos. As demolições tiveram início em 29 de fevereiro de 1904 sob o comando de Paulo de Frontin, chefe da Comissão Construtora da Avenida Central. Abriu-se caminho para a nova avenida com a demolição de setecentas e duas edificações, cortando vinte e uma ruas, travessas e partes dos Morros do Castelo e de São Bento (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, 2008). Foi uma operação rápida que contou com um grande contingente de trabalhadores⁸, em sua maioria, imigrantes em atividade noite e dia, e ficou pronta em dezoito meses. A velocidade da obra era uma necessidade em razão do seu enorme custo social e político⁹. O processo de demolição das antigas residências da área central foi saudado pela imprensa como a “regeneração”, para os pobres moradores era o “bota-abaixo”, para eles não havia indenização nem realocação, cerca de 3000 pessoas ficaram desabrigadas. Por falta de alternativa, muitos dos desabrigados ocuparam os morros da cidade com barracos feitos com a madeira de caixotes encontrados no porto e cobertos com latões de querosene desdobrados, dando início às favelas. A avenida foi inaugurada duas vezes, a primeira em 07 de setembro de 1904 em comemoração ao final das demolições e a outra em 15 de novembro de 1905 com o fim da construção da via. Essas celebrações foram tratadas como eventos de importância nacional, ela foi considerada um feito por sua rapidez e pela comoção pública que gerou. Suas dimensões consideradas impressionantes, 1996 metros de comprimento e uma largura de 33 metros, ultrapassavam as necessidades estritamente viárias da época.

A Avenida Central, a mais emblemática artéria das reformas do início do século XX no Rio de Janeiro, fazia parte dos planos de redefinição da antiga relação entre espaços público e privado na capital. Os antigos usuários das estreitas e movimentadas ruas da área central deviam ser expulsos dos novos espaços públicos, destinados àqueles que soubessem se comportar dentro dos padrões de civilidade. As reformas eram vistas como um meio de atingir a civilização e a Avenida Central tornou real esse desejo compartilhado pela elite da *belle époque* carioca. Vários escritores publicaram textos enaltecendo as obras

⁸ Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e o Instituto Pereira Passos (2008), foram empregados 60 técnicos e cerca de 4000 trabalhadores na obra.

⁹ Mais informações sobre a construção da Avenida Central ver NEEDELL, 1993, BENCHIMOL, 1985 e RICCI, 2004.

da capital, como o seguinte texto de Olavo Bilac *apud* Needell (1996: 70) escrito no início da construção da Avenida Central, que exemplifica bem a postura das classes abastadas:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas (...) começamos a caminhar para a reabilitação.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas das que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!

A nova paisagem urbana embelezou a Capital Federal, que passou a contar com um *boulevard* verdadeiramente “civilizado”. Os edifícios construídos na nova avenida refletiam o máximo do bom gosto e se tornaram monumentos ao progresso do país. O conjunto de prédios públicos, localizados na extremidade sul da avenida, composto pelo Teatro Municipal (1909), Palácio Monroe (1906), Biblioteca Nacional (1910) e Escola Nacional de Belas Artes (1908), possuía uma grande força simbólica que havia sido planejada tão cuidadosamente quanto a própria avenida e atendiam à necessidade de elevar o *status* da cidade através da construção de obras suntuosas. A concentração das construções mais luxuosas da avenida na extremidade sul indicava a direção do novo coração da cidade.

Com a República, o Eclétismo foi elevado por profissionais e intelectuais da época “a forma representativa dos ideais republicanos, a símbolo de modernidade e civilização, ou seja, como forma artística capaz de elevar o país ao estatuto de nação civilizada, principalmente, porque poderia ‘representar’ o progresso alcançado pela nação brasileira”, como afirma Ricci (2004: 137). A arquitetura eclética exerceu amplamente função simbólica através da utilização de linguagem figurativa ao criar uma imagem da nação.

As revistas ilustradas e os jornais da época, de alta circulação entre a elite carioca, adotaram o discurso em que divulgavam a crença no caráter civilizador da arquitetura eclética e em sua capacidade de modificar os hábitos tradicionais da sociedade (RICCI, 2004). Os intelectuais defendiam as teorias arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas por estarem associadas ao projeto civilizador da sociedade brasileira. Assim, a cidade e sua arquitetura se tornaram os principais instrumentos para, através da remodelação e reorganização dos espaços, educar os cidadãos no gosto pela arte e no amor pelo país.

Os novos padrões de arquitetura adotados na reforma estavam imbuídos da esperança de alcançar a civilização, a modernidade e o progresso. As novas construções eram elogiadas por seus avanços técnicos e formais, além do conforto, comodidade e beleza proporcionados pelos elevadores, iluminação elétrica, técnicas construtivas modernas, ambientes amplos e arejados, tudo isso por trás de fachadas elegantes revestidas de materiais sofisticados (RICCI, 2004). A arquitetura eclética se tornou uma referência artística capaz de modificar os hábitos e os costumes tradicionais da população e representar um novo momento do país. As palavras chave desse período histórico são: civilização, progresso e modernidade. O novo ideal arquitetônico participava da construção de uma nova imagem da sociedade que estava se formando entre o final do século XIX e o início do século XX, se transformando em máxima expressão de uma nação civilizada e assegurando ao Brasil um lugar entre os países civilizados e modernos. A elite republicana desejava que, com as reformas, fosse instalada também uma nova sociedade, que deveria ser educada dentro dos padrões de comportamento europeus e acompanhar os progressos da ciência e da tecnologia.

Uma série de medidas foram implementadas para normatizar a produção arquitetônica visando reorganizar os espaços internos, através de seu redimensionamento para que estivessem de acordo com as novas exigências do higienismo. A modernização dos ambientes advinha de sua construção com dimensões mais confortáveis, aberturas proporcionais ao seu tamanho para proporcionar uma melhor ventilação e iluminação, essas exigências cabiam a qualquer cômodo independente de sua função. Estas normas, necessárias como medidas indispensáveis para a reforma da cidade, contribuíam com a higiene das edificações, importante fator dentro da política de reforma urbana (RICCI, 2004).

Com a responsabilidade de fiscalizar as novas edificações a serem construídas na Avenida Central, foi criada a Comissão Construtora da Avenida Central que controlava os projetos e fiscalizava a construção. Aos novos prédios tornou-se obrigatória a apresentação das plantas e elevações à Comissão que analisava os projetos arquitetônicos e liberava a requisição de licença pra construção. Esta fiscalização se realizava com extremo rigor, as instalações sanitárias, as aberturas de vãos e as dimensões dos cômodos deveriam ser conferidas e estar de acordo com as normas de higiene estabelecidas pela Comissão, caso contrário, as propostas eram devolvidas ao arquiteto para que fossem corrigidas. A Comissão não visava apenas incentivar construções de caráter arquitetônico exemplar, mas também o cumprimento da nova legislação para construção e a extinção de antigos hábitos considerados anti-higiênicos comuns nas construções coloniais. Algumas normas estabelecidas tinham por objetivo a melhoria das condições higiênicas das construções, não apenas na Avenida Central, com a obrigatoriedade de todos os cômodos possuírem

aberturas para o exterior, evitando as insalubres alcovas e o estabelecimento da altura do pé-direito garantindo a ventilação adequada aos cômodos (RICCI, 2004).

Os projetos das fachadas dos edifícios que seriam construídos na nova avenida foram submetidos a um júri e deveriam seguir os padrões do Eclétismo francês, estilo consagrado pela *École des Beaux-Arts* de Paris. O concurso de fachadas tinha como objetivo escolher modelos de novas edificações que fossem condizentes com a proposta de modernização e regeneração da cidade. Morales de los Rios, um dos profissionais de maior prestígio no período, foi o arquiteto que teve o maior número de projetos aceitos, de um total de 77 aprovados, 20 eram de sua autoria e seu projeto mais importante é a Escola de Belas Artes (RICCI, 2004). Além de promover melhorias estéticas, os concursos também tinham a função de tornar conhecidos os novos tipos de construção vinculados aos padrões de modernidade e civilização dos países avançados e promover discussões sobre os projetos que eram amplamente divulgados pela imprensa e em exposições e com isso, educar o olhar dos cidadãos, fazendo-os perceber as vantagens do projeto civilizatório. Os concursos possuíam caráter didático, procurando criar senso estético na população e estimulá-la a melhorar o aspecto de suas edificações.



FIGURA 7- Projeto de fachada apresentado à Comissão Construtora da Avenida Central extraído do Álbum da Avenida Central, de autoria de Marc Ferrez.
Fonte: Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/redememoria/galerias/AGCFachadas/index.htm#18>
Acesso em: 11 set. de 2012.

Ricci (2004) afirma que as discussões sobre a reforma de Pereira Passos, a divulgação dos edifícios a serem construídos e dos concursos pelas revistas como Kosmos, A Renascença, O Commentário, Fon Fon!, o Malho e Selecta, foram responsáveis pela construção e divulgação de uma cultura arquitetônica no Brasil. Ao tratar de novas construções ou de reformas de prédios existentes, os artigos se referiam aos vários estilos utilizados nas edificações, o que gerou a necessidade de explicar ao leitor um pouco da história da arquitetura. Assim, surgiram colunas que tratavam especificamente do assunto, explicando os diferentes estilos históricos, relatando suas origens e suas principais características. Além dessas discussões de estilo, as revistas começaram a publicar textos que instruíam o leitor sobre a melhor maneira de construir sua casa. Essas instruções eram ministradas através da publicação de fotos de residências consideradas como modelos, destacando-se a moderna utilização dos estilos, a qualidade dos espaços advinda da distribuição racional dos ambientes, as instalações e o conforto proporcionado por elas.

As mudanças realizadas no Rio de Janeiro no início do século XX não eram apenas concretas, mas também simbólicas. Os novos símbolos da civilização da cidade foram manipulados para causarem o maior impacto sobre os cidadãos. Acreditava-se que a intervenção física levaria a uma transformação dos hábitos e costumes tradicionais brasileiros. A imprensa destacou a importância cultural da reforma, considerada não apenas como um conjunto de vias eficientes e necessárias obras de saneamento, mas como símbolo da transformação do país e de um futuro “civilizado”. A Avenida Central, com suas fachadas afrancesadas, as lojas de artigos importados e os elegantes *flâneurs* a percorrê-la, se tornou a realização dos ideais de civilização da elite carioca de então. O âmbito simbólico da reforma foi descrito por Pesavento (1999: 175, 176):

Simbolicamente, a intenção era tornar o Rio uma metrópole moderna, aceitável, desejável, espécie de Paris à beira-mar, glamourizada pela “decoração” tropical do ambiente. Era enfim, um projeto à feição das aspirações mais caras de uma elite educada à europeia, inspirada em matrizes francesas, tendo por meta uma “cidade-ideal” do tipo parisiense.

Os idealizadores da reforma desejavam que a nova capital se assemelhasse a Paris, em sua grandiosidade e beleza. A população pobre era considerada um obstáculo a esse projeto por morarem nas áreas onde se desejavam abrir avenidas, e em construções de onde se propagavam as epidemias, por praticarem a mendicância, por exercerem ofícios sem credenciamento oficial ou nocivos à saúde pública, por se dedicarem a cultos religiosos, atividades lúdicas e jogos de azar, considerados incompatíveis com a moral pública, e por recusarem a vacinação obrigatória contra varíola (PECHMAN e FRITSCH, 1984/1985).

A elite carioca da *belle époque* queria não apenas acabar com a ineficiência e insalubridade do centro, mas com outros símbolos dessa cultura considerada “bárbara”, enterrando todos os aspectos que remetessem a ela. Nesse movimento, o entrudo¹⁰ foi duramente criticado, pois era o símbolo da cultura afro-brasileira que os cariocas europeizados queriam esquecer e o carnaval das elites passou a se inspirar no carnaval veneziano com suas máscaras e fantasias de colombina e pierrô (NEEDELL, 1993).

As intervenções não se resumiram a um conjunto de modificações urbanas, elas atingiram a sociedade e os valores da população. Com a demolição de cortiços e a destruição de ruas antigas, a população mais pobre foi expulsa do centro e hábitos e costumes populares foram proibidos. Numa postura com objetivos disciplinares, cães, vacas, mendigos, pessoas descalças ou sem paletó foram impedidos de circular no centro da cidade. Outra medida nesse sentido se concretizou com a destruição dos quiosques¹¹, considerados locais de reunião de pessoas desocupadas. O que se buscava era a eliminação da visão da pobreza, condenada pela elite como suja e perigosa. Como o centro era o cartão de visitas da cidade, as classes populares deveriam se deslocar para os subúrbios (PESAVENTO, 1999).

As reformas tinham um lado negativo em sua ideologia, se ela apontava para o caminho da civilização ao europeizar a cidade, também negava tudo o que era essencialmente brasileiro. Adotar a civilização significava superar o passado colonial visto por parte da elite como atrasado assim como todos os aspectos, raciais e culturais, associados a ele. As reformas eram vistas como uma forma de combater o atraso do Brasil. Uma frase muito repetida nessa época, tanto em jornais quanto pela população afirmava: “O Rio de Janeiro civiliza-se”, essa era uma expressão comumente ouvida na rua no início do século XX e que foi criada por Figueiredo Pimentel em sua coluna “Binóculo” na Gazeta de Notícias (ZANON, 2009). Tal afirmação expressa bem os sentimentos da elite carioca, seu desejo de europeizar, de civilizar a sociedade brasileira e a cidade do Rio de Janeiro, era enfim, atendido.

¹⁰ O entrudo era uma festa de rua popular e negra, de origem portuguesa. Os foliões se divertiam jogando limões de cheiro, segundo Debret *apud* Bandeira e Lago (2007: 164), esse era “um simulacro de uma laranja, frágil cápsula de cera, de um quarto de linha de espessura e cuja transparência deixa ver o volume de água que contém”. Alencastro (2008b: 52), afirma que, “além dos limões de cheiro, podia-se receber na cabeça o conteúdo dos pinicos dos sobrados e as pauladas dos capoeiristas”.

¹¹ Os quiosques eram construções em forma de prisma hexagonal com três ou quatro metros de altura e não mais do que dois metros quadrados, pintados com cores chamativas verde, vermelho e azul e cobertos por uma cúpula em estilo chinês. Proliferaram no Rio de Janeiro a partir da década de 1870 e serviam de pontos de venda de produtos variados, como jornais, livros, flores, frutas, doces, café, cigarros, etc. Considerados pela prefeitura local de vadiagem e de reunião de pessoas desocupadas, foram proibidos em 1911 (DEL BRENNNA, 1987).



FIGURA 8- Avenida Central, década de 1910. Foto de Augusto Malta
Fonte: Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/galerias/maltaMHN/index.htm>.
Acesso em: 11 set. de 2012.

3.4- Botafogo: de subúrbio a bairro aristocrático

O nome do bairro de Botafogo tem sua origem em um dos primeiros proprietários da região, João Pereira de Souza Botafogo, que chegou ao Rio de Janeiro no século XVI fugindo de perseguições políticas em Portugal. No Brasil, recebeu uma sesmaria em agradecimento aos trabalhos prestados nas expedições contra os franceses e tamoios na região de Cabo Frio. No início do século XVII, a Enseada de Botafogo já era conhecida como praia de João de Souza (CARDOSO, 1983). Nesse mesmo século, Clemente José de Matos se mudou para o Brasil após provocar a ira do Santo Ofício por motivos desconhecidos e ter se refugiado, inicialmente, em Roma, onde se consagrou à Igreja. Por sua grande cultura e prestígio, chegou à posição de Vigário Geral no Rio de Janeiro. Possuidor de grande fortuna adquiriu na cidade extensas propriedades, incluindo uma grande chácara em Botafogo, a qual ia da praia à Lagoa de Sacopenapã, atual Lagoa Rodrigo de Freitas. Os limites fronteiros do terreno ficavam entre as atuais ruas Voluntários da Pátria e Marquês de Olinda, entre elas havia um caminho que levava à Lagoa e que deu

origem a rua São Clemente, nome recebido devido a existência de uma capela no local construída pelo proprietário em honra de seu santo onomástico. As terras conhecidas como Quinta ou Fazenda do Vigário Geral permaneceram indivisíveis até o início do século XVIII. Com a morte do proprietário, em 1702, iniciou-se o processo de divisão da propriedade, muito lento no princípio, tendo-se conhecimento de apenas três chácaras até o século seguinte (CARDOSO, 1983). Inicialmente, a região foi ocupada por casas de campo e menos frequentemente por residências fixas. Até o final do século XVIII, Botafogo representava um território de pouca importância para a cidade, possuía uma produção agrícola inexpressiva e era conhecida como uma região de acesso aos fortes do litoral sul ou à Lagoa de Sacopenapã.

O século XVIII trouxe prosperidade para a cidade do Rio de Janeiro. Com o crescimento da produção de ouro e diamantes na província de Minas Gerais, a cidade litorânea se tornou o centro de abastecimento das regiões mineradoras e seu principal porto exportador. Ao se tornar Capital da Colônia, em 1763, o Rio teve suas funções urbanas multiplicadas e sua população ampliada. Durante esse século, a cidade foi se expandindo graças à conquista de áreas através dos aterros de lagoas e brejos. Na direção sul, ao longo do litoral, a população se adensou até o Largo do Machado, mas apenas a Lapa e a Glória adquiriram caráter urbano (CARDOSO, 1983).

Até o início do século XIX, o Rio de Janeiro era uma cidade limitada entre os morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, em uma área conquistada através do aterramento de brejos e mangues. Por conta da falta de transportes coletivos e pela dificuldade de defesa, todas as camadas sociais moravam próximas umas das outras e as casas da elite eram identificáveis por seu tamanho e não por sua localização (ABREU, 1988). Ao longo desse século, a cidade passou por grandes transformações na sua aparência e em seu conteúdo. Com a Família Real Portuguesa, chegou ao Brasil uma nova camada social inexistente na colônia até então, a nobreza, e com ela uma série de necessidades. A cidade então passou a desempenhar novas funções que demandavam novas estruturas.

Apesar da presença de diversas classes sociais e atividades urbanas, havia uma concentração das classes privilegiadas na porção oeste do centro, na direção de São Cristóvão. Do Largo do Paço (Praça XV) ao Rocio Grande (Praça Tiradentes) concentrava-se grande parte da aristocracia e da alta e média burguesia, local de residência de políticos, profissionais liberais, intelectuais, comerciantes e alguns nobres. Essa se instituiu como a região nobre da cidade, tanto em relação à área residencial quanto à localização de edifícios públicos e teatros. Existiam outras três regiões onde havia certa concentração dessas camadas sociais, mesmo que de forma menos densa. Do centro partiam três vetores, um

em direção a São Cristóvão ao longo dos caminhos de Mata-Porcos (rua Frei Caneca), de Mata-Cavalos (rua Riachuelo), do Aterrado (rua Nova de São Pedro) e da rua do Sabão na Cidade Nova (região que deu lugar a Avenida Presidente Vargas) onde moravam ingleses e portugueses com ligações com o governo. Outro vetor se direcionava para a orla e ia da praia da Glória até Botafogo, ocupado principalmente pelos ingleses; e, por último, a Tijuca, escolhida como refúgio dos franceses. As moradias afastadas da aristocracia e dos grandes comerciantes estrangeiros poderiam significar um distanciamento deliberado da sociedade local. Independente das razões, é fato que essa população influenciou a forma de morar da elite carioca (VILLAÇA, 2001).

Na primeira metade do século XIX, era comum no Rio de Janeiro, famílias tipicamente urbanas morarem permanentemente fora do centro da cidade ou mesmo em subúrbios distantes. Os ingleses muito influenciaram na localização afastada das residências da aristocracia carioca nessa época. Antes da chegada de Dom João VI, já existia no Rio uma elite semiurbana que vivia em suas fazendas ou chácaras e frequentava a cidade. Muitos chefes de família iam ao centro todos os dias cuidar de seus negócios enquanto mantinham como residência permanente grandes mansões em subúrbios afastados. Villaça (2001: 164) analisa esse costume da seguinte forma: "Essa vinculação à cidade, por parte dos moradores de chácaras afastadas, bem como os ofícios que exerciam, mostram que elas não eram casas rurais próximas à cidade; eram, sim, casas urbanas longe da cidade".

A abertura dos portos, o crescimento das atividades comerciais e a expansão das funções administrativas ocasionados pelo estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, provocaram um aumento da população que levou as camadas privilegiadas da sociedade a se mudarem do centro para as áreas do entorno. Estrangeiros, aristocratas e altos funcionários evitavam o centro da cidade, preferindo morar nos arredores. Assim, o espaço urbano se expandiu tanto em direção ao norte, na região de São Cristóvão próximo à Quinta da Boa Vista onde se instalara parte da Família Real, quanto rumo ao litoral sul, a princípio ocupando a Lapa e a Glória e, posteriormente, Botafogo. A intensificação do crescimento da cidade em direção à Zona Sul se deve à preferência dos estrangeiros por essa região, que pode ser justificada pela diferença de temperatura em relação à cidade, chegando a três ou quatro graus a menos que no centro. Outro motivo seria a escolha de Botafogo como local de residência pela Princesa Carlota Joaquina, que mandou construir uma casa para si na esquina do Caminho Novo, atual rua Marquês de Abrantes (SANTOS, 2005). Assim como parte da família real, algumas famílias abastadas, nobres e ricos comerciantes se mudaram para Botafogo em busca de um clima mais agradável e de suas

belezas naturais. Esse movimento só foi possível em virtude de várias obras de aterro que viabilizaram a abertura de novos caminhos.

Parte da classe privilegiada carioca morava próximo ao centro por questões práticas, pela proximidade com o comércio e serviços, e não por questões simbólicas de *status* pela vizinhança com o poder. Enquanto a outra parcela da alta sociedade residia fora da cidade por influência dos europeus. Botafogo era o local preferido pelos ingleses residentes no Rio de Janeiro. A beleza natural da região encantou esse povo que valorizava os jardins e passou a chamar o Caminho Novo que dava acesso à essas terras de “*Green Lane*”. O encanto exercido pelas paisagens naturais de Botafogo pode ser percebido nas palavras do português Pedro de Souza Holstein, Duque de Palmela, requintado diplomata educado na Inglaterra e que esteve no Brasil em 1820. O aristocrata descreveu Botafogo em carta para sua esposa da seguinte forma: “Há sítios lindíssimos muito perto da cidade onde moram muitas pessoas da sociedade e, por exemplo, o que chamam a Baía de Botafogo é sem exageração comparável aos mais belos sítios da Itália ou da Suíça.” (HOLSTEIN *apud* VILLAÇA, 2001: 221)

Segundo Abreu (1988), apesar do crescimento e dos melhoramentos pelos quais passou, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade modesta na década de 1820, se restringindo, basicamente, às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, onde hoje se encontram o Centro e a Região Portuária. As demais freguesias mantiveram seu caráter predominantemente rural. Nessa época já havia uma sutil diferenciação social entre as freguesias urbanas. Por abrigar o Paço Real e as repartições mais importantes do governo, as freguesias da Candelária e de São José se tornaram o local preferido de moradia das classes privilegiadas. As chácaras eram outra opção para as famílias elegantes, localizadas nas áreas ao sul da cidade, como havia feito Carlota Joaquina e outros representantes da nobreza. As outras camadas sociais ocupavam as demais freguesias centrais não tendo como opção sair da área central da cidade devido à dificuldade de mobilidade, adensando esse território.

A área rural também passou por um processo de diferenciação social. Os territórios mais distantes do centro se mantiveram exclusivamente rurais, exercendo a função de fornecedores de gêneros alimentícios. As freguesias mais próximas à área urbana foram retalhadas em chácaras que, a princípio, serviam como casas de final de semana e que com o tempo se transformaram em residências permanentes. O atual bairro de Botafogo, que fazia parte da freguesia da Lagoa, teve suas terras divididas em chácaras principalmente na Praia de Botafogo e nas atuais ruas de São Clemente e Voluntários da Pátria.

Na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro mudou sua forma. As camadas de alta renda foram beneficiadas pela ação do Estado que abriu novos caminhos e manteve em boas condições os já existentes que davam acesso aos arrabaldes da cidade. Assim, as classes privilegiadas, as únicas com poder de mobilidade, puderam se afastar do centro antigo em direção às freguesias da Glória, nos atuais bairros da Lapa, Glória e Catete, da Lagoa, no bairro de Botafogo e Engenho Velho, em São Cristóvão. A localização afastada das elites, na metade do século XIX, se dava mais nos bairros interiores, como Alto da Boa Vista, Gávea e Jardim Botânico. A ocupação do litoral chegava apenas até Botafogo, as praias foram ocupadas em período posterior (ABREU, 1988).

Assim como havia ocorrido na Europa, no Brasil iniciou-se o processo de separação entre moradia e trabalho no princípio do século XIX. Na década de 1820, os moradores mais ricos do Rio de Janeiro passaram a residir fora do centro velho, fundando novos bairros residenciais. Nesses locais, próximos aos morros e praias a elite vivia de uma forma considerada requintada, cercada pela natureza. Essas casas seguiam o estilo neoclássico e possuíam no andar térreo alguns cômodos de recepção, como biblioteca, sala de jantar, de estar, bilhar, entre outras; no andar superior ficavam os aposentos íntimos; a cozinha e as dependências dos escravos continuavam afastadas da casa principal, localizados no porão ou no quintal. Esses solares ocupavam terrenos maiores do que os sobrados em áreas mais centrais, o que permitia a presença de jardins (NEEDELL, 1993).

A região de São Cristóvão também passou por um surto de crescimento após o aterramento do Saco de São Diogo que ficava entre o centro e o bairro. Com a melhoria do acesso, a área foi ocupada por moradias de famílias importantes que desejavam estar próximas à Quinta da Boa Vista, residência de Dom João VI. O crescimento do bairro se torna perceptível por volta de 1838, ano em que os primeiros ônibus à tração animal, conhecidos como gôndolas, foram implantados na cidade, beneficiando a região de São Cristóvão (ABREU, 1988).

Ao longo do século XIX, a proximidade com o centro foi se valorizando à medida que a cidade crescia e os bairros das elites cariocas foram se aproximando da área central sem saírem do lugar. Não foram criados novos bairros de alta renda na periferia e os existentes se adensaram, os vazios foram preenchidos e as distâncias diminuíram. A aproximação dos bairros aristocráticos afastados ao centro se deu por sua imobilidade, o processo de aproximação com o centro foi proporcionado pela diminuição do tempo e do custo do deslocamento em função da implantação de sistemas de transporte público (VILLAÇA, 2001). Apenas na Zona Sul os bairros afastados se mantiveram ocupados pelas classes abastadas. Os da Zona Norte, como São Cristóvão, Catumbi, Rio Comprido e, mais lentamente, a Tijuca, deixaram de ser habitados por essa população. A burguesia

apresentava nítida preferência pelos bairros centrais, assim Catete, Laranjeiras e Botafogo continuaram a serem bairros aristocráticos no terceiro quartel do século XIX. Entretanto, por sua posição cada vez mais central por conta da expansão urbana, esses bairros foram ocupados nas décadas seguintes por usos não residenciais que se instalaram nos antigos palacetes.

Até meados do século XIX, deu-se a primeira fase de integração de Botafogo à malha urbana, quando surgiram as primeiras ruas abertas pelos proprietários das chácaras da região foram doadas à municipalidade (CARDOSO, 1983). Até 1820, havia poucos caminhos que passavam por essas terras, sendo o mais antigo o do Berquó (Rua General Polidoro) que acompanhava o rumo do rio de mesmo nome; o de São Clemente, caminho para a Lagoa; o de Copacabana, que dava acesso à essa praia praticamente desabitada e o da Praia de Botafogo. Nesse mesmo período, ocorreu o parcelamento de grandes chácaras em propriedades menores, esse processo continuou por todo o século, da divisão de grandes extensões de terra em terrenos menores até se chegar às dimensões de um lote urbano. O bairro foi um dos primeiros lugares a receber o serviço de ônibus a tração animal na cidade que funcionava desde 1839, o que demonstra a importância de sua ocupação. Após os ônibus vieram os barcos a vapor (1843), os tálburis (1847), as diligências (1850) e as gôndolas (1858). Botafogo contava com uma boa infraestrutura como sistema de abastecimento de água desde 1854 e iluminação a gás nas casas, desde 1860.

Por essa época, o Rio de Janeiro passou por um novo surto de expansão causado pela produção cafeeira no Vale do Paraíba e nos subúrbios da corte. As atividades comerciais relacionadas à exportação do café, ao comércio de escravos e à importação de produtos manufaturados ganharam um novo impulso. A burguesia enriquecida com o comércio buscou se afastar das freguesias centrais por causa das atividades econômicas e administrativas ali concentradas. A cidade passou por um novo período de expansão com a incorporação de novos territórios à malha urbana e com a ocupação das freguesias do entorno, especialmente da Lagoa. A busca por novas áreas residenciais fez com que os bairros da Tijuca, Rio Comprido, Catete, Laranjeiras e Botafogo tivessem suas chácaras retalhadas em lotes urbanos onde foram construídas suntuosas mansões. Esse fenômeno atraiu as empresas de transportes públicos que, ao implantar as linhas nessas regiões, favoreceu uma ocupação mais intensa dos novos bairros (CARDOSO, 1983). O capital estrangeiro atraído pelo crescimento da cidade foi aplicado em grande parte no setor de serviços públicos, como transporte, gás e esgoto, através de concessões obtidas junto ao Estado. A instalação das linhas de bonde seguiu a expansão das áreas residenciais da elite, a primeira linha, em 1868, ligava a cidade velha aos bairros do Flamengo, Botafogo e Jardim Botânico (ABREU, 1988).

Com o aterro de brejos e atoleiros várias áreas da cidade se tornaram acessíveis como Santa Teresa e Rio Comprido. O rápido crescimento da Cidade Nova fez com que, em 1865, criasse a freguesia do Espírito Santo que englobava os atuais bairros Catumbi, Estácio, Rio Comprido e parte de Santa Teresa (ABREU, 1988). Nesse mesmo período, a freguesia do Engenho Velho começou o processo de retalhamento de antigas fazendas e sítios. Enquanto repartia-se o Engenho Velho e ocupava-se a Cidade Nova, o adensamento da Zona Sul mudou de característica, as casas de fim de semana foram se transformando em residências fixas. Os bairros do Catete, Glória e Botafogo passaram a ser procurados pelas camadas mais abastadas da sociedade para aí construírem suas mansões.

Durante o Segundo Reinado, o bairro de Botafogo era o local mais procurado para fixar residência pelas famílias de mais alta renda. Na enseada, entre os Morros da Viúva e da Urca, encontravam-se chácaras com seus jardins e mansões luxuosas. Nos tempos republicanos, o bairro passou de local preferido pela nobreza a bairro residencial escolhido pelas famílias burguesas mais abastadas (BENCHIMOL, 1982). A escolha de Botafogo como local de moradia da aristocracia já era perceptível em 1843, quando foi inaugurado um serviço de barco a vapor ligando o bairro ao Saco do Alferes, no atual bairro de Santo Cristo. Um ano depois outra linha foi implantada ligando Botafogo à Ponta do Caju, nas proximidades da Quinta da Boa Vista. Sua valorização não atraiu apenas a aristocracia, mas também imigrantes principalmente, comerciantes portugueses que se instalavam nos terrenos menos nobres, no entorno do cemitério de São João Batista, inaugurado em 1852.

O crescimento de Botafogo foi tão intenso que, em 1867, passou a contar com os serviços da Companhia de Barcas Ferry, sendo um dos primeiros bairros a ser atendido pelos bondes a tração animal, implantados em 1871 (CARDOSO, 1983). Desde as primeiras décadas do século XIX existiam em Botafogo colégios, clínicas, “casas de pasto” e algum comércio, mas após a implantação dos bondes houve uma maior diversificação dos estabelecimentos. A princípio, o comércio se localizava próximo à estação das barcas, em frente à rua São Clemente, aos poucos foi se espalhando ao longo das linhas do bonde, especialmente nas ruas Voluntários da Pátria, da Passagem e General Polidoro.

Vários fatores contribuíram para a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro a partir de 1870, como a crise da cafeicultura na província, a Abolição da Escravatura, a chegada de imigrantes e o início da industrialização. É nessa década que Pesavento (1999) afirma ser o momento em que a cidade começa a se mostrar incômoda, espremida entre o mar e as montanhas. Com a crise do café na região, o dinheiro antes investido na agricultura passou a ser aplicado em outros investimentos, como a indústria e o espaço urbano. O crescimento da população gerou uma crise habitacional que incentivou o investimento em terrenos para parcelamento e posterior construção de moradias para

aluguel. Nessa época, Botafogo recebeu investimentos de empresas visando a abertura de ruas e o loteamento de terrenos, assim como os donos de chácaras vinham fazendo desde o século XVIII. No começo do século XX, a maior parte das áreas planas já havia sido desmembrada e transformada em lotes para construção de moradia (CARDOSO, 1983).

No período entre 1870 e 1920, o Rio de Janeiro passou por sua primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, proporcionada pela Estrada de Ferro Dom Pedro II, inaugurada em 1858 que permitiu a ocupação das freguesias suburbanas; e pela implantação, em 1868, das primeiras linhas de bondes puxados a burro que contribuiu para a expansão da cidade em direção aos atuais bairros das Zonas Norte e Sul. Os bondes foram instalados para atender a uma demanda existente de uma população que queria sair do centro e que tinha condições financeiras para isso, mas não se mudava por causa da falta de transporte público. Atendida a demanda, os bondes passaram a influenciar o padrão de ocupação de parte da cidade. Vários investidores aplicaram seu dinheiro nos terrenos servidos pelas linhas de bondes que foram valorizados pelo serviço (ABREU, 1988).

A primeira empresa americana concessionária do serviço de bondes foi a *Botanical Garden Railroad Company*, que depois passou a se chamar Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico. A primeira linha foi inaugurada em outubro de 1868 e ligava a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. Em 1871, as linhas de bonde se estenderam até o Jardim Botânico, o que beneficiou o bairro de Botafogo, outro ramal atendia o bairro de Laranjeiras. Com o sucesso da Companhia Jardim Botânico, outras empresas similares foram criadas, como a Companhia São Cristóvão que atendia os bairros de São Cristóvão, Andaraí Pequeno (o atual bairro da Tijuca), Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Caju, Catumbi e Rio Comprido e a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel que servia os bairros do Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Maracanã, São Francisco Xavier e Engenho Novo, e inaugurou sua primeira linha em 1875 (ABREU, 1988).

Os bairros litorâneos mais próximos ao centro mantiveram suas características aristocráticas na segunda metade do século XIX, enquanto os bairros da Zona Norte começaram um processo de decadência. Os principais bairros da região da orla eram Laranjeiras, Flamengo, Catete, Glória e Botafogo. São Cristóvão rivalizava com Botafogo pelo título de bairro residencial preferido pelas classes privilegiadas e, a princípio, possuía algumas vantagens como o melhor sistema de fornecimento de água do Rio de Janeiro e serviço de esgoto. Nas últimas décadas do século XIX, antes da Proclamação da República, a competição acabou e Botafogo passou a ser o bairro mais procurado pela elite como local de residência. Vários fatores contribuíram para a decadência de São Cristóvão, com a chegada da República, o bairro perdeu o *status* de local de residência da família imperial; a instalação de indústrias na região por sua localização próxima aos eixos ferroviários, ao

porto e ao centro da cidade constitui outro motivo. Mas o fator mais importante, que afetou a cidade como um todo e não apenas São Cristóvão, diz respeito à divulgação da ideologia que relacionava o estilo de vida “moderno” com o morar próximo ao mar. Por trás dessa filosofia se encontravam os interesses de vários capitalistas e, principalmente, da Companhia Jardim Botânico, interessada em ocupar um território sobre o qual possuía o monopólio do transporte. No final da década de 1880, a Companhia iniciou a extensão de suas linhas à quase desabitada praia de Copacabana, que teve seu ramal inaugurado em 1892 (ABREU, 1988).

A princípio, não havia o hábito de tomar banho de mar e as elites davam mais valor às moradias próximas aos morros e à mata, tanto que, mesmo em Botafogo e Flamengo, a ocupação se deu a partir do interior e, muitas vezes, os palacetes davam costas para a praia. No final do século XIX houve uma mudança de direção de crescimento dos bairros de alta renda. O interior foi abandonado e a orla foi se adensando e se tornando cada vez mais atraente com a popularização do banho de mar. Fora do litoral, somente a Tijuca se manteve como bairro de classe alta até a década de 1950, ficando cada vez mais isolada e distante. No século XX, ocorreu a valorização da orla como local de moradia. A princípio, as praias eram atraentes apenas para os ingleses, mas não para o banho e sim por sua beleza. O hábito de se tomar banho de mar começou a se difundir na passagem do século XIX para o XX e já havia sido absorvido pela sociedade carioca por volta dos anos 1920 (VILLAÇA, 2001).

O desmembramento das grandes chácaras de Botafogo no século XIX deu origem a várias quadras muito extensas e profundas. A presença desses terrenos e o crescente interesse na produção de moradia para aluguel mudou a paisagem local. O até então bairro nobre se tornou habitado por operários, artesãos, funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e bancários que ocupavam as habitações coletivas construídas nos grandes lotes remanescentes das antigas chácaras. Os trabalhadores mais pobres residiam nos cortiços que se espalhavam pelo bairro, os demais ocupavam as casas de vila e avenida produzidas em grande escala. As casas geminadas também se tornaram comuns na região. De acordo com Cardoso (1983), a partir da década de 1920, após a ocupação de toda a parte plana, iniciou-se o loteamento das áreas nas fraldas dos morros que cercam o bairro, especialmente na região onde hoje se encontra o bairro de Humaitá. No início do século XX, bairros como Copacabana, Ipanema e Leblon estavam incorporados à cidade graças ao crescimento urbano e ao desenvolvimento dos transportes públicos e se tornaram os locais mais disputados pela elite carioca.



FIGURA 9- Enseada de Botafogo, início do século XX
Fonte: Disponível em: www.delcamp.net
Acesso em: 11 set. de 2012.

3.5 - Antecedentes da casa burguesa no Rio de Janeiro

A mulher pode ser considerada um agente transformador do espaço residencial, existindo uma relação intrínseca entre a evolução do papel feminino na sociedade e as transformações por que passou e ainda passa a morada no Brasil. Além da mulher, vários fatores contribuíram para a origem dessa tipologia, como o clima tropical e úmido, a flora, os índios e, o mais importante deles, o colonizador português, que foi coordenador, orientador e homogeneizador da casa (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999). Com o aumento da presença da mulher portuguesa na colônia, as construções foram se aperfeiçoando e o programa se definindo, como afirmam Gilberto Freyre (1951) e Carlos Lemos (1996). Segundo Freyre (1951), a casa-grande, tipo de habitação mais nobre, se desenvolveu nas regiões produtoras de cana-de-açúcar no século XVI, mais em torno das matronas portuguesas do que da figura masculina.

A casa brasileira tem influências de Portugal, do Oriente e indígena. Os escravos africanos não influenciaram na definição da casa, mas em seu funcionamento. Segundo Santos (2005), a influência da arquitetura portuguesa na brasileira é reconhecida, mas a indígena e a africana são apenas admitidas, mas não exploradas. A transposição da casa portuguesa para o Brasil trouxe vários elementos de diferentes regiões de Portugal, esses foram utilizados de acordo com as condições materiais disponíveis na colônia e depois adaptados socialmente. Com os índios o colonizador aprendeu que cozinhar era uma

atividade que deveria ser realizada do lado de fora da casa, em uma varanda ou puxado. Do Oriente ele trouxe a solução para o escoamento das águas da chuva, através das inflexões dos telhados e dos beirais alongados. De Portugal vieram as paredes caiadas e os portais coloridos. Foram essas as principais influências que formaram a casa no Brasil, de feição único e adaptada à realidade social e geográfica local (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999).

No período colonial, a arquitetura doméstica rural se apresenta de forma muito mais opulenta que a da cidade. A supremacia do meio rural sobre o urbano declina com o Império, até esse momento, as residências de grande porte eram encontradas somente nas fazendas. Entretanto, não existia apenas uma forma de morar no Brasil colônia, havia muitos modos de morar que variavam conforme os usos e costumes, com a culinária e, especialmente, com o clima. As grandes distâncias territoriais contribuíam para o isolamento da família rural que frequentava a cidade apenas em dias festivos. Na área urbana moravam permanentemente negociantes, funcionários públicos, clero e artífices.

A situação no início da colonização se caracterizava por possuir muitos recursos naturais, escassa mão de obra especializada, falta de ferramentas e dificuldade de comunicação (LEMOS, 1989). As grandes distâncias fizeram surgir, como parte do programa de necessidades, a capela doméstica para uso diário e o quarto de hóspedes para abrigar viajantes. As distâncias e o povoamento disperso transformaram a hospitalidade em uma necessidade e uma obrigação por parte dos colonos. Entretanto, o viajante dificilmente passava do alpendre. Nas casas mais simples era onde ele se abrigava, nas residências mais abastadas havia um quarto de hóspedes em um dos lados do alpendre, mantendo o desconhecido fora dos espaços internos da casa e, assim, preservando a intimidade da família e, principalmente, impedindo o contato dos forasteiros com as mulheres da casa. A capela particular, quando anexa à construção principal, também se localizava próxima ao alpendre, para evitar que estranhos adentrassem o espaço residencial, e com uma pequena abertura de ligação com algum cômodo interno de onde as mulheres poderiam assistir à missa sem se misturarem com os demais fiéis. Aos poucos, a capela foi substituída pelo oratório, colocado em nichos na parede ou no quarto para uso individual, um sinal do crescimento da vida íntima (ALGRANTI, 2007).

O clima quente e as poucas portas e janelas levavam os moradores a ocuparem as partes externas da casa tanto na hora do lazer quanto do trabalho. Algranti (2007: 94) descreve essas casas como “voltadas para dentro, às vezes com pequenos jardins na frente, e era na parte dos fundos que a vida doméstica se desenvolvia intensamente.” Além desses cômodos imprescindíveis, havia também diversas dependências de serviços voltadas para o beneficiamento de alimentos, formando um complexo de construções: casa de cozer, casa da farinha, casa do moinho, o monjolo e a moenda, que também serviam

como local para guardar utensílios e alimentos. O espaço doméstico, rural ou urbano, rico ou pobre, não se restringia à casa, ele se expandia para o quintal, o jardim, os pomares, a horta e os anexos à construção principal. Essas construções espalhadas no terreno constituíam a indústria doméstica responsável pela subsistência da família e tanto podiam ser simples telheiros quanto construções bem edificadas. Os moradores passavam a maior parte de seu tempo nessas dependências de trabalho, principalmente os membros femininos da família. A casa principal tinha a função de guardar valores e proteger as mulheres.

As casas urbanas dos primeiros três séculos de colonização possuíam aparência bastante simples, sendo construídas com material disponível na região e, geralmente, com apenas um andar. Cronistas e viajantes descreveram o interior dessas casas criticando sua falta de acomodações, o chão batido e a fumaça que enchia os ambientes por conta da falta de chaminés e de janelas. Mawe, no início do século XIX, descreve a casa de um lavrador no interior do país destacando o aspecto de sua cozinha:

o leitor pode imaginar um compartimento imundo, com o chão lamacento, desnivelado, cheio de poças d'água onde pousam as panelas de barro, em que cozinham a carne. O lugar fica cheio de fumaça que, por falta de chaminé, atravessa as portas e se espalha pelos outros compartimentos deixando tudo enegrecido de fuligem" (MAWE *apud* ALGRANTI, 2007: 100).

Apesar do tom severo, provavelmente o autor não conhecia as casas dos camponeses em seu país que, segundo Algranti (2007), não deveriam ser muito diferentes. Os sobrados surgiram mais tarde com o desenvolvimento econômico e o crescimento das cidades. A arquitetura residencial urbana era baseada em um tipo de lote bem definido: estreito e comprido (REIS FILHO, 1997). As vilas e cidades construídas no período colonial possuíam ruas de caráter uniforme, sem calçamento nem passeio. As residências eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas e das laterais do terreno. A uniformidade das parcelas urbanas gerava a uniformidade dos partidos arquitetônicos e essa uniformidade, muitas vezes, era imposta pelas Cartas Régias ou pelas Posturas Municipais.

A casa popular urbana no Brasil durante o período colonial possuía a mesma distribuição interna dos cômodos, mas as técnicas construtivas poderiam variar conforme as características da região (LEMOS, 1989). A distribuição semelhante advém do lote estreito e profundo. O aposento localizado na frente da construção com janela para rua abrigava a sala ou a oficina, no meio ficavam os dormitórios sem janelas chamados de camarinhas, alcovas, ou casas de dormir. Nas residências maiores havia um alpendre ou varanda nos fundos, voltada para o quintal de forma a dar mais privacidade à família, usado como sala de refeições. O quintal abrigava além dos serviços, a senzala e a secreta, também chamada

de casinha, uma construção com fins higiênicos que muitas vezes consistia em um buraco na terra, embaixo do qual poderia haver um córrego ou um chiqueiro. Na maioria das vezes, o urinol era mais utilizado e seu conteúdo despejado em praias ou terrenos distantes pelos escravos. Os cômodos não exerciam, necessariamente, uma função específica. A sala de estar poderia assumir, à noite, a função de quarto. As redes eram mais comuns que as camas por sua praticidade ao ser facilmente transportada, desmontada e guardada. A superposição de funções e a separação do estar formal e informal pelas alcovas constituem características importantes da casa colonial. A divisão interna não proporcionava intimidade, o que demonstra que ela não era considerada fundamental na vida dos colonos.

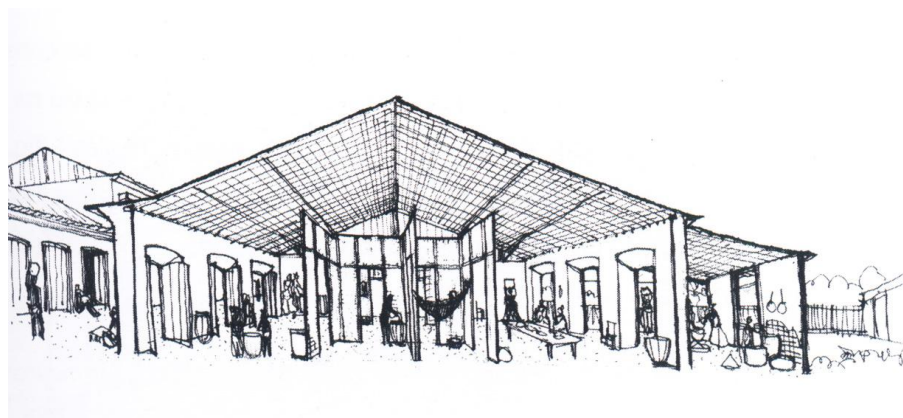


FIGURA 10 - Casa urbana térrea típica do período colonial, com loja ou oficial na frente, alcovas no meio e sala de viver e cozinha nos fundos.
Fonte: VERÍSSIMO & BITTAR, 1999: 23.

Os quintais aparecem com frequência nos relatos dos viajantes do século XVI ao XIX, mas os jardins são citados apenas a partir do início do século XIX. Esses talvez fossem um dos poucos espaços em que se podia usufruir de alguma intimidade numa sociedade devassada com construções muito próximas, ruas estreitas e a constante presença dos escravos. Ele poderia ser um local de tranquilidade e solidão, mas também, como nos informa Algranti (2007: 97), um “espaço de confinamento e fiscalização de mulheres da elite, cujos momentos de lazer e ao ar livre eram, às vezes, controlados por seus familiares”.

Como as residências coloniais não possuíam água encanada, a lavagem de roupas e utensílios ocorria fora de casa, hábito que se manteve mesmo após a chegada da água no interior das residências, com a instalação dos tanques no exterior da casa. Essa afirmação pode ser comprovada por vários projetos já do século XX, alguns exemplos são: a casa da rua Dona Mariana, número 63, projeto de 1915, onde se encontra em uma construção nos fundos do terreno uma área denominada lavagem; e a casa da rua Pinheiro Machado, número 99, projeto de 1920, que possui uma edificação que abriga garagem,

quartos de criados, banheiro, depósito, sala de engomar e tanques¹². A água para as atividades domésticas era trazida dos chafarizes públicos e dos rios pelos escravos, quando não havia poço ou cisterna próprio. As idas e vindas dos cativos para buscar água proporcionavam encontros e mexericos sobre a vida doméstica de seus senhores, que ficava assim ainda mais devassada.

As residências urbanas a princípio eram térreas, de porta e janela. Com o tempo foram surgindo as casas assobradadas, modelo praticamente inalterado por três séculos (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999). No período colonial as diferenças entre as construções eram quantitativas e não qualitativas. Os grandes sobrados construídos com a intenção de se destacar dos demais poderiam ser encontrados apenas nas cidades mais ricas (LEMOS, 1989). Nos sobrados, o pavimento térreo abrigava lojas, acomodações de escravos e animais ou ficavam vazios, mas não serviam como habitação para a família do proprietário, pois a casa térrea era tida como moradia das camadas mais pobres. A distribuição dos cômodos no segundo pavimento se assemelhava à planta da casa térrea: sala na frente, alcovas no meio e estar familiar nos fundos. A separação de atividades no sobrado, com o escritório e a loja no térreo e a moradia em cima, evitava a entrada de estranhos no espaço doméstico, como o alpendre e as varandas.

Mesmo as residências mais nobres eram edificadas sobre o alinhamento da rua e se diferenciavam das demais por seu tamanho e pelo número de cômodos. As construções maiores correspondiam ao rebatimento ou sobreposição de plantas simples. Segundo Homem (1996: 33, 34), “Nos grandes sobrados, esse esquema era mais amplo, destinando-se uma sala para as mulheres e outras para os homens, de forma que no estar formal o convívio masculino se apartava do feminino.” O “estar” da mulher se diferencia do “estar” do homem. Na atuação feminina percebe-se a sobreposição do lazer e do serviço e dificilmente se distingue nos princípios da colonização onde começa o repouso e onde termina o trabalho doméstico. Essa superposição acontecia em qualquer classe social, pois restava à mulher apenas atividades de forno, fogão e agulha (LEMOS, 1978). Nas casas mais ricas havia, por um lado, a preocupação com a preservação da intimidade, com aposentos definidos para mulheres, hóspedes e escravos, e cômodos com funções específicas como repouso, lazer, alimentação, trabalho, orações; e, por outro, a inexistência de uma circulação que evitasse a comunicação entre alcovas e quartos, o que impedia a intimidade.

O sobrado urbano se destacava através do número de pavimentos, podendo chegar a ter quatro, cinco ou seis andares, por suas dimensões e pela presença de janelas

¹² Os projetos arquitetônicos dessas residências se encontram no capítulo 4 desta tese, páginas 267 e 268, respectivamente.

envidraçadas e de balcão de ferro batido. O comércio ocupava o térreo juntamente com as acomodações para escravos, viaturas e cavalos ficavam nos fundos. No primeiro pavimento encontravam-se escritórios, depósitos e acomodações para caixeiros. Nos andares de cima morava a família, cada andar possuía uma função: andar para receber visitas, andar dos dormitórios, andar de estar e comer, o último nível era reservado à cozinha. No quintal se encontravam horta, criação de animais domésticos, como aves e porcos, telheiros, acomodações para escravos, fornos, lenheiros, poços ou minas d'água (LEMOS, 1979). O funcionamento dos edifícios estava baseado no serviço escravo. Nas palavras de Lúcio Costa (1962: 174, 175), encontra-se o grau de importância do cativo dentro das residências brasileiras:

Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo, desde negrinhos sempre a mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador.

A distribuição hierarquizada dos espaços internos da casa tradicional brasileira é fruto da organização patriarcal da sociedade, o que levava a preservação da família. Na sala encontrava-se o melhor mobiliário da casa, sendo o único lugar a que os visitantes tinham acesso (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999). Esses eram recebidos com cerimônia quase ritualística e as mulheres não apareciam. Na planta baixa patriarcal a alcova se localizava no meio do corpo da residência, tanto rural quanto urbana. Nesta última, por causa do formato do lote, as alcovas não possuíam ventilação já que aberturas só eram possíveis na frente e no fundo do terreno. Geralmente, esses aposentos possuem pequenas dimensões, apenas o suficiente para o repouso, com mobiliário simples e restrito, a cama, o aparador e uma cadeira dispostos nos cantos. Raramente essas casas possuíam armários e guarda-roupas, sendo eles substituídos por baús e canastras, onde se guardava a pouca roupa que possuíam, consequência de uma vida social quase inexistente. As alcovas poderiam exercer a função de quartos, despensa ou capela. Segundo Freyre (1975: 18,19) “a alcova para as sinhás-moças, (...) era quase sempre sem janelas. Onde devemos considerar as moças dos sobrados e das casas antigas as prisioneiras mais bem guardadas”.

Na área rural, não havia necessidade de compartimentos especiais para o alívio físico, este era descarregado no mato, na área externa à casa (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999). Na zona urbana, as casas possuíam urinóis ou outros recipientes que eram levados até o rio, mar ou regiões alagadiças pelos “tigres”, escravos responsáveis pelo transporte dos dejetos domésticos até os locais de despejo. O banho não era um hábito, portanto não havia necessidade de um cômodo para tal função, usavam-se tinas para esse fim,

colocadas em quartos ou alcovas. A ausência de material adequado para higiene, como canos e peças esmaltadas dificultava a melhoria desse aspecto da vida cotidiana e obrigava os moradores a carregarem a água de fontes e chafarizes públicos para casa diariamente.

Para Veríssimo e Bittar (1999: 107), ao se analisar o setor de serviços “é possível entender muito da intimidade da família, pois, mais do que no setor íntimo, é aqui que os hábitos sociais se revelam com mais clareza, sem a máscara utilizada pelos atores quando desempenham seus papéis no setor social.” A cozinha ocupava grande espaço da casa, pois nela era preciso produzir os alimentos para toda a grande família patriarcal e mesmo para os escravos. Nos primeiros tempos a cozinha se localizava próxima à sala, mas por causa do cheiro, do calor e da fumaça foi empurrada para fora do corpo principal das residências, ficando nos fundos da construção. Esse cômodo se dividia em cozinha limpa e cozinha suja, separando atividades de limpeza, abate, antepreparo e o cozimento propriamente. Na área rural, os alimentos eram produzidos com produtos próprios, vindo de fora apenas o que não poderia ser produzido ali, como sal e óleo. A cozinha rural e a urbana se diferenciam apenas em tamanho, suas funções e localizações são as mesmas e nenhuma delas possuía água encanada.

A princípio, localizada no quintal, aos poucos foi se aproximando do corpo principal da casa, podendo encontrar moradias com duas cozinhas, a “limpa” com um pequeno fogão em um puxado nos fundos da casa e a “suja” do lado de fora, onde se realizavam as tarefas mais pesadas (LEMOS, 1989). A explicação mais comum para essas cozinhas externas é o clima, como na maior parte do país faz muito calor, o fogão dentro de casa se tornou indesejável, ao contrário do que acontecia na Europa, onde o calor do fogo tornava as casas mais agradáveis. Algranti (2007) afirma que essa opção arquitetônica pode ser consequência da divisão espacial entre senhores e escravos, o que, com a transformação dos costumes e com a valorização das refeições foi perdendo a importância frente à praticidade da localização da cozinha no interior das residências.

Santos (2005) realizou importante pesquisa sobre a casa carioca entre 1750 e 1850 através dos inventários *post mortem* encontrados no Arquivo Nacional. A pesquisadora afirma que no Rio de Janeiro existiam dois tipos de edificação segundo sua implantação no terreno: a casa tipicamente urbana, implantada sob os limites frontais e laterais em lotes estreitos e compridos; e a casa de chácara localizada em terrenos mais amplos. Esta última seria uma tipologia originada no campo e trazida para cidade pela nobreza portuguesa e reproduziria as mansões rurais não sendo, portanto, limitada pela escassez de terreno, suas características refletiam a posição social do proprietário ao ocupar sem parcimônia amplos lotes urbanos valorizados. As chácaras podem ser consideradas formas semiurbanas de moradia e se localizavam na periferia da cidade que foi aos poucos se integrando à malha

urbana, elas se encontravam, principalmente, onde hoje são os bairros de Laranjeiras, Botafogo, Leme, Glória, rua Frei Caneca (antiga Mataporcos), região da avenida Francisco Bicalho (antigo São Diogo), São Cristóvão, Catumbi e Engenho Velho. Essa tipologia tem grande importância, pois esta pode ser considerada um dos principais antecedentes da casa burguesa do final do século XIX por apresentar um programa mais amplo do que a casa urbana e por se encontrar, na maior parte dos casos, em centro de terreno com jardins em seu entorno.

Os inventários mais antigos encontrados por Santos (2005) descrevem as chácaras como propriedades rurais¹³. A autora cita uma propriedade em Botafogo, inventariada entre os anos de 1773 e 1783, pertencente ao casal Manoel Antunes Suzano e Antonia de Souza Mattos que também possuía terras em Mataporcos e no Leme. A chácara de Botafogo ficava próxima à Praia Vermelha e, aparentemente, possuía fins comerciais através da exploração de pesca. Seu inventário descreve haver nela uma casa coberta de telha e mobiliada com simplicidade, uma capela, uma fábrica de redes, uma senzala, uma horta e árvores frutíferas. Além da pesca também eram cultivados o feijão e o anil. No princípio do século XIX, houve uma diminuição do caráter rural das chácaras e uma tendência ao parcelamento desses grandes terrenos em lotes urbanos.

As casas de chácara tanto poderiam ser casas térreas de características simples, quanto uma construção mais luxuosa como a pertencente a Brás Carneiro Leão, falecido em 1808, localizada na Glória. A casa principal era um sobrado com janelas e sacadas de cantaria em ampla fachada, possuía oratório, uma característica das residências de maior *status*, acabamento requintado, sendo todo forrado, as janelas com caixilhos de vidraça, a cozinha e os pátios ladrilhados com pedra do reino. Possuía edificações secundárias onde ficavam as cavalariças, quartos para os criados e escravos, duas “cozinhas de brasa” e um complexo de poços e tanques que faziam parte de um sistema de distribuição de água bastante elaborado. Na propriedade também havia um ajardinamento com alegretes de tijolos, vasos de louça e de pedra do reino e pátios ladrilhados cercados de grades de ferro. Apesar de a chácara possuir inúmeras árvores frutíferas, mais do que o necessário para o consumo familiar, sua produção não era destinada ao comércio.

Ao lado desta encontrava-se outra chácara pertencente a Leonarda Maria da Conceição, falecida em 1825, onde havia um sobrado de características nobres portuguesas com a frente mais larga que o fundo e vários cômodos forrados e assoalhados, inclusive um oratório. Possuía despensa ladrilhada, cozinha e pátio calçados de pedra, varanda pavimentada de tijolo, janelas com caixilhos de vidraça e portais de madeira. No terreno se

¹³ Todos os inventários e todas as descrições de casas de chácaras citados neste subitem foram extraídos da tese de doutorado de Santos (2005), A Casa Carioca.

encontravam também coqueiras e cavalariças, além de um complexo sistema de abastecimento e esgotamento de água. Nos fundos da casa havia um jardim com figuras de louça, pirâmides de cal e tijolo e dois caramanchões cobertos de chumbo com caixilhos de vidraça. Ao lado do jardim ficava uma construção de meia água coberta de telhas que abrigava os cômodos para escravos e o quarto do feitor.

Percebe-se uma modificação entre o primeiro exemplo de casa de chácara citado e os dois subsequentes. Na propriedade de Suzano, em Botafogo, a construção nela existente era simples e o terreno parece ter sido usado como área de plantação e local de exploração de pesca por sua proximidade com o mar. Já nas chácaras pertencentes a Brás Carneiro Leão e a Leonarda Maria da Conceição, ambas na Glória, as edificações descritas podem ser consideradas como casas nobres e com função exclusiva de moradia, sem intenções comerciais. Essa foi uma grande mudança tanto em relação à função dessas chácaras, perdendo seu caráter rural e comercial e se tornando de uso residencial, quanto à sua valorização ao receber construções luxuosas para residência ou veraneio das famílias mais abastadas do Rio de Janeiro.

Santos (2005) descreve outra chácara localizada na rua das Laranjeiras, número 51, pertencente a Leonor Alves de Castro Roso. Em seu inventário, aberto em 1856, a casa era descrita como um sobrado de pedra e cal com divisões e frontais de estuque, dividida em sala de jantar, sala, sala de costura, cinco quartos, despensa e cozinha. A casa possuía varanda lateral que dava para um pátio e um telheiro. No inventário do viúvo, Antonio Dias Torres, de 1864, os cômodos haviam mudado de função, a sala de costura passou a ser denominada de saleta e os cinco quartos se transformaram em dois gabinetes, uma alcova e dois quartos. Com a morte da esposa, provavelmente, a sala de costura ficou sem sua função inicial e se transformou em uma pequena sala ou saleta, sem função específica.

Os terrenos resultantes dos primeiros loteamentos das chácaras ainda eram de grandes dimensões, conservando o caráter semi-rural da região. Na passagem do século XVIII para o XIX essas propriedades começaram a deixar suas características de propriedade rural e se tornaram lugar de lazer ou mesmo de moradia das classes privilegiadas. Não é possível precisar o momento em que seu uso começou a mudar, mas a menção mais antiga encontrada por Santos (2005) relacionada ao uso de imóveis na periferia como forma de fugir às atribulações da vida urbana se encontra em uma carta do Vice-Rei Marquês do Lavradio, de 1776, em que informa ao Desembargador Manuel Francisco da Silva Veiga sua decisão de fugir do verão carioca em um sítio na Glória.

O sucessor de Lavradio, Luís de Vasconcelos, também usou desse subterfúgio ao alugar uma chácara no Campo do Boqueirão da Ajuda, onde posteriormente foi construído por ele o Passeio Público. Nesta localidade, o Vice-Rei passava todo o seu

tempo livre já que considerava a residência oficial desagradável. A chácara possuía uma escadaria na fachada principal o que lhe concedia um aspecto de casa nobre apalacetada e que se tornaria mais comum no Rio de Janeiro apenas na segunda metade do século XIX.

Os anúncios no jornal oferecendo chácaras ainda podem ser encontrados na década de 1880 onde se destacam a presença de árvores frutíferas e de água, sendo essas talvez as características principais desse tipo de moradia. Como podemos ver nos seguintes anúncios, ambos retirados do Jornal do Commercio:

Aluga-se a excelente e espaçosa casa, com chácara repleta dos melhores arvoredos frutíferos, da praia de Botafogo nº 262, com água, tanques, gás, etc. (Jornal do Commercio, 06 de janeiro de 1880).

Aluga-se a casa e chácara na rua do General Polidoro, nº 98, pintada e forrada de novo, com cômodos para grande família, tendo água, banheiro e gás (Jornal do Commercio, 30 de janeiro de 1880).

No final do século XVIII e início do século XIX, inicia-se um processo de mudança no padrão social em alguns centros urbanos mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que irá se solidificar com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. A ampliação das relações com a Europa gerou não apenas mudanças sociais, mas também arquitetônicas. As casas coloniais sofreram algumas transformações físicas como a adoção do porão que, posteriormente, se tornou habitável. E também em seu uso como a ampliação do cuidado com a preservação da intimidade nos espaços internos domésticos. Essas transformações podem ser percebidas especialmente no aumento da sociabilidade feminina, as mulheres passaram a conversar em pequenos grupos e até mesmo com os homens, a frequentar o teatro e a ópera e a participar mais ativamente da vida social (ALGRANTI, 2007). A sociedade brasileira com a intenção de civilizar-se, o que significava europeizar-se, adotou hábitos e costumes europeus, especialmente os franceses.

Segundo Lemos (1989), o século XIX no Brasil se inicia com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, e termina com a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Esse século trouxe várias mudanças para a população brasileira que alteraram o seu modo de viver. Podemos destacar três momentos de grandes mudanças que muito influenciaram a sociedade e a arquitetura, são eles: a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, a Abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da República, em 1889.

Em março de 1808, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro aproximadamente 15.000 portugueses. A cidade então possuía por volta de 60.000 habitantes, sendo 40.000 escravos. A vinda da corte portuguesa para o Brasil é considerada

por Lemos (1979: 103) como “um marco decisivo no comportamento da arquitetura brasileira”, que vai se modificar fundamentalmente nas duas décadas seguintes. As principais consequências da constituição da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro foram: grandes transformações em sua estrutura social e física; abertura dos portos às nações amigas; incremento comercial; melhoramento dos serviços de abastecimento de água (construção de aquedutos); estratificação da população espacialmente; divisão da cidade em bairros; expansão da cidade (procura por áreas afastadas das freguesias centrais pelos mais abastados); fundação da Real Biblioteca, futura Biblioteca Nacional; construção de teatros; vinda da Missão Francesa, em 1816. O Rio de Janeiro se tornou a capital política e administrativa, mas também a cultural, onde surgiam não apenas decisões políticas e legislativas, mas também novos comportamentos, moda, música, decoração, formas de morar, etc. Pela primeira vez no Brasil, uma cidade se tornou o centro irradiador de cultura para outras cidades no país. Até esse momento, a influência portuguesa se dava de modo difuso em todo o território, a partir da chegada de D. João VI, o centro propagador estava dentro da colônia.

As condições de higiene e infraestrutura do Rio de Janeiro melhoraram com a chegada da família real portuguesa, fazendo com que esse deixasse de ser um simples entreposto comercial e assumisse a posição de capital do império luso. Mas não apenas a cidade passou por grandes transformações, segundo Kidder (2001:42), pastor metodista que esteve no Brasil na década de 1830:

as maneiras do povo também passaram pela correspondente reforma. As modas europeias impuseram o seu domínio. Das mais severas restrições, ou melhor, da mais absoluta ausência de vida social, o povo emergiu repentinamente para os brilhantes cerimoniais da Corte (...) a poeira da reclusão foi espanejada; hábitos antigos cederam lugar a ideias novas e novas maneiras de viver. (Assim, ocorreram várias) mudanças nos padrões de sociabilidade, inclusive das mulheres, que passam a conversar com os homens ou em pequenas rodas entre si, frequentam o teatro e a ópera, e participam mais ativamente da vida social.

Os melhoramentos urbanos tinham o objetivo de tornarem o Rio de Janeiro, agora sede do Reino Unido de Portugal e Algarves, em uma capital digna de sua corte. Da mesma forma se sucedeu com a arquitetura, novas tecnologias foram introduzidas no país, assim como novos sistemas construtivos e novos materiais. Um exemplo dessa modernização foi o edital baixado por D. João VI em 1809, onde ele proibia o uso das rótulas e gelosias em todo o país. Os fidalgos portugueses, acostumados com uma Lisboa recém-reformada após o terremoto de 1775, ao chegarem ao Brasil ficaram assustados com a cidade do Rio de Janeiro, com ruas estreitas e sujas e construções coloniais, era preciso

acabar com essa imagem oriental e proibir os fechamentos no estilo árabe, como os muxarabis. Peixoto (2000: 284) afirma que

a proibição das gelosias reflete talvez uma preocupação policial com a segurança pública, mas trata, também, de impor à cidade uma fachada mais ordenada e uma aparência capaz de, em linguagem arquitetônica, comunicar ao Brasil uma mensagem renovadora da índole brasileira a fim de provocar uma modernização civilizadora e europeizante.

Ao se retirarem essas treliças de madeira, que permitiam a ventilação dentro das residências e o controle da iluminação, seus moradores ficaram expostos aos olhares externos. As mulheres, mesmo da elite, dentro de suas casas se vestiam simploriamente, contrariando os padrões europeus, mas em adequação ao clima tropical da cidade. Dessa forma, a reprodução de padrões arquitetônicos estrangeiros na nova Corte Portuguesa, influenciou diretamente os hábitos brasileiros, possibilitando um maior controle visual do interior das casas, modificando costumes centenários e estimulando o convívio social, hábito tipicamente francês, o que levou a inclusão das mulheres em eventos sociais (MARINS, 2001).

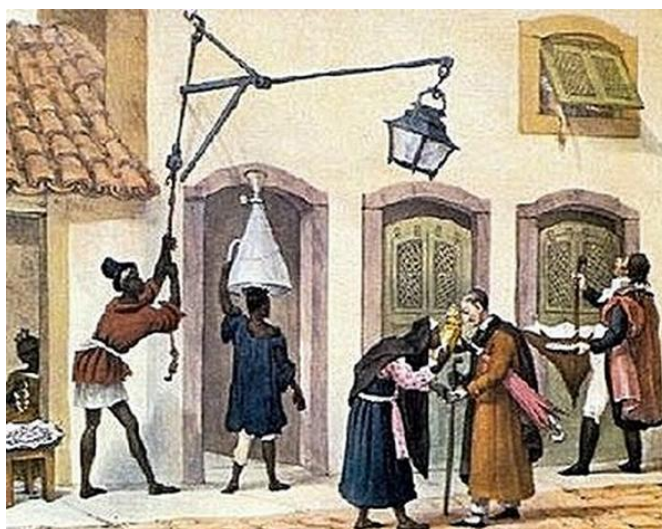


FIGURA 11 - *Les premiers occupations du matin* (Primeiras ocupações da manhã), Debret, 1826. Nesta aquarela pode-se ver como funcionavam as rótulas das casas coloniais. Fonte: BANDEIRA & LAGO, 2007: 159.

Esse desejo de modernização da nova capital do império português casava com os interesses da Inglaterra em fornecer os vidros que substituiriam os tradicionais fechamentos em madeira (LEMOS, 1979). Além do vidro, os ingleses também enviavam para o Brasil material de construção, como chapas de cobre, de chumbo e de ferro, pregos e ferramentas de todos os tipos. Depois da proibição das rótulas, proibiu-se o lançamento de

águas pluviais nas calçadas, assim os beirais ganharam calhas e condutores, feitos com as chapas importadas. As platibandas eram decoradas com estátuas, vasos e pinhas de cerâmica, uma das poucas mercadorias que não vinham da Inglaterra, mas de Portugal.

Após 1808, além da substituição das treliças por vidros, o que ocorreu bem lentamente, e das novas decorações, empregaram-se novas técnicas construtivas baseadas no uso racional do tijolo, possibilitando maiores vãos e um aumento dos vazios em relação aos cheios nas construções nacionais (LEMOS, 1979). Com a popularização do vidro, as janelas aumentaram de tamanho transformando a alcova em quarto, este ganhou, aos poucos, cômodos secundários, como o quarto de vestir e a saleta. O uso do vidro se tornou cada vez mais comum, contribuindo com a aparência mais luxuosa de móveis e residências. Ele passou a ser usado em objetos de iluminação, nas portas dos armários, das cristaleiras, dos oratórios, nos utensílios de mesa, etc.

Surgem móveis especiais para diferentes finalidades, que eram vendidos àqueles que podiam pagar nas novas lojas e marcenarias ou nas casas de consignação e de leilões. Apesar das arcas e baús continuarem a ser usados, mesmo nas residências mais abastadas multiplicaram-se mesas, cadeiras, sofás, cômodas, meia-cômodas, consolos, secretárias, gabinetes, escritórios, biblioteca e armários de diversos tamanhos para diversas finalidades. A variedade e a qualidade do mobiliário juntamente com a presença de ornatos ou objetos de uso de porcelana, cristal ou vidro, demonstravam o caráter aristocrático de uma residência. Com o crescimento do comércio e da indústria e o conseqüente aumento da oferta de móveis, objetos e utensílios a um preço mais acessível, as casas brasileiras tendiam a se tornar mais aconchegantes e confortáveis.

Até o século XVIII, as residências cariocas estavam confinadas a um espaço restrito. Com a chegada da corte, houve uma transformação das chácaras, as áreas ocupadas se ampliaram e estrangeiros e brasileiros se mudaram para áreas mais afastadas do centro da cidade. A princípio, em São Cristóvão, nas proximidades da Quinta da Boa Vista onde vivia Dom João VI e depois em direção a Botafogo, local escolhido por Carlota Joaquina para fixar residência. Esse movimento incrementou a descentralização e a expansão urbana em direção à Zona Norte e à Zona Sul, especialmente a esta última, como reforça Needell (1993: 181) ao afirmar que “A predileção da elite pelos bairros residenciais do sul, sobretudo Botafogo e Laranjeiras, continuou ao longo de toda a *belle époque*.” Na década de 1820, os moradores mais ricos do Rio de Janeiro residiam fora do centro velho, fundando novos bairros residenciais. Nesses locais, próximos aos morros e praias a elite vivia de uma forma considerada requintada, cercada pela natureza. As famílias que se mudaram para os novos bairros se instalaram em terrenos maiores do que os tradicionais lotes urbanos e as chácaras deixaram de ser vistas como locais de lazer ou de moradia

temporária. A casa de chácara então adota algumas características da casa urbana, colocando-se na frente do terreno, mas afastada das divisas laterais. Essas casas seguiam o estilo neoclássico e possuíam no andar térreo, cômodos de recepção, como biblioteca, sala de jantar, de estar, bilhar, entre outras; no andar superior ficavam os aposentos íntimos; a cozinha e as dependências dos escravos continuavam afastadas da casa principal, ficando no porão ou no quintal. Esses solares ocupavam terrenos maiores do que os sobrados em áreas mais centrais, o que permitia a presença de jardins (NEEDELL, 1993).

Ao longo do século XIX as casas foram se tornando cada vez mais elaboradas, uma forma de mostrar bom gosto, cultura e a fortuna de seus proprietários. O surgimento do papel de parede no início do século XIX no Brasil é um exemplo dessa sofisticação. Antes, as paredes eram, geralmente, caiadas de branco e sem nenhuma decoração, quando havia alguma nas casas mais abastadas eram ornatos com arabescos do período barroco, nas casas menos ricas, algumas paredes se apresentavam coloridas de rosa ou azul ou outra cor clara. Em algumas residências mais luxuosas as paredes poderiam ser decoradas com chitão ou damasco, uma influência oriental. As portas e portadas eram pintadas de amarelo com molduras vermelhas, róseas ou azuis (KOUTSOUKOS, 1994).

A chegada dos artistas franceses no Brasil, em 1816, na chamada Missão Francesa tinha o objetivo de elevar o nível das artes no país. Entre esses profissionais estavam o arquiteto Grandjean de Montigny e Jean Baptiste Debret, autor de numerosos desenhos retratando o cotidiano dos brasileiros e a aparência das cidades e zonas rurais. O estabelecimento do ensino acadêmico no Brasil, até então inexistente, se deu, oficialmente, em 1826 com a inauguração da Academia Imperial de Belas Artes. Com a influência dos artistas da Missão Francesa e da Academia difundiu-se, no Brasil, a arquitetura Neoclássica e incentivou o aparecimento de construções mais refinadas, substituindo as velhas soluções coloniais. Peixoto (2000) afirma que o programa civilizador no Brasil foi iniciado por D. João e por D. Pedro I e a linguagem arquitetônica utilizada por eles com a intenção de atingir esse propósito foi o Neoclássico. Os avanços técnicos e os novos padrões não se refletiam, necessariamente, numa nova implantação. Na primeira metade do século XIX, houve uma manutenção das relações entre habitação e lotes urbanos vindas do século XVIII, por conta da persistência do sistema escravista (REIS FILHO, 1997).

Foram adaptadas as velhas fórmulas coloniais e surgiram construções com detalhes decorativos de inspiração Neoclássica que escondiam a rigidez típica da arquitetura tradicional brasileira. Com o aumento da importação de equipamentos, houve uma alteração na aparência das construções nas principais cidades do país, mas mantendo as técnicas construtivas primitivas. Popularizou-se a substituição dos beirais por platibandas, com calhas e condutores, a utilização de vidros coloridos ou transparentes no

lugar das gelosias, as coberturas mais complicadas com quatro águas, calhas e condutores, assoalhos encerados, papel de parede decorado, cortinas, reposteiros, grades de ferro, fachadas iluminadas por lanternas, tintas de novas cores (REIS FILHO, 1997).

A transferência da corte introduziu no Brasil, além dos novos hábitos, novas tecnologias advindas da Revolução Industrial, como novos sistemas construtivos e novos materiais de construção (LEMOS, 1989). O emprego de vidros nas janelas garantiu mais claridade para o interior das casas durante o dia. A iluminação noturna, proporcionada pelos modernos lampiões recém-chegados ao país, influenciou os hábitos domésticos, o que levou a uma mudança no programa de necessidades. A luz possibilitou o desenvolvimento de um novo costume entre os brasileiros, o de ficar a mesa após o jantar, conversando, jogando, costurando ou lendo, e levou a moda dos jantares e reuniões sociais das cidades para o campo.

As construções residenciais no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX se dividiam em, basicamente, casas nobres, sobrados e casa térreas, além dos inúmeros casebres de pau-a-pique. Koutsoukos (1994: 48) descreve as casas denominadas nobres como sendo aquelas que “possuíam cocheira (s), estrebaria (s), pátio com poço próprio, grande número de salas e demais cômodos para a família, quarto (s) para os escravos, entre outras regalias. Outra característica importante das casas nobres era o maior número de janelas na fachada.” Essas casas se tornaram mais comuns no Rio após a vinda da família real. Estrangeiros, ricos comerciantes, aristocratas e altos funcionários ocupavam bons sobrados ou moravam em chácaras nos arredores das cidades. Elas eram a solução preferida pelas famílias ricas por conta da dificuldade de abastecimento resultante da economia baseada na monocultura de exportação. Esse problema era driblado nas casas urbanas com o cultivo de gêneros alimentícios, pomares e criação de animais nos quintais, mas a chácara apresentava uma solução mais satisfatória, pois unia essas vantagens à presença de água. O afastamento dessas propriedades dos centros urbanos era visto como uma medida de conforto e não como um desligamento da cidade. Com o crescimento urbano, suas terras foram divididas em lotes e os bairros onde essas residências se localizavam se tornaram os locais preferidos para residência da elite carioca, como Botafogo e Laranjeiras.

Além das chácaras, outra forma de moradia característica das camadas altas da sociedade carioca era o sobrado. Na pesquisa de Santos (2005), a autora concluiu que havia certa variedade de programas nessas habitações, contrariando a afirmação de historiadores da arquitetura que afirmam serem as casas coloniais todas iguais. Apesar disso, encontra-se em todas a divisão clássica da casa brasileira em social, íntimo e de serviço. O setor social voltado para a rua, permitindo a entrada de visitantes sem que estes

necessitassem circular por outras áreas da casa. O íntimo ficava no meio, composto basicamente por alcovas e o de serviços nos fundos, local onde se realizavam as atividades cotidianas da família tanto de manutenção quanto de convivência.

Nos sobrados houve uma intensificação e sofisticação das atividades sociais perceptível pela multiplicação e especialização das salas: sala de visitas, sala de jantar, sala de costura, entre outras. Esse fenômeno está diretamente relacionado com as mudanças nos costumes sociais após a chegada da Corte Portuguesa. A sala de jantar, atualmente caracterizada como articulação entre o setor social e o íntimo, local utilizado tanto pela família quanto pelas visitas, não poderia ser assim considerada até meados do século XIX. Até então, ela sempre aparecia no setor de serviços, junto à cozinha, despensa e varanda, inacessível aos estranhos. Essa configuração é confirmada por diversos relatos de viajantes que afirmam não ser praxe entre os brasileiros receber estranhos na hora das refeições.

Os hábitos de higiene também se modificaram após 1808, não por causa dos costumes trazidos pela corte, mas pelos novos materiais e pela valorização da vida social que requeria maior cuidado com o corpo (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999). Os mais ricos passaram a construir “casas de banho” nos fundos do quintal, com banheiras providas, até mesmo, de água quente. Somente a área de serviço sofreu poucas alterações, pois ainda era o negro que fazia a casa funcionar. Com a chegada dos materiais hidráulicos, a “casinha”, antes localizada no fundo do quintal sobre uma fossa, se aproxima da casa pela cozinha com a qual divide os encanamentos, rede de água e esgoto, pisos e paredes de ladrilho, por conta do alto custo desses materiais. A união da latrina com a sala de banho nas casas brasileiras do início do século XIX contrariava os costumes franceses e os hábitos tradicionais portugueses.

Nessa época, houve uma valorização do setor íntimo, que se sofisticou assim como o restante da casa. Além disso, com a popularização do vidro, as janelas aumentaram de tamanho, transformando a alcova em quarto. Vários novos compartimentos surgiram para acompanhar o quarto de dormir, são eles: quarto de vestir ou *boudoir*, toucador e quarto de banho, que se tornou mais bem equipado por conta dos produtos oferecidos no mercado após a Revolução Industrial. Veríssimo e Bittar (1999: 90) destacam uma nova função que esses cômodos passam a exercer, “Os quartos se abrem um pouco mais, pois já vamos encontrar, na segunda metade do século, verdadeiras ‘reuniões’ femininas nesse compartimento.” Apesar dessas modificações, a privacidade dos quartos é limitada pela ligação direta entre os cômodos, solução ainda empregada nas grandes residências burguesas na década de 1920¹⁴. O quarto de vestir se torna necessário no final do século

¹⁴ Ver capítulo 4 desta tese, subitem 4.4.

XIX pela infinidade de peças de vestuário utilizadas em um elegante toalete e para o próprio ritual de se vestir, que se torna um ato complexo.

As famílias mais abastadas passaram a usar uma infinidade de utensílios importados para servir e cozinhar: chaleiras, panelas, formas de bolo e pudim, talheres, cerâmicas e faianças. A casa ganhou uma profusão de objetos decorativos: vasos de flores (antes só usados nas igrejas), caixinhas de música, relógios de mesa ou parede, espelhos de cristal, cadeiras de palhinha, tapetes orientais. A partir de então, as diferenças entre as casas das diversas classes sociais deixou de ser quantitativa, se tornando qualitativa (LEMOS, 1989).

Surge, em meados do século XIX, uma modalidade inovadora de projeto arquitetônico residencial, a casa de porão alto, uma transição entre o sobrado e a casa térrea que mantinha a implantação colonial. O piso elevado permitia a proximidade da construção com a rua ao mesmo tempo em que proporcionava mais privacidade ao interior das residências. São características dessa tipologia, a presença de óculos e seteiras com gradis embaixo das janelas da sala para ventilação e iluminação do porão, a decoração com ânforas, estátuas e fruteiras sobre a platibanda, balaustradas e pilastras, janelas com balcões, peitoris de ferro, bandeiras de vidro. O acesso ao interior era feito através de uma pequena escada a frente da porta de entrada. Reis Filho (1997:40) faz uma descrição das entradas dessas casas:

(a porta) com puxadores de cobre e com duas folhas ornadas de grandes almofadas, abria-se sobre um pequeno patamar de mármore, quase sempre com desenhos de xadrez em preto e branco. Após a escada, a proteger a intimidade do interior da vista dos passantes, ficava uma porta em meia altura, geralmente de vidro ou de madeira recortada. Antes dessa, porém, no patamar superior, situavam-se as portas dos salões; aqueles salões cujas janelas, como nos sobrados, abriam sobre a rua, e nos quais se alinhava um mobiliário de gênero formal, junto às paredes decoradas com papel colado, com dunquerque, espelhos, jarras de louça e, em certos casos, o piano.

A casa de porão alto significou uma renovação dos velhos modelos construtivos e foi amplamente utilizada, inclusive nos sobrados que adotaram as inovações do andar térreo que foi ocupado por fins socialmente valorizados.

Na segunda metade do século XIX aparecem construções com uma nova implantação, uma influência do ecletismo e dos imigrantes (REIS FILHO, 1997). A localização da casa no lote passou a ter um distanciamento dos limites, geralmente, liberavam-se apenas os limites laterais, mantendo o frontal. O mais comum era o recuo apenas em um dos lados e quando existia recuo também na outra lateral, esse era mínimo. Com os afastamentos passam a existir novas possibilidades de arejamento e iluminação. As

residências maiores recebiam um jardim lateral, o que era uma novidade. Nesse período, surge uma mudança na relação entre a sala e o exterior através da introdução de amplas janelas que se abrem para o alpendre ou para o jardim. Essa modificação criou novas possibilidades de arejamento e iluminação e as alcovas foram suprimidas em todos os tipos de residências. Nesse novo esquema, porão alto e jardim lateral, a entrada foi transferida para a fachada de um dos lados. O porão se tornou o alojamento dos criados e o setor de serviços.

Nessa configuração, a varanda associava-se ao jardim de inspiração inglesa e oriental através de um espaço alpendrado que se abria para o público, descortinando discretamente a família patriarcal. O longo alpendre lateral da casa revelava espaços antes escondidos de olhares exteriores, nas palavras de Veríssimo e Bittar (1999: 23) “Nele, a família do segundo reinado e da turbulenta fase inicial da República dá os seus saraus, vê namorar as suas filhas, permite que se saia do gabinete onde se lê e fuma para ouvir piano.” Para Freyre (1951: 347) a varanda é uma vitória da mulher sobre o ciúme do homem e das imposições do sistema patriarcal, “Ciúme que se exprimira em termos tão fortes na arquitetura quase de convento da casa-grande. Com a varanda e o caramanchão veio o namoro da mulher senhorial não apenas com o primo, mas com o estranho”.

Nas residências de proprietários mais abastados, as salas de recepção recebiam pinturas decorativas no forro, paredes, portas e janelas, tapeçaria e mobiliário mais complexos (REIS FILHO, 1997). As salas eram extremamente decoradas e se apresentavam em grande quantidade, sendo diferenciadas pelas cores ou estilo em que eram decoradas e nem sempre apresentavam uma função definida. As residências modestas, que não possuíam lotes amplos que permitissem grandes afastamentos laterais, resolviam seus problemas de iluminação e ventilação através de pequenas entradas descobertas em um dos lados. Internamente se utilizava de poços de iluminação. Apesar das mudanças em termos de aparência, as residências mantiveram a distribuição interna dos cômodos praticamente a mesma do período colonial: sala na frente, quartos na parte central, cozinha e banheiro nos fundos.



CAPÍTULO 4

.....
A casa da elite carioca no fim do século XIX e início do século XX

4.1- Reflexões sobre o Ecletismo

O Ecletismo nasceu do embate entre duas correntes arquitetônicas, o Neoclassicismo e o Neogótico, na Europa no início do século XIX. Segundo Frampton (2000), a arquitetura neoclássica surgiu de duas evoluções diferentes, mas relacionadas entre si. O súbito aumento da capacidade humana de exercer controle sobre a natureza, responsável pelo desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitaram a implantação de infraestruturas mais complexas, como as obras rodoviárias, hidrovias e, posteriormente, ferroviárias. Contribuindo também para a abertura de novas instituições técnicas, como a *École des Ponts et Chaussées*, fundada em 1747. O segundo fator a contribuir com o movimento neoclássico sobreveio com a mudança fundamental na natureza da consciência humana permitindo o surgimento das disciplinas do Iluminismo e de obras pioneiras de sociologia, estética, história e arqueologia, de autores como Montesquieu, Baumgarten, Voltaire e Winckelmann.

Os excessos da linguagem arquitetônica do rococó, característica do *Ancien Régime*, juntamente com a secularização do pensamento iluminista impulsionaram os arquitetos do século XVIII a buscarem um estilo mais autêntico através de uma reavaliação da Antiguidade Clássica. A pesquisa arqueológica desenvolvida a partir de então, gerou um questionamento sobre em qual cultura deveria se procurar o estilo autêntico (FRAMPTON, 2000). O arquiteto italiano Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) defendia a originalidade dos etruscos e considerava Roma como o apogeu da arte antiga. Formado arquiteto em Veneza, se estabeleceu na cidade de Roma, em 1744, onde produziu uma série de desenhos das antigas edificações romanas publicados em seu livro *Della Magnificenza ed Architettura dei Romani* (Da magnificência e da arquitetura dos romanos), em 1761. Piranesi construiu apenas um edifício em toda a sua vida, a Igreja de Santa Maria del Priorato em Roma, em 1764, segundo Fernandes (1999) uma obra simples se comparada a suas visões da grandeza da arquitetura romana. Johann J. Winckelmann (1717-1768) conferia à Grécia o posto de referência cultural do movimento neoclássico, ele acreditava que os gregos haviam alcançado a perfeição na arte e na arquitetura. A sua obra mais importante foi a *História das Artes da Antiguidade*, publicada em 1764. Peixoto (2000: 48) define o neoclassicismo como uma linguagem com "vínculos estilísticos exclusivos com o classicismo, entendido esse como cabedal do vocabulário arquitetônico da Grécia Antiga, do século VI a.C ao século II a.C; da Roma Republicana (pouco conhecida) e Imperial, do século I a.C. ao século IV d.C. e do Renascimento (compreendendo aí o Maneirismo)".

O movimento neogótico, assim como o neoclássico, se originou da busca por uma linguagem arquitetônica mais autêntica. As experiências em restaurações de edifícios

medievais iniciadas no princípio do século XIX influenciaram na escolha do gótico como estilo para novas construções. Na Inglaterra, várias edificações do período medieval passaram por restaurações e ampliações no mesmo estilo nesse período, como o Castelo de Windsor, reformado em 1826. Benevolo (2004), afirma que a década de 1830 se constitui como o momento de êxito do neogótico. Esse movimento teve como um dos seus principais defensores o filósofo John Ruskin (1819-1900), que acreditava ser o gótico o único estilo adequado aos países do norte da Europa. Autor do livro *Seven Lamps of Architecture* (Sete Lâmpadas da Arquitetura), de 1849, afirmava que "a pergunta certa a fazer, com respeito ao ornato, é simplesmente a seguinte: foi feito com prazer?" (RUSKIN *apud* FRAMPTON, 2000: 42). Para ele, fazer com verdade significava empregar um sistema de produção manual e realizar a tarefa com alegria, esses seriam os dois grandes segredos da Idade Média (PEVSNER, 2002). O arquiteto inglês Augustus Welby Pugin (1812-1852) foi outro importante partidário do movimento, pregava o retorno aos valores espirituais e formais da Idade Média e defendia o catolicismo e as formas góticas, a honestidade e a sinceridade na criação e na fabricação. Segundo Frampton (2000: 41), "Devemos-lhe, em grande parte, a homogeneidade do Neogótico, que afetou profundamente a arquitetura inglesa do século XIX".

Ambos os movimentos procuraram por suas fontes no historicismo, mas os adeptos ingleses da linguagem medieval enfatizavam que, ao menos o gótico era um estilo nacional e não criado por outros povos. A Academia francesa refutava a afirmação de que o classicismo seria uma imitação, afirmando que a linguagem clássica estava dotada de uma existência atual de caráter universal, sem vinculação a uma única cultura. A polêmica entre o neoclássico e o neogótico não teve vencedor, mas possibilitou o desenvolvimento do revivalismo histórico e das primeiras obras sobre a história da arquitetura. O maior conhecimento sobre as linguagens arquitetônicas de diferentes países e períodos deu origem à postura eclética na arquitetura (BENEVOLO, 2004). A partir de então, houve uma ampliação do vocabulário arquitetônico, não se restringindo apenas às referências clássicas e góticas. Esse *revival* se originou da busca por um "estilo nacional" empreendida pelos arquitetos nos países europeus, na Itália, ela se expressou através do neorromântico ou do neorrenascentista, na Inglaterra e na França, do neogótico e na Alemanha, do *Rundbogenstil* (PATETTA, 1987).

Para Lemos (1987), o ecletismo deve ser entendido como a somatória de toda a produção arquitetônica criada a partir do final do primeiro quartel do século XIX, juntando-se ao neoclássico. A princípio, surgiram as obras neogóticas em oposição às neoclássicas e a partir dessa coexistência, explica Lemos (1987: 70), "veio à tona no panorama arquitetônico a expressão filosófica ecletismo, que designava primordialmente a tolerância a duas ideias

ou dois comportamentos concomitantes". Após o neogótico apareceram outros *neos* formando uma corrente historicista pautada na liberdade de criação, permitindo a combinação de formas e a mistura de ornamentações de diferentes estilos. Salgueiro (1987) considera eclética a liberdade de escolha de linguagens dentro dos repertórios clássico, gótico, renascença, "luíses" e outros. O ecletismo não pode ser considerado um pastiche, ele se constitui uma opção consciente pela diversidade de estilos em conformidade com a função dos edifícios, sejam eles de caráter institucional ou particular.

O ecletismo chegou efetivamente ao Brasil com o aumento das importações provocado pelo crescimento da exportação do café nacional na segunda metade do século XIX (HOMEM, 1996). Segundo del Brenna (1987), a primeira ocorrência da arquitetura eclética no Rio de Janeiro, e provavelmente no Brasil, se deu com a reforma da residência de D. João VI realizada pelo pedreiro inglês John Johnston, que chegou ao Brasil como encarregado pela montagem do portão neoclássico destinado à residência real em São Cristóvão, presente do duque de Northumberland, em 1813. As intervenções de Johnston no palácio da Quinta da Boa Vista são difíceis de precisar, pois relatos da época apresentam informações conflitantes, mas é certo que a edificação recebeu elementos em conformidade com a linguagem gótica, alterada posteriormente, em 1840, com a adoção dos padrões do neoclassicismo.

O embate do neogótico inglês com o neoclássico defendido pela *École des Beaux Arts* chegou às terras brasileiras, aportando diretamente no palácio real. Peixoto (2000) afirma que a arquitetura neoclássica foi apropriada por D. João VI e, posteriormente, por D. Pedro I como um meio de aproximar o país da civilização europeia, iniciando assim, o programa civilizador brasileiro. As primeiras manifestações arquitetônicas classicizantes no Brasil remetem a segunda metade do século XVIII. Dessa forma, a Missão Francesa não foi o marco inicial do neoclassicismo no Brasil, mas apenas uma das correntes migratórias de artistas que se transferiram para o país de forma temporário ou definitiva (PEIXOTO, 2000). Apesar da adoção do neoclássico como forma de expressão estética pelo Império, construções de caráter eclético também estiveram presentes ao longo do século XIX até sua afirmação no último quartel do século.

O ecletismo no Brasil recebeu diversas influências, entre elas, o romantismo inglês e tendências portuguesas tradicionais originárias do século XVIII, como o enriquecimento cromático pela utilização de azulejos, telhas esmaltadas e outros elementos decorativos de inspiração oriental (DEL BRENNNA, 1987). Além dessas, também contribuíram para a formação da linguagem eclética nacional o interesse pelos novos produtos desenvolvidos a partir da Revolução Industrial na Europa. Para Lemos (1979), no Brasil, o ecletismo assumiu dois aspectos diferentes quanto aos meios de execução. Nas

grandes cidades, as camadas privilegiadas encomendavam seus projetos a arquitetos estrangeiros que trouxeram de seus países de origem as novidades de diversas linguagens estilísticas. As novas soluções arquitetônicas foram utilizadas, principalmente, nos recém-abertos bairros residenciais, como a Avenida Paulista e a zona sul carioca, consequência do desenvolvimento urbano e do crescimento demográfico das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX. A segunda categoria diz respeito à produção arquitetônica popular, praticada pelas camadas menos favorecidas da sociedade que não possuíam recursos suficientes para contratar arquitetos estrangeiros de renome. Lemos (1979), acredita que essa arquitetura popular urbana do final do século XIX e início do XX não pode ser chamada de eclética. Devendo-se restringir esta denominação às obras planejadas por profissionais experientes.

A adoção da linguagem eclética nas grandes cidades brasileiras, principalmente nas últimas décadas do século XIX, ocorreu segundo contextos específicos. O ecletismo empregado na construção da nova capital do estado de Minas Gerais significou o rompimento com a tradição colonial e o desejo de introduzir no estado os conceitos de modernidade da época. O projeto para Belo Horizonte, idealizado por Aarão Reis, em 1894, propunha espaços hierarquizados, ordenação de obras arquitetônicas, adequação dos aspectos funcionais dos monumentos públicos que deveriam estar dispostos a partir de um centro político monumental, relação de proporção entre vias e quarteirões, esplanadas e parques de lazer (SALGUEIRO, 1987). Elegeu-se a linguagem eclética para a construção dos edifícios oficiais e, num primeiro momento, para as residências das figuras mais importantes do governo e de particulares pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade mineira. A arquitetura eclética se tornou o símbolo do progresso do estado de Minas Gerais, representado pela construção da nova capital dentro dos princípios de modernização característicos do final do século XIX.

O ecletismo chegou a São Paulo na segunda metade do século XIX, junto com a estrada de ferro, inaugurada em 1867, responsável por levar ao planalto paulista novas ideias, equipamentos, materiais de construção e, principalmente, mão de obra, tudo importado da Europa. O crescimento da exportação de café e do consequente enriquecimento das camadas sociais vinculadas à produção cafeeira também contribuiu para a adoção dessa linguagem arquitetônica entre as famílias mais abastadas. Os grandes fazendeiros e os grandes comerciantes passaram a ter mais contato com a Europa, através de viagens e da importação de costumes, especialmente os franceses. Essa aproximação com o modelo europeu de comportamento e modo de vida despertou na alta burguesia o desejo de viver em São Paulo como na Europa, provocando crescimento na importação de produtos industrializados, matérias de construção e profissionais. Imigrantes de diferentes

origens e qualificações diversas chegaram a São Paulo atraídos pelas oportunidades de trabalho oferecidas pela alta burguesia. Dessa forma, tanto a capital quanto as cidades no interior do estado foram invadidas por engenheiros, arquitetos, pedreiros, mestres de obra, marceneiros, pintores, escultores, e diversos outros profissionais estrangeiros. A mão de obra qualificada vinda da Europa, especialmente da Itália, e o grande fluxo de dinheiro promoveram o surgimento na capital paulista de grandes empreendimentos imobiliários, lojas de artigos de luxo, os primeiros restaurantes, confeitarias e hotéis. A taipa, sistema construtivo característico da região, foi sendo substituída aos poucos pelo tijolo e a cidade de São Paulo ganhou uma nova aparência dentro da linguagem eclética¹.

No Rio de Janeiro, a introdução do ecletismo ocorreu através da institucionalização do conhecimento na principal escola de arquitetura do país. Após a Proclamação da República, a Academia Imperial de Belas Artes se tornou a Escola Nacional de Belas Artes e passou por uma reforma no ensino. Essa renovação tinha como objetivo fazer com que os alunos entrassem em contato com várias doutrinas artísticas e não apenas com a clássica, introduzindo a linguagem estética do ecletismo na Escola. O estudo das diversas produções arquitetônicas do passado já havia se estabelecido na *École des Beaux Arts* desde a reforma de 1863, quando foram abertos ateliês de várias escolas de pensamento arquitetônico. Assim, o ensino de arquitetura na instituição que servia de modelo para a Escola Nacional de Belas Artes deixou de se limitar aos conceitos clássicos e reconheceu a importância de diferentes linguagens históricas.

Dessa forma, a verdade na arquitetura não se encontrava mais em apenas uma linguagem, em um único modelo de beleza. O arquiteto deveria estudar as produções arquitetônicas de outros tempos, selecionar os melhores elementos e produzir uma síntese. Assim, segundo Ricci (2004: 81), “seria constituída uma arquitetura que fosse bela e útil, satisfazendo as necessidades do presente e projetando uma imagem da sociedade para o futuro.” Nessa proposta de constituição de um novo estilo arquitetônico o que estava em jogo era a subjetividade do arquiteto, ele deveria possuir a capacidade de escolher dentre as formas do passado a que melhor respondesse aos problemas contemporâneos, propondo uma solução atual para as questões da sociedade sem obedecer a regras e normas estabelecidas.

A história da arquitetura, especialmente a europeia, possuía grande importância como modelo para a nova linguagem arquitetônica, pois através dela o profissional encontrava soluções para os dilemas contemporâneos. A postura do arquiteto frente às técnicas e formas do passado não era passiva, pois a história fornecia apenas modelos que deveriam ser transformados para gerar novas obras. O ecletismo não se caracterizava

¹ Mais informações sobre o ecletismo em São Paulo, ver: LEMOS, 1979 e LEMOS, 1987.

simplesmente por uma combinação de estilos do passado, ele também se distinguiu pela utilização de novos materiais e técnicas construtivas.

O currículo da Escola Nacional de Belas Artes, elaborado durante a reforma de 1890, visava introduzir um caráter mais pragmático e tecnológico no estudo da arquitetura. Para isso, foram incluídas disciplinas como cálculo, mecânica, materiais de construção, resistência dos materiais, topografia e higiene das habitações. A história fornecia, além dos elementos estéticos, suporte teórico e metodológico. A arquitetura eclética não pretendia romper com a história da arquitetura, mas, ao contrário, dar continuidade à evolução da mesma, aprimorando princípios compositivos e construtivos a fim de torná-los representativos da sociedade de então (RICCI, 2004).

A produção eclética brasileira tinha necessidade de criar uma base cultural que a vinculasse às produções arquitetônicas realizadas na Europa. No Brasil, foi preciso apagar sua história colonial forjando novas origens, ao contrário do que ocorria no continente europeu, onde a criação de um estilo nacional se baseou em estudos de movimentos históricos. A vinculação à história da arquitetura europeia garantia ao país sua inserção na origem civilizada, cosmopolita e moderna da tradição artística ocidental, relacionando o presente ao progresso e a um futuro de desenvolvimento. O ecletismo arquitetônico era considerado símbolo do progresso da nova sociedade cosmopolita, moderna e civilizada.

Os modelos arquitetônicos nesse período são universais, não se restringindo à arquitetura francesa da *Beaux Arts*. Os arquitetos realizavam pesquisas para encontrarem o melhor estilo, a melhor composição formal e a melhor técnica a fim de solucionarem problemas atuais. Havia então uma “internacionalização” da produção arquitetônica, ou seja, toda edificação gerava estudos e críticas, podendo servir de exemplo para outras construções. A circulação de ideias fazia parte do universo eclético e a busca por soluções levava a consolidação ou questionamento das escolhas estilísticas, espaciais e construtivas. Ricci (2004: 112) compreende o Ecletismo “como difusão de ideias, como busca de soluções através do estudo da espacialidade das edificações, como pesquisa plástica e técnico-construtiva, na qual a circulação de ideias e de projetos é um ponto muito importante e que não pode ser esquecido”.

Ainda que haja diferenças entre os contextos em que o ecletismo triunfa como linguagem arquitetônica nas grandes cidades brasileiras, alguns aspectos são semelhantes. Em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro a arquitetura é institucionalizada. Na capital federal através do ensino, pois o ecletismo fazia parte da formação dos profissionais de arquitetura que passavam pela principal escola do país, a Escola Nacional de Belas Artes, proporcionando a disseminação dessa linguagem em outras regiões. A construção da capital mineira está diretamente relacionada à posterior reforma empreendida na capital

federal por Pereira Passos. A idealização de modernização e civilização da sociedade através da arquitetura e do urbanismo segundo o modelo europeu se encontra nas duas propostas. Em contraposição, a produção arquitetônica eclética em São Paulo está diretamente relacionada com a imigração europeia de profissionais da construção civil, de arquitetos e engenheiros a pedreiros e marceneiros, e com sua aplicação na construção de residências da alta burguesia paulista. Ainda que no caso paulista o ecletismo não tenha sido adotado primeiramente pelo estado, mas pelos particulares, assim como nas demais capitais, a arquitetura foi utilizada como meio de expressar riqueza, poder, dignidade, bom gosto e, principalmente, modernização e comprometimento com os modelos de comportamento e cultura europeus. A aparência da construção revelava a importância de seu proprietário e sua condição financeira, além de representar o bom gosto, a dignidade e a adoção de um modo de vida considerado moderno.

As construções ecléticas foram amplamente criticadas por escritores, pensadores e arquitetos brasileiros, especialmente a partir da década de 1920. Mário de Andrade, Monteiro Lobato, entre outros, escreveram artigos se posicionando contra o que eles consideravam como a "cidade europeia" no Brasil. Defendiam a arquitetura barroca mineira como a verdadeira representante do caráter nacional. Frente a ela, as construções de inspiração europeia se tornavam inadequadas para o cenário tropical. Mario de Andrade *apud* Fabris (1987: 281), ao descrever negativamente a igreja de São José em Belo Horizonte, demonstra todo seu repúdio a essa arquitetura:

Estamos em pleno Carnaval. É apavorante, desconcertante, acabrunhadora, inconcebível na disparidade das cores e dos estilos: é a realização arquitetônica espantosa daquela Chica da Silva, do Tijuco. Acabrunha, senhores. Entrai-lhe o pórtico manuelino, vereis a obra prima do mau gosto. Nas suas paredes encontrareis todos os mil e um arabescos que os mouros imaginaram, vereis todas as passagens da escritura, todas as vidas de canonizados, as onze mil virgens e, que sei lá? É suntuosíssima, grande: falta-lhe a majestade, falta-lhe a unção, tem o ar mofento do museu, é uma orquestra que se afina antes do concerto. Qualquer outra capela de Minas é mais piedosa e mais bela.

Com a ascensão do Movimento Moderno, por volta da terceira década do século XX, houve uma progressiva eliminação da abordagem da produção arquitetônica do século XIX nas escolas de arquitetura. Em seu livro sobre a arquitetura brasileira escrito na década de 1970, Lemos (1979) afirma que a arquitetura nacional demonstra a existência de uma cultura verdadeiramente brasileira apenas em três momentos de sua história: na arquitetura paulista do ciclo bandeirista, no barroco mineiro e na arquitetura moderna. Essa declaração comprova a extensão do preconceito contra a arquitetura produzida durante o século XIX. A partir da década de 1960, o neoclassicismo e o ecletismo passaram por um processo de

recuperação. Peixoto (2000: 56), afirma que "a arquitetura eclética brasileira adquiriu *status* de reconhecimento como validamente histórica, através do movimento pela sua preservação iniciado no Brasil com a criação dos organismos estaduais de Patrimônio Cultural, a partir do antigo estado da Guanabara, justamente no início dos anos 60". Segundo Carvalho (2000), o marco para a retomada dos estudos sobre a produção arquitetônica oitocentista em âmbito internacional foi a exposição sobre a *École des Beaux Arts* realizada pelo MoMA de Nova Iorque, em 1975. No Brasil, a renovação do interesse sobre o assunto nos meios acadêmicos ocorreu a partir dos trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de História da Arte, de 1984, dedicado ao neoclassicismo e ao ecletismo. Este encontro deu origem ao livro *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*, organizado por Annateresa Fabris e publicado em 1987. Patetta (1987) afirma que o neoclássico e o ecletismo constituem atualmente o centro de interesses de pesquisas universitárias, como se pode comprovar através da recente produção de dissertações e teses sobre o assunto nos programas de pós-graduação em todo o país.

4.2- A casa burguesa no Rio de Janeiro

De meados do século XIX até meados do século XX, o Brasil foi o principal produtor de café do mundo e as exportações atingiram seu auge no final do século XIX. A elite agrária enriquecida passou a adotar costumes tipicamente franceses incluindo, não somente expressões verbais, etiqueta social e moda, mas também a decoração e o luxo característico da França do século XIX. O aumento das importações nesse período demonstra o alto consumo dos produtos considerados de luxo que iam desde utensílios domésticos, como fogão, batedeira de ovos e manteiga, máquina de costura, de sorvete, moedor de carne, etc., passando pelos objetos de decoração, como cristais, porcelanas, móveis, tapetes, espelhos, até alimentos como *foie gras*, lagosta, ostras enlatadas, queijos de todos os tipos e nacionalidades, vinhos, entre outros. As camadas mais privilegiadas da sociedade almejavam ser civilizadas, ou seja, adquirir a *civilité* francesa (HOMEM, 1996). Além de produtos, a riqueza do café também trouxe arquitetos, pedreiros e materiais de construção do exterior.

Entretanto, essa busca por uma europeização dos costumes que se refletia na arquitetura, especialmente em seus interiores e na linguagem estética adotada, esbarrava em uma contradição. O Brasil era o último país do mundo ocidental a utilizar mão de obra escrava, responsável por toda a riqueza nacional e financiadora dos excessos da classe dominante na tentativa de civilizar-se. A escravidão foi sendo extinta no país aos poucos. A

princípio, o tráfico de escravos se tornou proibido em 1850, depois foram baixadas as leis do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888). Com a proibição do tráfico, os recursos antes investidos nessa atividade passaram a ser aplicados em outros setores. Assim, cresceram os investimentos em transporte ferroviário, infraestrutura, telégrafo, linhas de navegação, iluminação a gás e dos estabelecimentos de instrução (CARONE, 1972).

Após sofrer muitas pressões internacionais, o Brasil finalmente decretou o fim da escravidão, em maio de 1888. A extinção do trabalho escravo pouco alterou os programas residenciais e a vida doméstica nas cidades, pois desde a proibição do tráfico de africanos, as residências tiveram que se adaptar a falta do trabalho escravo doméstico empregando mão de obra livre. O trabalho assalariado não sucedeu imediatamente o trabalho escravo, entre eles houve o trabalho livre, regido por um regime de servidão (SODRÉ, 1967). Com o auxílio de trabalhadores domésticos livres, as casas foram se organizando de forma diferente em relação à disposição dos cômodos e à circulação interna. Mesmo antes da Abolição, graças ao grande número de desempregados nas maiores cidades brasileiras, era possível conseguir pessoal disposto a trabalhar em serviços de casa. Assim, as famílias mais abastadas mantiveram do período da escravidão o costume de possuir muitos criados domésticos, como comprova o depoimento de Luiz Edmundo (1938) em suas memórias quando afirma que Rui Barbosa possuía vinte e dois funcionários em sua casa em Botafogo.

Um ano após a Abolição, em 1889, ocorreu a Proclamação da República modificando a organização administrativa do país que passou de um governo imperial para uma república democrática. Esse processo levou ao poder uma nova classe social mais urbana que não queria ser identificada com a antiga aristocracia do país, enquanto aqueles que conseguiram se manter no poder mesmo após a troca de regime, desejavam se desvincular de seu passado rural, criando, assim, uma necessidade de modificação da imagem tanto da capital republicana, quanto da própria elite brasileira.

O aumento das importações de produtos industrializados ampliou o contato com a Europa, tanto do ponto de vista industrial quanto comercial, provocando alterações no modo de vida urbano brasileiro influenciadas diretamente pela cultura europeia. O primeiro segmento social a se adaptar a elas pertence às camadas privilegiadas da sociedade, depois as camadas média e baixa foram se adequando numa clara imitação do modelo europeu já empregado pela elite. Dessa forma, mesmo após a independência manteve-se uma relação de “colonizados” e “colonizadores”, agora dentro de um processo civilizador que tem a casa e seus usos como forma de manifestação dessa nova cultura (HOMEM, 1996). A urbanização e a adoção de práticas sociais típicas da burguesia europeia modificaram os hábitos cotidianos dos brasileiros.

O Rio de Janeiro nesse período deixou de representar a sede do Império para se tornar a capital da República e, para tanto, passou por uma grande reforma urbana com o intuito de se adequar à sua nova posição como capital de um país republicano e capitalista. A intervenção, iniciada em 1902, foi empreendida em duas frentes: a municipal, pelo prefeito Pereira Passos e a federal pelo Presidente da República Rodrigues Alves. O centro foi a área privilegiada pelos planos de melhoramentos, era preciso transformar a cidade colonial em uma metrópole cosmopolita e para isso, foram abertas grandes avenidas e adotada a arquitetura eclética como oficial, bem aos moldes da reforma de Paris realizada pelo Barão de Haussmann meio século antes.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro e sua arquitetura eram vistas como um passado que se queria esquecer. A arquitetura produzida no período anterior à República e a própria cidade foram taxadas de desleixadas, atrasadas e, principalmente, pouco higiênicas. Não apenas a arquitetura colonial foi criticada, mas também a neoclássica por sua associação ao período do Império. A permanência da arquitetura colonial na cidade era, segundo discurso da imprensa, consequência do descaso do antigo regime pela cidade e sua produção arquitetônica. A capital deveria se tornar uma cidade moderna e civilizada, exibindo, além das belezas naturais, belezas construídas pelo homem, símbolos do progresso e da civilização de uma nação. Em crônica publicada na revista Kosmos, em 1904, Olavo Bilac *apud* Ricci (2004: 135), defensor da remodelação do Rio de Janeiro, apresenta a imagem que os jornais veiculavam a respeito da reforma, a "cidade feia e suja está com os dias contados", estando em processo "uma lenta e maravilhosa metamorfose, de lagarta em borboleta".

A reestruturação da cidade tinha como objetivo transformá-la em conformidade com as capitais europeias e torná-la compatível com sua função de capital federal. Através da reforma acreditava-se ser possível modificar hábitos, usos e costumes da população vistos como atrasados e pouco civilizados. Nesse contexto, a arquitetura e o urbanismo apareciam como disciplinas competentes na reordenação do espaço urbano tanto física quanto simbolicamente, baseados no discurso que pregava a necessidade de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas. O ecletismo foi então, elevado a forma representativa dos ideais republicanos e símbolo da modernidade e da civilização, sendo responsável pela criação da imagem simbólica da nação. Assim, a cidade e sua arquitetura se tornaram os principais instrumentos para, através da remodelação e da reorganização dos espaços, educar os cidadãos no gosto pela arte e no amor pelo país. Como destacado em crônica, sem autoria, na revista Renascença, em 1904:

hão de transformar a colonial cidade do Rio de Janeiro, numa bela, arejada e arquitetônica metrópole moderna (pois) ao passo que manifestávamos evidente progresso intelectual, ao passo que as nossas instituições científicas ou técnicas demonstravam um, certamente, elevado grau de cultura, a nossa cidade mantinha seu desagradável aspecto colonial (ANÔNIMO *apud* RICCI, 2004: 137).

A crença no caráter civilizador das reformas urbanas e da arquitetura eclética era amplamente difundida pelas revistas e jornais da época, responsáveis, segundo Ricci (2004: 04), pela “construção de uma cultura arquitetônica no Brasil”. As várias publicações da época dedicadas à arquitetura habitacional foram responsáveis pela divulgação dos gostos, hábitos, necessidades e rituais que se tornaram comuns e imprescindíveis no interior dos domicílios. Essas publicações orientavam arquitetos e clientes, sugerindo comportamentos, padrões sociais e estéticos relacionados à habitação, além de apresentarem opções de plantas e sugestões de estilos com a intenção de auxiliar profissionais e leigos quanto à escolha da linguagem mais adequada ao projeto. Carvalho (2000) cita alguns periódicos específicos sobre arquitetura muito utilizados no Brasil, como as revistas francesas *Architecture privée au XIXème siècle* (1864), de Cesar Daly, *Habitations modernes* (1875 a 1991), de Eugène Villet-le-Duc, *Moniteur des architectes* (1847 a 1900) e as americanas de Andrew Jackson Downing (1873 a 1991), de Samuel Sloan (editado em 1852 e reeditado em 1981), de Calvert Vaux (1894 a 1991) e a de A. J. Bicknell (1878 a 1979).

A arquitetura eclética se tornou uma prática artística considerada capaz de modificar os hábitos e os costumes tradicionais da população e representar um novo momento do país. As palavras-chave desse período histórico são: civilização, progresso e modernidade. O novo ideal arquitetônico participava da construção da imagem da sociedade que estava se formando entre o final do século XIX e início do século XX, se transformando em máxima expressão de uma nação civilizada e assegurando ao Brasil um lugar entre os países civilizados e modernos. Needell (1993: 186) explica a importância do gosto para a burguesia, depois da Revolução Francesa, da seguinte forma, “só era possível sugerir o *status* social de alguém através do gosto. O indivíduo se distinguia no anônimo cenário urbano através da escolha ‘correta’, associada a um determinado modo de vida sutilmente diferente do de outro meramente rico”, ou seja, a demonstração de “bom gosto” em diversas áreas, como moda, arte, gastronomia, literatura e arquitetura, diferenciava o indivíduo mesmo entre seus pares.

A escolha do ecletismo como linguagem arquitetônica oficial da república burguesa brasileira não foi aleatória, como se pode concluir pelas palavras de Patetta (1987: 13) ao afirmar que o ecletismo “era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas

condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto.” A burguesia exigia progresso nas instalações técnicas, nos sistemas sanitários residenciais e em sua distribuição interna.

O palacete eclético é uma manifestação do processo civilizador e se definiu na República com a instituição da higiene pública e da separação dos papéis sociais masculino e feminino (HOMEM, 1996). A adoção dessa tipologia arquitetônica se adequava a ideologia da época de tentar “civilizar” os hábitos da população e servir de representação a uma nova fase na história do país. Essa tentativa de implantação de um novo padrão de civilização no Brasil se intensificou com a reforma de Pereira Passos, transformando o Rio de Janeiro em palco de mudanças não apenas físicas, mas também de hábitos e costumes. Needell (1993: 172) descreve as casas ecléticas da *belle époque* carioca da seguinte maneira:

As casas em estilo eclético costumavam ser espaçosas, em alguns casos grandiosas. Eram chamadas de palácios ou palacetes, com os dois pavimentos isolados da rua por jardins em estilo inglês ou francês, uma cerca de ferro fundido contornando o terreno e pontilhada por pilares de alvenaria ou de pedras cortadas à maneira clássica, a entrada emoldurada por dois imensos monólitos inevitavelmente coroados por cestas de frutas. As paredes eram brancas ou cinza-escuro.

Os palacetes do final do século XIX se distinguiam do velho sobrado colonial e da chácara urbana. Eles se caracterizavam pelo jardim e pelo uso de várias referências arquitetônicas, refletiam o apuro do emprego de técnicas construtivas e associavam a linguagem arquitetônica ao desejo da elite de estar em sintonia com a cultura europeia. Entretanto, ao contrário da burguesia da Europa que buscava no passado uma legitimação através da identificação com a cultura aristocrática tradicional, em oposição às mudanças trazidas pela industrialização, segundo Schapochnik (2010: 496), no Brasil "a citação do passado funcionou como um duplo elogio da modernização e da sofisticação".

O desenvolvimento urbano e do modo de vida burguês influenciaram na disposição dos espaços internos das moradias, deixando-as mais aconchegantes. Reis Filho (1997) afirma que as primeiras residências urbanas com nova implantação afastada dos limites do terreno surgiram após o fim do tráfico de escravos e o início da imigração europeia, do desenvolvimento do trabalho remunerado e do transporte ferroviário. Essa tendência se tornou absoluta após a Abolição e a Proclamação da República, mas as mudanças aconteceram paulatinamente, à medida que se tornava visível as vantagens do distanciamento das laterais do lote. Aos poucos, além dos afastamentos laterais foi surgindo o recuo frontal. Com a maior aproximação com a cultura europeia, a varanda associou-se ao jardim de inspiração inglesa, francesa e oriental através de um espaço alpendrado que se abria para o público, descortinando, discretamente, a família brasileira. Veríssimo e Bittar

(1999: 34) afirmam que nesses espaços, a família do final do século XIX, "vê namorar as suas filhas, permite que se saia do gabinete onde se lê e fuma para ouvir um piano". Balcões, *loggias*, terraços cobertos ou descobertos e varandas aparecem em quase todos os projetos arquitetônicos pesquisados e geralmente fazem parte da sala de jantar ou da sala de visitas. Quando existentes no pavimento superior podem estar vinculados aos quartos de dormir ou de vestir. A varanda no período colonial possuía função de amenizador do clima tropical ao evitar a incidência do sol diretamente nas paredes da casa, mas nos palacetes ecléticos esse ambiente, um misto de interior e exterior, proporcionava uma ampliação dos cômodos e uma maior ligação entre a moradia e o jardim, que havia se tornado um elemento obrigatório nas habitações das famílias mais abastadas.

As residências com afastamento lateral se tornaram a forma mais comum de moradia na segunda metade do século XIX e mesmo princípio do século XX. As casas com afastamentos laterais e frontal, implantadas em centro de terreno e em meio a jardins se limitavam às classes privilegiadas. Os jardins seguiam, geralmente, o modelo formal francês, com a presença de elementos como quiosques, grutas ou lagos com pontes, de inspiração nas culturais chinesa e japonesa. Ao deslocar a entrada para a fachada lateral, os elementos de circulação vertical e horizontal, escada e corredor, passaram a ser externos fazendo com que as residências se voltassem para o jardim, valorizando-o (REIS FILHO, 1997).

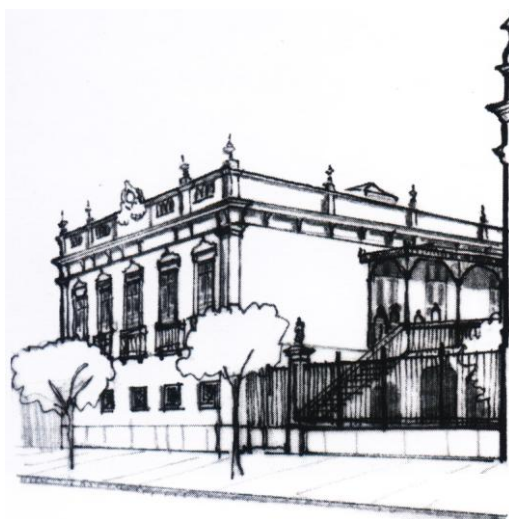


FIGURA 12 - Casa com afastamento lateral, mas que mantém a fachada no limite frontal do terreno. Varanda lateral voltada para o jardim.
Fonte: VERÍSSIMO & BITTAR, 1999: 32

Os jardins particulares, emendados no pomar e na horta, durante a primeira metade do século XIX foram mudando de forma e de cor, se europeizando. Importavam-se da França os jardineiros e as plantas, especialmente as rosas. As flores tropicais

despertavam pouco interesse entre os brasileiros, mesmo a exótica orquídea. As plantas europeias, delicadas e caras, eram as mais disputadas e sua ostentação ficava restrita à classe privilegiada. Dessa forma, foi desaparecendo aos poucos o hábito português do jardim próximo à horta (FREYRE, 1951). O desejo de europeização, portanto, não se restringiu aos espaços internos nas grandes residências da alta burguesia, os jardins deveriam estar em conformidade com o tratamento das fachadas e da decoração dessas construções. Os jardins do palacete de Eduardo Guinle, em Laranjeiras, representam bem essa postura. A mansão possuía duas áreas ajardinadas distintas, uma bem ao gosto inglês com lagos e cascatas artificiais, na parte mais baixa do terreno. Enquanto o jardim no entorno da casa revelava a simetria característica do estilo francês, além de elementos decorativos que evocavam os jardins do Palácio de Versailles, como esculturas, fontes e vasos de mármore².

O modo de vida, surgido no final do século XIX, trouxe com ele necessidades diversas que requeriam um novo programa residencial mais adequado à nascente sociedade burguesa brasileira. A transformação dos hábitos sociais implicou na ampliação desse programa adicionando a ele variadas salas para diversos fins como o *fumoir*, a sala de bilhar, a sala de leitura, salas de dança, de música, de jantar, espaços destinados à vida social intensa que a elite almejava. A burguesia tomou a família e a casa como fundamento da nova ordem. A especialização dos papéis sociais exigiu novas disposições espaciais, modificando a configuração do espaço doméstico que mudou em tamanho, estrutura e função. Frente aos novos programas de necessidades, os cômodos, antes unidos entre si, separaram-se a fim de oferecer maior intimidade. Surgiram espaços de distribuição e circulação, intensificando a hierarquia de classe e gênero, proporcionando privacidade ao unir e isolar os compartimentos através de vestíbulos, *halls*, saguões, antecâmaras, corredores e escadas. Foram criadas barreiras reais e simbólicas reforçando limites sociais, controlando acessos, restringindo a circulação e separando áreas públicas de privadas. Algumas barreiras são bem concretas: portões, cercas, muros, sebes, jardins, pórticos; outras são mais sutis como a proibição de entrar na residência sem ser convidado, passar do piso inferior para o superior ou ultrapassar os limites dos espaços destinados aos visitantes. Portas e janelas também funcionavam como barreiras permitindo ou não a ligação interior/exterior (ANDRADE LIMA, 1995). A ordem deveria ser observada e os criados, preferencialmente brancos, viviam em espaços separados dos patrões, exceto a governanta, preceptora das crianças, que poderia possuir um aposento junto à zona de repouso familiar. Essa afirmação pode ser confirmada pela presença de quartos para

² Mais informações sobre o palacete Eduardo Guinle, atual Palácio Laranjeiras, ver página 288 desta tese.

criados em meio aos aposentos íntimos da família em alguns projetos arquitetônicos analisados, como os palacetes da Praia de Botafogo, números 67 e 316³.

Nos interiores dos palacetes, os aposentos se diferenciavam segundo seu valor simbólico demonstrado através de sua aparência europeia. Os cômodos voltados para as atividades sociais, como sala de visitas, de jantar, de bilhar, biblioteca e saguão de entrada possuíam mobiliário e decoração de gosto europeu. Representavam a posição socioeconômica da família e para isso exibiam o gosto e o luxo convenientes aos valores europeus em moda. Os principais fatores que explicam a importância da moda na cultura burguesa são: os valores aristocráticos, a ansiedade em relação ao *status* social, a nova capacidade manufatureira e um mercado em expansão (NEEDELL, 1993). Os aposentos de uso exclusivo da família apresentavam decoração menos requintada, sendo admitidos neles apenas parentes muito íntimos. Na copa ou sala de almoço as refeições eram menos formais, a comida era servida toda de uma vez e não à francesa, a não ser nas famílias mais acostumadas com a vida na Europa. Mesmo nesses casos, era comum deixar as travessas de arroz e feijão em cima da mesa e serem servidos pelos criados as demais guarnições e os pratos principais. Assim, ao passar de um aposento para outro mudava-se a expressão cultural, sendo o formal europeu e o familiar, brasileiro.

A valorização da decoração dos interiores através da utilização de papéis de parede, pinturas ornamentais de forros, folhas de portas e janelas, tapeçarias, cortinas, espelhos e um mobiliário mais atualizado e complexo introduziam condições de conforto e ordenação formal. Nos interiores das residências burguesas encontravam-se inúmeras peças de valor em prata, bronze, cristal e porcelana, cortinas, reposteiros, papéis de parede e pinturas. Vitrines exibiam peças de valor histórico ou arqueológico adquiridas em viagens ao exterior. A importância da variedade dessas obras de arte, representantes de diferentes culturas e períodos históricos, estava na necessidade de transmitir uma imagem do proprietário da casa e de sua família como pessoas cultas e entendedoras de arte e história. A autenticidade das peças também era considerada fundamental em um ambiente em que as reproduções e cópias se tornaram acessíveis a classe média. O piano não deveria faltar, ele era o símbolo da cultura musical dos moradores e demonstrava o gosto e o refinamento da família. Somando-se a tudo isso, a ordem, a meticulosidade, a limpeza e para finalizar o ambiente doméstico burguês, encontrava-se pela casa objetos evocativos das prendas femininas, como xales, bordados e pinturas feitos pela dona da casa. Schapochnik (2010: 501, 502) enumera as peças decorativas geralmente encontradas nos palacetes burgueses:

Nas diversas salas se concentrava uma profusão de móveis e objetos decorativos que atestavam um vórtice de elegância e esnobismo. O

³ Mais informações sobre o projeto da Praia de Botafogo, 316, ver página 248 desta tese.

mobiliário incorporava peças francesas douradas Luís XV e Luís XVI e conjuntos ingleses da Casa Maple, que eram dispostos sobre tapeçarias Gobelin, Aubusson, persas e arraiolos. Aos indispensáveis vasos Sèvres em formato de ânfora se juntavam os tradicionais aparelhos Limoges, Saxônia, e ainda os cristais Baccarat, Gallé, Lalique, Saint-Louis e Boêmia. Acrescente-se a esse cenário toda uma série de pratarias, bronzes, porcelanas, estatuetas, bibelôs e *chinoiseries* que se multiplicavam nos reflexos dos espelhos bisotados ou jateados dispostos nas paredes.

A decoração das casas da elite carioca da *belle époque* repetia toda a admiração da época pelo refinamento com a consolidação do gosto francês no mobiliário doméstico assim como na arquitetura. Os ambientes se encontravam repletos de móveis destinados à conversação, o padrão clássico pedia um sofá ladeado de duas fileiras curtas de poltronas, geralmente em estilo Luís XVI ou Império. As paredes, normalmente, eram cobertas por revestimento parietal francês com motivos florais discretos ou por seda ou veludo estampados com motivos franceses. Elas também e se encontravam repletas de quadros que poderiam ser retratos de membros importantes da família ou de pintores europeus famosos (NEEDELL, 1993).

Os inventários do período descrevem inúmeros objetos de decoração nos interiores das grandes residências do final do século XIX, especialmente nos cômodos pertencentes ao setor social. O inventário de Alberto da Rocha Miranda, realizado em 1887 (BRASIL, 1887), apresenta os pertences do inventariado separados por aposentos. A sala de visitas se encontrava mobiliada por um sofá austríaco, duas cadeiras de braço austríacas, seis cadeiras pequenas austríacas, duas *étagères* de ébano, uma mesinha austríaca com pedra mármore e uma cadeira de balanço. A decoração do ambiente era composta por cortinas, espelhos, vasos chineses de diversos tamanhos vasos, cestinhas e jardineiras de vidro veneziano, castiçais, vasos japoneses, jarros italianos, jarros de porcelana e uma infinidade de outras peças. A descrição dos objetos de decoração demonstra as diferentes origens representadas por cada peça que compõe o ambiente de uma sala de estar burguesa: vasos orientais, japoneses ou chineses, os famosos vidros produzidos em Veneza e mobiliário austríaco. Diferentes civilizações se encontravam em um mesmo aposento, simbolizando a ampla cultura de seu proprietário e de sua família.

Nas residências abastadas existia uma intensa especialização dos cômodos, cada aspecto da vida privada da família deveria se desenvolver em um determinado espaço não havendo superposição de funções. A sala de estar, por exemplo, se desmembrou em: sala de recepções, sala de visitas, de música, de estar, da senhora, de jogos, de estudos, bilhar, *fumoir*, biblioteca, gabinete, entre outros. As atividades se realizavam em setores bem definidos: os serviços na cozinha, no porão e nos fundos; o estar no térreo ou no jardim e o repouso, quando havia dois andares, no pavimento superior. Essas três zonas se

comunicavam através do hall ou vestíbulo, esse tipo de circulação, herdado dos *hôtels* franceses, evitava um maior contato entre patrões, visitas e criados.

Os cômodos se encontravam separados por função, mas também entre homens, mulheres e crianças. Pela primeira vez a mulher ganhou um cômodo só para si onde realizava seus trabalhos manuais, comandava os trabalhos domésticos e recebia visitas pessoais. Homem (1996: 27) afirma que "à mulher reservou-se apenas um cômodo exclusivo, a sala da senhora, situada entre a zona de serviços, a sala de jantar e a sala de visitas, numa clara alusão às suas atribuições: incursões pelos serviços e pelo estar informal". Para a autora, apesar de a casa se destinar ao "reino da mulher", grande parte dos cômodos eram dedicados ao homem. O marido ganhou a sala de bilhar, a biblioteca, o *fumoir*. Além disso, ele manteve da casa colonial o gabinete, geralmente localizado na frente e com entrada independente, sendo a princípio, utilizado pelos profissionais liberais como consultório ou escritório. Com a separação do espaço doméstico e do trabalho masculino, passou a ser o local onde o senhor lia seu jornal pela manhã, guardava livros e documentos, tratava de assuntos reservados e onde a mulher e os filhos tinham acesso restrito. A pesquisa sobre os projetos arquitetônicos dos palacetes burgueses cariocas da Primeira República confirma essa hipótese, em todas as residências catalogadas encontra-se ao menos um aposento caracteristicamente masculino, na maioria dos casos, o gabinete. Em contrapartida, apenas algumas possuem a sala da senhora ou sala de costura, ambientes destacadamente femininos. Quando encontradas, as salas femininas se localizam geralmente no porão junto ao setor de serviço ou entre este e o setor social no primeiro andar⁴.

O mapeamento da casa com suas funções e implantação reflete a estrutura da sociedade. Essa compartimentação expressa códigos que regiam o universo burguês e, conseqüentemente, os papéis sociais rigidamente definidos daqueles que moravam e trabalhavam na residência. Andrade Lima (1995: 135) define os domínios masculinos na esfera doméstica como "públicos, dominantes, ativos, visíveis, centrais, permitidos, ordenados, claros, aseados, requintados, diretamente ligados ao exterior e de livre acesso". Enquanto os femininos são descritos como "eminentemente íntimos, privados, interiorizados, passivos, subjugados, de baixa visibilidade quando não ocultos, periféricos, despojados, sujos, escuros, em desordem, de acesso restrito ou proibido aos de fora." A descrição negativa dos cômodos voltados para a mulher não pode ser generalizada, é verdade que muitos quartos de costura são localizados no porão ou próximos à área de serviço, mas nem por isso devem ser taxados como sujos e escuros. Talvez possa-se considerá-los desvalorizados socialmente em comparação aos aposentos masculinos, como

⁴ Mais informações, ver item 4.4 desta tese

o gabinete com sua entrada independente e a sala de bilhar, esta também muitas vezes localizada no porão. Outros ambientes femininos, apesar de seu caráter íntimo, apresentavam algum destaque na hierarquia dos cômodos, o que poder ser observado na requintada decoração de *boudoirs* e quartos de vestir pertencentes às damas da alta sociedade do século XIX e XX. Essa sofisticação se apresenta no detalhado inventário de Alberto da Rocha Miranda (BRASIL, 1887), no *toilette* de sua residência havia toucador, cômodas, cortinas, vasos para plantas, espelhos, castiçais, copos e garrafas de cristal, conjunto de peças para toucador, quatro leques e um chapéu de sol chineses, perfumador de cristal, entre outras peças que compunham o requintado ambiente.

As residências urbanas do final do século XIX se localizavam em bairros novos, de preferência em amplos terrenos, sendo muitas vezes construídas na parte mais alto do lote. O jardim fronteiro exercia a função de uma antecâmara separando o espaço público do privado. O muro alto foi utilizado como recurso para separar a propriedade do espaço urbano. Os amplos terrenos e a implantação das residências demonstra a intenção de preservar a privacidade dos moradores. As fronteiras entre o público e o privado eram sinuosas, para Habermas (1984) a linha do público passava dentro da zona de estar da casa burguesa, a área mais bem cuidada tanto arquitetonicamente quanto em relação à decoração, e onde se exibiam a riqueza, a opulência e a educação dos moradores e dos convidados. Schapochnik (2010: 500, 501) concorda com a afirmação de Habermas ao destacar que "as recepções oferecidas nos salões dos palacetes urbanos permitem entrever uma tênue fronteira entre o privado e o público, entre uma convivência eletiva, regrada pelos indivíduos, e uma sociabilidade obrigatória, imposta pelos interesses associativos e conflitos restritivos dos grupos sociais". Na França, esse setor se chamava zona de representação, e era formado pela sala de jantar, o *petit salon*, saleta destinada ao estar familiar informal, o *salon*, a sala de visitas, onde se encontrava o piano, o *fumoir* e o bilhar (HOMEM, 1996). Jardim de inverno, estufa, varanda, terraço e jardim também eram considerados ambientes de recepção ou de representação.

A área social se dividia em diversos salões com funções específicas: *hall*, recepção formal, estar, jogos, *fumoir*, música, escritório, gabinete, etc., mas também poderia haver salas sem uma finalidade definida sendo denominadas segundo as cores ou estilos que possuíam, como por exemplo, sala Luis XVI, salão vermelho e assim por diante. A sala de visitas teve um papel importante durante a Primeira República por ser o local onde muitas famílias se reuniam à noite para discutir política e trocaram novidades trazidas do centro da cidade. Segundo Homem (1996: 249), "quanto mais elegante era a família, mais se usava a sala de visitas". No setor íntimo havia as saletas íntimas (*boudoirs*), quartos para vestir e diversos dormitórios que asseguravam a intimidade dos membros da família. A zona

voltada para os serviços permanecia separada na parte dos fundos da construção, assim como as acomodações para os empregados domésticos. Marins (2010: 178) interpreta essa hierarquização dos cômodos nas casas burguesas da seguinte forma: “a marcante diferenciação dos espaços privados praticada pelas elites em suas próprias residências pode representar um protótipo das distinções espaciais, da ‘ordem’ que desejavam disseminar por toda a cidade”.

Na casa burguesa, a zona de estar se tornou a parte mais importante. O número e o tamanho dos cômodos do setor social variam ao longo dos séculos com a introdução da prática de receber e com a valorização dos centros urbanos e do papel social da mulher que, segundo Veríssimo e Bittar (1999: 23), pode ser considerada “responsável direta por intrínsecas modificações no espaço de morar”. Nas salas e salões das residências, espaço de comunicação entre esfera pública e privada, a mulher era a figura principal. Nesse ambiente exibiam-se a riqueza, a opulência e a educação da família e dos convivas. Nesse momento, ampliaram-se as áreas a que os visitantes tinham acesso e acentuou-se a divisão entre o setor social e o íntimo, onde estranhos não tinham permissão para entrar. O setor fronteiro da casa formava o espaço de sociabilidade por excelência, local onde os moradores se relacionavam com o exterior, descrito por Andrade Lima (1995: 135) como: “Formal, destinado ao entretenimento, ao lazer, e, por conseguinte, à representação social, tinha seu acesso permitido aos de fora. Palco para a exibição das posses e boas maneiras dos seus moradores, era por meio dele que os indivíduos negociavam suas posições na estrutura de classe”.

O gabinete de trabalho se constituía no lugar onde o dono da casa recebia os amigos, clientes e mesmo desconhecidos, devendo, portanto, estar ligado diretamente ao vestíbulo evitando a entrada de estranhos em outras peças da residência. A sala de bilhar, importante peça de sociabilidade masculina nas residências oitocentistas, se localizava preferencialmente em uma extremidade da casa, assegurando-lhe independência e permitindo que os convidados fossem a ela conduzidos sem passarem pela recepção. Em grande parte dos projetos pesquisados, essa sala se encontrava no porão e possuía entrada privativa, o que reforça sua independência com relação aos demais cômodos. Aspectos que deveriam ser observados em sua elaboração: tamanho do cômodo, para que pudesse haver livre circulação em torno da mesa de bilhar, iluminação difusa, sem diferenciação marcante entre áreas de luz e sombra (CARVALHO, 2000).

O salão, designação francesa de uma peça da habitação do século XIX destinada à recepção de visitas e à sociedade mundana, se destacava na área social. Cômodo de representação onde se concentrava a riqueza da habitação, segundo Carvalho (2000) era a sua parte mais decorada e teatral. A *salle a manger*, ou sala de jantar se

destinava às refeições da família e dos convidados. As dimensões da sala de refeições deveriam atentar para o tamanho da mesa para que houvesse espaço para circulação ao seu redor. O *office*, *service* ou copa se constituía em uma peça de serviço localizada ao lado da sala de jantar, local em que os criados preparavam as porções que seriam servidas e para onde retornavam os pratos, talheres e copos utilizados nas refeições. Esse cômodo deveria estar ligado diretamente à sala de jantar e o mais próximo possível da cozinha, essa solução foi utilizada em quase todos os projetos arquitetônicos analisados. Porém, nem sempre a disposição ideal era obedecida, em alguns casos a copa ou *office* se encontra distante da sala de jantar, como na casa localizada à Avenida de Ligação, número 103, em que a cozinha se encontra nos fundos da casa e a sala de jantar na parte fronteira⁵.

A divisão dos espaços residenciais, altamente simbólica, reforçava as relações de poder intra e intergrupos. Os ambientes se tornaram mais controlados, o comportamento mais codificado e as relações sociais mais formais. Dessa forma, a casa se transformou em instrumento tanto para a demarcação de papéis sociais quanto para assegurar e fortalecer diferentes redes de aliança. Nesse contexto, a sala de jantar assumiu um papel fundamental como palco de representação social, se tornando um cômodo imprescindível às novas formas de morar da elite urbana. Juntamente com a sala de visitas e os salões, a sala de jantar assumiu o papel de espaço de exibição. Ao redor da mesa e cadeiras era apresentado um mobiliário complexo e especializado composto por aparadores, *buffês*, *étagères*, consoles, guarda-louças e cristaleiras, projetavam uma aura de sofisticação e refinamento. Dentro desse mobiliário feito de madeira ricamente entalhada, guarnecida de espelhos, cristais e marchetaria, eram expostas as alaias mais preciosas: licoreiras, bandejas de prata lavradas, *sous-plats*, *bombonieres*, compoteiras, cálices e diferentes copos, aparelhos de jantar completos (SCHAPOCHNK, 2010). O inventário de Alberto da Rocha Miranda (BRASIL, 1887) detalha os pertences encontrados na sua sala de jantar, entre eles uma mesa de jantar, oito cadeiras e três aparadores com pedra de mármore e um guarda-louça que, provavelmente serviriam para expor a infinidade de objetos que constam do inventário, como um relógio americano, duas máquinas para café, vários talheres de prata da marca francesa Christofle, talheres com cabo de madrepérolas, bandejas japonesas, outras esmaltadas, bule para chá, queijeira de cristal, conjunto de chá de porcelana, compoteira, leiteira, açucareiro, um conjunto de jantar completo entre muitos outros utensílios para servir.

A decoração da sala de jantar, quadros, papel de parede, pinturas murais, enfeites de mesa, se referiam a assuntos relacionados à alimentação (frutas, cenas de caça, natureza morta, etc.), o que demonstrava a especialização desse aposento. Durante o

⁵ Mais informações sobre o projeto, ver página 239 desta tese.

século XIX, a sala de jantar se tornou um espaço de exibição, de representação, predominantemente masculino, onde as alfaías da família, símbolos de prestígio e superioridade social eram expostos aos olhos dos visitantes. Era o dono da casa que comandava todo o espetáculo que tinha como objetivo principal a consolidação de vínculos e a formação de novas alianças. Segundo Andrade Lima (1995), em oposição à exibição masculina, se encontravam as tarefas especializadas da mulher como o processamento da comida realizado na cozinha, local especializado e exclusivamente feminino, transformado em espaço de rejeição, separado dos demais cômodos, localizado em áreas como fundos, subsolos e porões nos recônditos das casas. Fazia um contraponto à sala de jantar, sendo geralmente suja, fumacenta, mal cheirosa, onde as alfaías finas eram substituídas por grosseiras louças de barro, pesadas panelas de ferro ao lado de vegetais e animais que ali seriam transformados em saborosas refeições. Os inventários muitas vezes não se referem aos pertences encontrados nas cozinhas, em outras ocasiões os denominam apenas como "trens de cozinha" limitando a dar-lhes um preço total pelo lote, sem descrever as peças. Nas poucas referências encontradas são citados móveis de pinho, madeira menos nobre, caldeirões, caçarolas, frigideiras, panelas, ferro de engomar, tachos, formas, peneiras, latas para armazenar mantimentos, entre outros utensílios de cozinha⁶.

A biblioteca possuía um valor simbólico nas casas burguesas, local onde se guardava o conhecimento e a erudição e, assim como a sala de visita, tinha importância na composição da imagem pública da família. Os livros e os objetos de arte conferiam a respeitabilidade e a consideração tão almejadas pela burguesia. Entretanto, esse cômodo também servia como sala de trabalho comum para toda a família, podendo se localizar no térreo, próximo ao setor social e de representação, ou no andar superior, pavimento reservado aos cômodos íntimos. Nos projetos selecionados, a biblioteca pode ser encontrada no porão ou no primeiro pavimento fazendo parte do setor social, como no palacete da Avenida de Ligação número 28⁷, onde a biblioteca se localiza no porão ao lado da sala de bilhar e do escritório, demais cômodos tipicamente masculinos. E também no andar íntimo, junto aos quartos, o que ocorre no projeto da Praia de Botafogo, número 366, residência do Senador Antônio Azeredo⁸.

Os quartos faziam parte dos "apartamentos" da família sendo agrupados entre si, mantendo independência da parte pública da casa, devendo ser arejados e iluminados até o meio-dia. A alcova não era recomendada, pois contrariava os preceitos higienistas e a forma mais adequada era a retangular (CARVALHO, 2000). O apartamento compreendia, além do quarto, *cabinets de toilette*, *cabinets d'aisances*, *bains*, *garde-robres* e *lingerie*. Os gabinetes

⁶ Ver RIO DE JANEIRO, 1887 e BRASIL, 1887.

⁷ Mais informações sobre o projeto, ver página 245 desta tese.

⁸ Mais informações sobre o projeto, ver página 251 desta tese.

de *toilette* se abriam para os quartos e também possuíam uma porta de serviço para entrada e saída dos criados. Disposição encontrada na residência na rua Dona Mariana, número 63, onde o *toilette* possui entrada para o quarto de casal, para o corredor e para a sala de banho⁹. Eram abastecidos por água corrente, de preferência quente, que alimentava o *meuble-toilette*, ou seja, a pia. As salas de banho deveriam ser claras e aquecidas e estarem próximas aos quartos, os gabinetes sanitários eram os cômodos onde ficavam as bacias sanitárias. A *lingerie* ou rouparia deveria ser clara e possuir armários para a roupa branca, lençóis, toalhas e peças pessoais íntimas. Frequentemente, ela era servida por uma *femme de chambre* ou de uma doméstica encarregada de acomodar e passar a roupa branca. Estar próxima aos quartos era uma condição imprescindível a este cômodo, por isso, em todos os projetos arquitetônicos estudados em que há uma rouparia ela se encontra próxima aos quartos, geralmente nos fundos do andar superior e ao lado da escada de serviço.

Nas salas íntimas, quartos, cozinha, copa, *toilette* e banheiro predominava o comportamento informal, área reservada ao repouso, à intimidade familiar e às atividades biológicas, à higiene corporal e aos serviços domésticos, com circulação permitida apenas à família e parentes próximos e proibida a estranhos. A sala de jantar era muitas vezes localizada nessa área, funcionando como limite entre o público e o privado (ANDRADE LIMA, 1995). O porão, utilizado a princípio para manter a casa longe da umidade do terreno, se tornou habitável e abrigava tudo o que fugia do programa original: quarto dos criados, sala de estudos, de brinquedos, adegas, depósitos de malas, baús, móveis, sala de passar e engomar, lavanderia e, em alguns casos, a cozinha. Como na residência da Avenida de Ligação, sem número, em que há um depósito de malas no porão junto a outros cômodos¹⁰ ou no palacete do Dr. Oswaldo Cruz, na Praia de Botafogo¹¹, em que se encontra um grande depósito e uma "câmara frigorífica" no porão.

O espaço doméstico se modificou nesse período, tanto por conjunturas sociais, quanto econômicas. O uso das casas não estava mais apoiado no sistema escravista e as instalações hidráulicas, mesmo que primárias, dispensavam grande parte do trabalho braçal antes executado pelo escravo. Nas cidades mais importantes, especialmente no Rio de Janeiro, crescia o desprestígio dos hábitos tradicionais com a valorização de novos costumes ligados a utilização de empregados assalariados, geralmente europeus, que prestavam serviços especializados. Os novos trabalhadores domésticos, preferencialmente brancos, possuíam acomodações nos porões, nas mansardas ou ao lado da cozinha. As famílias remediadas recorriam aos empregados domésticos negros e os acomodavam no

⁹ Mais informações sobre o projeto, ver página 267 desta tese.

¹⁰ Mais informações sobre o projeto, ver página 242 desta tese.

¹¹ Mais informações sobre o projeto, ver página 254 desta tese.

quintal, em uma construção que depois se transformou na chamada edícula (LEMOS, 1978). As cavalariças deram lugar à garagem, construída em puxado junto com os apartamentos dos empregados e com os depósitos, formando um conjunto separado da construção principal. São vários os projetos em que há uma construção destinada a servir de abrigo para o automóvel particular, modernidade adotada pela classe alta carioca na primeira década do século XX. A maioria estava associada aos aposentos dos empregados, à lavanderia e depósitos, sempre em edificação separada da casa principal, nos fundos do terreno.

A edícula da casa burguesa contribuiu para a definição de uma situação que se encontrava confusa desde a abolição, a empregada assalariada ganhou acomodações decentes, quarto e banheiro, dependências com acesso livre a rua, deixando de dormir em porões abafados ou em despensas ao lado da cozinha. A edícula, formada pelo quarto de empregada, instalações sanitárias, lavanderia, depósitos e garagem, se constituiu como uma solução arquitetônica eminentemente nacional (LEMOS, 1978). Essa construção valorizava o imóvel e sugeria a posição social do proprietário, quanto maior a edícula, maior seriam as posses do dono da casa. Ela poderia ser desde um pequeno telheiro para tanque e latrina até um sobrado de vários quartos, lavanderia, banheiros, depósito e garagem. Apesar disso, na maior parte das residências estudadas, os quartos dos criados ainda se encontram dentro da residência dos patrões, ao lado das dependências de serviço ou no porão, podendo apresentar ou não entrada independente.

Nessa época, foram promulgadas as primeiras leis com o objetivo de sanear as residências segundo os últimos conhecimentos sobre higiene nas habitações. Iniciou-se uma preocupação com a quantidade de ar dentro dos cômodos, com a ventilação e a iluminação naturais. A legislação urbana implementada por Pereira Passos, em 1903, proibia a construção de estalagens e cortiços na cidade, de casas térreas no centro e bairros da Zona Sul e regulamentava as novas edificações. Essa normatização elevava os custos das construções e, conseqüentemente, restringia seu emprego a alguns proprietários com mais condições. Um exemplo dessas novas leis que regulamentavam as construções de acordo com as necessidades da higiene são as posturas municipais de 1906, onde se encontra o artigo número 2956 que determina que as novas edificações deveriam satisfazer as seguintes condições:

§ 10. As aberturas das fachadas, seja qual for a sua natureza, guardarão as devidas proporções arquitetônicas, contanto que a superfície de aeração não seja inferior a um quinto da área do aposento a arejar e iluminar.

§ 11. Os cômodos ou compartimentos, seja qual for o fim a que se destinem, terão abertura diretamente para o exterior da rua, quintal, pátio ou áreas, contanto que a superfície de iluminação não seja inferior a um quinto da área do compartimento.

§ 12. Os compartimentos destinados a copa, latrina, banheiro e cozinha terão revestimento estanque nos pavimentos e paredes até a altura de um metro e cinquenta centímetros.

§ 28. As latrinas nunca poderão ser colocadas em vãos de escada nem em lugares que não recebam ar e luz diretamente do exterior por abertura de um terço da área, quando esta seja inferior a três metros quadrados de um quinto, quando for superior, e nunca poderão ser revestidas de madeira.

Os conceitos sobre higiene elaborados na Europa e adotados no Brasil, especialmente pelos médicos sanitaristas, produziram algumas adaptações nas residências nacionais. As alcovas foram abolidas, era preciso permitir a circulação de ar e a iluminação natural em todos os cômodos a fim de promover a boa saúde da família. Também foram incorporados, no dia a dia, hábitos de higiene e os banheiros começaram a fazer parte indissociável do programa de necessidades de uma casa da elite. A realização de habitações “civilizadas” se deu nos arrabaldes litorâneos, onde se materializaram as características do habitar higiênico. Solares e palacetes foram construídos em meio a jardins, muitos isolados nos lotes e protegidos por gradis de ferro que afastavam seus moradores do movimento das ruas. Nessa vizinhança, edificava-se e comportava-se de maneira semelhante o que produzia padrões domésticos e privados homogêneos (MARTINS, 2010). As elites se mudaram para bairros ao sul da cidade, afastando-se da promiscuidade do centro e das cercanias do Palácio Imperial em São Cristóvão, onde residências antes elegantes haviam sido subdivididas em pequenas unidades habitacionais se tornando casas de cômodos, ou ficavam próximas às indústrias que estavam se instalando no bairro. Até mesmo o descanso final dos mais ricos foi trocado, dos antigos cemitérios do Caju e Catumbi, bairros populares, para o sofisticado bairro de Botafogo com o cemitério São João Batista. Os palacetes podem ser considerados como os precursores do sanitarismo com sua organização interna, definição de zonas e com a introdução de novos equipamentos para o trabalho doméstico. Os sonhos de civilização das elites se concretizavam na Zona Sul carioca, cada vez mais o local escolhido pela classe privilegiada como refúgio de espaços privados semelhantes aos encontrados em Petrópolis. Luiz Edmundo (1938: 333) descreve em suas memórias como eram os palacetes da elite carioca do início do século XX:

Essas residências, por vezes, espantam pelo luxo interior: tetos de estuque, tratados por grandes nomes da pintura do país, e de onde se projetam candelabros riquíssimos, em prata, em bronze ou em cristal, esquadrias esculpturadas, lambris altos, custosas salas de banho, todas em mármore... O mobiliário, quase todo, é importado. Vem muito da Inglaterra, da Itália, e, sobretudo, da França. É o Luiz XV, em geral, que domina os salões, em regra, forrados a vermelho, com raros e custosos tapetes e cortinas, amplas *bergères* com panos de seda adamascada, cadeirinhas douradas e flébeis, mostrando fundos e costas de tapeçaria. Mesas com incrustações de bronze novo, vitrines e outras peças de mobiliário carregadas de adorno no

gênero, num abuso, talvez, do tom de ouro. Sobre as paredes, telas com molduras largas e douradas. As salas de jantar são discretas, austeras, com mesas elásticas enormes, que se forram com panos de belbute caindo em franjas e sobre as quais se colocam vasos com pés de avenca ou samambaias viçosas.

Veríssimo e Bittar (1999) afirmam que a cozinha só se modificou realmente no final do século XIX com a Abolição, a importação de produtos manufaturados e com a chegada de imigrantes europeus. É nesse momento em que há uma maior presença da mulher branca no setor de serviço, seja ela a dona da casa ou a empregada. Com a introdução de novos materiais, a cozinha não precisava mais ficar afastada da casa e passa a se localizar dentro do corpo principal da construção. A localização da cozinha variava, podendo ser no porão, que possuía pé-direito alto e se comunicava com o andar superior através de uma escada, em alguns casos um monta-carga transportava a comida. Esse modelo apresenta uma rígida separação entre o serviço e o estar e foi copiado dos palacetes europeus, sendo possível graças à existência de novos equipamentos domésticos, como a coifa e o monta carga (HOMEM, 1996). Em dois projetos para residência da elite carioca da Primeira República foram encontradas cozinhas localizadas em andar diverso da sala de jantar, são eles os palacetes da Avenida de Ligação, número 28¹² e da Praia de Botafogo, número 316¹³. Em ambos os casos parece haver um monta carga ligando a cozinha à copa no pavimento superior. Na realidade, essas cozinhas não se encontram em um andar que se possa considerar como um porão, pois não estão nem mesmo parcialmente enterrados, elas se localizam no andar térreo e possuem ventilação e iluminação adequadas a seu funcionamento. No caminho entre a cozinha e a sala de jantar poderia haver a copa ou *service* que funcionava como local de distribuição e onde, geralmente, se encontrava um pequeno fogão a gás para esquentar as refeições antes de serem servidas. Apesar das inovações importadas da Europa, a disposição mais comum era a cozinha no térreo, nos fundos da casa, junto da despensa e do quarto de empregada, com ligação com a copa que, por sua vez, se comunicava com a sala de jantar.

O palacete possuía todos os serviços urbanos: água encanada, gás e eletricidade. A oferta de equipamentos domésticos proporcionou uma maior organização de suas cozinhas de acordo com os princípios da gestão científica desenvolvidos nos Estados Unidos. O novo mobiliário e os novos equipamentos permitiram uma melhor coordenação dos movimentos nesses espaços, além de uma grande economia de área com a utilização de fogões e outros equipamentos compactos. O preparo dos alimentos se tornou mais rápido e mais limpo, não apenas por causa dos novos fogões, mas também pela chegada

¹² Mais informações sobre o projeto, ver página 245 desta tese.

¹³ Mais informações sobre o projeto, ver página 248 desta tese.

ao país de alimentos beneficiados que dispensavam as tarefas antes realizadas nos quintais. Apesar da mecanização da cozinha, a dona-de-casa da elite continuou distante do trabalho doméstico, sendo responsável pelo gerenciamento das tarefas que ficavam a cargo das empregadas (SILVA, 2008). Com a maior presença da dona-de-casa na cozinha, mesmo que apenas para fiscalizar, os revestimentos além de laváveis e duráveis, demonstravam uma maior preocupação formal. Veríssimo e Bittar (1999: 112) destacam a relação entre a mulher e as transformações do espaço residencial, “mais uma vez é a presença da mulher que determina mudanças representativas na melhoria dos interiores”.

Antes desprestigiada, a cozinha ganha importância. Era preciso intervir nela, pois, de acordo com o discurso em voga, a organização espacial melhoraria não apenas as condições físicas, mas também morais. As cozinhas se tornaram o alvo principal das preocupações das autoridades e as novas tecnologias prometiam adequá-la aos padrões de higiene, mas iam de encontro a antigos hábitos que deveriam ser substituídos pelas novas práticas. A medicina higienista teve um papel importante nas transformações das cozinhas nas grandes cidades brasileiras. Diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos onde os engenheiros participavam das discussões e dos arquitetos na Europa, no Brasil, eram os médicos os profissionais mais atuantes, sendo apoiados pelas autoridades públicas, preocupadas com a limpeza e a organização da cidade e das moradias numa época de frequentes epidemias. Os códigos de postura e sanitário exigiam que a cozinha fosse um espaço fácil de limpar com ladrilhos e azulejos laváveis. A preocupação com a higiene tornou extremamente importante se estendendo ao preparo dos alimentos, levando a mudanças na forma de fazer as refeições. A ampliação da oferta de alimentos beneficiados, como o trigo, o arroz, o açúcar, o café, o milho e seus derivados, possibilitou a redução do tempo de preparo dos alimentos e da área destinada ao preparo e beneficiamento nos quintais das residências.

A cozinha era uma importante dependência de serviço, sua localização deveria ser distante das áreas íntimas e sociais, evitando seus odores e a proximidade com dejetos. A aproximação entre a cozinha e o setor social, ocorrida ao longo do século XIX, só foi possível graças às modificações que a tornaram mais clara e mais limpa (SILVA, 2008). Entretanto, essa proximidade não se tornou uma regra, no projeto citado acima da Avenida de Ligação, número 28, por exemplo, a cozinha se localiza na parte dos fundos no térreo e a sala de jantar no pavimento superior na frente da casa, tendo as refeições que percorrer vários cômodos até seu destino final. A cozinha também deveria ser acessível por escada de serviço para atender aos fornecedores. Além dela, as peças de serviço compreendem: os quartos dos empregados domésticos, banheiro ou w.c. e a lavanderia no edifício principal,

cocheira, selaria, pátios de serviço, depósitos, garagem e outros no terreno (CARVALHO, 2000).

A sala de viver do período colonial é antecessora da copa, era nela que a família se reunia em refeições informais. Na virada do século XIX, a sala de viver desapareceu das casas da classe média, transformada em sala de jantar, nos palacetes se associou à cozinha, transformando-se em copa ou em sala de almoço, também denominada sala de jantar íntima. Sendo este cômodo um espaço intermediário entre a cozinha e a sala de jantar, se apresentava como um aposento revestido de azulejo até a metade da parede, com piso de cerâmica e lavatório, local de reuniões diárias da família e ao qual estranhos não tinham acesso. Nesse ambiente procurava-se estimular os sentimentos de união, lealdade, fraternidade, partilha e convívio afetivo entre os membros da família. Os equipamentos aí utilizados eram um meio termo entre a sofisticação da sala de jantar formal e a simplicidade da cozinha. Quando não havia esse cômodo, o grau de formalidade na sala de jantar era determinado pela presença ou não de pessoas de fora e se refletia no protocolo, na decoração e nos objetos utilizados à mesa, assim como na refeição, em sua qualidade e quantidade e nas bebidas servidas (ANDRADE LIMA, 1995). O inventário do Barão de Cotegipe (BRASIL, 1889), realizado em 1889, descreve os itens encontrados na copa de sua residência, são eles: uma banheira de zinco, uma bacia de cobre, um armário de cedro, uma máquina de costura, uma geleira americana e uma mesa redonda com tampo de mármore, entre outras peças menores como moringueira e garrafas. A variedade de equipamentos, como máquina de costura e banheira leva a crer que o cômodo exercia diversas funções, não se restringindo a servir como sala de refeições informais.

Segundo Homem (1996), a maior revolução na casa ocorreu na segunda metade do século XIX com a regularização do abastecimento de água nas cidades e o fornecimento de água corrente nas residências, a princípio apenas no térreo. A produção industrial de material hidráulico e a invenção do sifão e do vaso sanitário levaram a água corrente da pia da cozinha para o lavabo, o w.c. e o banheiro. A Inglaterra era a maior produtora de artigos sanitários e exportou peças de luxo de excelente qualidade, principalmente no período entre 1880 e 1910. O banho deixou de acontecer em diversos cômodos em tinas portáteis e recebeu um aposento apropriado com peças fixas, as residências de luxo possuíam um cômodo exclusivo para essa função.

A introdução dos aquecedores a gás e das banheiras possibilitou a união do banheiro com o w.c. em um único cômodo mais confortável. Os palacetes então passaram a contar geralmente com três banheiros ou mais, um no térreo, próximo ao serviço, um no andar superior e o outro no porão ou na edícula. Ainda assim, os penicos continuaram a ser usados e guardados nos criados-mudos dos quartos. Com o tempo, o número de banheiros

completos foi se multiplicando tendendo a acompanhar o número de quartos (HOMEM, 1996). Além disso, ele deixa de ser associado a algo sujo e se torna um símbolo de *status*. Sendo utilizado nas casas abastadas da segunda metade do século XIX, é posteriormente adotado pelas demais camadas sociais, mesmo que fora das casas ou de forma coletiva como nos cortiços. No início do século XX, o banheiro se sofisticava com a introdução de produtos de higiene vindos da França. Nas casas da elite, ele passa a receber decoração conforme a moda do momento e se localizam, normalmente, no pavimento superior, consolidando-se então como parte do setor íntimo. Essa configuração pode ser verificada no palacete Guinle-Paula Machado, localizado na rua São Clemente, número 213, no segundo pavimento próximo ao quarto principal se encontra um banheiro completo todo na cor azul e em estilo *Art Nouveau*¹⁴.

O palacete da Primeira República é uma síntese entre a arquitetura colonial marcada pelo trabalho escravo e os novos padrões arquitetônicos, tanto do ponto de vista estético quanto com relação à preocupação com a higiene. Assim, juntamente com a distribuição a partir do vestíbulo e da especialização dos cômodos, características das casas francesas, mantêm-se nas residências da elite urbana certos elementos tradicionais como uma grande sala de jantar, a distribuição frente e fundos com as áreas nobres na frente e funções mais simples nos fundos, onde ficavam os puxados e as edículas e se realizavam as tarefas cotidianas. Duas características são constantes nas casas burguesas do final do século XIX e início do século XX: a especialização dos cômodos e a hierarquização dos espaços seguindo a lógica de valorização da vida íntima e familiar. Essa hierarquia pode ser percebida na distribuição dos cômodos no setor social e em sua decoração. Os espaços dedicados a um convívio mais formal se encontravam no primeiro pavimento, o andar de mais fácil acesso para os visitantes. Os ambientes mais íntimos ficavam no pavimento superior. A decoração externa e interna também varia conforme a hierarquia estabelecida entre os cômodos, ela se apresenta cada vez mais simples à medida que se aproxima dos fundos da construção, tendo a fachada principal e o setor social localizado na parte fronteira da casa como os mais luxuosos do palacete.

4.3 – Fontes primárias (inventários e jornal)

Os inventários *post mortem* são importantes por conterem informações consideradas de relevância para o conhecimento das residências burguesas da virada do século XIX no Rio de Janeiro, especialmente com relação à descrição do mobiliário e

¹⁴ Mais informações sobre o projeto, ver página 292 desta tese.

utensílios domésticos encontrados nos interiores das casas no momento de realização do inventário. Essa relação permite entender um pouco mais os hábitos cotidianos através da descrição dos espaços domésticos e das práticas do dia-a-dia com o conhecimento dos objetos que faziam parte desse cotidiano. Os inventários têm a função de preencher os projetos das casas utilizadas nessa pesquisa.

Esses documentos foram pesquisados no Arquivo Nacional e no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A seleção dos inventários partiu, inicialmente, de uma lista com os nomes dos proprietários dos projetos arquitetônicos inventariados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era encontrar inventários relacionados a essas casas, contribuindo com informações sobre o mobiliário e peças de decoração, mas não foi possível. Sendo insuficiente esta relação, realizou-se novo levantamento de nomes de moradores residentes no bairro de Botafogo no período estudado. Através dessa listagem foram checados os nomes e sobrenomes dessas famílias, entretanto, o número de documentos encontrados foi reduzido, o que levou a uma nova ampliação da pesquisa através da busca por nomes de famílias tradicionais da capital carioca, residentes na Zona Sul da cidade. Tentou-se excluir os moradores dos bairros da Zona Norte por ser uma região de ocupação mais antiga.

Após o levantamento dos nomes de famílias abastadas cariocas, partiu-se para a análise dos inventários. Nem todos os documentos apresentavam informações relativas à residência ou aos pertences domésticos. Alguns continham apenas referências aos bens deixados pelo falecido ou falecida, como dinheiro, ações, apólices, propriedades, mas sem a descrição dos imóveis ou mesmo do mobiliário. Constam dos inventários trechos ilegíveis, ficando algumas informações incompletas. Há aqueles que descrevem as residências e outros com a listagem dos móveis e demais objetos encontrados nas casas. Alguns desses, apesar de não apresentarem uma descrição do imóvel, listam os pertences por cômodos, o que permite o conhecimento da distribuição dos aposentos na residência, seus possíveis usos e a forma como eram mobiliados e decorados.

Ao cruzar as informações dos inventários com os projetos arquitetônicos, apenas um documento correspondia a um projeto selecionado. Este se refere à avaliação dos bens deixados pela falecida Dona Helena de Souza Lins, tendo como seu inventariante o marido Modesto Âncora Lins de Vasconcelos, em inventário iniciado em 1919. O documento em questão conta com a descrição do imóvel localizado na Avenida de Ligação, número 28¹⁵. O texto detalha as fachadas da casa e cita os cômodos dos pavimentos inferior e superior, além de descrever a construção que abriga a garagem. Infelizmente, não possui a descrição

¹⁵ Mais informações sobre o projeto, ver página 245, desta tese.

do mobiliário encontrado nesses apartamentos. O inventário descreve a casa da seguinte forma:

Prédio assobradado à Avenida Oswaldo Cruz antiga da Ligeira nº 28 tendo na frente que dá para a avenida uma porta sobre sacadas com balaustres e duas destas dando para uma varanda no pavimento superior, duas janelas e uma porta no pavimento térreo do lado direito que dá para a rua Barão de Icaraí, seis janelas e duas varandas com duas portas no pavimento superior, sete janelas e três portas no pavimento térreo, uma escada com degraus de mármore e balaustres. No fundo que dá para a rua Maria Emília, três janelas no pavimento superior e uma porta no pavimento térreo do lado esquerdo que dá para a Travessa Umbelina, uma varanda, seis janelas no sobrado, cinco janelas e três portas no pavimento térreo.

Construção moderna de pedra, cal, cimento e tijolo, medindo 13 metros e 10 centímetros de frente por 27 metros e 15 de comprimento e 10 metros nos fundos. Divide-se em três saletas, duas salas, dois quartos, cozinha, copa e banheiro e *water closet* no pavimento térreo, saleta de entrada, salão de visitas, de jantar, saleta, cinco quartos, banheiro, w. clauset (sic), pequena despensa e copa no pavimento superior.

No terreno existe uma dependência medindo 9 metros e 10 centímetros por 7 metros e 60 centímetros dividido em garagem, três quartos, w.c. e banheiro. O terreno mede 38 metros de frente por 26 metros e 55 centímetros pela rua Barão de Icaraí, 36 metros e 50 pela rua Maria Emília e 35 metros e 50 pela Travessa Umbelina, todo murado tendo na parte da frente gradil e portada de ferro. A este prédio e terreno deram os peritos o valor de 250 contos de réis (BRASIL, 1919).

O projeto arquitetônico da residência descrita acima foi aprovado em junho de 1916. Em fevereiro de 1917, outro projeto de modificação alterava a implantação das edificações, acrescentava uma escada interna e apresentava uma nova proposta para o “puxado” que fica nos fundos do terreno, ou seja, a garagem. Como o mesmo inventário foi realizado pouco tempo depois do projeto aprovado, não se encontram propriamente conflitos entre os mesmos. Apenas a listagem dos cômodos não é exata, pois no projeto existem outros apartamentos que não são citados no texto do inventário, o qual os nomeia de forma genérica, como quarto, enquanto nas plantas cada cômodo se encontra nomeado de acordo com sua função. As três saletas a que o inventário se refere no térreo devem ser os cômodos nomeados na planta como escritório, biblioteca e sala de trabalho, por serem salas menores, e as duas salas, provavelmente são a sala de bilhar e o salão, peças de maiores dimensões. O inventário afirma haver no térreo, além das salas já citadas, dois quartos e uma copa, entretanto na planta de 1916 não há indicação de copa, mas de quatro quartos, provavelmente um desses se transformou em copa, sendo que outro quarto, no projeto de 1917, havia se tornado circulação vertical. No pavimento superior, as diferenças entre o inventário e o projeto original são: a saleta a qual o documento se refere provavelmente era o gabinete, na planta de 1916 encontram-se sete quartos nesse andar, sendo dois deles menores e localizados nos fundos próximos ao setor de serviços, o que leva a crer que

deveriam ser destinados aos aposentos dos criados. Na planta modificada de 1917, no lugar de um desses quartos menores está a escada, também falta na listagem a sala de almoço. Os cômodos denominados genericamente de quarto localizados no puxado junto com a garagem são rouparia, sala de engomar e arrecadação, do lado de fora da construção existe um tanque, configurando este espaço como local de higiene das roupas da casa.

Além desse, outros inventários contêm a lista de bens do inventariado e a descrição dos imóveis, porém os projetos arquitetônicos referentes às residências descritas não foram encontrados. Alguns apresentam a descrição do imóvel e a relação de móveis e outros bens domésticos, como o inventário de Julia Ferraz de Vasconcellos, falecida esposa de Maximiano Pinto Ferraz de Vasconcellos, onde há a descrição da casa à rua Voluntários da Pátria, número 163, com a relação de móveis e utensílios domésticos (BRASIL, 1886). O imóvel da rua Voluntários da Pátria é denominado no inventário como chácara, sendo um prédio assobradado implantado sobre uma planície em amplo terreno com jardim e caramanchão, com puxado nos fundos e um telheiro ao lado com tanque para lavar roupa. O sobrado possui varanda com piso de mármore, escada de cantaria com grade de ferro e corrimão de madeira. Os cômodos citados na listagem do mobiliário são sala de jantar, de visitas, de bilhar, saleta, escritório, dois quartos e cozinha, sendo que na descrição da casa faz-se referência à cinco quartos e três salas. A sala de visitas é composta por mobiliário de mogno incluindo sofá, duas dunquerques, mesa, quatro cadeiras de braço, duas sem braço e uma de balanço. A decoração completava o ambiente formado por um espelho oval com moldura dourada, oito quadros, seis pares de cortinas, seis pares de jarras, um relógio de bronze, duas escarradeiras de porcelana com pés de garra, um piano com banco e outros enfeites. A sala de bilhar possuía uma mesa de bilhar, um sofá de jacarandá, duas mesinhas com gavetas e oito cadeiras. No escritório havia uma mesa de vinhático com gavetas, uma poltrona e uma estante para livros. O primeiro quarto possuía apenas duas camas de vinhático, no segundo quarto, uma cama de vinhático, duas mesas de cabeceira, duas cadeiras, dois guarda-roupas, um cabide com pé, esse era, provavelmente, um quarto de casal. Na sala de jantar encontrava-se uma mobília de nogueira constando de uma mesa, um guarda-prato, um guarda-comidas, dezoito cadeiras, um relógio, uma mesinha de canto, uma *chaise longue*, uma cadeira austríaca, uma talha, dois quadros e duas escarradeiras de louça. Com relação às louças e cristais são citados um aparelho para almoço e jantar, um lote de cristais e vidro contando de garrafas, copos, cálices, compoteiras e talheres.

A pesquisa de anúncios de compra e venda de imóvel no Jornal do Commercio, revela um texto referente à casa de mesmo endereço acima citada, datado de 27 de

fevereiro de 1880, poucos anos antes do inventário de Dona Julia Ferraz de Vasconcellos, iniciado em 1886.

Aluga-se a importante casa com grande chácara à rua dos Voluntários da Pátria, nº 163, tendo grande abundância d'água, lindo jardim, cascatas, repuchos, água em todos os cômodos da casa, latrina inglesa e tudo o mais confortável para uma família de tratamento.

O inventário de Carlota Deolinda Ribeiro de Castro do qual foi inventariante seu marido José Mendes de Oliveira Castro apresenta informações sobre a residência à rua São Clemente, número 146, o mobiliário encontrado na casa, louças, cristais e as joias da inventariada (BRASIL, 1884). A propriedade é descrita como uma chácara com casa assobradada alta, de dimensões 22 metros e 66 centímetros por 13 metros e 86 centímetros. Nos fundos há um puxado de três meias águas, com 18 metros e 50 centímetros de frente por 7 metros e 10 centímetros de largura. O mesmo possui seis janelas de cada lado e duas para os fundos, com portadas de cantaria. O prédio é todo construído de pedra e cal e suas divisões interiores são de estuque, tendo a casa principal sete janelas de frente e duas janelas e uma porta de cada lado, com quatro janelas para os fundos. As portadas foram realizadas em cantaria, assim como a escada que possui um gradil de ferro de cada lado. O prédio é dividido no pavimento inferior em uma saleta, três salas, três saguões e onze quartos e no pavimento superior em duas saletas, duas salas, nove quartos, despensa e cozinha. Todas as peças da casa e do puxado eram forradas e assoalhadas. Além do puxado, nos fundos da chácara encontrava-se um telheiro com um tanque e dois pequenos compartimentos. O mobiliário descrito não foi separado por cômodo, há apenas a indicação de que na sala de visitas havia uma mobília de mogno que reúne um sofá, quatro cadeiras de braço, dezoito cadeiras singelas, dois dunquerque e uma mesa de centro. Outro cômodo detalhado seria um quarto de casal onde se encontrava uma mobília de mogno formada por uma cama, dois guarda-vestidos, um lavatório, um toucador, um guarda-roupa, uma mesa de cabeceira e seis cadeiras. Os demais móveis foram apenas listados sem informar a qual aposento pertenciam, dentre eles destacam-se inúmeras cadeiras de todos os tipos, dezoito de palhinha, doze de mogno, vinte e quatro de carvalho duas delas de braço, provavelmente pertencente ao conjunto da sala de jantar, entre outras. Além das cadeiras havia outros móveis de sentar como onze marquesas e vários sofás. Nessa descrição há itens característicos da decoração de ambientes burgueses como o piano, nesse caso um Pleyel¹⁶ de mogno e uma mesa de bilhar. Entre as

¹⁶ Ignace Pleyel (1757-1831) foi compositor, editor e fabricante de pianos austríaco que fundou sua firma de pianos em 1807 em Paris. Pela tradição das escolas de construção de piano francesas, os mais proeminentes construtores do instrumento nas primeiras décadas do século XIX eram Pleyel e Sebastián Erard (1752-1831).

louças e cristais descritos, um aparelho de jantar completo, diversas louças para almoço e jantar, garrafas, copos, cálices, taças, compoteiras e fruteiras de cristal, não há menção a talheres de prata.

Registram-se também inventários que apresentam apenas a descrição do imóvel, como o do Visconde e Viscondessa da Penha, falecidos em Paris (BRASIL, 1905). O inventário, de 1905, descreve, entre outros, um imóvel localizado à rua Almirante Tamandaré, da seguinte forma:

prédio de sobrado com um andar de construção antiga; edificado em terreno foreiro a Intendência Municipal tendo de frente 20m 35cm pela rua Almirante Tamandaré com um gradil e portão ao centro, pelo lado da praia do Flamengo 45m 85cm para onde tem uma porta de cantaria e quatro janelas da mesma no pavimento térreo e quatro janelas de madeira com venezianas no primeiro andar, na frente da casa tem um terraço sobre o mar; a casa mede de frente 11m e de fundo 13m tem mais um puxado com 5m60cm para cozinha e sala de jantar esta casa tem uma varanda no pavimento térreo e duas janelas para a frente no sobrado, no puxado da cozinha e sala de jantar duas janelas; do lado de cima tem mais uma casa de construção ligeira, feitiço de dois *chalets* medindo de frente 17m 30cm e 3m 60cm de fundo com quatro portas e quatro janelas no primeiro pavimento e as mesmas no sobrado, tendo uma escada externa para o sobrado; tem mais um puxado com 9m de frente por 3m 60cm de fundo com dois quartos e banheiro.

Além desses, existem documentos com a relação apenas dos bens móveis deixados pelo falecido, incluindo mobiliário e utensílios de casa, nesta categoria está o inventário do Barão de Cotegipe realizado por sua filha Antônia Teresa Vanderlei, em 1889 (BRASIL, 1889). Ele compreende uma extensa e detalhada lista de bens pertencentes a sua residência no Flamengo que estão discriminados por cômodos, o que permite um melhor entendimento da residência e da forma de morar. Os aposentos listados com as respectivas peças de mobiliário e decoração são: copa, sala de jantar, gabinete de leitura, dormitório, cinco quartos, passagem, gabinete, galeria, entrada, saleta de entrada, sala de visitas, livraria, além de extensa lista de utensílios de cozinha. Ao analisar os objetos que faziam parte da copa pode-se concluir que esse cômodo exerceu diversas funções, pois foram citados desde banheira de zinco até máquina de costura, passando por uma geleira americana, além de mesa e armário. A descrição da sala de jantar demonstra a importância que esse cômodo possuía nas residências mais abastadas, uma longa lista cita objetos de cristal como garrafas, compoteiras, fruteiras, queijeiras, vários jarros para flores, utensílios para servir, quadros e uma mobília de nogueira para jantar com vinte e duas peças. O gabinete de leitura se caracteriza como um típico espaço de trabalho masculino com objetos

Segundo Pereira (2005), a importação de seus pianos para o Brasil deve ter se iniciado a partir da década de 1830.

característicos do cientificismo do século XIX, como duas vitrines para coleção de insetos e flechas do Amazonas, nele também se encontram diversos quadros, sofá, tapete, doze cadeiras austríacas, estantes de ferro e de pinho para livros, um *bureau-ministre* de mogno. Pequenos objetos completavam o ambiente, como porta charutos e pesos de papel.

O cômodo denominado dormitório deveria ser o quarto principal da casa, pois possuía um barbeador de mogno com espelho, um guarda-roupa de *erable* outro de mogno com espelho, uma *chaise longue*, seis cadeiras com assento de palhinha, uma cama de noqueira para casados, mesa de cabeceira, lavatório de noqueira com mármore, *toilette* com tampo de mármore e espelho, além de uma cadeira de retrete. Não foram citadas camas em todos os demais quartos, apenas alguns parecem ter sido usados como dormitório. Em um deles se encontra um genuflexório, o que demonstra devoção da família ou ao menos de alguns membros, e novamente uma cadeira de retrete, o que pode significar que a residência possuía poucos banheiros em seu interior ou que seus moradores mantiveram antigos hábitos higiênicos. O gabinete certamente era usado como salão de jogos, pois lá foram encontradas duas mesas para jogo, um tabuleiro de marroquim e um cofre para jogo. Na saleta de entrada havia vários objetos de decoração, jardineiras de porcelana, vasos de flores, estátuas, quadros, fotografias, cortinas, além de uma mobília de treze peças não descritas no inventário e uma estante para livros. Esse seria, provavelmente, o primeiro cômodo em que o visitante era recebido, nele exhibe-se uma pequena representação do restante do programa de atividades da casa e da imagem de como seus moradores gostariam de ser vistos. Os vários quadros demonstram gosto pela arte e se encontram também em outros ambientes, havendo inclusive um cômodo denominado galeria com inúmeras pinturas, e a estante de livros evidencia a ilustração da família. Na sala de visitas essa ostentação de bom gosto e luxo é mais destacada com uma infinidade de obras de arte desde pinturas, a estatuetas de bronze, porcelana e cristal, um bronze de Florença, candelabros de bronze, jarras de porcelana chinesa, jardineiras de todos os tipos, figuras de terracota, volumes da Exposição da Filadélfia e outro dos Lusíadas e entre conversadeiras e almofadas de veludo bordadas a ouro não poderia faltar o piano. Na extensa lista de utensílios domésticos registra-se, entre outros, oitenta e sete colheres, trinta e dois garfos, doze colheres de chá de prata dourada, bandejas de diferentes tamanhos, galheteiro, castiçais, um aparelho de chá e café e cento e vinte e três garrafas de vários tipos.

Outras longas listas de pertences compõem os inventários de Alberto da Rocha Miranda (BRASIL, 1887), no qual se destaca uma grande lista de utensílios de prata Christofle: uma colher de peixe, cinco garfos para ostras, onze colheres pequenas, duas colheres para mostarda, uma colher para arroz, uma concha para sopa, dois talheres para salada, um trinchante, dois quebra-nozes, um coador de chá, duas escovas para talheres,

galheteiro, garfos, facas e colheres em geral, todos da elegante marca francesa; do Desembargador Miguel Calmon du Pin Almeida (RIO DE JANEIRO, 1887), o qual possuía um mobiliário estilo Luis XV composto de um sofá, duas cadeiras de braço, doze cadeiras singelas com assento e encosto de palhinha e dois dunquerque com portas de espelho; e da Baronesa do Amparo (RIO DE JANEIRO, 1924), no qual há uma detalhada relação de cristais, louças, pratarias, obras de arte e uma lista com 970 volumes de obras diversas, sendo parte em brochura e parte encadernados. Sua casa à rua Bambina número 115, subdividia-se no primeiro pavimento em sala de entrada, de visitas, de jantar, de almoço, biblioteca e dois quartos; no pavimento superior em cinco quartos e sala. Não há menção de cozinha ou banheiro, mas ambos deveriam estar localizados no primeiro pavimento, podendo haver outro banheiro no pavimento superior. Assim como no inventário do Barão de Cotegipe, na residência da Baronesa do Amparo, nem todos os quartos exerciam a função de dormitório, pois em alguns não havia camas. Tendo sido este inventário realizado em 1924 apresentam-se nele exemplos de equipamentos modernos como a geladeira encontrada na sala de almoço e a vitrola da sala do pavimento superior. O que chama a atenção no inventário da baronesa, além dos equipamentos modernos, são as louças, cristais e pratarias, entre eles um aparelho para jantar de porcelana fina com pinturas azul claras com cento e trinta e sete peças, um aparelho para jantar de porcelana com pinturas róseas com cento e doze peças, inclusive xícaras para chá e café, um aparelho de louça para jantar branco com frisos dourados com sessenta peças, dez xícaras de porcelana japonesa para chá, dez pratinhos japoneses, cinquenta e três copos de cristal, para água e vinho, sessenta e dois cálices de cristal, dezoito cálices de cristal verde, um licoreiro de cristal Christofle, oitenta e sete peças constando de facas, garfos, colheres para sopa, chá e café Christofle e outras peças de prata.

As relações de bens nesses inventários, quando separadas por cômodos, possibilitam um melhor entendimento dos ambientes, pois através da lista de móveis é possível estabelecer o tipo de uso de cada aposento e a descrição dos objetos completa a decoração dos ambientes. Em todos os documentos encontram-se termos em francês, como *étagère* (prateleira), *palissandre* (jacarandá), *bois noir* (tipo de madeira escura), *erable* (bordo), *verre d'eau* (copo para água), *bureau-ministre* (escrivania), *chiffonnier* (cômoda), ente outros. Ao comparar os inventários é possível encontrar alguns itens que se repetem com frequência, o que leva a conclusão de que seriam móveis e objetos comuns nas residências mais abastadas, entre eles o piano Pleyel, os móveis dunquerque, *chaise longue*, cadeira austríaca, prataria da marca Christofle, peças de porcelana e cristais importados. A aparição constante de peças importadas, especialmente da França, confirma a adoção por parte da alta burguesia dos hábitos, costumes e moda europeus. E,

juntamente, com o uso de termos franceses, ilustra o desejo dessa camada social de "civilizar-se", ou seja, europeizar-se.

Além dos inventários, outra importante fonte primária para este trabalho são os anúncios de aluguel e venda de imóveis, pesquisados na Biblioteca Nacional nos arquivos do Jornal do Comércio, escolhido por ser o mais antigo, tendo sido publicado desde 1827, e o mais respeitado do país durante o século XIX. Ao se anunciar um imóvel, seja para aluguel, seja para venda, as características consideradas mais valorizadas em uma moradia aparecem destacadas. O objetivo consistia em identificar as modificações ocorridas entre os anúncios a fim de estabelecer quais características se mantiveram como ideais a uma casa para "família de tratamento"¹⁷, os atributos que foram sendo acrescentados ao longo do tempo e aqueles que se tornaram obsoletos. Com o intuito de estabelecer mais confiavelmente essas transformações, foram selecionados anúncios anteriores ao período histórico escolhido como recorte temporal da tese, resultando em uma lista com textos desde 1880 até 1920. Grande parte dos primeiros anúncios analisados destaca a presença de água nas propriedades, pois a ineficácia no abastecimento da cidade do Rio de Janeiro era um problema frequente, como mostram os anúncios extraídos do Jornal do Comercio de 30 de janeiro de 1880:

Aluga-se a casa da rua do Marquês de Abrantes, nº 76, pintada e forrada de novo, com água encanada, gás, banheiro de chuva, etc.

Aluga-se uma modesta e confortável casa, com duas salas e seis quartos, todos com janelas, quarto com banheiro de mármore para água quente e fria, latrinas inglesas, cozinha com água permanente, despensa e quarto para criadas e criados, com jardim na frente e chácara nos fundos, com água e gás e em lugar muito fresco, na rua da Assunção nº 4, Botafogo.

Além do destaque para a presença de água, vários anúncios se referiam às árvores frutíferas encontradas no terreno. Como no de 3 de julho de 1880:

Aluga-se a casa nº 53 da rua Humaitá (continuação da rua São Clemente) em perfeito estado de conservação, tendo muitos cômodos, gás, água em abundância, banheiro, tanque de lavagem, *water closet*, galinheiro fechado, estrebaria, chácara com arvoredos frutíferos, etc.

A princípio, os anúncios dão destaque à presença de poços d'água, horta, pomar, galinheiro, com a aproximação do final do século XIX, eles se tornam mais detalhados e passa-se a destacar outros itens, como a presença de banheiros no interior da casa, jardim fronteiro e/ou lateral, ventilação e iluminação natural em todos os cômodos, gás e água encanada.

¹⁷ Este termo foi encontrado em vários anúncios e se refere a uma família de posses, de boa posição social. Em alguns casos, o anunciante enfatiza o público a que se refere ao usar o termo "família de alto tratamento".

Aluga-se o magnífico palacete no aprazível bairro de Vila Isabel, tendo sala de espera, dita de visita, dita de jantar, duas alcovas aos lados, seis a sete quartos, cozinha, banheiro de chuva, latrina patente, um salão magnífico para criados rodeado de janelas, um sótão com três esplêndidos dormitórios e uma sala, jardim com muita variedade de flores, árvores frutíferas, tanque para lavar roupa, tendo um sublime parque onde podem as crianças brincar sem risco de se machucarem (Jornal do Commercio, 2 de novembro de 1888).

Outra questão que se torna importante em uma cidade em expansão é a proximidade das residências com os pontos do bonde. Alguns anúncios citam serem as casas próximas às linhas de bonde, o que leva a considerar que este transporte público, no fim do século XIX, havia se tornado fundamental no cotidiano dos moradores do Rio de Janeiro.

Vende-se uma casa, com bom quintal, abundância d'água, tanque, chuveiro e bondes à porta, na rua do General Polidoro, em Botafogo (Jornal do Commercio, 06 de janeiro de 1891).

A questão da higiene também merece destaque como se pode observar no seguinte anúncio encontrado no Jornal do Commercio de 12 de janeiro de 1891:

Vende-se por 35:000\$, uma excelente casa construída solidamente com todas as condições higiênicas e gosto moderno, dispondo de duas salas, oito quartos, compartimento reservado com banheiro especial e outros acessórios, despensa, cozinha, etc. Na frente e ao lado tem jardim para logradouro da família e aos fundos grande terreno.

A construção da residência em centro de terreno se apresenta como uma condição que agrega valor ao imóvel, como se apresenta em dois anúncios de 18 de janeiro de 1891:

Vende-se por 30:000\$, muito próximo da praia de Botafogo, uma grande casa com muitos cômodos e edificado no centro de um excelente terreno, o qual mede 13 metros de frente e 135 ditos de fundo.

Vende-se por 33:000\$, em uma das melhores ruas de Botafogo, um esplêndido palacete, com excelentes cômodos para família de grande tratamento e edificado no centro de um magnífico terreno.

Outro anúncio, já do século XX, de 03 de janeiro de 1914, destaca a preocupação com o conforto e a introdução de novas tecnologias nas residências brasileiras, assim como a popularização entre a alta sociedade do automóvel particular:

Vende-se o confortável e luxuoso prédio da rua São Clemente 295, com acomodações para família de alto tratamento, salão de visitas, escritório, salão de jantar, sala de almoço, sala de crianças, cinco dormitórios,

despensa, dois banheiros, cozinha, água quente e fria, rica instalação interior de luz elétrica, jardim, boa garagem, dependência de criados, etc.

As modificações identificadas nos anúncios de compra e venda refletem as transformações por que passaram a sociedade e a cidade do Rio de Janeiro entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. A princípio dá-se destaque a questões ligadas ao abastecimento das residências. Quanto mais autossuficiente, mais valorizado o imóvel. Isso ocorria por conta da ineficaz rede de abastecimento de água e esgoto da cidade e de um limitado comércio de alimentos. Com as melhorias urbanas realizadas, especialmente no início do século XX, a preocupação com a existência de fonte de água no terreno desce. Além disso, a implantação dos bondes, ligando os bairros ao centro da cidade, permite um maior deslocamento por parte dos moradores e, conseqüentemente, maior acesso ao comércio localizado principalmente na área central. A popularização dos alimentos beneficiados também contribui para a redução do trabalho nas cozinhas e na diminuição da necessidade de se possuir pomar, horta e criação de animais domésticos para abastecimento próprio. O crescimento da cidade e da mobilidade aparece na valorização dos imóveis que se localizavam próximos aos pontos de bondes, importante meio de transporte na época, e de residências com garagem já na segunda década do século XX. Outro ponto importante de modificação se encontra na valorização da higiene e do conforto nas construções e a adoção de novas tecnologias, como a energia elétrica e a presença de água quente nas torneiras. Todas essas questões estão inseridas nas necessidades da sociedade burguesa e capitalista que emerge com a Primeira República.

4.4 – Os palacetes de Botafogo

A busca pelos projetos arquitetônicos das casas da elite carioca residente em Botafogo foi realizada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro onde se encontram os pedidos de aprovação para construção na cidade até a década de 1930. As plantas escolhidas deveriam ter a data do pedido de licença entre 1888 e 1920. Outro critério de seleção diz respeito à localização, preferencialmente em Botafogo, mas não exclusivamente. Exemplares excepcionais, alguns ainda existentes, localizados fora do bairro figuram na lista das casas selecionadas, como o antigo Palacete Eduardo Guinle, hoje Palácio Laranjeiras localizado no bairro de mesmo nome e a Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa, construída na Praia do Flamengo pela família Seabra. Foram vistos aproximadamente mil documentos, desses cento e trinta e seis foram inventariados, sendo

doze do período entre 1888 e 1900, quarenta e dois aprovados entre 1901 e 1910 e oitenta e dois na última década da pesquisa, de 1911 a 1920. Dentre essas casas, a partir de critérios estabelecidos como implantação em centro de terreno, fachada trabalhada seguindo os conceitos do Eclétismo, distribuição à francesa e cômodos tipicamente burgueses (*boudoir*, *toilette*, bilhar, biblioteca, etc.) foram selecionadas aproximadamente vinte residências que serão analisadas mais profundamente.

Os projetos arquitetônicos mais luxuosos encontrados se localizavam na Praia de Botafogo. Essa constatação demonstra que morar próximo ao mar já era considerado um privilégio na sociedade brasileira no começo do século XX. A grande maioria das propostas selecionadas se refere a residências nas ruas São Clemente e Voluntários da Pátria, somando as duas praticamente metade de todos os desenhos inventariados. Na rua São Clemente, depois da Praia de Botafogo, encontram-se as edificações mais elegantes, residência de personalidades importantes da época, como Rui Barbosa e o casal Linneo de Paula Machado e Celina Guinle. Enquanto na Praia de Botafogo, são residentes famosos o senador Antônio Azeredo e o médico sanitário Dr. Oswaldo Cruz.

Durante a pesquisa, surgiram características projetuais que possibilitaram a elaboração de considerações gerais sobre os projetos encontrados no arquivo. A partir do final da primeira década do século XX tornam-se mais frequentes projetos de garagem como acréscimo da casa, o que demonstra a apropriação desse meio de transporte particular pelas classes privilegiadas do Rio de Janeiro. O projeto mais antigo encontrado com garagem é de 1907, na Avenida Beira Mar, lotes 5 e 6, e é o único em que ela se encontra dentro do corpo principal da residência, em todos os demais casos a garagem é uma construção a parte localizada nos fundos do terreno, geralmente associada a quartos, provavelmente de criado, lavanderia e, em alguns, a criação de animais domésticos.

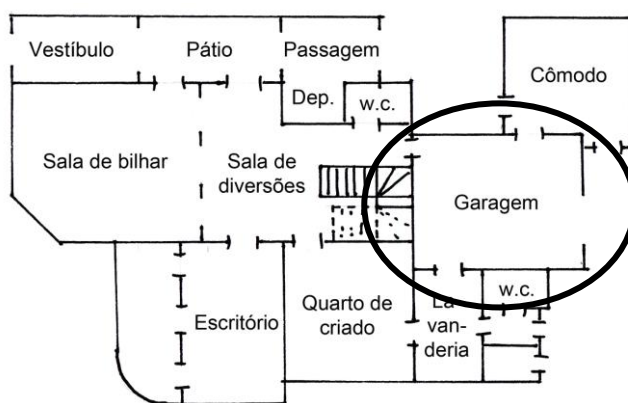


FIGURA 13: Planta baixa do porão da casa na Avenida Beira Mar, lotes 5 e 6, com destaque para a garagem na edificação principal. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1907.

Os automóveis se tornam tão presentes na vida das camadas mais abastadas da sociedade carioca que surgem inclusive nos desenhos arquitetônicos. Na proposta para construção de residência na rua Visconde de Ouro Preto, de 1919, aparece no desenho da fachada principal um carro ao lado da construção (RIO DE JANEIRO, 1919b). As garagens também figuram nos projetos de ampliação e modificação, como o da casa a rua General Polidoro, número 122, de 1914, onde é proposta a mudança da fachada principal com acréscimo de alguns cômodos no primeiro pavimento, construção de um segundo pavimento e de uma edificação nos fundos do terreno com garagem para três carros no térreo e quatro quartos no andar superior (RIO DE JANEIRO, 1914). Outro exemplo relaciona-se com a proposta de uma edificação de dois andares a ser construída nos fundos do terreno para abrigar uma garagem para dois carros, oficina e quarto com banheiro no térreo, e no segundo andar mais seis quartos, para a residência situada na rua São Clemente pertencente ao Dr. Jorge Street (RIO DE JANEIRO, 1911c). Além da garagem, foi pedida a aprovação do projeto de uma “sala de banho”, uma construção em estilo mourisco que abriga uma piscina de 9,50 por 7,50 metros (RIO DE JANEIRO, 1911d). Ambos foram aprovados em 1911. Além desse, foi encontrado outro projeto, de 1909, para construção de uma sala de banhos isolada no jardim que abriga uma piscina de 2,8 por 5,2 metros para a residência de Christiana ten Brinch do Rego Barros, também na rua São Clemente, número 400 (RIO DE JANEIRO, 1909).

Com relação aos projetos arquitetônicos de reforma, no período pesquisado foram encontradas muitas propostas, praticamente a metade dos pedidos de aprovação era de modificação. Dos vinte e oito projetos inventariados da rua São Clemente, quatorze são de reconstrução ou ampliação, na rua Voluntários da Pátria foram selecionados trinta projetos, entre eles quinze de reforma. Grande parte envolve ampliação da sala, geralmente a de jantar, e construção de varandas, muitos são reconstruções completas de antigas construções com adequação do programa de necessidades e da fachada ao novo gosto burguês e republicano. Como o projeto de reforma da casa da rua São Clemente, número 284, de propriedade de Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, onde foram acrescentados os seguintes cômodos: varanda, *lingerie*, gabinete de *toilette* e *salon* (RIO DE JANEIRO, 1912b). No projeto, de 1895, da construção de uma sala de jantar junto a casa existente à rua Voluntários da Pátria, número 30, a qual possui enormes proporções em comparação ao tamanho da construção original (RIO DE JANEIRO, 1895). Essas ampliações são características de uma classe burguesa que tenta se estabelecer dentro dos padrões exigidos de sociabilidade, criando a necessidade de amplos salões de recepção e da varanda como local de transição entre o interior da casa e o jardim.

Os projetos de reconstrução de fachada com o intuito de adequar a construção existente à linguagem eclética representa um recurso muito empregado, alguns são apenas para colocação de platibanda, outros visam modificações maiores como troca de gradil e aplicação de elementos decorativos. Em outros casos, o proprietário modifica o interior da residência e reforma a fachada, como no projeto de modificação do sobrado à rua Voluntários da Pátria, número 100, de 1910, em que se realizam a ampliação da sala de jantar, a construção de um segundo andar e a alteração da fachada em estilo eclético.

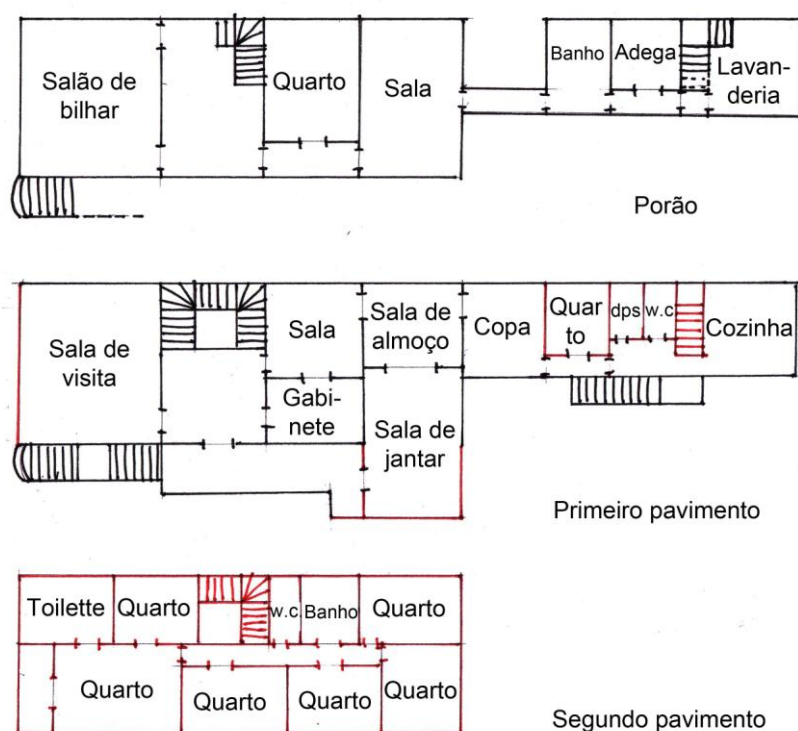


FIGURA 14: Planta baixa dos três pavimentos da casa na rua Voluntários da Pátria, 100. As linhas em vermelho representam as paredes a construir propostas pelo projeto de reforma. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910c.

O modo de vida adotado pelas camadas privilegiadas era desejado pelas camadas médias. Assim pode ser observada a reprodução de algumas características das residências abastadas em casas mais simples, sendo a mais comum a presença de cômodos tipicamente burgueses como gabinete, saleta, sala de bilhar, quarto de vestir ou *toilette* e a presença de várias salas. Essas muitas vezes não possuem definição de uso, sendo denominadas genericamente de “sala”, como se pode observar no projeto das casas geminadas de 1908 na rua da Assunção.

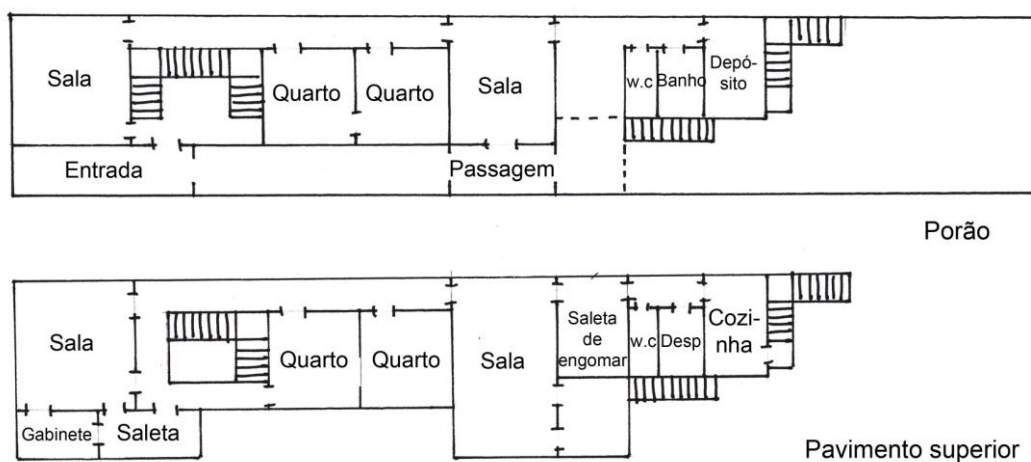


FIGURA 15: Planta baixa dos dois pavimentos da casa geminada na rua da Assunção. Notar a presença de várias salas, saletas e gabinete. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1908.

Outro exemplo interessante é o projeto de uma vila de onze grupos de casas geminadas na rua São Clemente onde se encontram reproduzidos espaços das residências abastadas. São casas de classe média, nas quais o porão alto habitável abriga sala de bilhar, sala de trabalho, sala de engomar; no andar superior se localizam as salas de visita e de jantar, quartos, banheiro e cozinha (RIO DE JANEIRO, 1910g). Há outro exemplo no projeto de uma casa simples na rua Paulo Barreto, de 1919, uma construção implantada com afastamento frontal e colada nas laterais do lote, em terreno de dimensões exíguas. Apesar disso, possui dois *toilettes* ao lado dos dois quartos existentes no primeiro pavimento e apresenta telhado inclinado, do tipo *chalet*, bem ao gosto europeu.

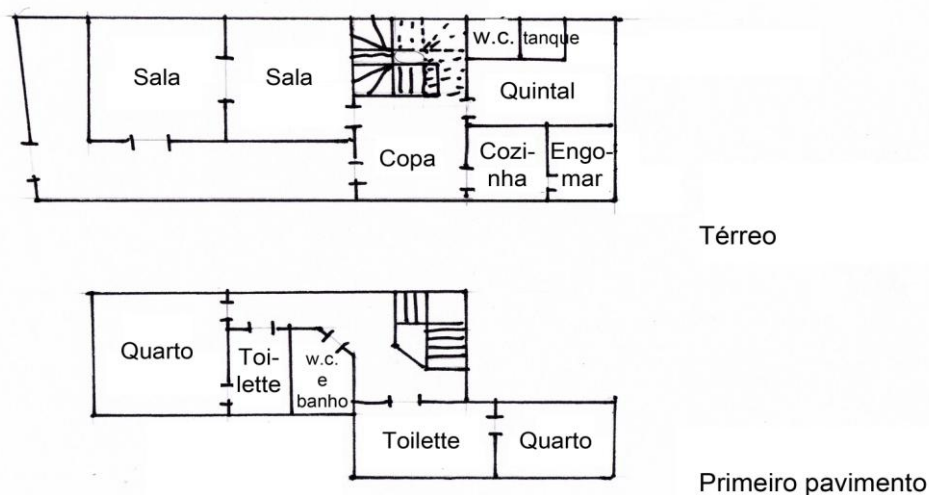


FIGURA 16: Planta baixa dos dois pavimentos da casa na rua Paulo Barreto, 75. Notar a presença de dois *toilettes* no primeiro pavimento. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1919a.

O gabinete e a sala de bilhar são os cômodos que aparecem mais repetidamente, as salas femininas como a de costura, são mais raras. O quarto de empregada também se torna presença constante, mesmo em casas mais modestas de apenas um pavimento sem porão e de menores proporções, normalmente próximo à cozinha e à despensa. Nos exemplos em que há uma construção independente para abrigar o automóvel, também podem ser encontrados quartos para criados ali.

O aumento da importação de materiais hidráulicos facilitou a construção de banheiros nas moradias, especialmente da elite. O número de salas de banho se amplia nos palacetes, tornando comum a presença desse cômodo não apenas no térreo ao lado da cozinha, mas também no segundo pavimento. A multiplicação desses cômodos pode ser encontrada em vários projetos arquitetônicos para residências luxuosas na Praia de Botafogo. Como no caso da residência do Dr. Oswaldo Cruz, responsável pelas reformas sanitárias do início do século XX no Rio de Janeiro, que possui um banheiro no porão, dois banheiros e um w.c. no primeiro andar e três banheiros no segundo andar (RIO DE JANEIRO, 1913a). Os banheiros nas plantas levantadas geralmente apresentam a nomenclatura banho e w.c., este se refere ao aposento que possui vaso sanitário e pia, o banho é relativo à atividade de tomar banho, ou seja, o cômodo onde se encontra a banheira. O banho e o w.c. podem estar no mesmo aposento ou separados, o que ocorre na maioria dos casos.

Em grande parte dos projetos analisados foram encontrados dois banheiros, um localizado no térreo e outro no pavimento superior. Quando há um terceiro, normalmente, ele se encontra no porão ou ao lado do tanque pregado aos fundos da casa, podendo ser considerado como banheiro de empregada. Em muitos casos, no térreo, há apenas um w.c., sem o banho, que se encontra no andar superior. Poucos exemplares possuem mais de três banheiros, o máximo encontrado foram cinco em dois projetos distintos. O primeiro deles é a residência do Dr. Emilio Granmasson, na Praia de Botafogo, número 316, em que há um banheiro completo no térreo, outro no primeiro pavimento, dois no segundo pavimento e mais um w.c. (RIO DE JANEIRO, 1911a). Outro projeto a contar com cinco banheiros é o da rua Voluntários da Pátria, número 127, de 1910, onde se encontram três w.c. no porão, no primeiro pavimento há um cômodo denominado *toilette* onde se encontram no desenho uma pia e um vaso sanitário e um banho e w.c. no andar superior. Diferentemente dos demais, neste projeto não consta a sala de banho.

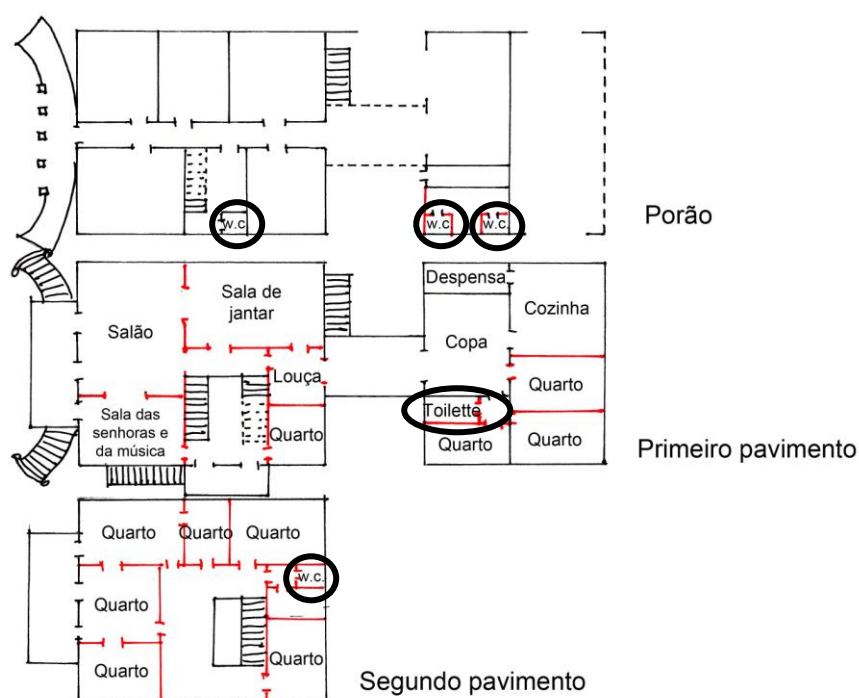


FIGURA 17: Planta baixa dos três pavimentos da casa na rua Voluntários da Pátria, 127. Destaque para os cinco banheiros encontrados na casa. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910d.

Em comparação às casas do período colonial, os palacetes da República possuem mais privacidade. Os vestíbulos ou saguões, que fazem a distribuição vertical e horizontal, permitem o deslocamento entre os cômodos do setor social de forma mais independente. A setorização rígida entre as zonas, social, íntima e serviços, também proporciona uma maior intimidade dentro dos espaços residenciais, separando as visitas, os empregados e os cômodos de uso exclusivo da família. Entretanto, no setor íntimo, mesmo nos anos 1920, ainda é possível encontrar portas ligando os quartos entre si, como na Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa, construída pela família Seabra na Praia do Flamengo, na década de 1920. Os quartos neste projeto contam com uma entrada pelo corredor e outra através dos quartos vizinhos, o que diminui a privacidade dos ocupantes. Nesse período, a privacidade da família já se encontrava bem estabelecida, mas a individual ainda estava em processo de se definir.

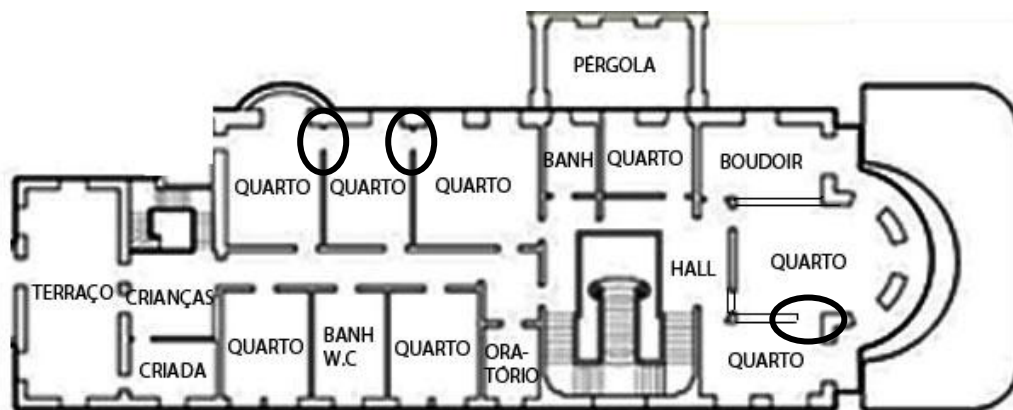


FIGURA 18 - Planta do segundo pavimento da Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa. Construída na década de 1920 ainda apresenta porta de comunicação entre os quartos. Desenho modificado pela autora a partir do projeto original que se encontra na Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa.

Fonte: Disponível em: <http://www.julietadeserpa.com.br>
 Acesso em: 05 de jun. 2012.

Na maioria dos projetos, os cômodos estão distribuídos através do hall, que tem acesso à escada, à entrada, ao setor social no primeiro andar e ao setor íntimo no segundo. Neste andar, em muitos casos, o hall é constituído por um mezanino com vista para o térreo. A adoção da distribuição à francesa nos palacetes era bastante comum, com a separação entre a circulação de criados, patrões e visitantes, e entradas distintas para o setor social e para o de serviços, sendo que o social, muitas vezes possui mais de uma entrada. Também era muito comum a sala de jantar ou outra sala ter um pequeno terraço voltado para o jardim na lateral da casa ou nos fundos do terreno.

Os aposentos dos empregados domésticos, geralmente, possuíam localização distinta de acordo com o gênero. O quarto da criada ficava dentro do corpo principal da residência. O quarto do criado, quando dentro da casa, possuía entrada para a área externa, sem acesso direto ao interior. O mais frequente, porém, era sua alocação em edificação separada localizada nos fundos do terreno, junto a outros cômodos de serviço e à garagem, conformando o que na época se denominava "puxado" e mais tarde se tornou a edícula das casas brasileiras.

Apesar de apresentarem algumas modernidades no programa de necessidades das habitações desse período, como garagem, vários banheiros, e equipamentos domésticos, é possível perceber a permanência de certos elementos tradicionais, resquícios do período colonial. O mais frequente deles são os galinheiros, como no projeto da rua Voluntários da Pátria, número 57, de 1893 (RIO DE JANEIRO, 1893) e outro, de 1912, na rua São Clemente, número 203, pertencente à Guilhermina Guinle onde se encontra o projeto de uma construção que abriga um galinheiro em estilo eclético (RIO DE JANEIRO, 1912c). Na maior parte dos casos, o moderno e o antigo convivem lado a lado, muitas das

propostas para garagem localizam-na ao lado do galinheiro, como no projeto de 1920 na rua Visconde Ouro Preto, número 38 (RIO DE JANEIRO, 1920d).

É comum encontrar vários cômodos masculinos em uma mesma residência, mas aposentos femininos quando aparecem são em menor número, geralmente apenas um, sendo o *toilette* a peça feminina mais encontrada nas plantas analisadas, seguido de perto pela sala de costura. Esse pode ser interpretado como um cômodo feminino, porém, muitas vezes são encontrados dois *toilettes* ladeando o mesmo quarto, em alguns projetos esses aposentos são nomeadamente definidos para o uso da senhora e o outro para o senhor. Dessa forma, o mesmo não pode ser considerado exclusivamente voltado para o uso da mulher, sendo também utilizado pelo homem. Esse cômodo também pode receber outras denominações como foram encontrados em alguns projetos: quarto de vestir, toucador ou *boudoir*. Quando aparecem dois cômodos femininos em uma mesma residência, eles são, na maior parte dos casos, o *toilette* e a sala de costura. Houve poucas referências à sala de senhora propriamente, apenas três projetos apresentavam uma peça com esta denominação. Em algumas casas foram encontrados oratórios, esses podem ser incluídos na lista de aposentos femininos, pois a devoção das mulheres era mais estimulada e mais comum do que a dos homens, influenciados pelo pensamento humanista e cientificista característicos da época.

Considerando o *toilette* como cômodo feminino, parte dos projetos apresentam aposentos voltados para ambos os sexos, em quase o mesmo número de casos registra-se apenas ambientes de uso exclusivamente masculinos, o mais comum deles é o gabinete ou escritório, mesmo em casas mais modestas ele aparece com frequência. Esse cômodo geralmente possui entrada independente para uma varanda ou vestíbulo, permitindo o acesso de estranhos sem que estes passem pelo interior da residência. O segundo cômodo masculino mais frequente é o salão de bilhar, em seguida, vem a biblioteca e, com menos aparições nos projetos, o *fumoir*. Cômodos voltados para a prática da fotografia estão contemplados em alguns projetos, o que aumenta o rol de ambientes que abrigam atividade masculina dentro do espaço doméstico. Como exemplo dessas residências temos a casa da Praia de Botafogo, número 316 que possui dois cômodos denominados quarto escuro e quarto para fotografia, a residência do Dr. Oswaldo Cruz, também na Praia de Botafogo, em que um conjunto de quartos é denominado de câmara escura e a casa da rua das Laranjeira, número 441, de 1913, onde há uma peça denominada laboratório fotográfico. Nos três projetos esses ambientes se localizam no porão. As casas onde se encontram esses aposentos pertencem à classe mais abastada da sociedade carioca, portanto, a prática da fotografia nesses casos, provavelmente, se limitava a um *hobby* do proprietário e não a sua atividade profissional.

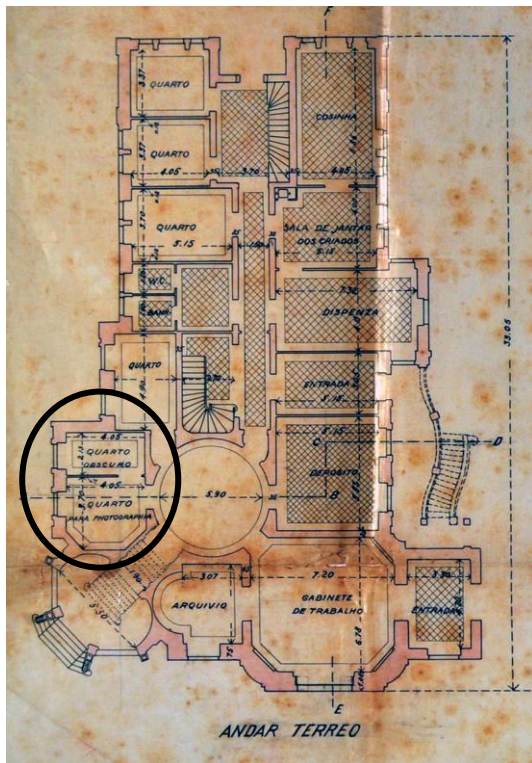


FIGURA 19: Planta baixa do andar térreo da residência localizada na Praia de Botafogo, 316. Destaque para os cômodos voltados para a prática da fotografia.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1911a.

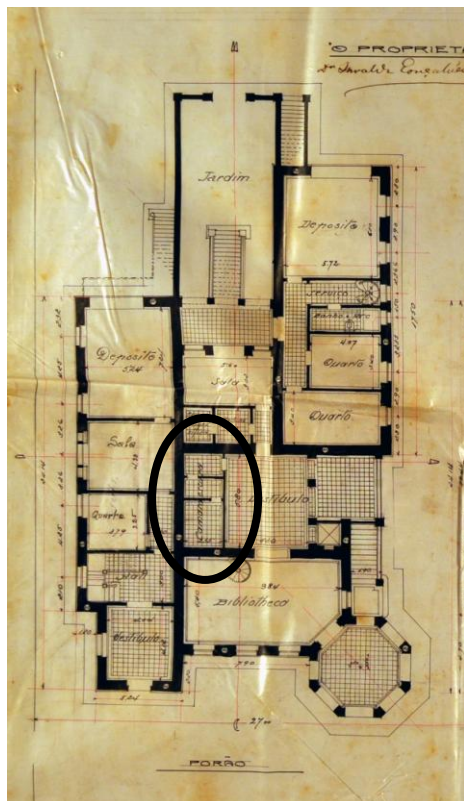


FIGURA 20: Planta baixa do andar térreo da residência do Dr. Oswaldo Cruz, localizada na Praia de Botafogo, número 406 a 412. Destaque para os cômodos voltados para a prática da fotografia.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913a.

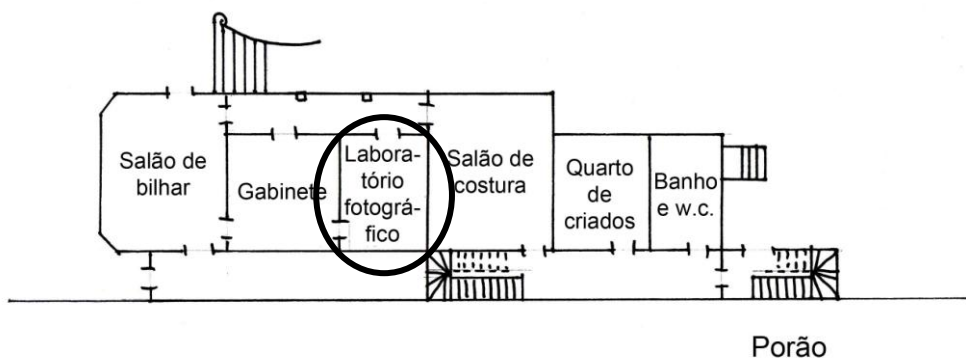


FIGURA 21: Planta baixa do porão da residência da rua das Laranjeiras, 441. Destaque para o laboratório fotográfico existente no porão. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913c.

A sala da senhora ou sala de costura possui, em geral, duas localizações, em posição limítrofe entre o setor social e o de serviço ou no porão junto a outros aposentos com função de serviço. Entretanto, neste último caso, essa sala feminina é sempre denominada de sala de costura e não de sala da senhora. Como exemplo dessa localização, tem-se a casa da rua Dona Mariana, número 39, de 1911, em que a sala de costura se encontra no porão juntamente com o escritório, a sala de engomados, quartos e despensa.

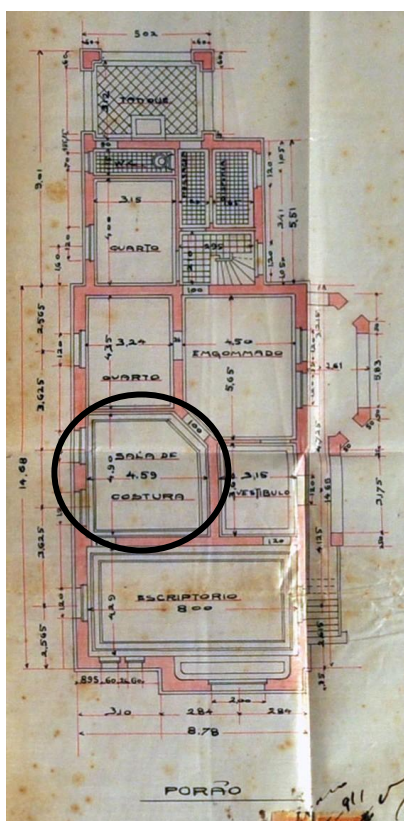


FIGURA 22: Planta baixa do porão da residência da rua Dona Mariana, número 39. Destaque para a sala de costura.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1911b.

O palacete da Praia de Botafogo, número 316, tem a sala de senhora no setor de serviço do primeiro andar, em frente à copa e ao lado das salas de estudo, podendo a Sra. Granmasson, de sua sala particular fiscalizar os estudos dos filhos, provável função dos cômodos denominados "estudo", e as atividades na copa, e ainda assim permanecer distante das tarefas pesadas exercidas na cozinha, que fica no andar inferior.

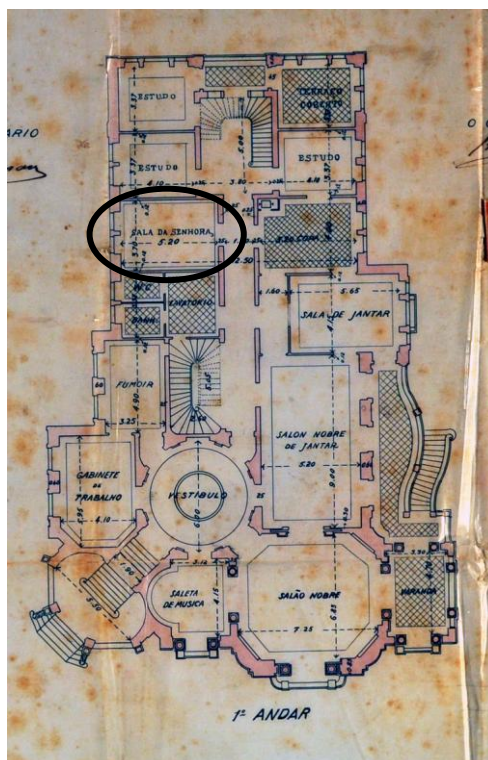


FIGURA 23: Planta baixa do primeiro andar da residência localizada a Praia de Botafogo, 316. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1911a.

Ocasionalmente, é possível encontrar a sala de costura no pavimento dos quartos, como no projeto da rua Dona Mariana, número 56, em que o cômodo denominado "costura" se localiza no pavimento superior, porém não em meio aos quartos, mas nos fundos do terraço.

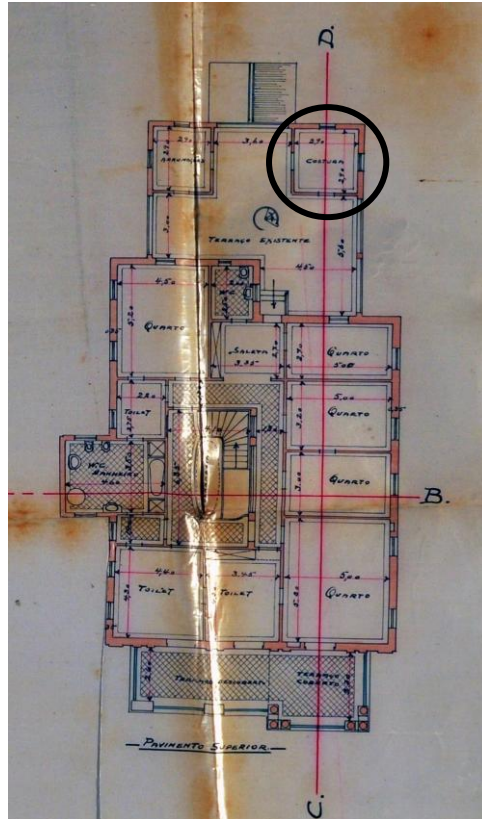


FIGURA 24: Planta baixa do pavimento superior da residência localizada a rua Dona Mariana, 56. Destaque para a sala de costura.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1922.

Caso interessante foi encontrado no palacete da rua Voluntários da Pátria, número 127, em que a peça chamada sala da senhora e da música fica no setor social, na frente da construção, ao lado do salão e com entrada independente para a varanda. Nesse caso, provavelmente este cômodo não serviria apenas como local onde a senhora da casa exercia suas funções de administradora do lar e onde realizava seus trabalhos manuais, mas como sala de visitas e de música.

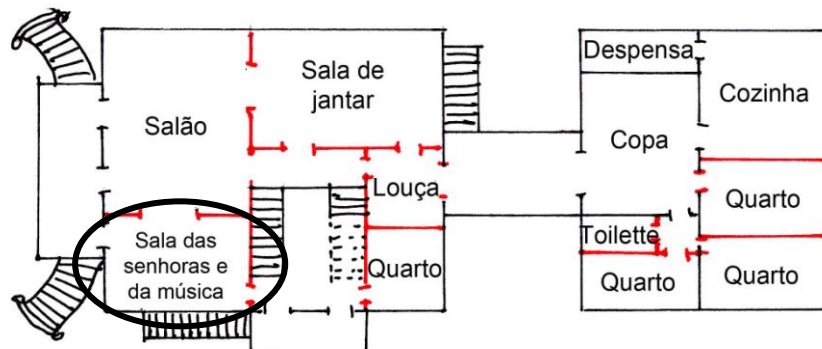


FIGURA 25: Planta baixa do primeiro pavimento da residência na rua Voluntários da Pátria, 127. Destaque para a sala das senhoras e da música. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910d.

O número de quartos varia bastante nos projetos, de dois a doze, mas a maioria possui entre quatro e seis quartos, sendo cinco o número mais comum. Entre esses, estão incluídos os quartos de criados, ao menos um em cada casa, podendo ser encontrados dois ou três quartos para empregados domésticos, geralmente localizados no porão ou ao lado da cozinha. Em dois projetos, ambos na Praia de Botafogo, foram encontrados quartos de criada junto ao setor íntimo, próximo aos quartos da família, o primeiro é o já citado palacete do Dr. Emílio Granmasson, na Praia de Botafogo, número 316, o outro projeto, de 1906, é a residência do Dr. Joaquim Machado de Mello, também na Praia de Botafogo, número 67. Esta residência possui outra característica interessante, a sala de costura também se encontra no andar dos quartos, ou seja, em meio ao setor íntimo, uma localização pouco comum.

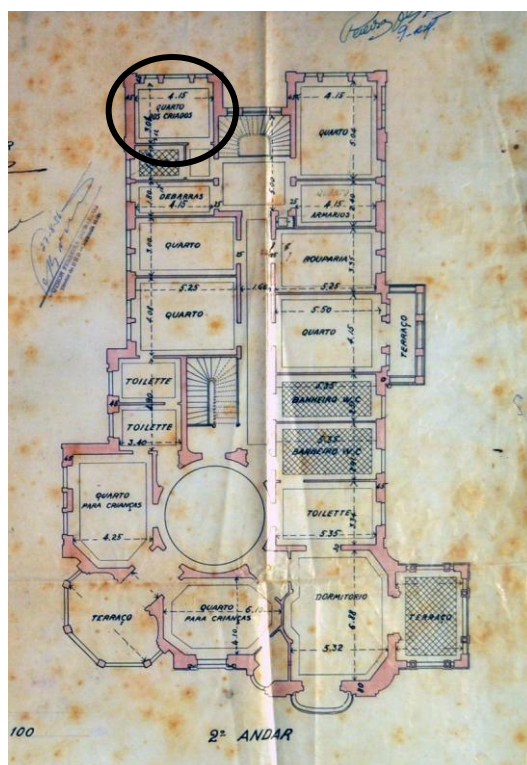


FIGURA 26: Planta baixa do segundo andar do palacete do Dr. Emílio Granmasson, a Praia de Botafogo, número 316.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1911a.

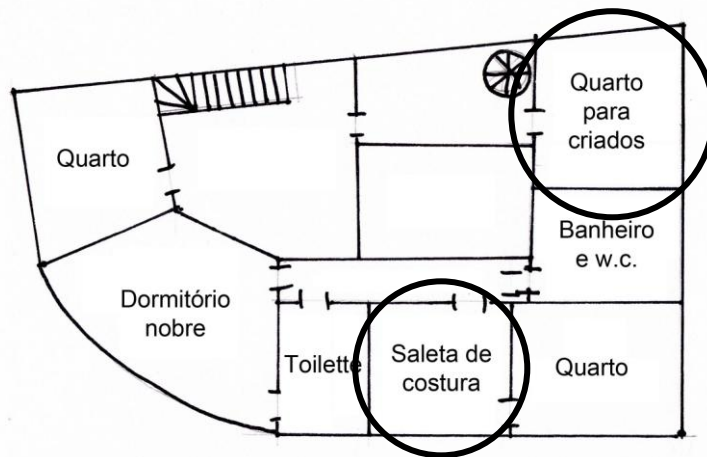


FIGURA 27: Planta baixa do segundo andar da casa na Praia de Botafogo, número 67. Destaque para a localização da sala de costura e do quarto de criados, ambos no setor íntimo. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1906.

Em dois projetos foram contabilizados doze quartos no total. Um deles é a casa da rua Dona Mariana, 184, 186 e 188, de 1910, realizada pelo construtor Oscar de Almeida Gama, responsável por outras importantes residências. Na rua Dona Mariana são encontrados nove quartos no segundo pavimento e três no primeiro, sendo que apenas um desses é denominado como de criada.

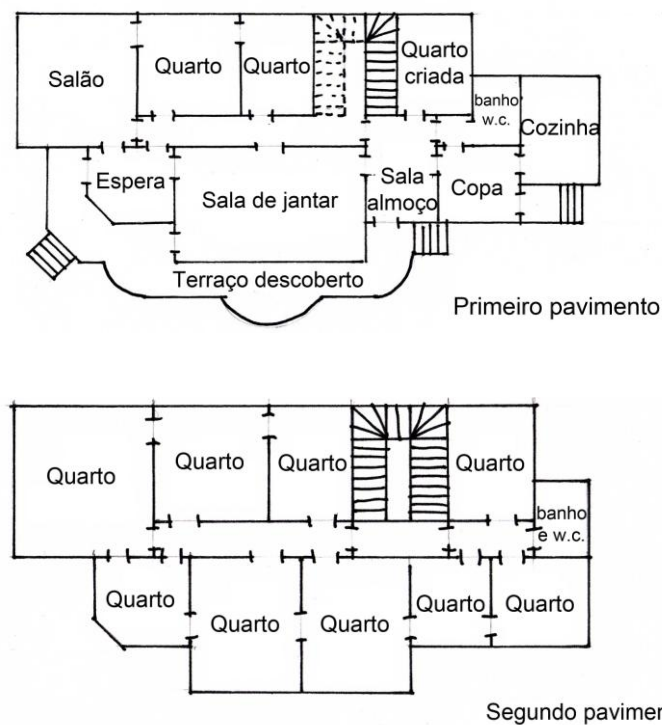


FIGURA 28: Planta baixa do primeiro e segundo pavimento da casa na rua Dona Mariana, 184, 186 e 188. Destaque para os doze quartos encontrados na casa. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910f.

O projeto arquitetônico do palacete número 316 da Praia de Botafogo, pertencente ao Dr. Emílio Granmasson, também registra o número de doze quartos. Sendo quatro no térreo, onde se localizava parte do setor de serviços, os oito demais quartos no segundo pavimento, sendo um deles para criada e dois para crianças. É possível que nem todos esses doze quartos fossem realmente utilizados como local de repouso pelos moradores. Nos inventários pesquisados encontram-se indícios de que nem todos os cômodos denominados quartos exerciam a função de quarto de dormir, pois muito deles não possuíam cama. No inventário da Baronesa do Amparo (RIO DE JANEIRO, 1924), por exemplo, um dos quartos possuía um guarda comida, um guarda roupas, um guarda vestidos, uma pequena cômoda e uma mesa; o conjunto de móveis listado não indica a utilização do aposento como dormitório. Em outro quarto nesse mesmo inventário são citados uma *chaise longue*, uma *psyché*, uma mesa, uma cômoda, um guarda vestidos, três cadeiras de balanço, uma mesinha e uma secretária, também não aparece uma cama, móvel que determinaria a utilização do ambiente como quarto de dormir.

4.3.1- Os projetos arquitetônicos

4.3.1.1- Avenida de Ligação, 103.

O projeto arquitetônico de reconstrução do sobrado com porão alto não habitável localizado na Avenida de Ligação (atual Avenida Oswaldo Cruz), número 103, foi aprovado em 1915, de propriedade de Francisco de Souza Costa, tendo como construtor José Gonzalez Suarez. O projeto encontrado está completo, contendo plantas baixas, cortes e a fachada principal. A reforma visava ampliar a casa, com a criação de novos cômodos nos fundos da construção e com o acréscimo de varandas na lateral tanto no primeiro pavimento quanto no segundo. A fachada também foi modificada por uma nova escada de acesso e de varandas nos dois andares. Como não foi encontrado desenho da fachada anterior, só podemos supor que novos elementos decorativos foram acrescentados referenciados no movimento artístico do *Art Nouveau*. A construção tem afastamentos frontal e lateral, como o terreno não é muito grande, uma das laterais fica mais próxima dos limites do lote, a mais distante possui uma extensa varanda.

A casa apresenta três entradas, duas sociais e uma de serviço nos fundos da construção. A entrada social localizada na fachada frontal dá acesso à sala de espera podendo, portanto, ser considerada a entrada principal da casa. Esta sala distribui para a sala de visitas e para a sala de jantar. A outra entrada se realiza por uma longa varanda lateral para onde se abrem as portas da sala de jantar e da sala de fumar, sendo assim uma

extensão desses cômodos. Esse era provavelmente o local onde a família observava o movimento das ruas, o vai e vem de pedestre e carros e de onde se descortinava parte da intimidade familiar. Todas as salas são interligadas sem a presença de um corredor. A circulação vertical se encontra na parte central da planta ligada à entrada pela sala de fumar e não pela sala de espera como seria mais usual. Isso ocorre, talvez, por se tratar de uma reforma.

O setor de serviços, localizado nos fundos do primeiro pavimento, é composto por sala de almoço, w.c., quarto, provavelmente de criada, copa, onde se encontra a escada de serviço, cozinha, duas despensas e a varanda que dá acesso aos fundos do terreno e por onde poderiam entrar os fornecedores e os empregados sem passar pelo setor social da casa. A sala de jantar está distante da área de serviço e, conseqüentemente, da cozinha. As refeições deveriam cruzar a copa, a sala de almoço e o hall até chegarem à sala de jantar, o que pode indicar que esse cômodo só era utilizado para refeições formais. A sala de almoço, onde eram servidas as refeições mais informais, está mais próxima da cozinha. A copa não servia como local de refeição, mas de distribuição e finalização dos pratos a serem servidos, tanto na sala de almoço quanto na sala de jantar.

No segundo pavimento se encontra a área íntima com quatro quartos. O quarto principal localizado na parte da frente do segundo pavimento, como era usual, possuía *boudoir* e um banho e w.c. Entretanto, apesar de o banheiro ser ligado diretamente ao quarto principal, eles não configuram uma suíte, pois não há outro banho na casa, mas apenas um w.c. em cada andar. Além desses cômodos, há uma rouparia e um terraço compartilhado por dois quartos nos fundos. A varanda longa lateral se repete nesse pavimento, se abrem para ela o quarto principal, o *boudoir*, outro quarto e a rouparia. Dessa forma, apesar de haver um corredor de distribuição, uma escada de serviços separada da escada social e de os quartos não possuírem comunicação entre si, o projeto não permite privacidade total, pois é possível acessar os quartos e uma peça de serviço pela varanda.

Nessa residência não há um sala nomeadamente feminina no setor social ou no de serviço, mas possui o *boudoir* ao lado do quarto principal, esse cômodo era geralmente usado pelas mulheres como quarto de vestir ou sala íntima, onde se realizavam pequenas reuniões com parentas e amigas mais próximas da senhora da casa. Mas também poderia ser compartilhada com o marido como quarto de vestir do casal. Não podendo dessa forma, afirmar que o *boudoir* seria um aposento exclusivamente feminino.



FIGURA 29: Projeto completo da casa da Avenida de Ligeção,103. Aprovado em 1915. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1915a.

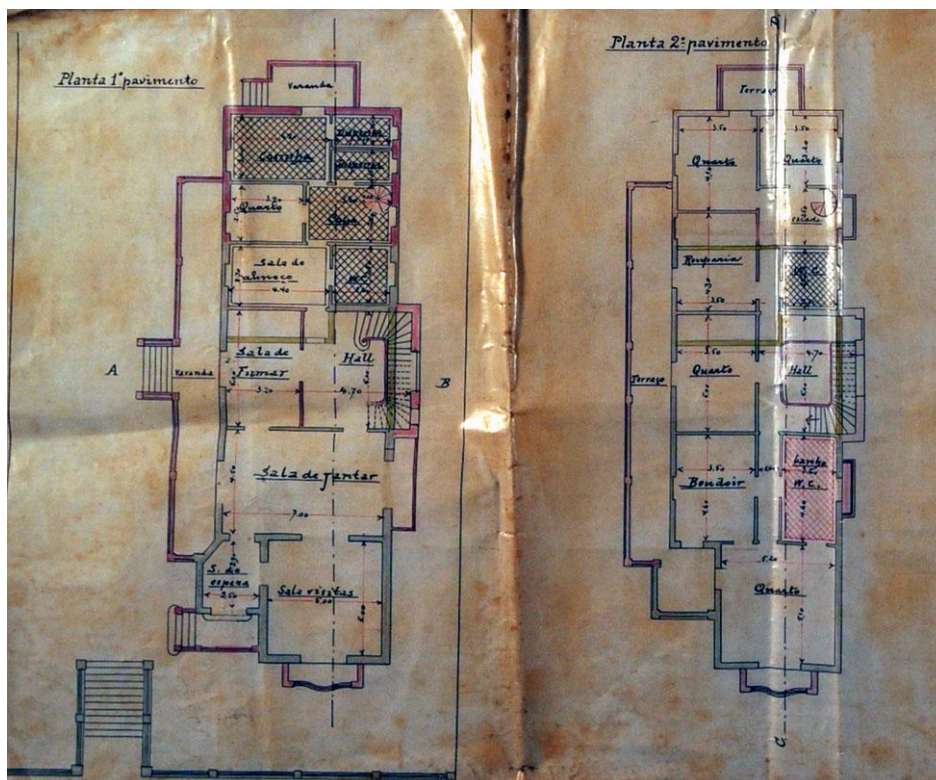


FIGURA 30: Detalhe do projeto da casa da Avenida de Ligeção,103, com destaque para as plantas baixas. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1915a.

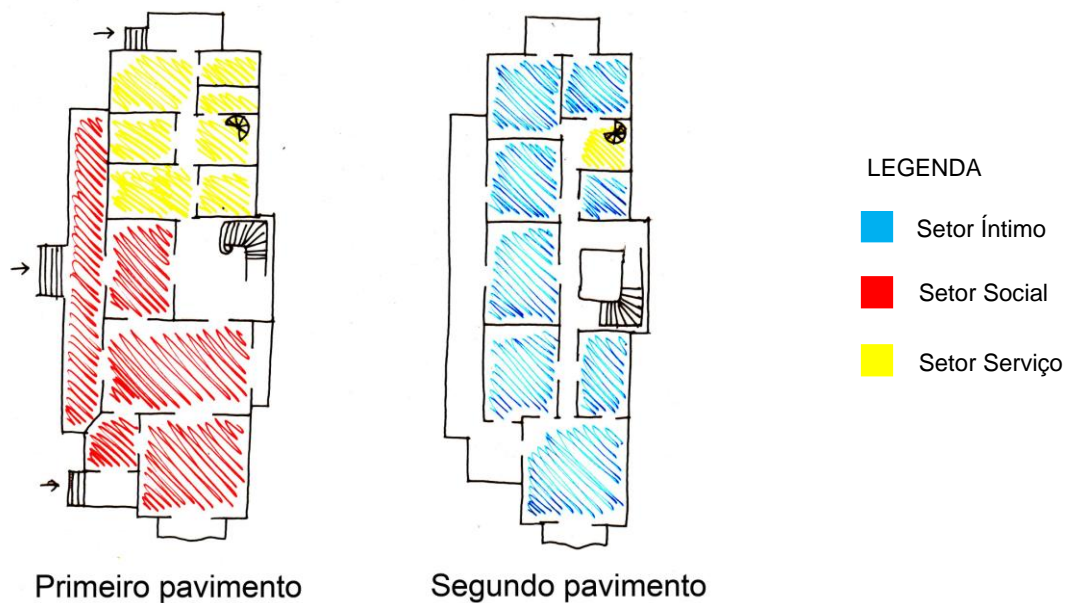


FIGURA 31: Zoneamento da casa da Avenida de Ligação, 103.
Fonte: autora

4.3.1.2 - Avenida de Ligação, sem número.

Estão disponíveis apenas as plantas baixas do projeto arquitetônico do sobrado com porão alto habitável na Avenida de Ligação, sem número, aprovado em 1912, de propriedade do Dr. Eduardo Ottotheiler. O projeto é de autoria do arquiteto Heitor de Mello, responsável por outros projetos selecionados e professor de composição da Escola Nacional de Belas Artes. Segundo Cavalcanti (2006), seu escritório pode ser considerado o mais prestigioso e ativo no Rio de Janeiro entre 1898 e 1920, projetando edifícios públicos e particulares. Após sua morte em 1920, assumiram a gerência seu genro Archimedes Memória, e o arquiteto franco-suíço F. Cuchet. Lucio Costa estagiou no "Escritorio Technico Heitor de Mello" com sede na rua da Quitanda, por dois anos. Chegou a conhecer o arquiteto descrito por Costa (1995: 12) como sendo, além de catedrático, um "*homme du monde*".

A entrada social da casa se faz pelo porão, o qual está no nível do terreno e não enterrado. O vestíbulo e o hall da escada de circulação interna se encontram no centro da planta, no lado direito está a sala de bilhar e no lado esquerdo cômodos que fazem parte do setor de serviços: dois quartos, provavelmente de criados, depósito de malas, despensa, w.c. e banho, além de uma entrada de serviço. A localização da sala de bilhar no porão foi encontrada em outros projetos, sua separação dos demais cômodos sociais pode decorrer de seu uso quase exclusivamente masculino e do eventual barulho provocado pelo jogo.

No primeiro andar encontram-se os outros aposentos de recepção: salão, sala de música, sala de jantar e uma saleta, que por sua localização parece possuir função de distribuição, fazendo as vezes de vestíbulo, com uma varanda denominada na planta de *loggia*. Com acesso pelo hall da escada encontra-se um cômodo denominado *toilette*, que nesse caso é um w.c. e não um quarto de vestir. Ao lado da sala de jantar estão a copa e a cozinha, esta possui acesso à área externa através de uma escada. A cozinha não se encontra próxima à sala de jantar, sendo necessário atravessar a copa para acessá-la. Apesar da maior aproximação ao longo do século XIX entre o lugar onde eram preparadas as refeições e onde estas eram servidas, cozinha e sala de jantar nem sempre se encontram associadas nos projetos residenciais desse período. Em nenhum projeto analisado a cozinha tem ligação direta com a sala de jantar, entre elas sempre há ao menos um cômodo de intermediação, evitando que os calores e os odores da cozinha chegassem aos comensais na sala de refeições.

No segundo pavimento encontram-se dois quartos, um deles é ladeado por um banho e w.c. e por dois *toilettes*, nesse caso, quartos de vestir, provavelmente um masculino e outro feminino. Um dos *toilettes* tem entrada para a biblioteca e também para o corredor, este aposento deveria pertencer ao dono da casa, pois a biblioteca era um cômodo considerado masculino. Por se encontrar no andar superior, a biblioteca não possui a função de espaço de representação, mas de sala de trabalho da família.

Neste projeto arquitetônico não há circulação vertical de serviço separada da social e nem cômodos de serviço no andar íntimo, mas há uma entrada de serviço permitindo o acesso à cozinha de forma independente. A circulação entre os cômodos é feita por corredores no porão e no segundo andar, no primeiro a distribuição dos cômodos do setor social se faz pela saleta. O setor de serviço é bem conciso possuindo apenas dois cômodos, a cozinha e a copa, podendo haver outros aposentos voltados para as atividades de manutenção da casa, como a lavanderia e os quartos dos criados, em outra construção no terreno.

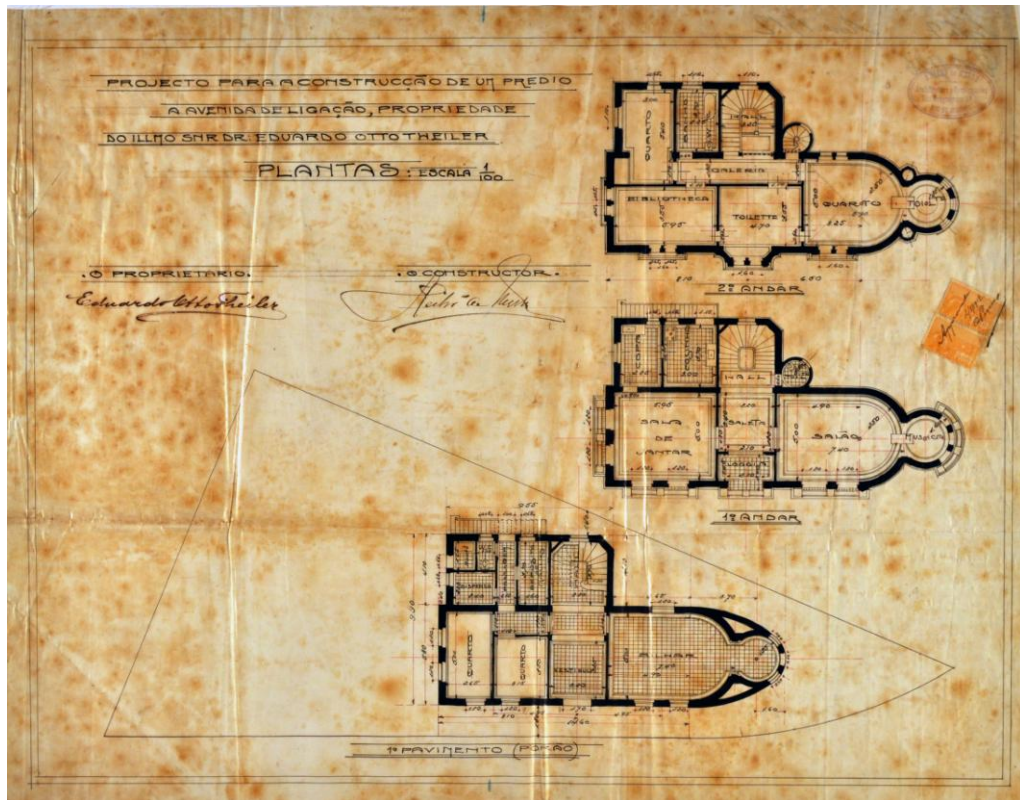


FIGURA 32: Projeto da casa da Avenida de Ligeção, sem número, aprovado em 1912. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1912a.

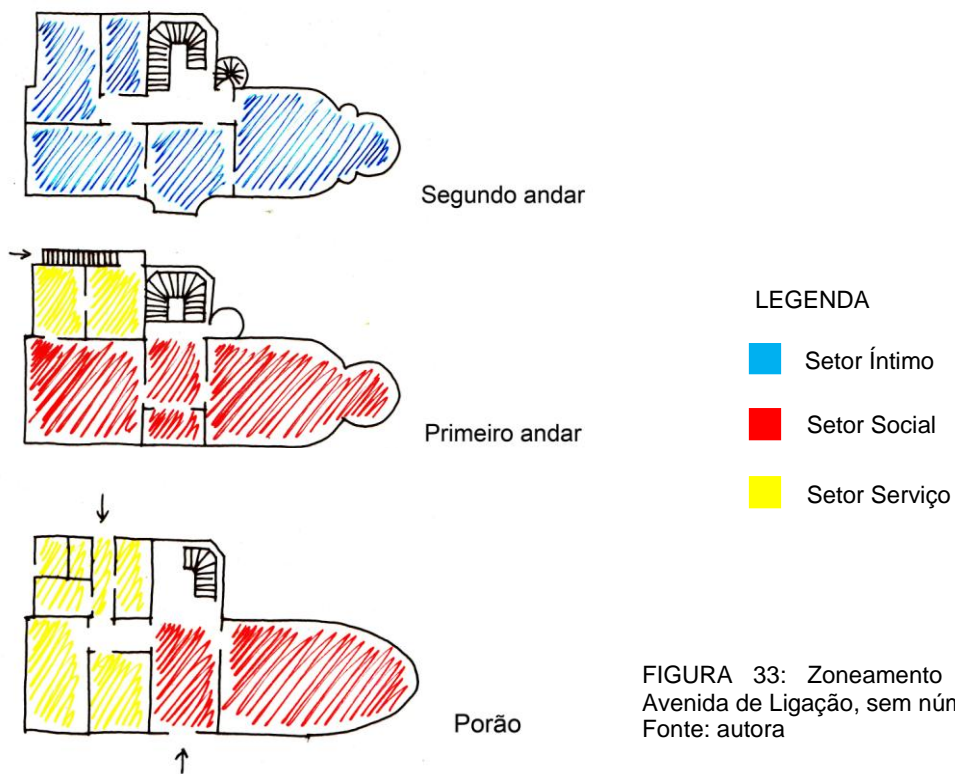


FIGURA 33: Zoneamento da casa da Avenida de Ligeção, sem número. Fonte: autora

4.3.1.3 - Avenida de Ligação, 28.

O projeto do palacete localizado na Avenida de Ligação, número 28, de propriedade do Dr. Modesto Âncora Lins de Vasconcelos e tendo como construtor Joaquim Gomes dos Santos foi apresentado duas vezes à Prefeitura. A primeira em 1916, no ano seguinte foi aprovada uma proposta de modificação com alteração da implantação da casa, acréscimo de uma escada interna e nova proposta para o "puxado". O projeto arquitetônico se encontra completo e reúnem plantas, cortes, fachadas, implantação, inclusive da construção que abriga a garagem. Pelos desenhos é possível notar o apuro estilístico das fachadas de inspiração claramente francesa. Foi encontrado o inventário dessa residência realizado em 1919 quando do falecimento da esposa do proprietário, Dona Helena de Souza Lins¹⁸.



FIGURA 34: Fachada da Avenida de Ligação e fachada da Travessa Umbelina, da casa da Avenida de Ligação, 28, aprovada em 1916. Desenhos demonstram apuro estilístico e influência francesa. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1916a.

O pavimento térreo possui vários acessos. Os cômodos considerados como ambientes masculinos encontrados nesse andar, a biblioteca, a sala de bilhar e a sala de trabalho, apresentam portas para a área externa, permitindo que seu acesso seja realizado de forma independente. Além dessas entradas, há outras duas de serviço, uma na cozinha e outra próxima à escada de serviço. O setor social se encontra dividido em dois andares, sendo o salão, a sala de bilhar, a sala de trabalho, a biblioteca e o escritório no térreo. Nesse pavimento também estão três quartos, a cozinha, w.c. e banho separados e duas escadas, sendo uma delas proposta na modificação de 1917 em lugar de um quarto. Provavelmente essa nova escada surgiu da necessidade de separar a circulação vertical de serviço da social.

No primeiro pavimento situam-se os demais cômodos de representação, a sala de jantar e a de visitas, o gabinete e a sala de espera, o setor íntimo, formado por seis

¹⁸ Mais informações sobre o inventário no item 4.3 desta tese.

quartos, sendo um deles menor e próximo ao setor de serviço, podendo ser de criada, e algumas peças do setor de serviço. Possui acesso independente por escada externa na fachada frontal. Completam o andar três varandas, sendo duas cobertas e uma descoberta, todas junto aos cômodos onde se realizavam as refeições, uma na sala de almoço e as outras duas na sala de jantar. O setor de serviço, também compartimentado entre os andares, é composto no pavimento superior por copa, despensa, banho e w.c. separados, e sala de almoço. Nessa residência a cozinha se encontra bastante distante da sala de jantar, estando os cômodos localizados em andares diferentes e em posições opostas, a cozinha nos fundos do andar térreo e a sala de jantar na parte da frente do pavimento superior. Existe um pequeno retângulo localizado na mesma posição em ambos os andares, dentro da cozinha e da copa, o que leva a crer que havia um monta carga na casa. Sendo assim, as refeições seriam preparadas na cozinha, subiriam pelo monta carga até a copa onde seriam finalizadas para depois serem levadas a sala de jantar ou a sala de almoço.

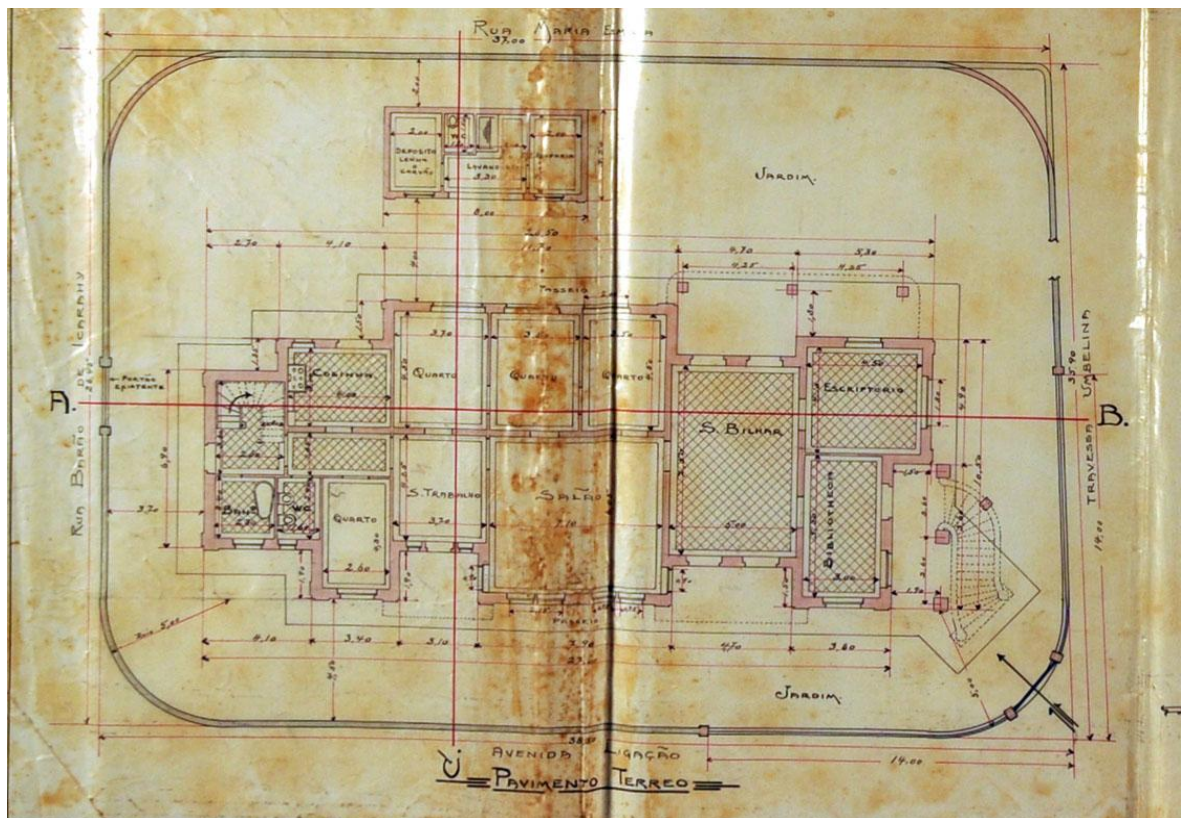


FIGURA 35: Planta baixa do térreo da casa da Avenida de Ligação, número 28, aprovado em 1916, com implantação antiga.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1916a.

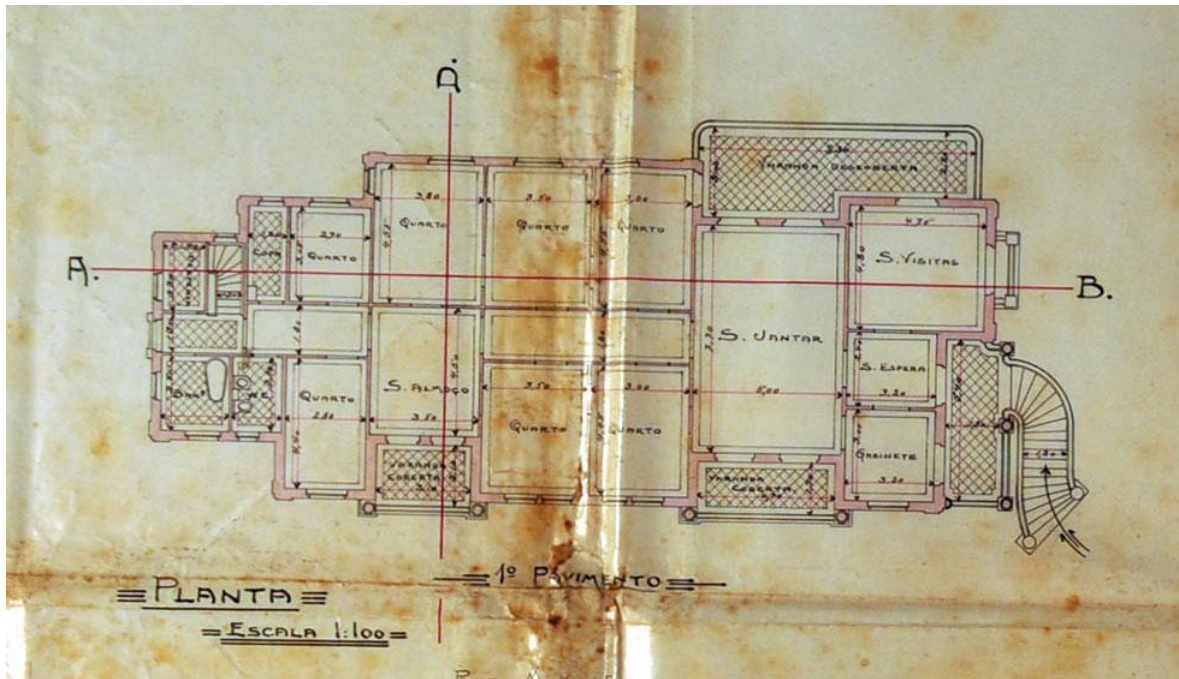


FIGURA 36: Planta baixa do primeiro pavimento da casa da Avenida de Ligação, número 28, aprovado em 1916.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1916a.

A setorização é semelhante a das casas coloniais em geral no Brasil: setor social na frente, de serviços nos fundos e o íntimo no meio, isso acontece em ambos os pavimentos de uma forma geral. Existem vários cômodos masculinos, como biblioteca, escritório, sala de bilhar e gabinete, mas nenhum tipicamente feminino, nem mesmo um quarto de vestir.

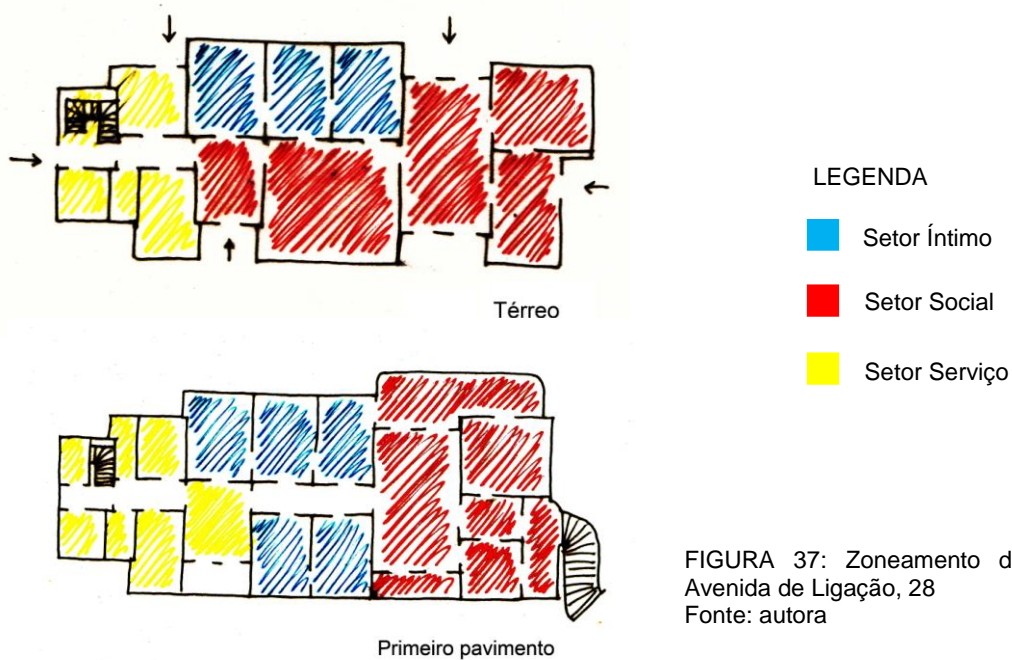


FIGURA 37: Zoneamento da casa da Avenida de Ligação, 28
 Fonte: autora

No terreno há outra construção denominada no projeto como "puxado", uma edícula, na verdade. No projeto de 1916, se definia como uma construção simples dividida em depósito, lavanderia, rouparia e w.c. Na proposta de 1917, o "puxado" é apresentado como uma construção mais elaborada com fachada em conformidade com a linguagem empregada na construção principal, abrigando garagem, rouparia, sala de engomar, tanques, arrecadação, w.c. e banho e depósito de lenha. Ao lado da construção encontra-se um depósito de gasolina.

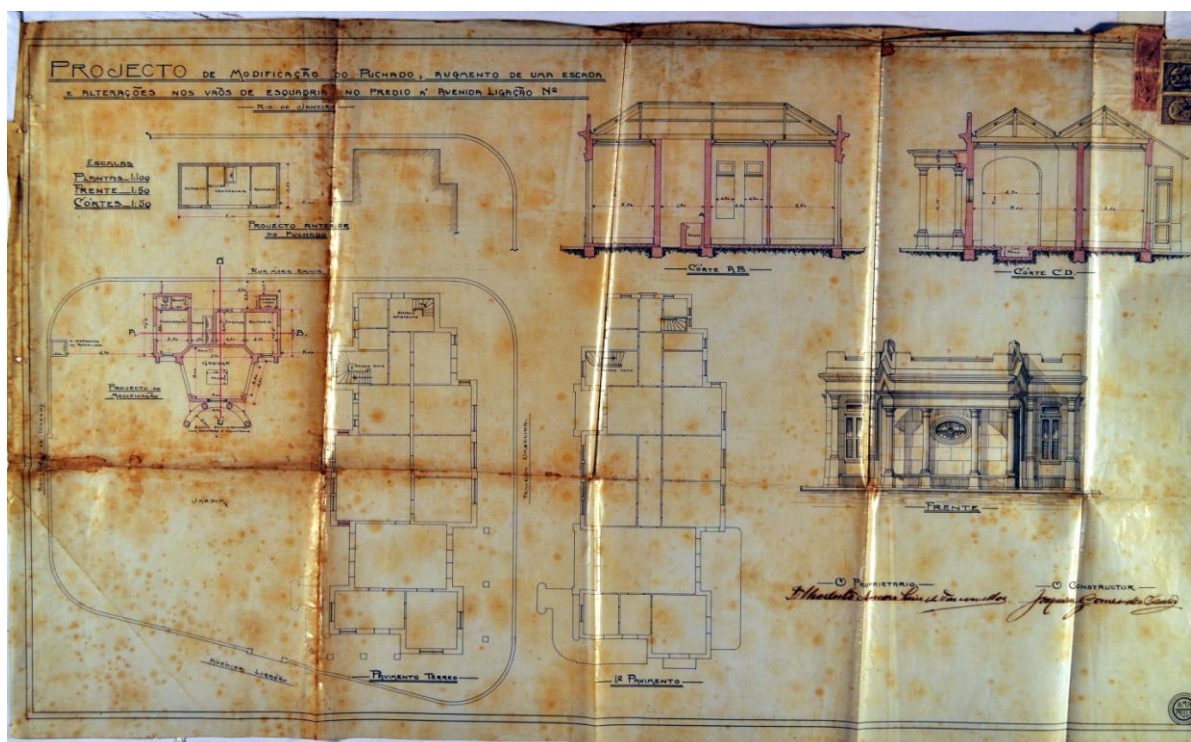


FIGURA 38: Projeto de modificação da casa da Avenida de Ligação, 28, aprovado em 1917, com nova implantação, alteração do "puxado" e acréscimo de uma escada interna na edificação principal. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1916a.

4.3.1.4 - Praia de Botafogo, 316.

O projeto do luxuoso sobrado com porão alto habitável localizado na Praia de Botafogo, número 316, foi aprovado em 1911. Dentre os palacetes inventariados, esse é um dos mais sofisticados, como se pode perceber pelo desenho da fachada extremamente elaborada e pelos inúmeros cômodos, sendo o projeto selecionado com maior número de quartos e de banheiros. No andar térreo se localizavam os cômodos de serviço e aposentos voltados para atividade provavelmente de lazer do dono da casa, o Dr. Emilio Granmasson. Esse andar possui três entradas, uma social dando acesso ao gabinete de trabalho que possui um arquivo em anexo, outra mais central no corpo do edifício onde se encontra a

circulação vertical interna e a última entrada voltada para os fundos do terreno. Os outros aposentos do setor social deste andar são o quarto para fotografia, o quarto escuro e o depósito. Através da identificação desse conjunto de cômodos é possível concluir que o dono da casa tinha como *hobby* a fotografia, esta não poderia ser sua profissão por não ser uma atividade valorizada no início do século XX a ponto de permitir a construção de uma mansão à beira mar e a titulação de seu praticante como "doutor". No setor de serviço, localizado na parte posterior da planta, encontram-se a cozinha, a sala de jantar dos criados, despensa, w.c. e banho e três quartos, provavelmente para os empregados da casa, além de uma escada de serviço.

O primeiro andar tem dois acessos, ambos através de escadaria e varanda, um na fachada frontal dividido em dois lances de escada com amplo patamar entre eles e o outro acessando uma varanda para onde se abrem o salão nobre e o *salon* nobre de jantar. A escada frontal leva a um vestíbulo de formato circular para onde se voltam os cômodos do setor social: saleta de música, salão nobre, *salon* nobre de jantar, *fumoir* e gabinete de trabalho. A escada de circulação interna se localiza no centro da planta separando os setores da casa. No primeiro andar, o setor social se encontra na parte fronteira, nos fundos estão os cômodos voltados para atividades dos membros da família: a sala de jantar, que seria a sala de refeições informais, a copa, três cômodos de estudo e a sala da senhora, ali também se encontram voltados para os fundos do terreno um terraço coberto e outra escada de circulação interna, esta de serviço. Sendo a cozinha no térreo e as duas salas de jantar no primeiro pavimento, um monta carga foi previsto no projeto indo da sala de jantar dos criados no térreo à copa no primeiro andar, também atendendo à rouparia no último pavimento.

No segundo andar se encontram os cômodos do setor íntimo. Na parte da frente está o dormitório, quarto principal da casa, que possui terraço próprio e um *toilette* sendo o mesmo ligado a um banheiro. Esses dois cômodos também possuem portas para o corredor, não conformando, portanto, uma suíte nos moldes atuais. Além desse banheiro, existe outro ao lado do já citado e mais um w.c. nos fundos. Dois aposentos são denominados como quarto para crianças e existem mais cinco quartos nesse andar, um deles de criado. Além dos quartos, mais dois *toilettes* atendem a um quarto para crianças e a outro quarto, além de uma rouparia e armário. O monta carga chega a esse andar e se localiza próximo aos dois cômodos de serviço aí existentes, rouparia e armário. Não há ligação entre os quartos, tendo portas apenas para o corredor, exceto os quartos menores que possuem *toilette*, pois esses estão interligados.

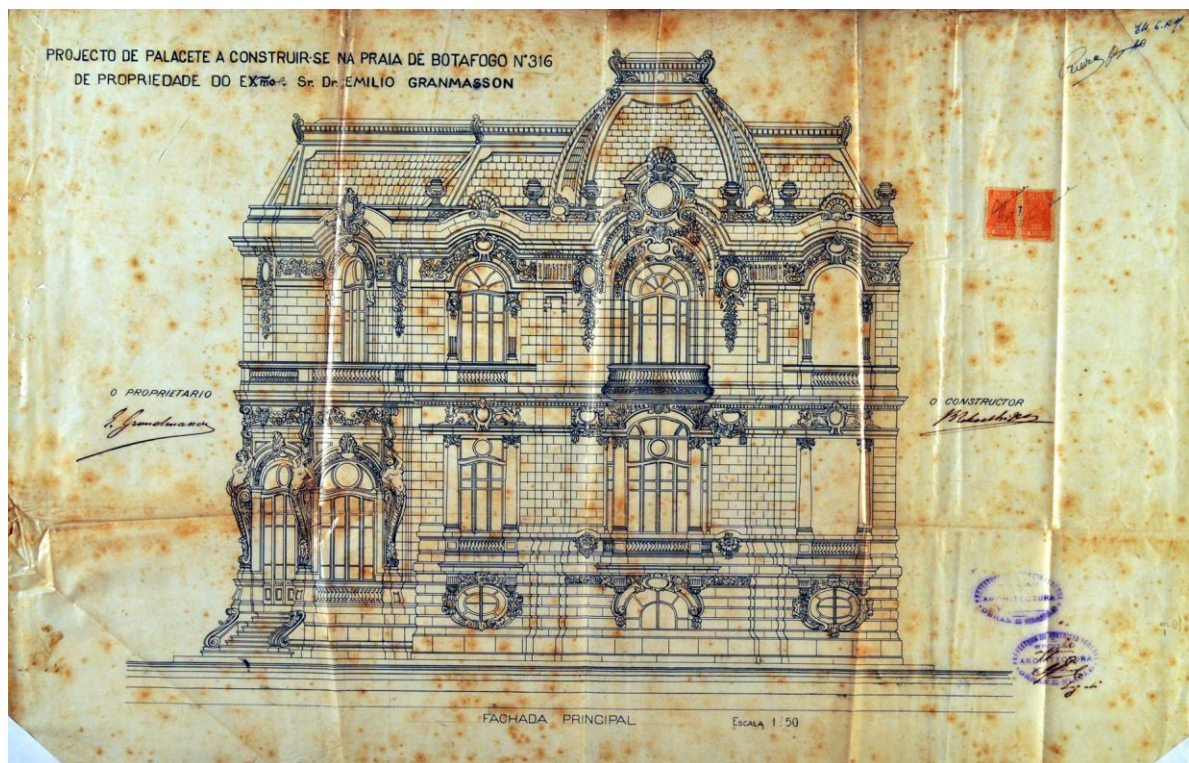


FIGURA 41- Fachada do palacete da Praia de Botafogo, 316, aprovado em 1911.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1911a.

4.3.1.5 - Praia de Botafogo, 366.

Outro sobrado importante na Praia de Botafogo, número 366, é o pertencente ao Senador Antônio Azeredo e construído, em 1910, por Oscar de Almeida Gama responsável pela construção de outros palacetes na região, inclusive a sua própria residência também localizada na Praia de Botafogo. Azeredo e sua esposa formavam um importante casal da alta sociedade carioca, as recepções oferecidas nos salões do palacete de Botafogo se tornaram uma tradição no Rio de Janeiro do começo do século XX. O Senador era considerado um anfitrião cativante e afável, além de ser um fanático jogador de pôquer (NEEDELL, 1993).

A setorização da residência é a mais utilizada na época, social e serviço no primeiro pavimento, sendo o social localizado na frente e o serviço nos fundos, e íntimo no pavimento superior. A casa possui três acessos, dois sociais diretamente ligados à sala de jantar, sendo que um deles, o principal, também tem entrada para o vestíbulo. O outro acesso é o de serviço com entrada para a cozinha e para o quarto do criado, note-se que há outro quarto para criada e este não possui ligação direta com exterior.

O setor social tem distribuição a partir do vestíbulo e do hall da escada que leva ao andar superior. Os cômodos que formam esse setor são: salão, sala de música, salão de jantar e sala de bilhar. Nesse pavimento não há corredor e a circulação é feita através dos cômodos. O salão possui uma *loggia*, ou seja, uma varanda fechada na fachada principal da casa, que possibilita uma extensão do ambiente interno para o exterior e a apreciação da rua de forma discreta, sem descortinar a privacidade dos moradores. Entre o setor social e o de serviço estão o banho e w.c., a sala de almoço e um quarto designado como quarto do amigo. No setor de serviço há um cômodo denominado serviço que exercia a função de copa, ou seja, recebia as refeições preparadas na cozinha, finalizava os pratos e distribuía para a sala de almoço ou para o salão de jantar. Nesse cômodo se encontra a escada de serviço que dá acesso ao pavimento superior. Cozinha, despensa e dois quartos para os empregados domésticos, sendo um para criado e outro, para criada completam o setor. Estes últimos cômodos conformam uma construção menor e com apenas um andar, diferente em volumetria e, provavelmente, em acabamento do corpo principal da casa.

No segundo pavimento se encontram quatro quartos, sendo o principal localizado na frente, como de costume. Sua entrada se faz através de uma antecâmara por onde se tem acesso ao quarto de dormir, ao quarto de vestir, ao *toilette* da senhora e ao *toilette* do senhor, este cômodo e o quarto de vestir possuem terraço. Este último em cima da *loggia* do primeiro andar tem a mesma configuração de espaço aberto voltado para o exterior, porém reservado. O quarto de dormir tem porta de comunicação com o quarto de vestir e o *toilette* do senhor se liga à biblioteca, também localizada nesse andar. A porta de comunicação direta entre o *toilette* do senhor e a biblioteca pode indicar que o Senador utilizava esse cômodo como gabinete ou escritório, pois não há outra peça na casa com essa função. Os outros quartos são denominados como quarto de solteiro, quarto de amigo e quarto de *mademoiselle* que possui um *toilette* privado. Além desses cômodos encontram-se no segundo andar, a rouparia e o banho e w.c. Nos fundos, sobre o setor de serviço há um grande terraço descoberto.

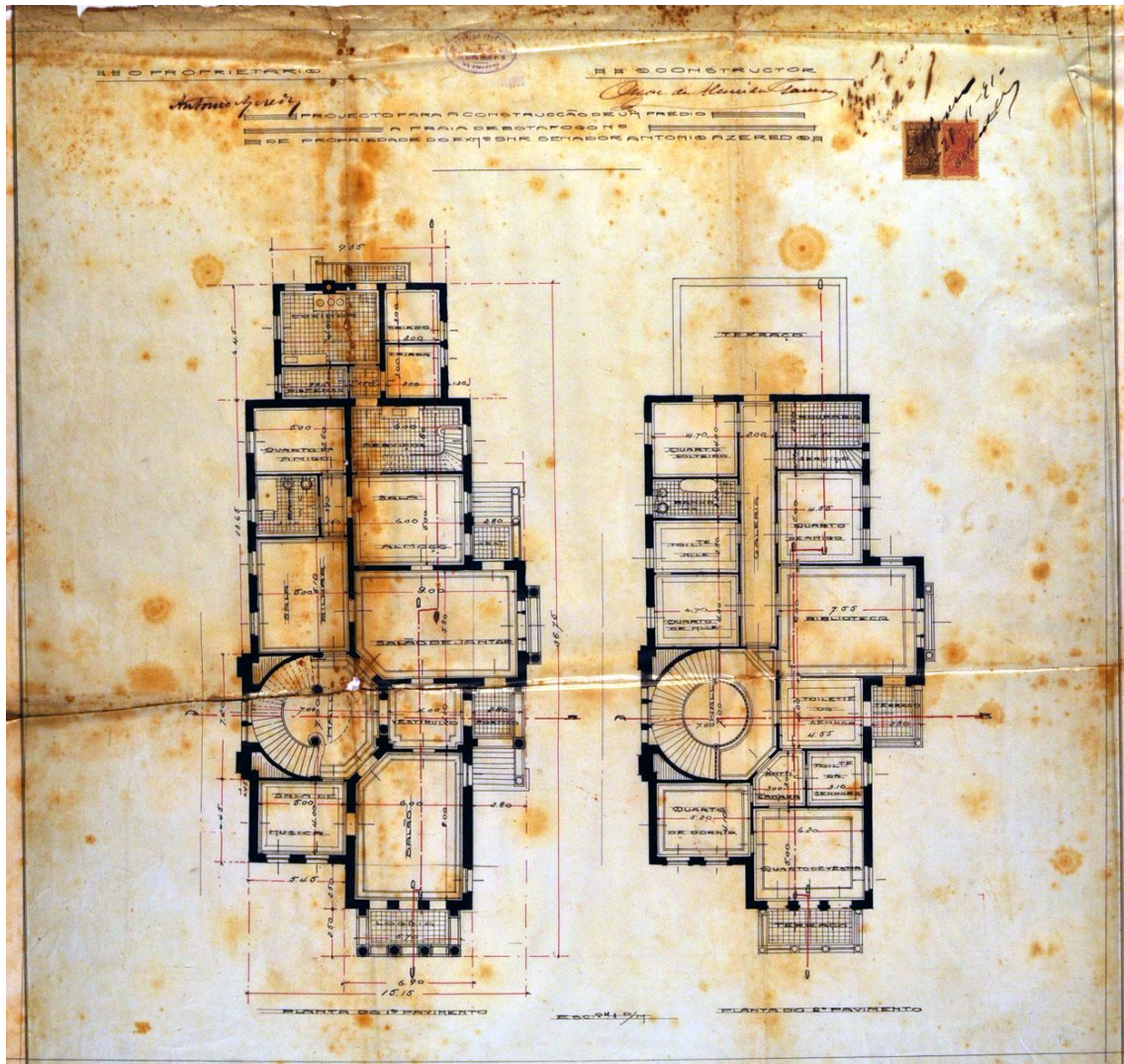


FIGURA 42: Plantas baixas do palacete da Praia de Botafogo, 366, aprovado em 1910.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910a.

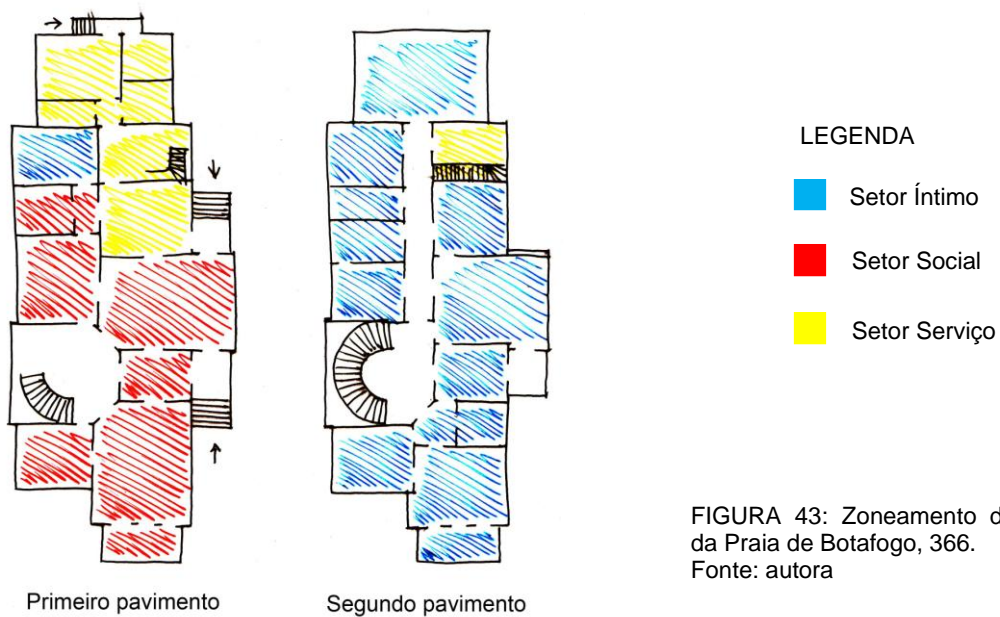


FIGURA 43: Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 366.
 Fonte: autora

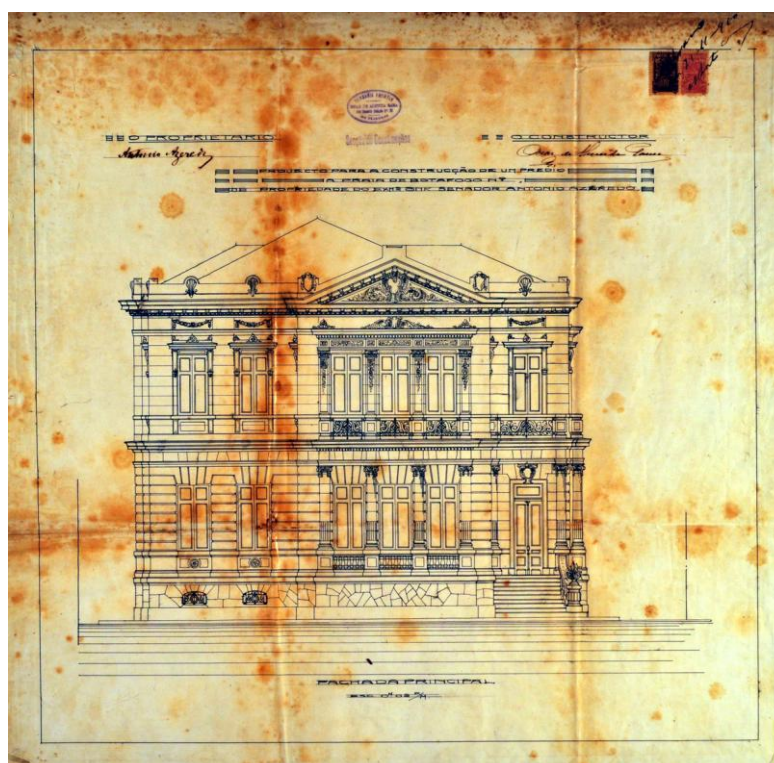


FIGURA 44: Fachada principal do palacete da Praia de Botafogo, 316, aprovado em 1911.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910a.

4.3.1.6 - Praia de Botafogo, entre 406 e 412.

A residência do médico sanitarista Dr. Oswaldo Cruz na Praia de Botafogo, entre os números 406 e 412, aprovada em 1913, era um sobrado com porão alto habitável e torreão na fachada principal. Este projeto possui uma particularidade por ser formado, na verdade, por duas casas, sendo uma delas menor e com comunicação com a casa principal. Apesar disso, a volumetria e a fachada conformam uma única unidade residencial. Esse palacete também possui outra característica interessante, que revela a modernidade e a inovação do projeto, um elevador que percorre os três pavimentos.

No porão da casa principal existem dois setores com acessos independentes e não comunicantes. Um deles com entrada pelo vestíbulo, leva à biblioteca, que possui uma escada helicoidal ligando-a à sala de estudos no primeiro andar, à uma câmara escura e a um pequeno corredor que liga o vestíbulo a uma sala e a dois pequenos cômodos interligados denominados "machina" e "câmara frigorífica". Essa sala tem porta para uma área externa e coberta, onde se encontra a entrada de outro bloco dentro desse pavimento, formado por dois quartos, banho e w.c., depósito e uma escada helicoidal de serviço,

ligando os três pavimentos. O depósito tem abertura para o terreno. Na parte dos fundos há um jardim cercado de onde parte uma escada para o primeiro andar.

A casa menor possui no térreo uma entrada através de um vestíbulo que leva ao hall da escada, seguido por mais três cômodos: um quarto, uma sala e um grande depósito com abertura para os fundos do terreno. No primeiro pavimento estão a sala, a sala de jantar, banho e w.c., copa, cozinha e outro w.c. No corredor, em frente a sala de jantar há uma passagem dando acesso ao hall da casa principal. No último pavimento estão quatro quartos, um banho e w.c. e uma porta no corredor para o hall da casa maior.

O primeiro andar da casa principal tem três acessos por escadas externas. O primeiro, social, dá entrada ao hall, o segundo para um terraço na sala de jantar e o último, de serviço, permite a entrada na cozinha sem a necessidade de passar por dentro da casa. Para o hall principal se voltam os cômodos do setor social, sala, sala de estudos, sala de jantar e além deles, a escada de circulação interna. Através do hall da escada chega-se a um quarto e a sala de almoço, pela qual se tem acesso ao banheiro e à copa, onde fica a escada de serviço. A cozinha e um cômodo não nomeado, mas que provavelmente servia de despensa, têm acesso pela copa.

O segundo andar possui, na frente, quarto principal com entrada a partir de uma antecâmara e composto por dois *toilettes*, um *boudoir* e um banho e w.c. que também tem entrada para o hall. Este é um mezanino com vista para o hall do primeiro andar, solução muito encontrada nas grandes residências desse período. Do outro lado do mesmo, fica a circulação vertical interna e três quartos, atrás da escada estão mais dois quartos, a escada helicoidal de serviço, w.c. e enfermaria.

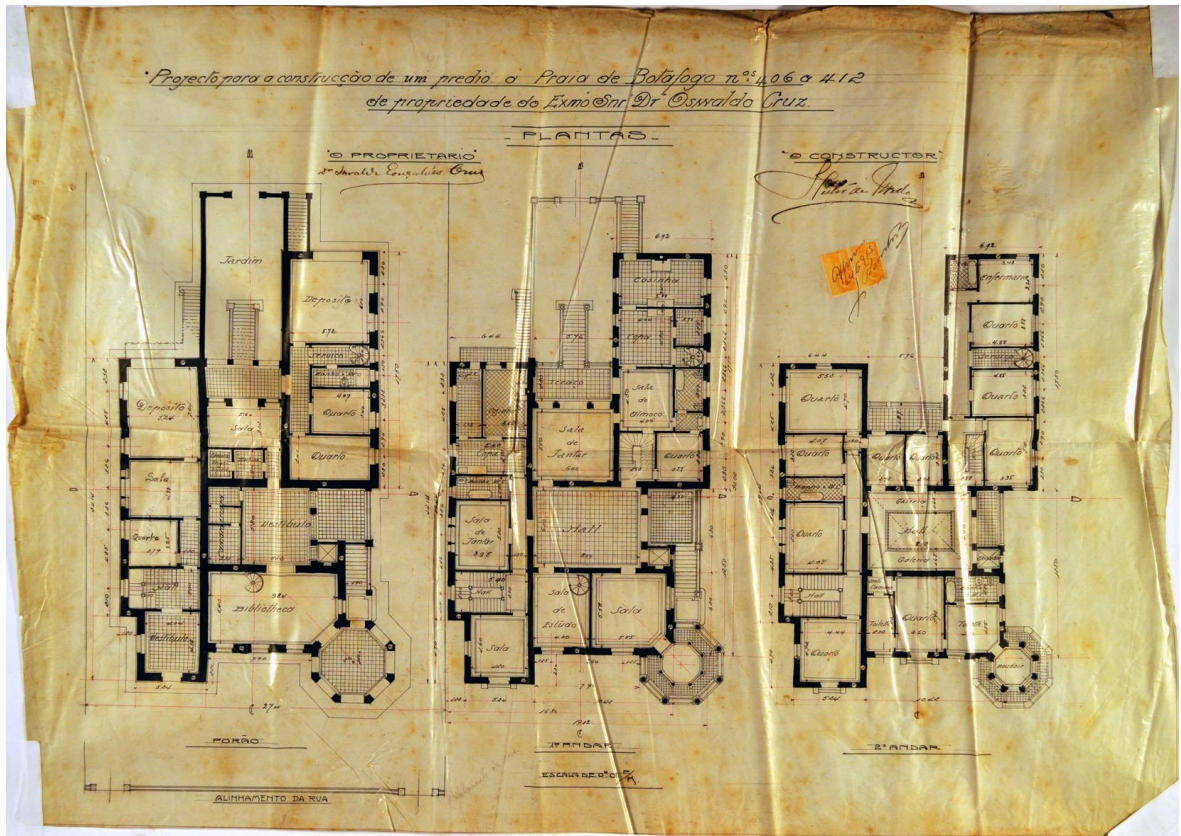


FIGURA 45: Plantas baixas dos três pavimentos do palacete da Praia de Botafogo, entre os números 406 e 412, aprovado em 1913.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913a.

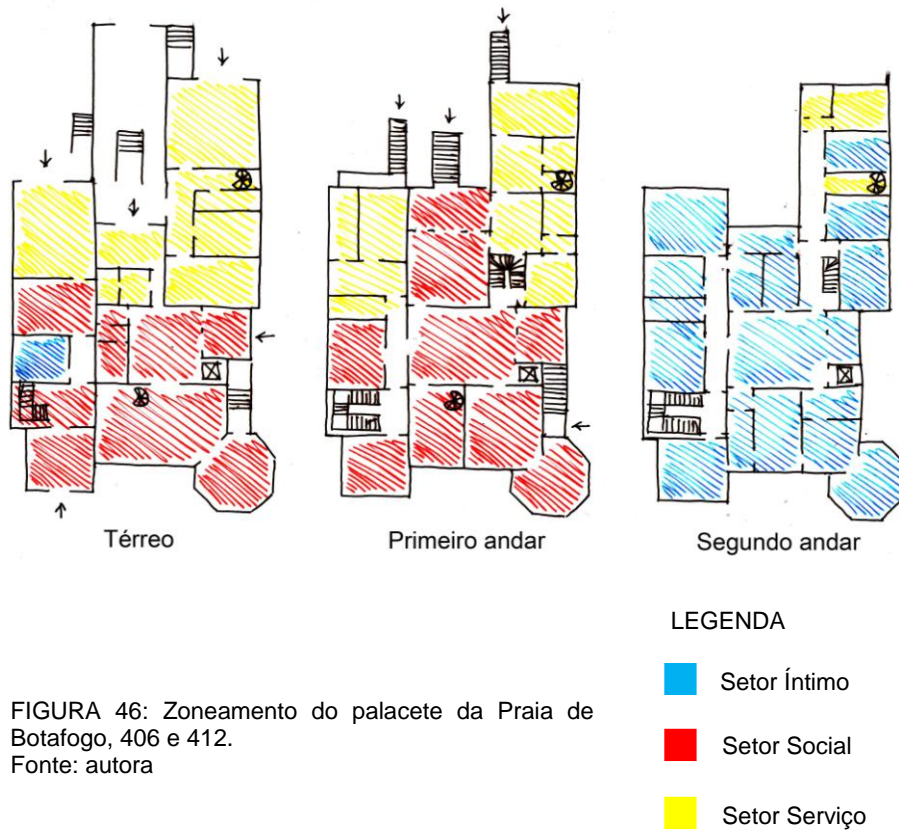


FIGURA 46: Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 406 e 412.
 Fonte: autora



FIGURA 47: Fachadas frontal e lateral do palacete da Praia de Botafogo, entre os números 406 e 412, aprovado em 1913.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913a.

4.3.1.7 - Praia de Botafogo, 530.

A casa da Praia de Botafogo, número 530, de 1913, é de propriedade do construtor Oscar de Almeida Gama. A volumetria é formada por um corpo principal e um bloco comprido e estreito nos fundos do lado esquerdo, que abriga o setor de serviço. Sua fachada possui elementos ecléticos sofisticados, sem exagero. Esta é tombada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, sua implantação em terreno elevado e todo cercado por vegetação densa, impossibilita a obtenção de imagens da construção atualmente.

A casa possui entrada principal com *porte cochère* na fachada frontal. Pelo pórtico se tem acesso à sala de espera, que possui portas para o salão de visitas, a biblioteca e o hall. A partir do qual distribui a circulação para o saguão da escada, sala de almoço, sala de jantar e o *fumoir*, que também tem portas para a sala de jantar e o salão de visitas. Debaixo da escada há um w.c., solução copiada das mansões francesas. Através da copa é possível acessar o saguão da escada e a sala de almoço, que é aberta por grande vão ligando-a à sala de jantar. Um grande terraço contorna a construção no lado direito e nos fundos, para onde se abrem o salão de visitas, o *fumoir*, a sala de jantar e a de almoço, ampliando os espaços de sociabilidade e ligando-os aos jardins externos. O setor de serviço é formado por um bloco comprido e estreito na lateral esquerda com cômodos em seqüência. Partindo da copa, há a escada de serviço, despensa, cozinha, refeitório dos criados e nos fundos dois quartos, um para criada e outro para criado. O primeiro tem

acesso pelo interior da casa, já o quarto para empregado do sexo masculino tem entrada para os fundos do terreno, sem ligação direta com o interior da casa.

Chega-se ao segundo pavimento através da escada interna que leva a um hall de distribuição, um mezanino com vista para o primeiro pavimento. Através desse hall tem-se acesso aos quartos, sete no total. O quarto principal localiza-se na parte frontal da planta, duas antecâmaras o ladeiam e servem de entrada ao dormitório nobre, onde há um terraço particular. De cada lado do dormitório e com acesso pela antecâmara estão um *toilette* e um vestiário, sendo um conjunto para o senhor e outro para a senhora. O cômodo denominado *toilette* é um banheiro completo e particular, ambos com entrada apenas para a antecâmara, sem acesso pelo corredor. Os outros quartos são menores. Ao lado da escada há outro banho e w.c. dividido em três partes, na entrada, denominada de *toilette*, encontra-se a pia para esse ambiente abrem-se duas portas, uma para o w.c. e outra para a sala de banho. Uma passagem leva à escada de serviço localizada nos fundos e a um terraço que possui na parte posterior uma grande sala de banho. Esse terraço é coberto por um pergolado que, segundo desenho de corte, seria coberto por plantas produzindo um ambiente propício ao descanso e a reuniões íntimas. Dessa forma, no segundo andar existem quatro banheiros completos, configuração não muito convencional, especialmente com relação à presença de suítes independentes para o senhor e para a senhora da casa.

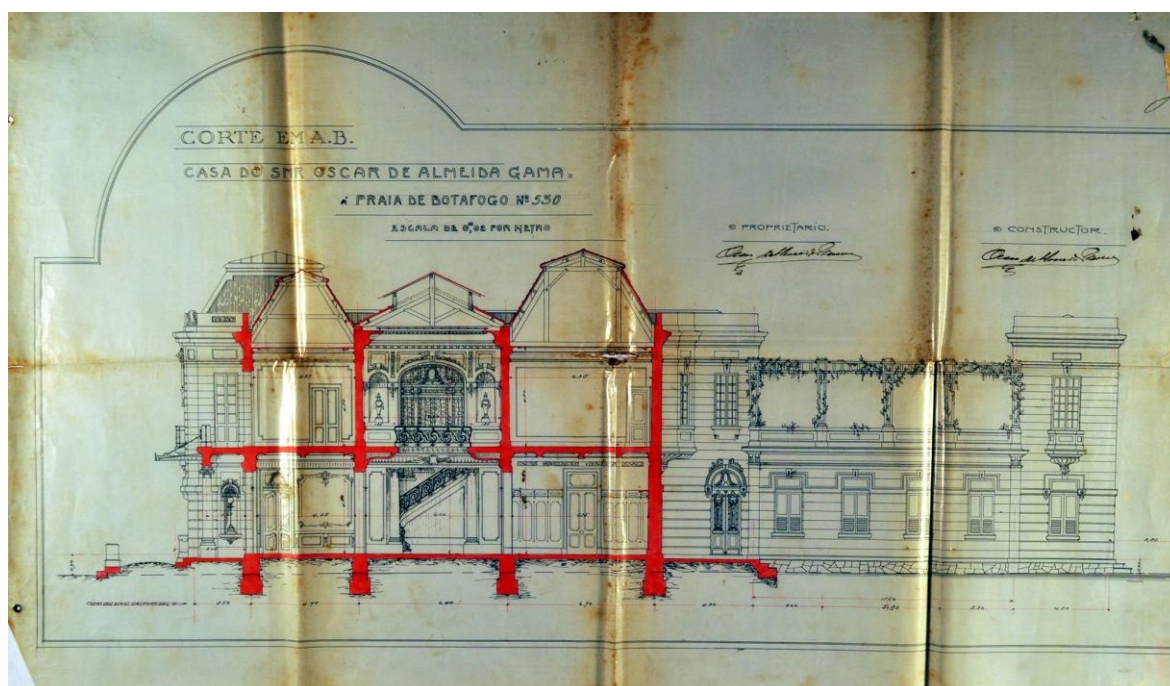


FIGURA 48: Corte do palacete na Praia de Botafogo, 530, onde se pode perceber os detalhes do projeto, como o gradil trabalhado da escada interna e o pergolado do terraço do segundo pavimento
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913b.

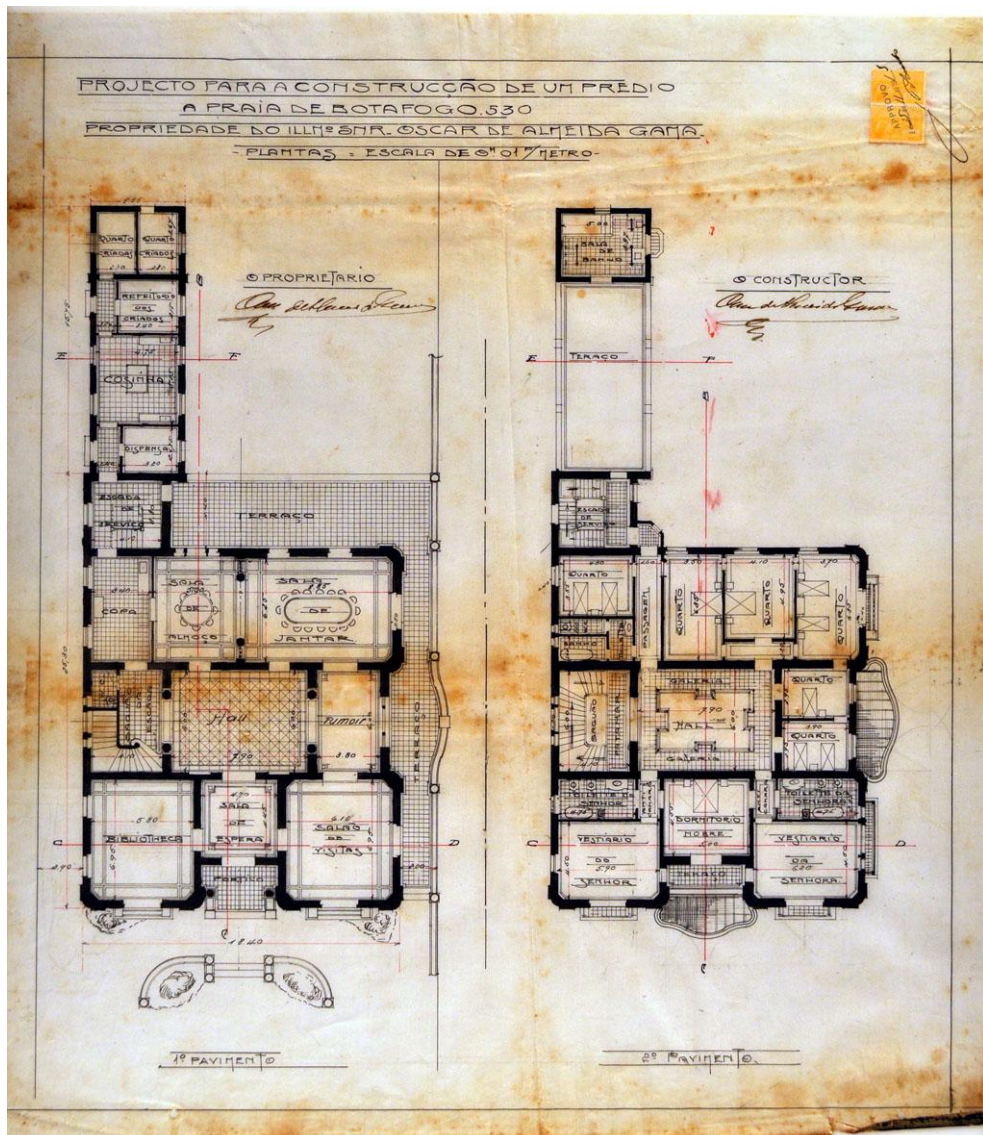


FIGURA 49: Plantas baixas do palacete na Praia de Botafogo, 530, aprovado em 1913. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913b.

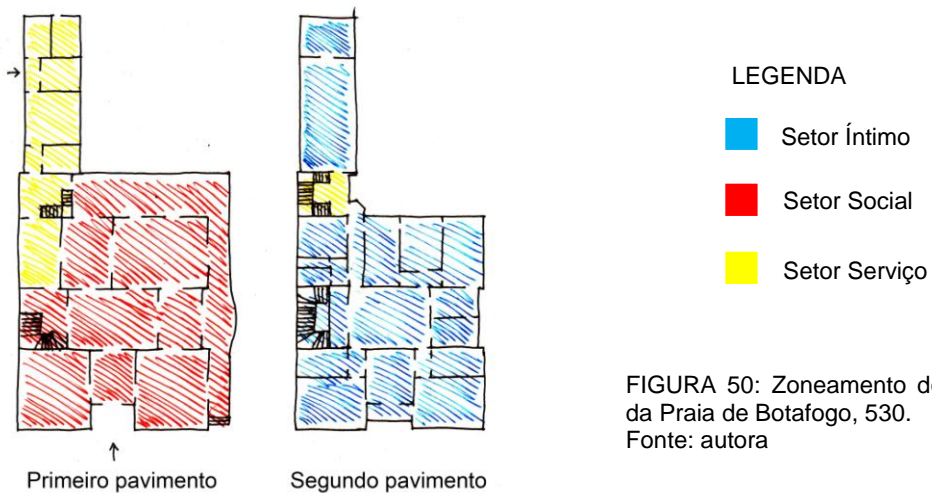


FIGURA 50: Zoneamento do palacete da Praia de Botafogo, 530. Fonte: autora

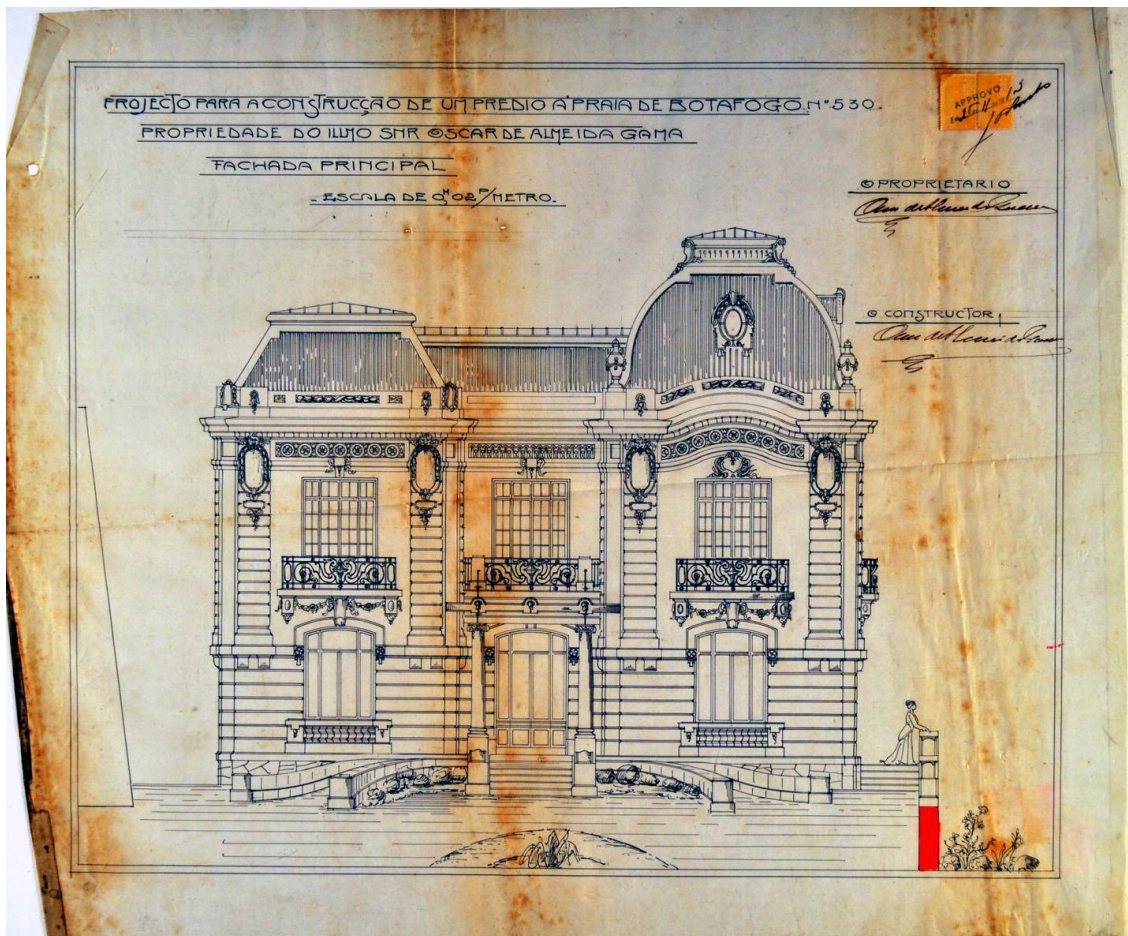


FIGURA 51: Fachada frontal de inspiração francesa do palacete na Praia de Botafogo, 530.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1913b.

4.3.1.8 - Rua Dona Mariana, 39.

A casa da rua Dona Mariana, número 39, atualmente abriga o Consulado Geral do Líbano. O projeto da residência de porão alto habitável foi aprovado em 1911, sendo de propriedade do Capitão de Corveta J.M. San Juan e construído por Andrea Giordano. As alterações exteriores visíveis se referem a retirada da varanda e escada de acesso na fachada lateral, assim como de sua cobertura. Mas, de uma forma geral, a casa conserva seus elementos originais exteriores.

No porão existem duas entradas, a social leva ao vestíbulo para onde se abrem o escritório e o engomado, sala onde se realizavam as tarefas de passar e engomar a roupa da casa. Deste cômodo se tem acesso à sala de costura, a um quarto e a escada de serviço de onde se pode entrar em outro quarto, w.c e despensa. Nos fundos tem-se a outra entrada, esta de serviço, do lado de fora se encontra o tanque de lavar roupa. Esse andar é quase todo ocupado pelo setor de serviço, os quartos nele encontrados provavelmente

abrigavam os empregados da casa. A localização da sala de costura e sua ligação direta com a sala de engomado sem entrada para o vestíbulo sugere que este cômodo seria local de cuidados com a roupa da casa, não exercendo a função de sala de estar feminina.

O primeiro andar tem acesso principal por uma escadaria lateral que leva a uma varanda, a qual tem entrada para o vestíbulo e para a sala de jantar. Do vestíbulo tem-se acesso à sala de jantar e à de visitas. Junto ao setor social encontra-se o setor íntimo composto por dois quartos e dois *toilettes*. Como não há corredor na casa, os cômodos estão interligados, a sala de visitas tem uma porta para um *toilette* que leva a um dos quartos, o mesmo tem portas tanto para a sala de jantar quanto para outro quarto, que também tem entrada para a sala de jantar e para outro *toilette*.

No lado posterior da sala de jantar fica o setor de serviço com escada de acesso ao porão, copa, banheiro e cozinha que possui escada de serviço externa ligando o primeiro andar ao térreo. Esse é um projeto arquitetônico mais simples, sem circulação diferenciada e com as áreas molhadas todas localizadas próximas a fim de compartilharem os equipamentos sanitários. A casa está dividida em dois blocos, o primeiro na frente possui maiores dimensões e abriga o setor social e íntimo, sendo assim possui acabamentos mais refinados e elementos decorativos. O bloco dos fundos, menor e onde se localiza o setor de serviço não recebe o mesmo tratamento que o frontal, como é possível perceber no desenho da fachada lateral. Essa diferenciação demonstra a valorização e hierarquização dos diferentes setores residenciais que se expressam tanto na decoração interior dos ambientes quanto na parte externa da construção, através de acabamentos e volumetria diversos.

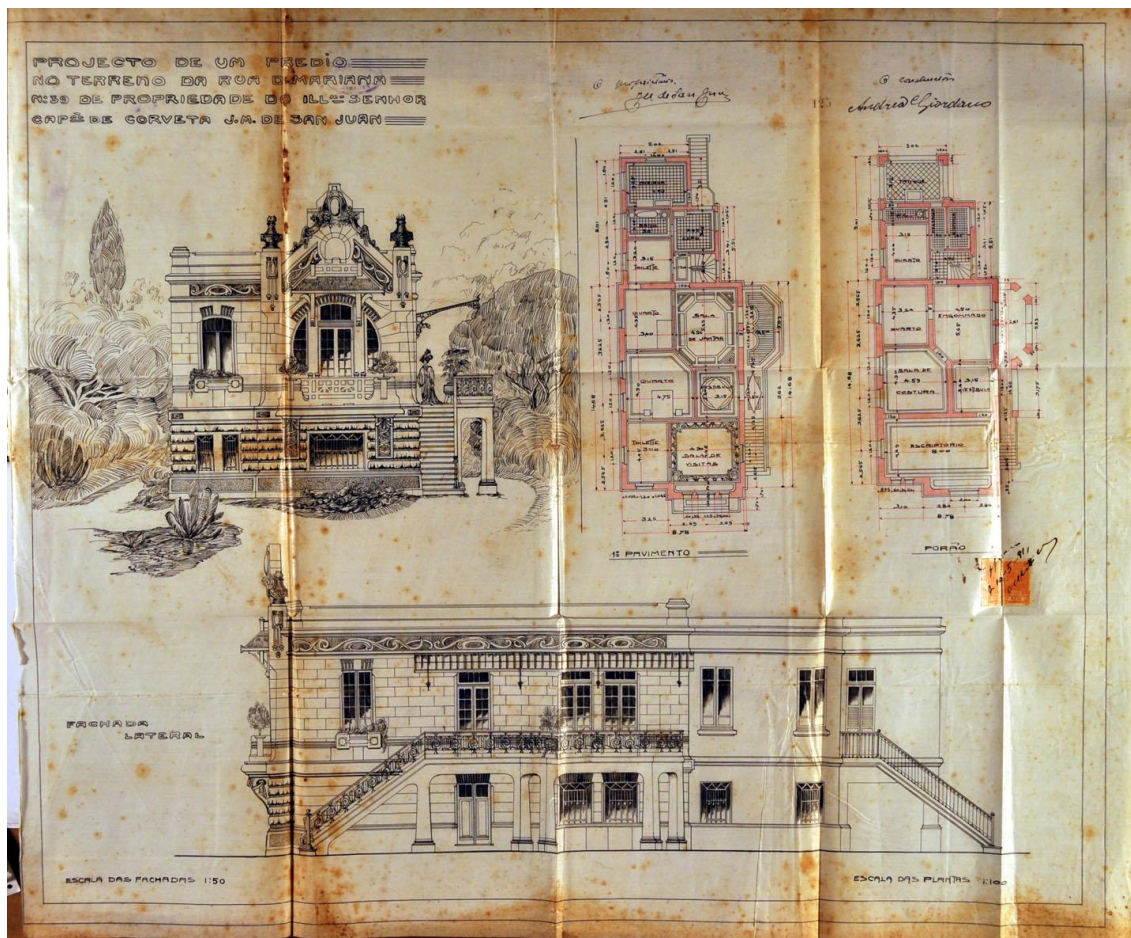


FIGURA 52: Projeto completo com fachada, corte e plantas baixas da casa da rua Dona Mariana, 39, aprovado em 1911. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1911b.

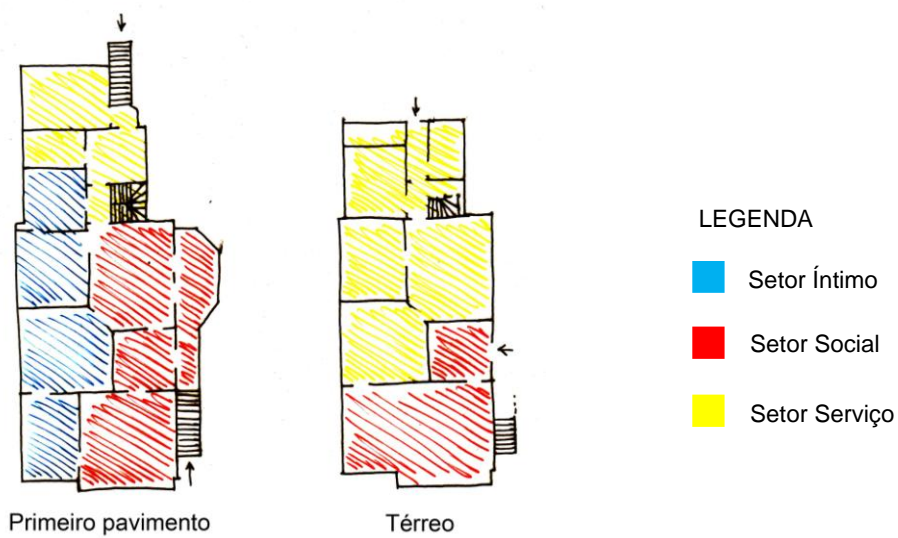


FIGURA 53: Zoneamento da casa da rua Dona Mariana, 39. Fonte: autora



FIGURA 54: Aparência atual da casa da rua Dona Mariana, 39.
Fonte: autora

4.3.1.9 - Rua Dona Mariana, 56.

Foram encontrados três projetos arquitetônicos relativos à casa da rua Dona Mariana, número 56, ainda existente no local. No primeiro, de 1910, está escrito "projeto para o palacete do Visconde", mas a casa não chega a ser um palacete. Nos fundos do terreno há uma construção com galinheiros, lugar para cabras, w.c., estufa e garagem. É também curioso o dono da casa ainda ser chamado por seu título nobiliárquico, Visconde de Antunes Braga, mais de vinte anos após o fim da Monarquia no Brasil. A fachada nessa proposta é em estilo mourisco.

Esse projeto apresenta uma casa de porão alto não habitável com três entradas, uma social com escada dando para ampla plataforma na fachada principal. Nela existem duas portas, uma para a sala de visitas e outra para um amplo aposento que ocupa toda a lateral direita da casa denominado "galeria". Para ele abrem-se a sala de visitas e o corredor por onde se acessa três quartos que possuem comunicação entre si. Na parte de trás do projeto está o setor de serviço, para onde levam as outras duas entradas, uma na copa e outra na cozinha. Além desses cômodos encontram-se nesse setor despensa, banheiro e dois quartos, provavelmente de criados. Do lado de fora, junto à cozinha está o tanque de lavar roupa.

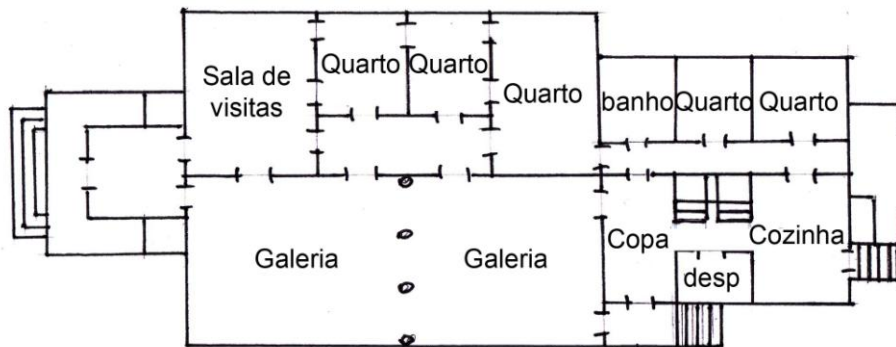


FIGURA 55: Planta baixa da casa da rua Dona Mariana, 56. Projeto de 1910. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910h.

No projeto de modificação de 1916, cujo proprietário é Samuel Rodrigues Almeida e o construtor Andrade Lima e Cia, foram realizadas pequenas modificações. A sala de visitas se transformou em quarto, um dos quartos se tornou sala e ganhou uma escada de acesso direto. O cômodo denominado "galeria" passou a se chamar salão, mas sem nenhuma modificação, e o banheiro trocou de lugar com um dos quartos no setor de serviço.

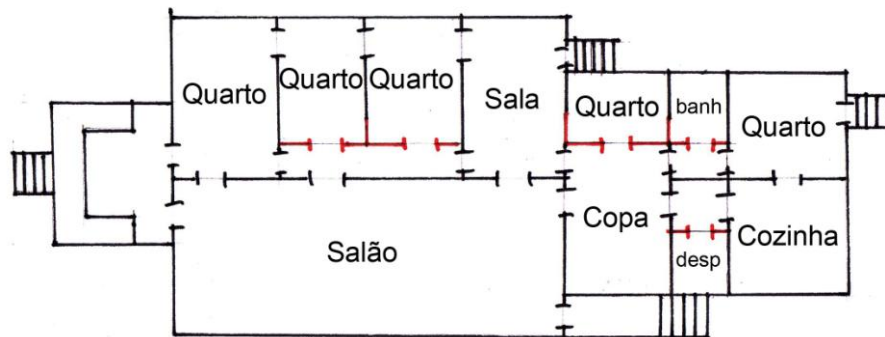


FIGURA 56: Planta baixa da casa da rua Dona Mariana, 56. Projeto de 1916. Croqui realizado pela autora a partir do projeto original. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1916b.

O projeto de 1922, também de outro proprietário, dessa vez Cesar Sampaio Araújo, e outro construtor, Antônio Gomes de Paula, empreendeu grande reforma, transformando a casa de porão alto em um sobrado de porão alto com fachada de linhas clássicas que pode ser visto ainda hoje.

O primeiro andar recebeu uma varanda no comprimento da fachada principal com escadas laterais. O antigo salão que ocupava toda a lateral direita foi dividido em salão de música e salão de jantar, ambos receberam pequenas sacadas na fachada lateral. A

varanda principal leva ao salão de música e à sala de visitas, que se abre para o hall da escada onde se encontram um w.c., um vestiário e outra entrada da casa. Do hall tem-se acesso ao salão de bilhar, o qual divide com o escritório uma entrada externa. Do salão de jantar passa-se a copa, depois a uma escada helicoidal de serviço ligando esse andar ao superior, uma despensa e a cozinha que possui entrada independente. Do lado de fora, pegados à parede dos fundos estão um w.c. e um tanque.

A circulação social interna chega ao pavimento superior na parte central da planta. Voltados para a circulação estão uma antecâmara com entrada para um banho e um *toilette*, o mesmo banho tem entrada para outro *toilette* no lado oposto. Ao redor da escada há uma circulação para onde se abrem mais um *toilette*, cinco quartos e uma saleta que possui um w.c. no fundo. Apenas dois quartos se comunicam entre si, o restante possui entrada apenas para o corredor.

Na fachada frontal há dois terraços no pavimento superior, um coberto e outro descoberto. Nos fundos existe outro grande terraço com escada de serviço e onde estão a sala de costura e a de arrumações, estendendo o setor de serviços ao pavimento superior.

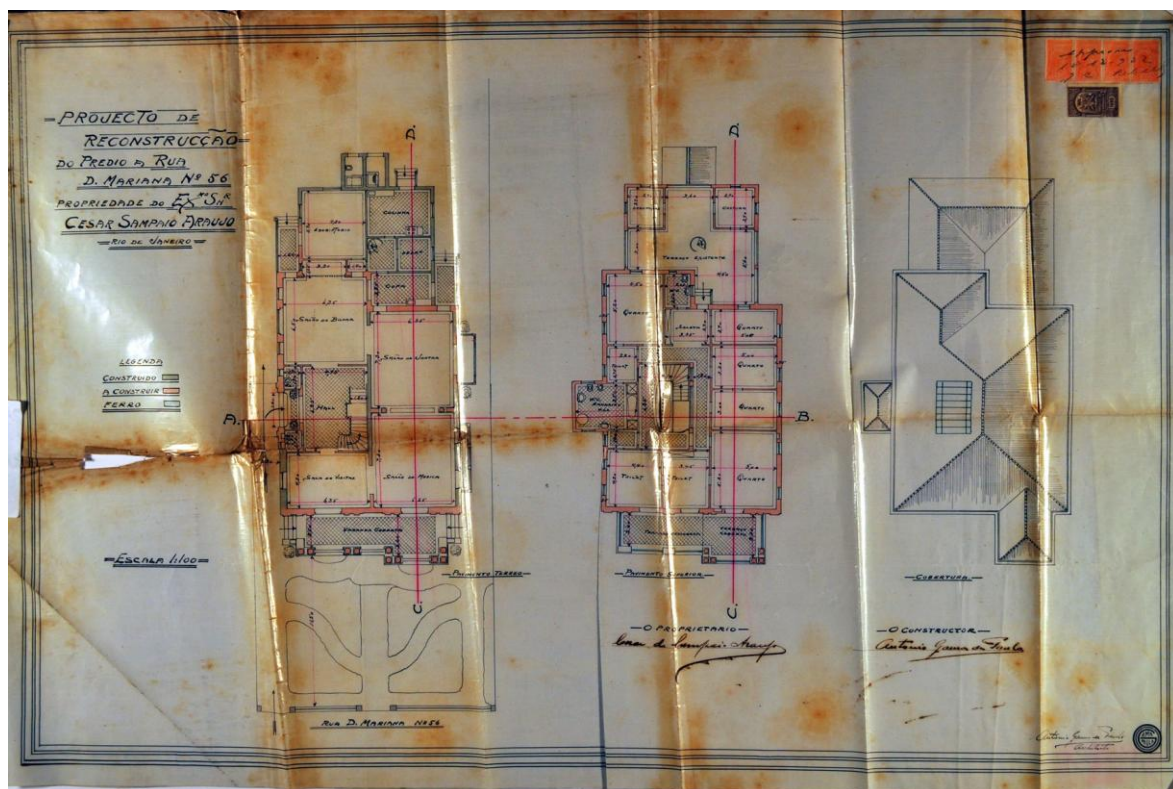


FIGURA 57: Projeto de reconstrução da casa da rua Dona Mariana, 56, aprovado em 1922. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1922.

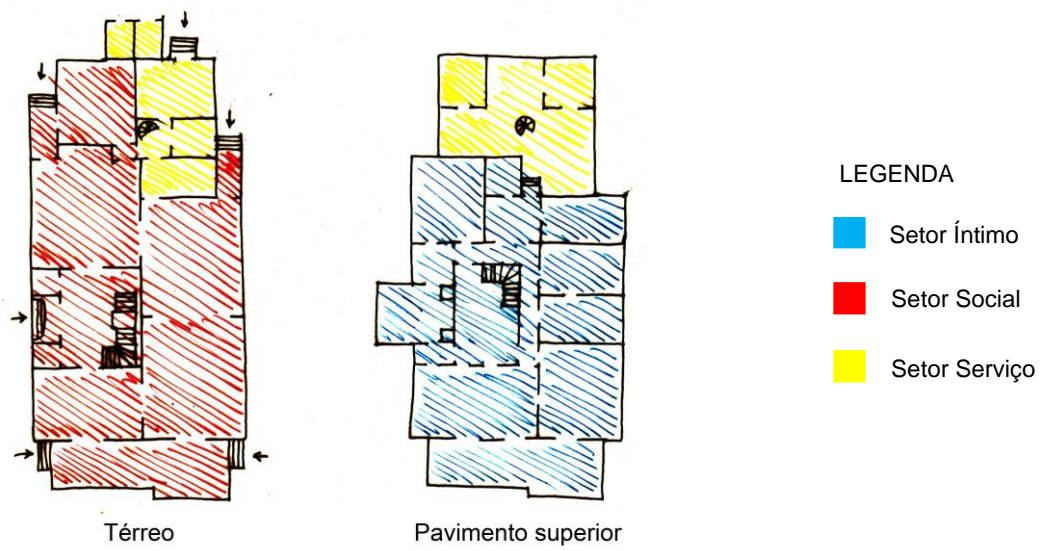


FIGURA 58: Zoneamento da casa da rua Dona Mariana, 56.
Fonte: autora



FIGURA 59: Aparência atual da casa da rua Dona Mariana, 56.
Fonte: autora

4.3.1.10 - Rua Dona Mariana, 63.

O sobrado de porão alto não habitável da rua Dona Mariana, número 63, tombado pela prefeitura do Rio de Janeiro, de propriedade de Cezário da Silva Pereira, com projeto aprovado em 1915 e assinado por José Gonzales Soares, conserva bem suas características externas originais. A edificação possui afastamentos frontal e laterais apesar do terreno estreito. Sua entrada principal fica na lateral direita, uma escada leva à varanda do primeiro pavimento por onde se acessa o hall e o escritório. A partir do hall se tem acesso aos cômodos do setor social: salão, sala de jantar, sala íntima, escritório e à escada de circulação interna. Ao lado dela há um w.c. e uma pequena circulação que leva à sala de almoço que se liga à copa e à sala íntima, esta divide com o escritório um terraço aberto voltado para os fundos do terreno.

O setor de serviços possui uma entrada independente nos fundos pela cozinha, os outros cômodos que compõem esse setor são: a copa, a despensa e o quarto da criada. A cozinha e a sala de jantar ocupam extremidades opostas na planta do primeiro pavimento. Nos fundos do lote, encostada na divisa há uma construção simples que abriga o quarto do criado, depósito, banheiro e tanque.

Da escada no pavimento superior acessa-se o hall que se constitui um mezanino acima do hall do térreo. Para a circulação da escada se abre um banheiro, dividido em w.c. e sala de banho, e um quarto. Voltados para a circulação estão os demais quartos, um deles, o maior, é denominado quarto de casal, possui uma pequena varanda e um *toilette* com entrada para o quarto, para o hall e para o banheiro. O *toilette* e o banheiro dividem uma outra varanda, ambas se localizam na fachada principal. No hall há outra varanda voltada para lateral direita e, nos fundos, dois quartos compartilham um grande terraço aberto.

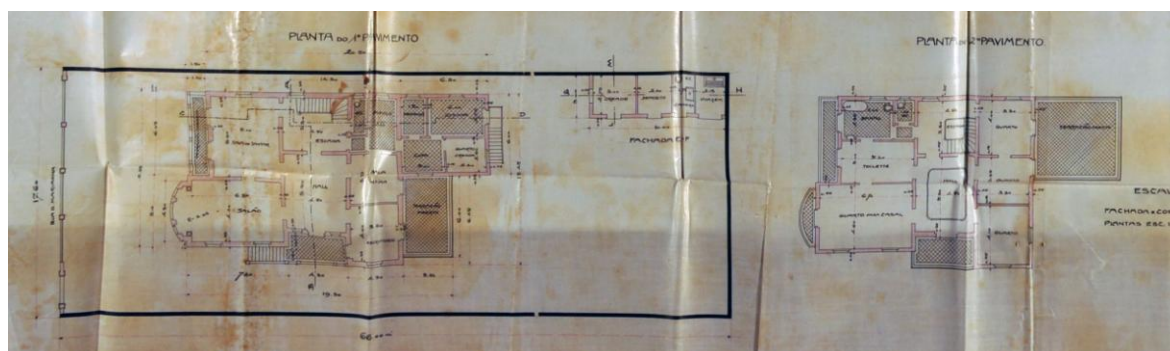
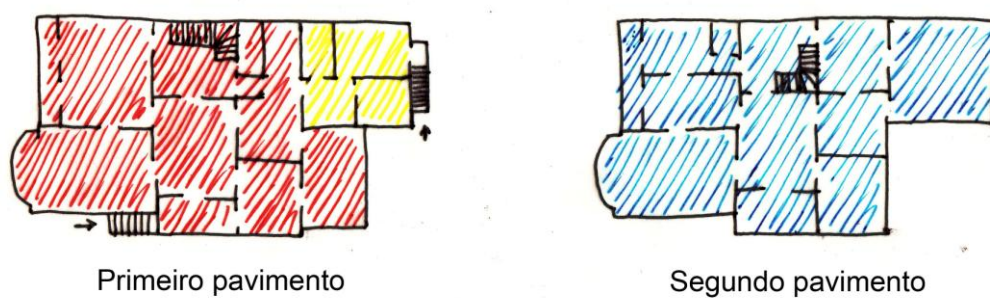


FIGURA 60: Plantas baixas da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1915b.



LEGENDA

- Setor Íntimo
- Setor Social
- Setor Serviço

FIGURA 61: Zoneamento da casa da rua Dona Mariana, 63.
Fonte: autora

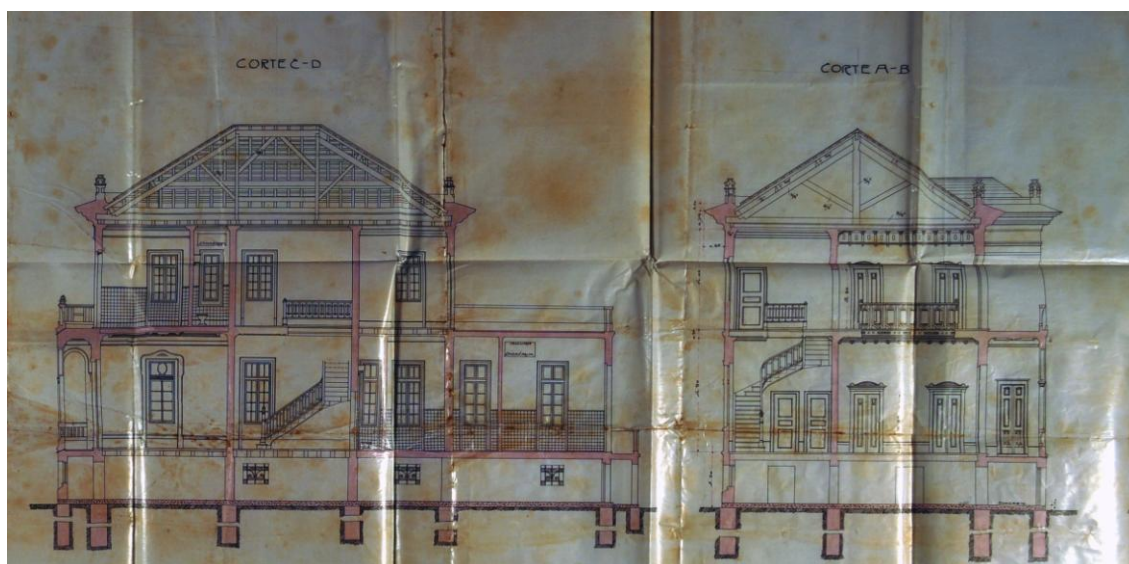


FIGURA 62: Cortes da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1915b.



FIGURA 63: Fachada da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1915b.



FIGURA 64: aparência atual da casa da rua Dona Mariana, 63, aprovado em 1915.
Fonte: autora

4.3.1.11 - Rua Pinheiro Machado, 99.

O sobrado da rua Pinheiro Machado, 99, de propriedade do Senador Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho foi construído no início da década de 1920, sendo um dos exemplares representativos do final do período investigado. No lote, estreito e comprido, estão a construção principal, a casa propriamente dita, e outra edificação nos fundos do terreno encostada ao muro do lado esquerdo que abriga garagem para dois carros, tanques, w.c., depósito, dois quartos de criados e sala de engomar. O andar térreo é formado por dois blocos, um na frente e maior onde se encontram as áreas de convívio social e outro menor, de apenas um pavimento, nos fundos com os cômodos de serviço.

A entrada social se faz pelo meio através de pequena escada dando acesso a uma varanda coberta com entrada para o hall e para o escritório. O hall funciona como distribuidor da circulação, para ele se abrem o escritório, a sala de visitas, o jardim de inverno, a sala de jantar e o corredor. Este leva a uma escada, um quarto e ao setor de serviço formado pela copa, w.c., despensa, cozinha, onde há uma entrada de serviço, e quarto de empregada. É relevante perceber que, mais uma vez, as acomodações da empregada doméstica faz parte do corpo da casa enquanto os quartos dos criados se localizam nos fundos do terreno. Na área de serviço há uma escada helicoidal que serve

como circulação vertical de serviço. A sala de jantar possui um terraço com acesso ao terreno, permitindo prolongamento deste cômodo ao jardim. O escritório e a sala de visitas possuem varandas independentes na fachada principal.

Ao redor do hall do pavimento superior se distribuem os cômodos. Na parte da frente da planta baixa encontra-se um conjunto de peças que formam o dormitório principal da casa. Uma pequena circulação dá entrada ao banho e w.c., ao vestiário e ao *boudoir*, o quarto propriamente tem entrada pelo vestiário e pelo *boudoir*, este também tem porta para o hall. Apesar do banho e w.c. estarem dentro do conjunto do quarto principal e não ter acesso direto pelo hall ele não poderia ser de uso exclusivo do casal, pois é o único banheiro completo da casa. Do outro lado do hall, que é um mezanino com vista para o térreo, estão outros dois quartos e mais ao fundo a escada de serviço. Por cima do setor de serviço há um grande terraço descoberto com acesso pelo corredor.

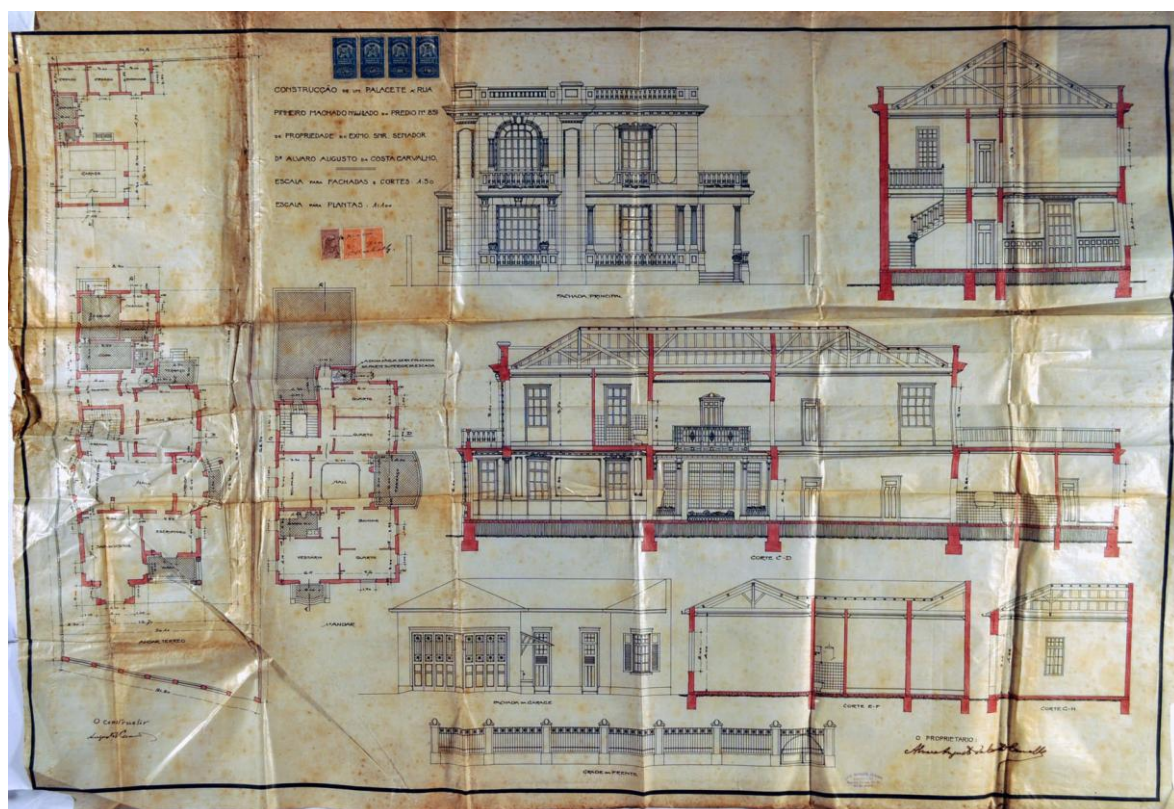


FIGURA 65: Projeto arquitetônico completo da casa da rua Pinheiro Machado, 99, aprovado em 1920. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1920a.

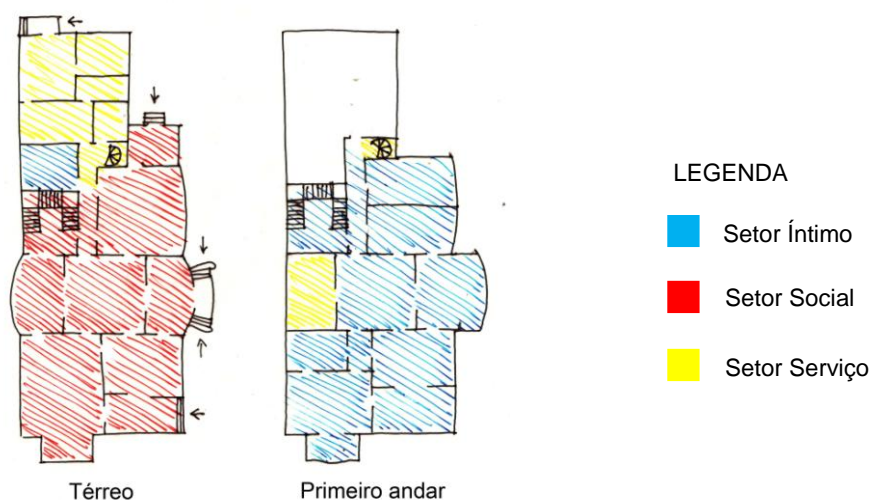


FIGURA 66: Zoneamento da casa da rua Pinheiro Machado, 99.
Fonte: autora

4.3.1.12 - Rua Senador Vergueiro, 159.

Outro exemplo da década de 1920 é o sobrado da rua Senador Vergueiro, número 159, de propriedade do Dr. Manoel Pereira Cardozo Fontes, construída por Manoel José Pinto. Neste projeto também se encontra nos fundos do terreno uma construção que abriga uma garagem para dois carros, mas atrás dela há um elemento dissonante com a modernidade que o automóvel particular representa nessa época e que demonstra a permanência de certos hábitos tradicionais, um galinheiro. Além da garagem, em outra construção no terreno ficam os cômodos do *chauffeur* e do feitor, com depósito de carvão e lenha e um tanque ao lado. Causa espanto encontrar em um projeto de 1920 um cômodo destinado a um "feitor".

A entrada principal da casa se dá pela fachada frontal através de um pórtico que leva ao vestíbulo onde fica a escada interna. Do vestíbulo tem-se acesso à sala de visitas, à sala de música, sendo as duas interligadas, e à sala de jantar, que possui varanda fechada. Através da sala de jantar e da varanda passa-se a um cômodo denominado hall onde se encontra uma escada helicoidal, certamente a circulação vertical de serviço. Este hall tem portas para a sala de costura e para uma pequena circulação para onde se abrem o w.c., a despensa e a copa. Esta se liga à cozinha, que possui entrada independente para o exterior, e à sala de engomar, a partir da qual é possível entrar no quarto da criada. Do lado de fora, junto à parede dos fundos da casa estão um w.c. e os tanques para lavagem de roupa.

Esta casa possui sala de costura, ambiente tipicamente feminino entre os setores social e de serviço, de forma que desse cômodo a dona de casa pudesse observar

as atividades domésticas sem estar completamente afastada da área de representação. O próprio nome do aposento mostra que, mesmo sendo uma sala para a senhora, não era um local de descanso, mas de trabalho.

Os cômodos da frente do pavimento superior são a sala de estudo e a biblioteca. Ao longo do corredor que percorre o comprimento da casa estão seis quartos, o hall da escada de serviço, banho e w.c., um depósito e, nos fundos, uma sala com terraço. Ao lado dos quartos se encontra um aposento denominado "capela". Não há *toilette*, *boudoir* ou quarto de vestir, os quartos possuem aproximadamente as mesmas dimensões não havendo um quarto principal.

Esta casa, apesar de contar com circulação separada de serviço e social, setor de representação composto por diferentes salas com funções diversificadas, bem ao gosto da burguesia, possui alguns elementos de permanência como o galinheiro, a capela e a intercomunicação entre todos os quartos, que possuem portas para o corredor e entre eles. Esse exemplo demonstra que certas práticas não haviam sido totalmente superadas e conviviam com os novos hábitos cosmopolitas e burgueses.

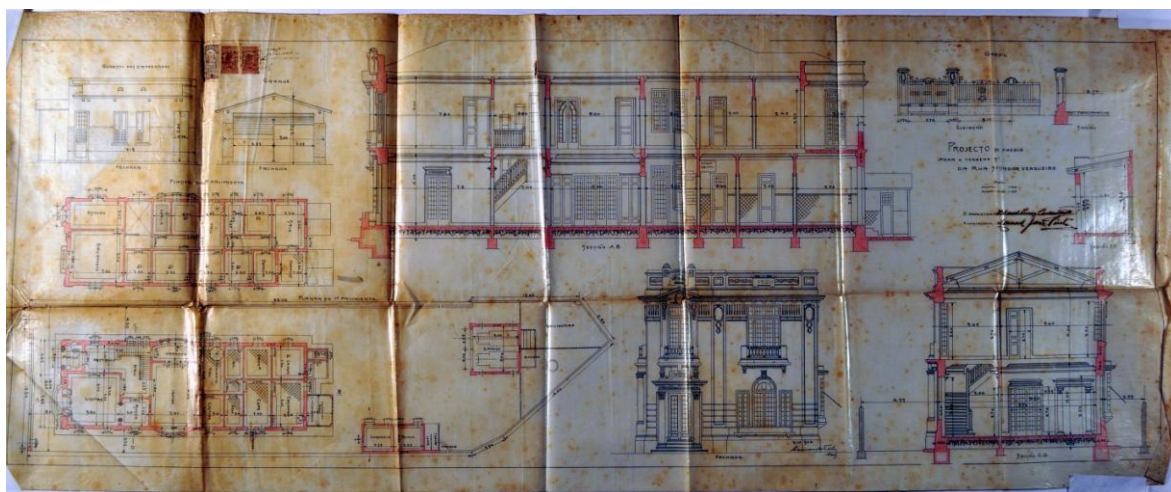


FIGURA 67: Projeto completo da casa da rua Senador Vergueiro, 159, aprovado em 1920.
Fonte: RIO DE JANEIRO, 1920b.

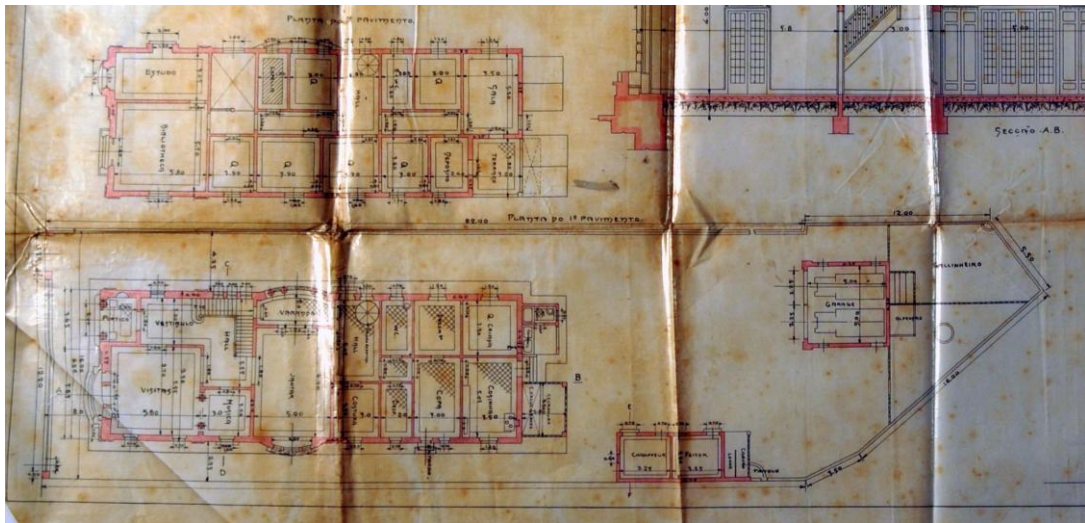
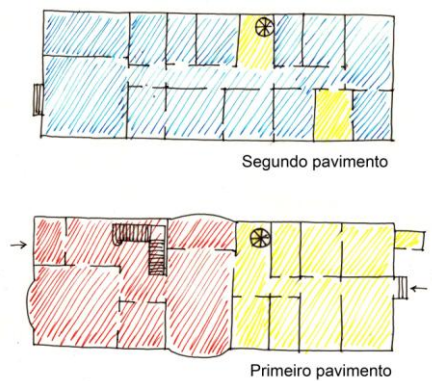


FIGURA 68: Plantas baixas da casa da rua Senador Vergueiro, 159, aprovado em 1920.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1920b.



LEGENDA

- Setor Íntimo
- Setor Social
- Setor Serviço

FIGURA 69: Zoneamento da casa da rua Senador Vergueiro, 159.
 Fonte: autora



FIGURA 70: Fachada da casa da rua Senador Vergueiro, 159, aprovado em 1920.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1920b.

4.3.1.13 - Rua Voluntários da Pátria, 53.

O projeto de reconstrução, de 1910, para a rua Voluntários da Pátria, número 53, transformou uma casa de porão alto em um sobrado de porão alto habitável com torreão chegando ao quarto pavimento. A reforma englobou o aumento da área construída e uma nova fachada bastante elaborada com a adoção do torreão localizado à esquerda da fachada principal. A edificação apresenta referências nórdicas no contexto do tardo-ecletismo. O primeiro pavimento possui várias entradas e é dividido em sala de estudo, gabinete, sala, arrecadação, sala de engomar e um banheiro nos fundos. Existem duas escadas helicoidais, uma na frente com acesso ao setor social e outra nos fundos chegando ao setor de serviço.

A entrada principal fica no segundo pavimento e dá acesso ao gabinete e a sala de visitas, entre esses cômodos se encontra uma escada helicoidal que parte do andar inferior chegando ao quarto e último pavimento da casa. Existe outra entrada localizada no centro da planta, pela sala de espera para onde se abre um quarto, ao lado a escada que liga o segundo pavimento ao terceiro e um corredor para onde se abrem outro quarto e a sala de costura. Essa circulação leva a um cômodo denominado "refeitório", a sala de jantar de fato, que possui uma varanda e porta para a copa, onde está a escada helicoidal saída do térreo e outra escada ligando este andar ao superior, atrás estão a cozinha, o w.c. e a despensa.

A parte da frente do terceiro pavimento é ocupada por um quarto de grandes dimensões e por um *toilette*. No centro, a escada social leva a um corredor para onde se voltam os outros quartos, cinco no total. Nos fundos do pavimento uma varanda dá acesso ao banheiro e à escada de serviço. No quarto pavimento, formado apenas pelo torreão, existe um único cômodo denominado "mirante".



FIGURA 73: Cortes da casa da rua Voluntário da Pátria, 53, aprovado em 1910.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910e.



FIGURA 74: Fachada da casa da rua Voluntário da Pátria, 53, aprovado em 1910.
 Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910e.

4.3.1.14 - Rua Voluntários Pátria, 136.

O sobrado da rua Voluntários da Pátria, número 136, de propriedade do Dr. Carlos Bastos Netto, apresenta em seu projeto aprovado em 1920, uma construção nos fundos do terreno com garagem, depósito, w.c. e tanque. A construção principal tem o acesso social por uma escada que leva à entrada para a qual se abrem o hall da escada e o jardim de inverno. Ladeando o hall estão a sala de visitas na frente e a sala de jantar do lado oposto. A sala de jantar e o jardim de inverno têm portas para a sala de almoço que possui acesso ao exterior. Da sala de almoço passa-se à copa, onde se encontra a escada de serviço, com entrada debaixo para um w.c. A copa dá acesso à cozinha a qual tem entrada independente para o terreno. Completam o setor de serviço a despensa e um quarto, certamente de empregada e um banho e w.c. com entrada para o patamar da escada de serviço externa.

No pavimento superior, o cômodo da frente é ocupado pelo estudo. Para o hall se abrem o banho e w.c. e um grande cômodo denominado "dormitório" que possui quatro portas de entrada. Um corredor na lateral leva à escada de serviço, a dois quartos e à rouparia. Os quartos possuem portas intercomunicantes, reduzindo a privacidade dos moradores.

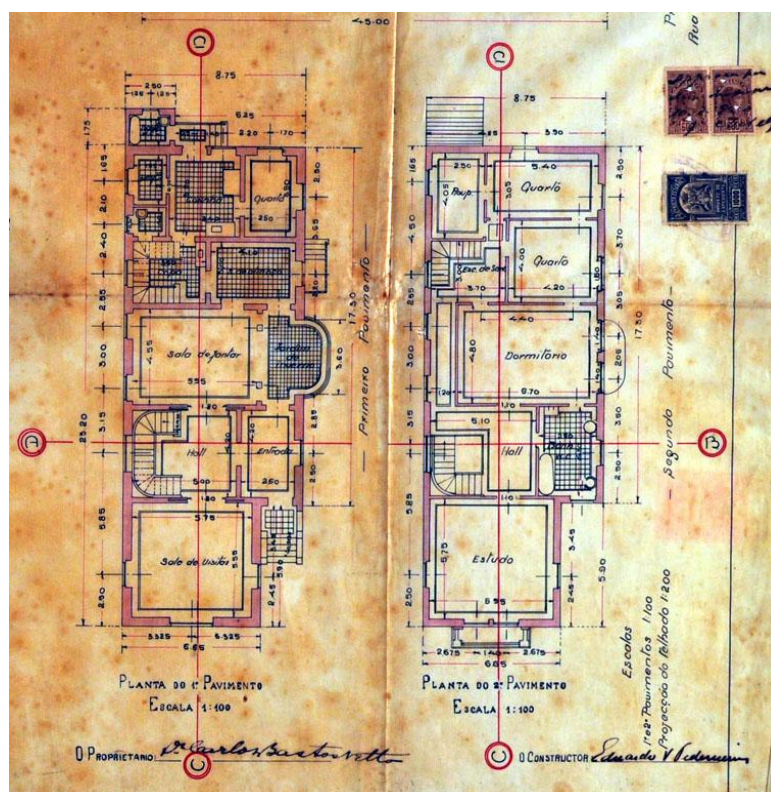


FIGURA 75: Plantas baixas da casa da rua Voluntário da Pátria, 136, aprovado em 1920.
Fonte: RIO DE JANEIRO. 1920c.

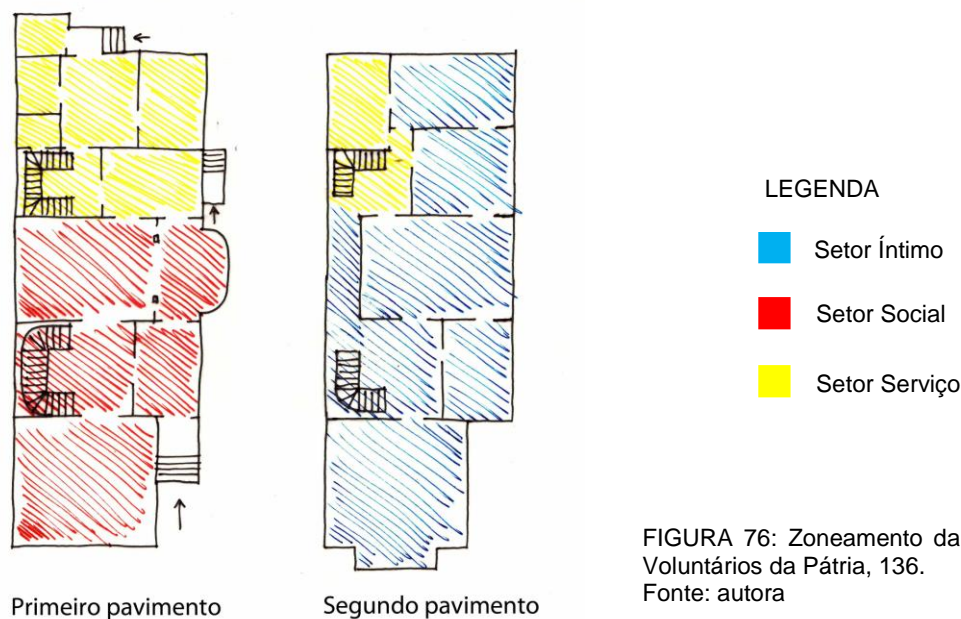


FIGURA 76: Zoneamento da casa da rua Voluntários da Pátria, 136.
Fonte: autora

4.3.1.15 - Praia do Flamengo, 340¹⁹.

O palacete da Praia do Flamengo, número 340, foi um presente de Demócrito Lartigau Seabra a sua esposa Maria José Campos Seabra, ambos pertencentes a importantes famílias ligadas ao comércio. O terreno foi adquirido em 1920 e o projeto encomendado a um arquiteto francês, cujo nome é desconhecido. No Brasil, as propostas vindas da França eram referendadas pelo arquiteto Luís de Moraes Júnior. A construção da casa durou menos de três anos, durante as obras foi aberta a Avenida Beira Mar que tomou parte do jardim fronteiro, este, inicialmente, possuía doze metros de extensão. O palacete dos Seabra foi o segundo a ser construído na avenida juntamente com a casa da família Dodsworth, a primeira construção havia sido a residência dos Raja Gabaglia, as duas últimas demolidas.

¹⁹ As informações sobre o palacete da Praia do Flamengo, número 340 foram extraídas do livro sobre a Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa (OLIVEIRA, 2007)



FIGURA 77: Fachada do palacete da Praia do Flamengo, 340.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 12

Na época da construção, um dos irmãos de Maria José, Manoel Campos, morava em Paris e foi o responsável por enviar ao casal as propostas do arquiteto e as amostras de materiais para a construção. Todas as peças de acabamento como *parquets*, vitrais e portas, e as de decoração, como tapetes, quadros e lustres foram trazidos da Europa. Os *parquets*, encomendados na Suíça, são encontrados em quase todos os cômodos e apresentam desenhos distintos em cada um dos ambientes. Para sua instalação vieram ao Brasil especialistas suíços. Os gradis da escadaria foram comprados na Bélgica, os vitrais são franceses, produzidos pela Casa Champigneulle. Seabra tinha a intenção de transformar sua casa em uma obra de arte. Um exemplo de sua dedicação à obra são os painéis de Malhoa, famoso pintor português, que ornamentavam a escadaria do hall principal. Quando a casa ficou pronta, Seabra escreveu ao artista pedindo duas telas no formato e tamanho das paredes laterais da escadaria, recebeu como resposta uma enfática negativa, o pintor considerou o pedido uma ofensa à sua arte afirmando não pintar a metro. Persistente, o dono da casa foi a Portugal conversar pessoalmente com o autor das desejadas obras, frente aos esforços empreendidos pelo brasileiro, Malhoa acabou cedendo e realizando os quadros encomendados.

Logo após a construção do palacete, em 1924, o terreno nos fundos da casa com frente para a rua Senador Vergueiro, foi comprado com a intenção de ali se fazer um jardim e construir um caramanchão e uma estufa para plantas. Demócrito Seabra pouco

aproveitou de sua residência tendo falecido em 1932. A viúva continuou morando com os filhos e, posteriormente, os netos na Praia do Flamengo até sua morte em 1989, aos 95 anos de idade. Em 1997, a casa foi tombada pelo Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) da Secretaria Municipal de Cultura. Com a intenção de construir um edifício no local, o palacete foi comprado pelas firmas Klacon Engenharia Ltda. e Quintas Empreendimentos Imobiliários Ltda., que puderam utilizar apenas os fundos do terreno, onde foi erguido um apart hotel. Posteriormente, o palacete foi adquirido pelo antiquário Carlos Alberto Serpa que o transformou em centro cultural, em 2003, dando-lhe o nome de sua mãe, Julieta de Serpa. A residência passou por poucas modificações ao longo dos anos, os quadros de Malhoa foram vendidos e uma fonte que existia no jardim de inverno foi substituída por uma estante pela própria dona da casa, fora isso mantém praticamente intactas suas características originais.



FIGURA 78: Fonte que havia no jardim de inverno.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 34



FIGURA 79: A fonte do jardim de inverno foi substituída por uma estante. Piso em mosaico.
Fonte:
http://www.julietadeserpa.com.br/eventos_jardim_inverno.php
Acesso em: 13 de abr. de 2011.

A entrada da casa se faz pela lateral através de um *porte cochère* encimado por um jardim pergolado, posteriormente fechado pelos proprietários. A porta de entrada importada de Paris é forjada em ferro com detalhes decorativos em bronze cinzelado. A entrada do palacete se faz por um requintado hall onde se encontra uma monumental escadaria ornada por gradil com desenhos de volutas decorado com flores de acanto e florões em bronze dourado. Ladeiam o hall, colunas de mármore polido sem caneluras encimadas por capitéis em estilo jônico em bronze dourado. Sob as portas encontram-se baixos relevos com motivos mitológicos. O piso de desenho simples e geométrico é todo em mármore carrara, assim como a escadaria. O hall possui pé direito duplo e é iluminado por um vitral ovalado. Sobre o vitral do patamar da escada, escreveu o irmão de Maria José, de Paris:

Depois de visitas a diversas casas em companhia do Sr. Leon Fontel, constatei que a casa que nos podia servir era a Champigneulle e, depois de explicar e conversar, tivemos esta ideia, ou melhor eu tive este pensamento de representar a fugida da noite e o despertar do sol. Pelo desenho terás uma pálida ideia da vida deste *vitraux*. (CAMPOS *apud* OLIVEIRA, 2007: 53)



FIGURA 80: Entrada do palacete com *porte cochère* originalmente encimado por um pergolado.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 35

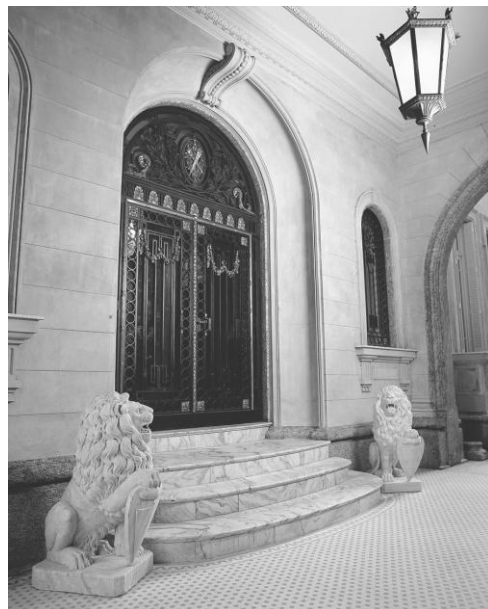


FIGURA 81: Porta de entrada do palacete. Os leões não fazem parte do projeto original.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 51



FIGURA 82: Escadaria monumental do hall de entrada.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 19



FIGURA 83: Vitrail da escadaria e do teto do hall principal, ambos importados da França
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 52

O hall divide o setor social em duas partes. Do lado esquerdo ficam a sala de visitas, a saleta e a sala de música. Segundo Oliveira (2007), a saleta à esquerda da sala de visitas era utilizada como *fumoir*, sua decoração em estilo Adam, mais masculina, reforça a informação. O *fumoir* é separado da sala de visitas por uma porta de vidro e possui entrada independente para o hall. Tanto a sala de visitas quanto a sala de música possuem sancas em bronze e florões dourados no teto. Todos os baixos relevos, molduras das paredes, rosáceas e sancas foram importados da Europa. Na sala de música não poderia faltar um piano, no caso, um Pleyel especialmente fabricado para o palacete. Em seus salões, os Seabra realizavam reuniões sociais frequentadas por amigos da família, importantes comerciantes e políticos da época, como o ex-Presidente da República Epitácio Pessoa.



FIGURA 84: Sala de visitas com mobília e decoração originais.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 36

No lado oposto do hall encontram-se os demais cômodos de sociabilidade, a sala de jantar e o jardim de inverno. Na sala de jantar predomina o estilo Primeiro Império com ricas aplicações de bronze dourado. Uma grande porta de correr espelhada nos dois lados separa este cômodo do jardim de inverno. O mesmo possui decoração romântica que é destacada pelo piso revestido por mosaicos com motivos florais e pelo vitral que recobre uma de suas paredes. É novamente Manoel, irmão de Maria José, quem deixa em carta datada de novembro de 1920 e enviada de Paris, a explicação sobre o vitral: "(...) é uma ideia do Trianon. À esquerda, uma macieira em flor ou cerejeira, como quiseres, um lago, flores, o pequeno Trianon, o pequeno castelo de amor, as lindas guirlandas" (CAMPOS *apud* OLIVEIRA, 2007: 73).



FIGURA 85: Sala de jantar com mobília e decoração originais.
Fonte: OLIVEIRA, 2007: 37

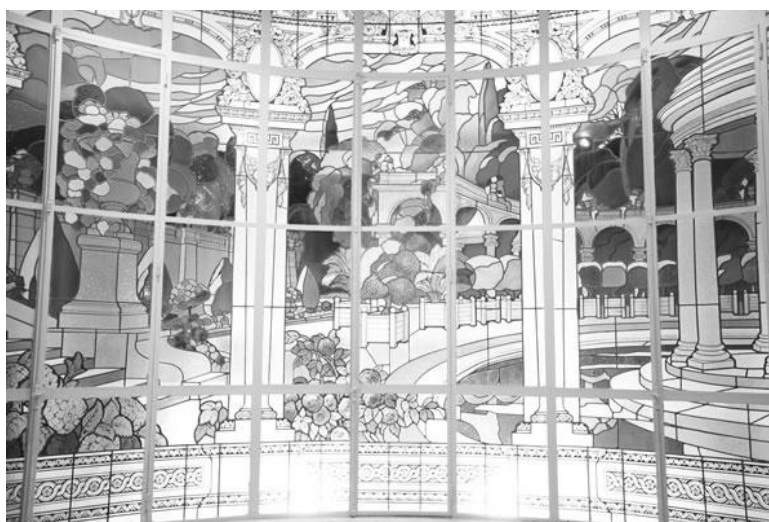


FIGURA 86: Vitral do jardim de inverno com temática romântica
Fonte: http://www.julietadeserpa.com.br/eventos_jardim_inverno.php
Acesso em: 13 de abr. de 2011.

Também do lado direito do hall de entrada está um corredor que leva aos cômodos de serviço. Logo na entrada encontra-se um banho e w.c., ao longo do corredor distribuem-se o escritório, a sala de costura, a sala de almoço e no final, a copa com despensa, a cozinha e o quarto da criada. A entrada de serviço dava acesso à copa.



FIGURA 87: Cozinha com as instalações originais.
Fonte: CD com imagens cedido pela Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa.

O hall do pavimento superior possibilita uma bela vista da entrada do palacete. Na parte da frente estava o quarto principal ladeado pelo *boudoir*, ou quarto de vestir, e pelo quarto dos filhos do casal, Carlos Alberto e Arnaldo. Nesse mesmo andar encontram-se mais seis quartos, dois banheiros e nos fundos um quarto denominado crianças, possivelmente o quarto de brinquedos dos meninos, outro para criada e um terraço. Em um dos quartos Demócrito Seabra instalou um equipamento de rádio amador, *hobby* adquirido em seus anos de estudo na Europa.



FIGURA 88: Vista do alto da escada do hall.
Fonte: CD com imagens cedido pela Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa.

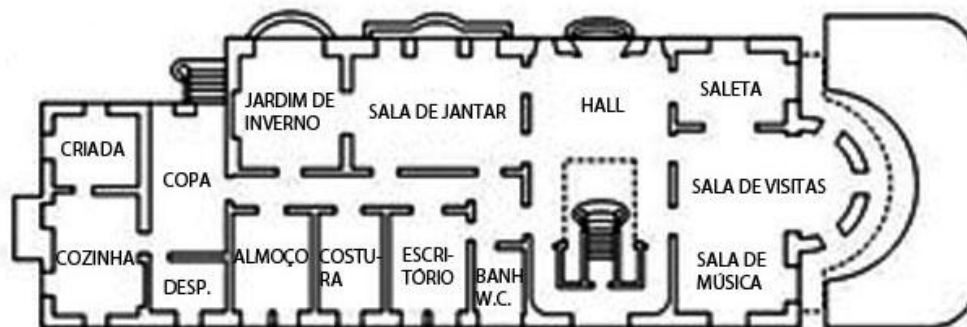


FIGURA 89: Planta baixa do pavimento térreo do palacete da Praia do Flamengo, número 340. Desenho modificado pela autora a partir do projeto original que se encontra na Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa.
 Fonte: Disponível em: <http://www.julietadeserpa.com.br/index.php>.
 Acesso em: 05 de jun. 2012.

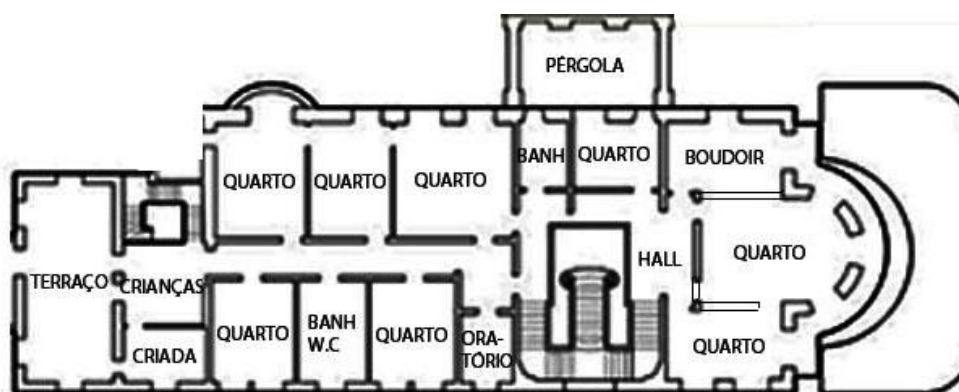
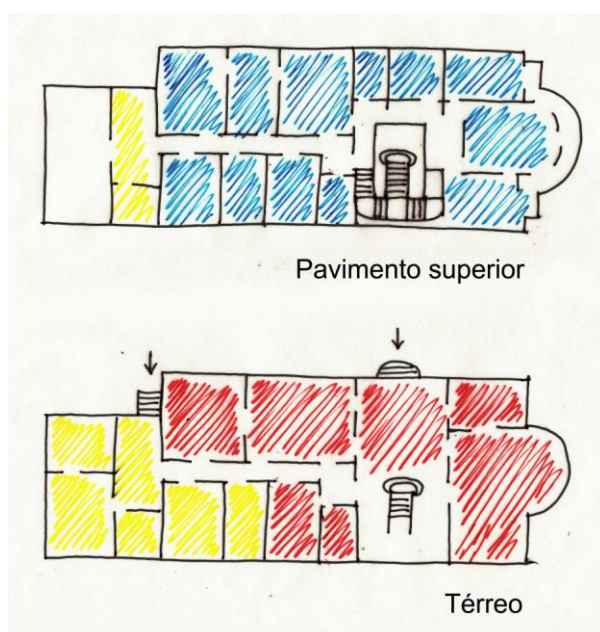


FIGURA 90: Planta baixa do pavimento superior do palacete da Praia do Flamengo, número 340. Desenho modificado pela autora a partir do projeto original que se encontra na Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa.
 Fonte: Disponível em: <http://www.julietadeserpa.com.br/index.php>.
 Acesso em: 05 jun. de 2012.



LEGENDA

- Setor Íntimo
- Setor Social
- Setor Serviço

FIGURA 91: Zonamento do palacete da Praia do Flamengo, 340.
 Fonte: autora

4.3.1.16 - Palacetes da família Guinle²⁰

Os Guinles foram uma das famílias mais importantes da Primeira República, tendo construído alguns dos exemplares mais importantes de palacetes desse período, merecem uma pequena biografia. Os patriarcas da família, Eduardo Palassin Guinle, de origem modesta franco-espanhola, e Guilhermina Coutinho Guinle, gaúcha filha de estancieiros, não possuíam vínculos com a elite cafeeira da época. Sua fortuna estava ligada à indústria, comércio marítimo, importação de maquinário e concessões de serviços públicos.

Filho de imigrantes franceses, Eduardo Palassin Guinle nasceu no Rio Grande do Sul, mudou-se para o Rio de Janeiro aos vinte e cinco anos e entrou como sócio em uma loja de tecidos importados, de nome *Aux Tuleries*, junto a um conterrâneo, Cândido Gaffré, parceria bem sucedida que duraria até sua morte, em 1912. Com o tempo, a empresa Gaffré, Guinle e Cia diversificaram suas atividades, investindo em importação e exportação e em indústrias de médio porte. O principal empreendimento dos sócios foi a criação da Companhia Docas de Santos, fundada em 1892 para operar o porto de Santos, tinha sede na Capital Federal e seus negócios se estendiam por muitos estados através da administração de várias firmas espalhadas pelo país. A empresa de Gaffré e Guinle modernizou o porto santista construindo cais e armazéns e adquirindo novos maquinários. Uma usina hidrelétrica foi construída em Itatinga para fornecer eletricidade para o porto e tornar as operações de embarque e desembarque mais eficientes. A partir de 1908, o excedente produzido pela usina passou a ser empregado na cidade de Santos.

Em 1909, Gaffré e Guinle fundaram a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) para produzir, distribuir e comercializar eletricidade em várias cidades nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Em Salvador, a CBEE fornecia não apenas eletricidade, mas também explorava os serviços telefônicos e as linhas de bonde. Além dos investimentos em indústria e prestação de serviços, a dupla entrou no mercado imobiliário. Foram dos primeiros a comprar terrenos na Avenida Central, quando ela ainda nem estava pronta, e também foram dos primeiros a construir. Guinle construiu na avenida edifícios de escritório, um hotel, um teatro e a sede da Companhia Docas de Santos, projeto de Ramos de Azevedo. O prédio na esquina da avenida com a rua do Rosário abrigava os escritórios da CBEE e da Guinle e Cia e se sobressaía por ser um dos prédios mais altos da avenida com sete andares, por sua arquitetura e por possuir três elevadores, uma raridade na época.

Eduardo Palassin Guinle se casou com Guilhermina Coutinho da Silva no Rio Grande do Sul, em 1875. O casal teve nove filhos, mas apenas sete sobreviveram: Eduardo,

²⁰ As informações sobre a biografia da família Guinle foram extraídas de CARMO, 2008.

Guilherme, Carlos, Arnaldo, Celina, Octávio e Heloísa. Uma família sem um nome de tradição, como era o caso dos Guinle, precisava participar de instituições sociais, como os clubes, para se inserir no exclusivo mundo da elite carioca. A prática de uma vida mundana intensa, o mecenato, um salão concorrido e uma casa que simbolizasse o luxo e o refinamento do proprietário faziam parte da estratégia para criar uma tradição. Não bastava ter posses para conseguir ascensão social, era preciso utilizar a riqueza, transformando o dinheiro em prestígio. Essa conquista passava pelo *modus vivendi* aristocrático, as roupas, a casa e a postura na vida social.

O palacete em Laranjeiras foi construído pelo filho mais velho que recebeu o nome do pai, Eduardo, entre os anos de 1909 e 1914, a mansão e seus jardins ocupavam parte de uma imensa chácara. A obra quase o levou a falência, gastou praticamente toda a herança recebida com a morte do pai, em 1912, com o projeto, precisando da ajuda financeira da mãe para terminar a construção. A casa foi comprada pelo Governo Federal em 1946, cinco anos após o falecimento do proprietário, e o Itamaraty passou a cuidar de sua administração. A residência seria usada para hospedar chefes de Estado em visita ao Brasil. O Governo ficou com a casa, parte de seu mobiliário e de sua valiosa coleção de arte. A chácara foi desmembrada e loteada, seu terreno foi ocupado pelo conjunto de prédios modernistas projetados por Lúcio Costa ainda na década de 1940, os jardins se transformaram em parque aberto ao público, ficando o lugar conhecido como Parque Guinle. O palacete Guinle, hoje conhecido como Palácio Laranjeiras e tombado no final da década de 1970, atualmente abriga a residência oficial do Governador do estado do Rio de Janeiro.

O palacete de Eduardo Guinle é um tipo de moradia urbana adotada pela elite republicana inspirado nos *hôtels privés* e na *villas* francesas. Segundo Carmo (2008), Guinle, ao adotar o estilo francês na construção de sua residência poderia ter como intenção criar uma tradição ao unir o passado, sua ascendência francesa, com o futuro. A casa era uma peça importante na busca por prestígio e reconhecimento, no período republicano ela substituiu os títulos de nobreza e exercia a função de expressão da individualidade do proprietário e de seu sucesso profissional e financeiro.

Segundo Marins (2010), os palacetes da família Guinle suplantavam seus congêneres paulistanos, se igualando às maiores residências de Buenos Aires, sendo excepcionais pela utilização de acabamentos dispendiosos e obras de arte importadas da Europa. A mansão dos Guinle em Laranjeiras foi, talvez, a casa mais luxuosa da elite carioca da Primeira República. Sua zona de representação ocupava dois andares interligados por uma rica escadaria e se dividia em sete salões com funções específicas e extremamente decorados com materiais nobres: mármore, granito, ônix, ébano, lambris de carvalho, porcelanas, espelhos, cristais, bronze e folhas de ouro.

O projeto do palacete ficou a cargo do arquiteto Armando Carlos da Silva Telles. O modelo de divisão da casa em três setores de acordo com a função chegou ao Brasil no final do século XIX e era identificado com a maneira de morar à francesa. A tripartição foi levada ao extremo por Silva Telles no palacete Guinle ao construir três alas com acessos independentes e unidas pela sala de jantar. A primeira ala abriga os salões de recepção e, por isso, é a mais luxuosa da casa. A partir dela, surgem duas alas, a da esquerda destinada aos serviços, recebendo menos atenção nos detalhes decorativos, até mesmo seu telhado é mais simples que os das demais alas; à direita se encontram os aposentos íntimos da família. É a partir da sala de jantar que se acessam as áreas de serviço e íntima, sendo ela o ponto intermediário entre o setor mais público da casa e a área privada.

Apesar da importância dada aos espaços privados na casa burguesa do século XIX, as áreas de recepção e convívio social foram as que receberam maior atenção dos arquitetos e dos proprietários. Como se pode notar no palacete Guinle, onde a ala social é o eixo principal da casa, possui apuro decorativo e áreas maiores. O projeto original sofreu alterações ao longo da construção, o principal foi o acréscimo de um segundo pavimento ao bloco que abriga o setor de serviço. Este, inicialmente, era formado por apenas um pavimento e telhado de barro. A área de serviços possui uma concepção estilística e espacial diferente do restante do palacete, mas a construção do segundo pavimento minimizou a disparidade do conjunto. Segundo Carmo (2008), esse andar seria ocupado por uma *Galerie de Tableaux*, projeto que nunca foi executado.

Junto ao edifício principal existiam outras construções anexas, a casa dos empregados, com três quartos, saleta e banheiros; uma usina com gerador de eletricidade movido a diesel e uma estufa de 39 por 16 metros toda em estrutura de ferro fabricada na França. Ao lado da estufa ficava a casa do chefe dos jardineiros. Em 1918, foi projetada pelos arquitetos Gire e Bovet, uma *piscine de natation*, que nunca foi construída e que correspondia às novas concepções de saúde e higiene. Também não foi executado o projeto do *Théâtre de Verdure*, um tipo de anfiteatro aberto todo em treliça de ferro projetado pelo paisagista E. F. Cochet, o mesmo responsável pelo jardim em estilo inserido na poética do pitoresco inglês com um grande lago ao centro abastecido por um sinuoso riacho em cuja nascente foi criada uma cascata. O jardim no entorno do palacete se difere do estilo inglês adotado na parte baixa da propriedade pela simetria característica do jardim francês. Essa área possuía esculturas, fontes, vasos em mármore carrara como os existentes nos jardins do Palácio de Versailles (CARMO, 2008).

O setor social é o que possui maiores dimensões e os acabamentos mais luxuosos da casa, está dividido em sete ambientes simetricamente distribuídos em dois andares. Um terraço de linhas sinuosas circunda o primeiro pavimento e serve como ligação

entre o interior e o jardim e de circulação externa entre os cômodos. A entrada se faz por um *porte cochère* encimado por um terraço. No centro da planta encontra-se uma monumental escadaria localizada em espaçoso hall. Ao lado da escada estão a sala de música e o *fumoir* ou "fumantes" como o cômodo é denominado no desenho. Nas laterais do hall estão a sala de jantar e a sala de visitas. A sala de jantar possui pé-direito duplo e teto vazado com galeria em mezanino em cima. Com cem metros quadrados, esse ambiente exercia também a função de grande salão do palacete sendo o principal cômodo da zona de representação. A sala de visitas não fica muito atrás em termos de área, possuindo 87,5 metros quadrados. No segundo andar, a escada chega à sala de bilhar, o maior cômodo da casa com 198 metros quadrados. À esquerda está a biblioteca e à direita, a galeria em mezanino com vista para a sala de jantar. Ao longo da fachada frontal se encontra um terraço para onde se abrem a sala de bilhar e a biblioteca.

Os acabamentos e a decoração dos ambientes que fazem parte do setor de representação são extremamente sofisticados. Tetos, paredes e pisos receberam trabalhos delicados e luxuosos. Na sala de jantar e na galeria as paredes são forradas por madeira finamente decorada por molduras e medalhões, em outros ambientes são cobertas por papéis de parede, detalhes em estuque, pinturas murais e quadros. Os tetos possuem sancas elaboradas, florões e pinturas. O piso do hall recebeu mosaico realizado com delicadas peças formando desenhos florais e arabescos, os demais cômodos possuem piso em *parquets* encimados por enormes tapetes. Esculturas, colunas em mármore, espelhos, lustres de cristal, objetos de arte, vitrais e mobiliário refinado completam a imponente ambientação, tudo planejado para mostrar aos convidados todo o requinte e sofisticação dos moradores.

As disposições do setor íntimo se repetem nas plantas do primeiro e do segundo pavimento. Ele é constituído por um bloco longitudinal com os cômodos em sequência e uma varanda fazendo as vezes de circulação entre os mesmos. O primeiro aposento é o *boudoir*, seguido de dois quartos, banho e w.c e uma rouparia. Parece haver uma escada helicoidal entre o *boudoir* e o primeiro quarto, mas o desenho não deixa claro. Os cômodos são interligados entre si por portas de comunicação e não há indicação de um quarto principal. Segundo Carmo (2008), o banheiro ao lado dos quartos no primeiro pavimento é todo em mármore branco polido e esculpido, paredes, piso, banheira, lavatório e aparelhos sanitários, estendendo o luxo da área social para o setor mais íntimo da casa.

O setor de serviço tem a mesma volumetria do íntimo e também possui cômodos em sequência com portas intercomunicantes. Entre essa área e a social está uma sala que provavelmente seria o local onde se realizavam as refeições menos formais. Esta se liga a copa e a uma despensa, o que parece confirmar a hipótese de ser usada como sala de

almoço pela família Guinle. Após a copa estão a cozinha, uma pequena sala com w.c. e dois quartos. Apesar de haver outra construção no terreno com a função de moradia para os empregados, os últimos cômodos da área de serviço certamente eram os aposentos dos criados da casa.

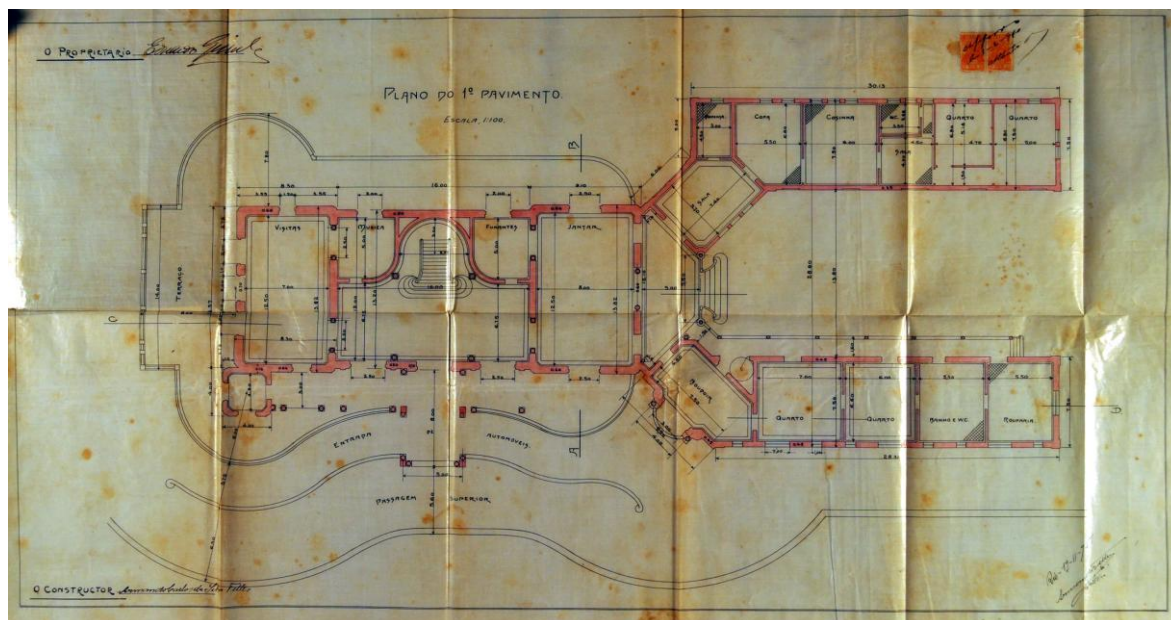


FIGURA 92: Planta baixa do primeiro pavimento do palacete Guinle, atual Palácio Laranjeiras. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1909-1910.

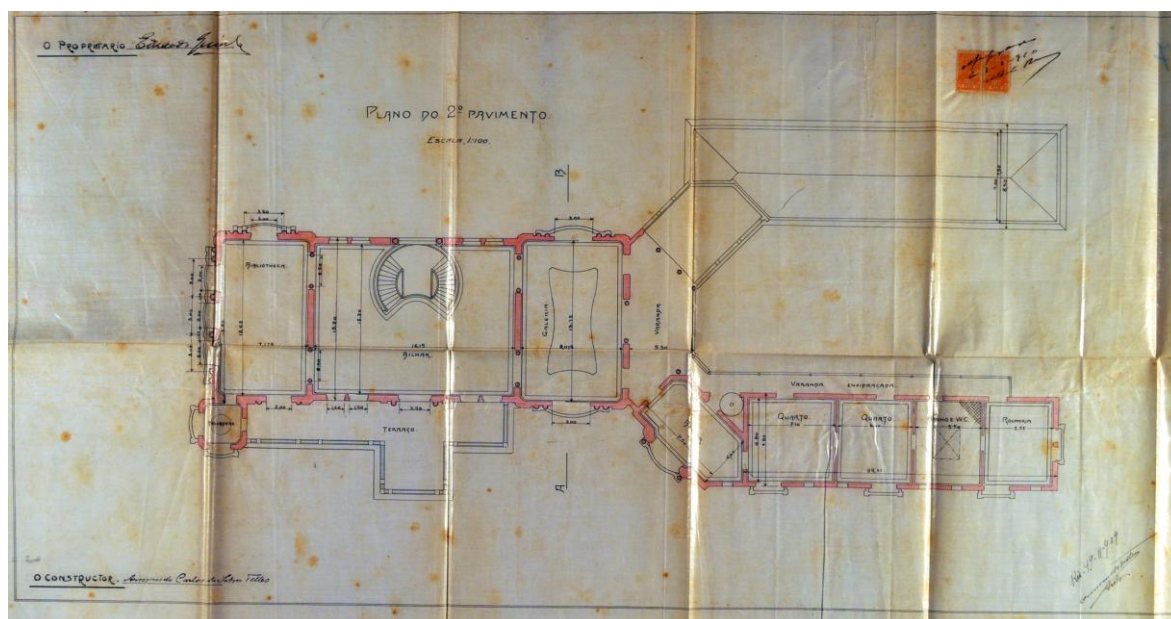


FIGURA 93: Planta baixa do segundo pavimento do palacete Guinle, atual Palácio Laranjeiras. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1909-1910.

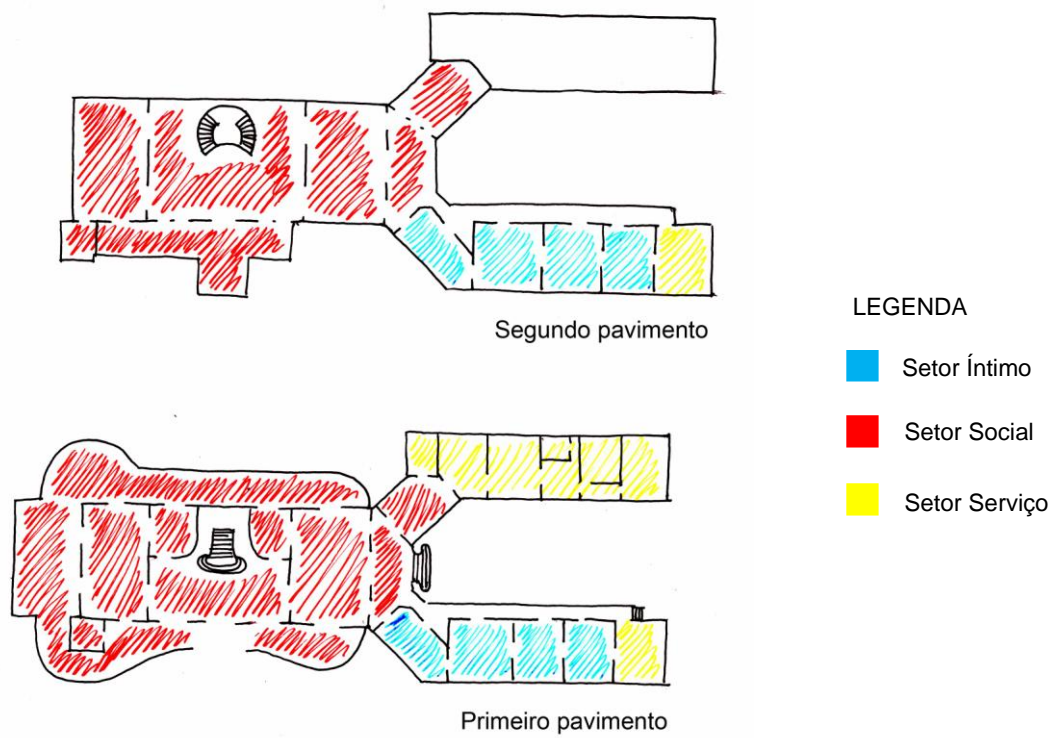


FIGURA 94: Zoneamento do palacete Eduardo Guinle.
Fonte: autora



FIGURA 95: Fachada lateral do palacete Guinle, atual Palácio Laranjeiras.
Fonte: Disponível em: www.inepac.rj.gov.br
Acesso em: 10 jun. de 2012

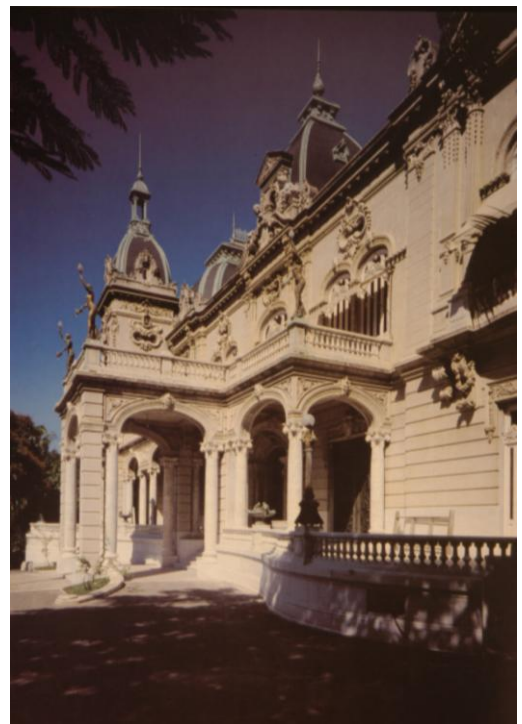


FIGURA 96: Fachada frontal com destaque para o *porte cochère* do palacete Guinle, atual Palácio Laranjeiras.
Fonte: Disponível em: www.inepac.rj.gov.br
Acesso em: 10 jun. de 2012.

Outro importante palacete da família Guinle se encontra na rua São Clemente, número 213, entre as ruas Guilhermina Guinle e Dona Mariana. O edifício é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e vai abrigar um centro de cultura e de formação profissional para a indústria criativa patrocinado pela Firjan. O palacete possui 1500 metros quadrados de área construída em um terreno de 8 mil metros quadrados. Alguns textos afirmam que a casa foi um presente de casamento de Candido Gaffré para o casal Celina Guinle e Linneo de Paula Machado, mas segundo Cattán (2003), Eduardo Palassin e Guilhermina Guinle residiam no local onde a residência foi edificada, nesse caso a casa teria sido erguida antes de 1900 a partir de uma construção existente. Somente depois da morte do pai é que Celina Guinle e seu marido teriam ido morar no palacete da São Clemente. Essa última versão parece menos verossímil porque o projeto de reforma encontrado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi assinado por Celina Guinle em 1910, dois anos antes da morte de Eduardo Palassin Guinle.

A planta encontrada no arquivo corresponde a uma reforma empreendida no ano de 1910, o arquiteto responsável pela reforma foi o mesmo do projeto do palacete de Eduardo Guinle, Silva Telles. Houve outras obras posteriores que aumentaram a área construída da mansão, especificamente no segundo pavimento que atualmente possui as mesmas dimensões do térreo. Infelizmente, o único projeto encontrado não informa o nome de todos os cômodos, mas apenas aqueles que foram acrescentados, no térreo uma adega e um banheiro e no pavimento superior, quarto, sala e banheiro. A fachada frontal foi totalmente modificada por uma extensa varanda ao longo de toda a frente do prédio, além de um *porte cochère*. Assim como o palacete de Eduardo Guinle, o de Celina Guinle também possui fachada inspirada na arquitetura eclética francesa, com decoração esmerada, estátuas em nichos, esculturas em baixo relevo e uma infinidade de detalhes que lhe conferem uma aparência aristocrática e elegante. Junto ao projeto foi encontrado um texto explicativo da reforma escrito por Silva Telles.

O abaixo assinado, arquiteto e construtor, tendo sido incumbido pela Ex^a Sr^a D. Celina Guinle, para executar as obras no prédio de sua propriedade, sito à rua São Clemente, número 213, vem respeitosamente solicitar de V. Ex. a licença para fazê-las, constando as mesmas do seguinte: pintura, forração e decoração interna, demolição e reconstrução da fachada lateral, decoração das demais fachadas, reconstrução do telhado, fazer as modificações internas conforme indicadas no projeto, bem como pintura dos gradis. O prédio acha-se no centro do terreno e a obra durará seis meses.

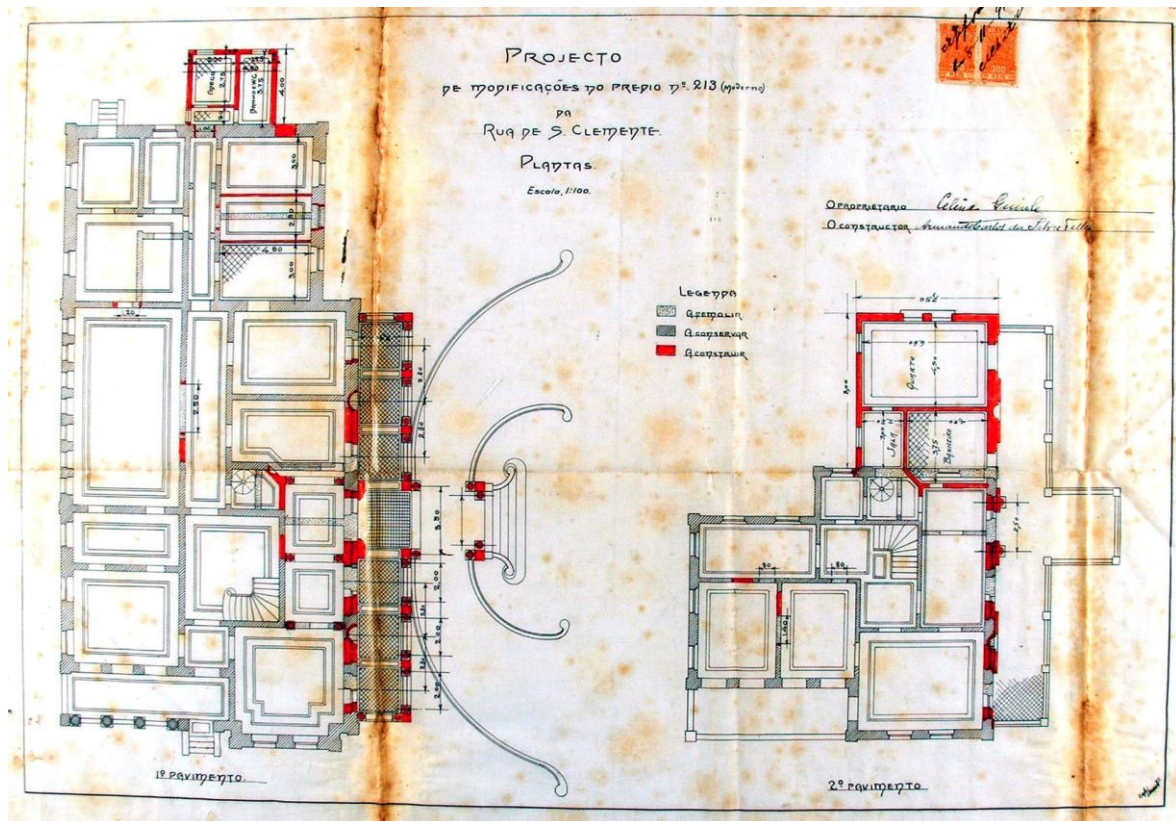


FIGURA 97: Projeto de reforma do palacete na rua São Clemente, 213, aprovado em 1910. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1910b.

A partir de uma planta elaborada para uma mostra de decoração realizada no palacete em 2011, é possível observar as modificações que foram feitas na casa após a reforma de 1910. O primeiro pavimento foi pouco alterado, a escada interna encontra-se deslocada a direita do hall de entrada e algumas divisões foram modificadas configurando uma nova divisão dos cômodos. Ampliou-se o andar superior de forma a adquirir o mesmo tamanho que o inferior. Como não foi encontrado o projeto da reforma posterior a 1910 não se pode determinar com certeza quais cômodos se encontram na casa, mas é possível especular sobre sua localização baseada nos estudos de outros projetos arquitetônicos da época e em uma visita *in loco* realizada em 2011.

A setorização do palacete deveria seguir o modelo empregado em outros projetos, com o setor social e o de serviço no primeiro pavimento e o setor íntimo no superior. A entrada da casa se faz através da varanda externa, acrescentada na reforma de 1910, que possui acesso ao grande hall principal com piso em delicado mosaico. A escada que leva ao andar superior fica a direita do hall, a esquerda está outro cômodo, talvez o escritório, pois parece possuir porta independente para a varanda externa. Nos fundos do hall, ficam duas grandes salas recobertas por *parquets* com desenhos geométricos

realizados em diferentes tons de madeira, paredes com molduras em estuque, colunas decoradas por capitéis elaborados, florões e sancas no teto. Certamente, uma sala seria a sala de visitas e a outra, mais próxima à área de serviço, a sala de jantar, ambas possuem varanda para o jardim externo. Vários cômodos fazem parte do setor de serviço, mas não é possível precisar a localização de cada um e sua função.

A escada em curva possui gradil de ferro trabalhado em volutas que também se encontram em estuque na parede e no acabamento da escada. No patamar há um vitral e uma claraboia, provavelmente importados da França. O setor íntimo recebeu o mesmo acabamento refinado que o setor social, paredes com molduras, sancas e florões nos tetos e piso em *parquets* decorado. Nesse andar é possível determinar apenas a localização do quarto principal, do lado esquerdo nos fundos da planta. Sendo ele composto pelo quarto de vestir, banheiro, quarto de dormir e dois pequenos ambientes, o *toilette* de Celina Guinle, onde ficava um armário para camisolas e um pequeno toucador e o *toilette* de Linneo de Paula Machado. No quarto de vestir se encontram ainda hoje os armários do casal, essa peça possui varanda voltada para os fundos da casa, no quarto de dormir também há uma varanda voltada para a lateral. O banheiro fica entre o quarto de vestir e o quarto de dormir, todo azul na linguagem *Art Nouveau*, é uma bela peça extremamente sofisticada com uma grande banheira em mármore e bancada também em mármore com duas pias de prata.

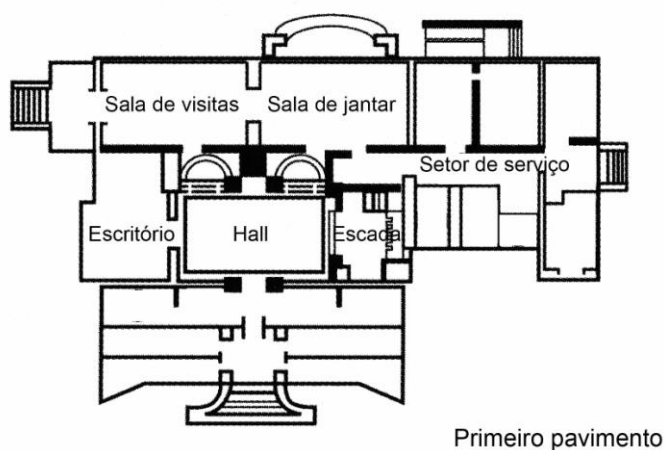


FIGURA 98: Planta do primeiro pavimento do palacete na rua São Clemente, 213, como ele se encontra atualmente. A nomeação dos cômodos foi realizada baseada na análise de outros projetos semelhantes e de visita *in loco*. Desenho modificado pela autora. Fonte: Catálogo Casa Cor Rio de Janeiro 2011.

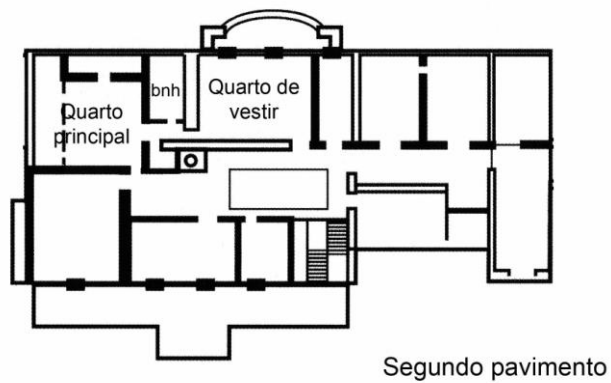


FIGURA 99: Planta do segundo pavimento do palacete na rua São Clemente, 213, como ele se encontra atualmente. A nomeação dos cômodos foi realizada baseada na análise de outros projetos semelhantes e de visita *in loco*. Desenho modificado pela autora.
 Fonte: Catálogo Casa Cor Rio de Janeiro 2011.



FIGURA 100: Fachada do palacete Guinle-Paula Machado. Inspiração francesa e sofisticação nos detalhes.
 Fonte: autora.

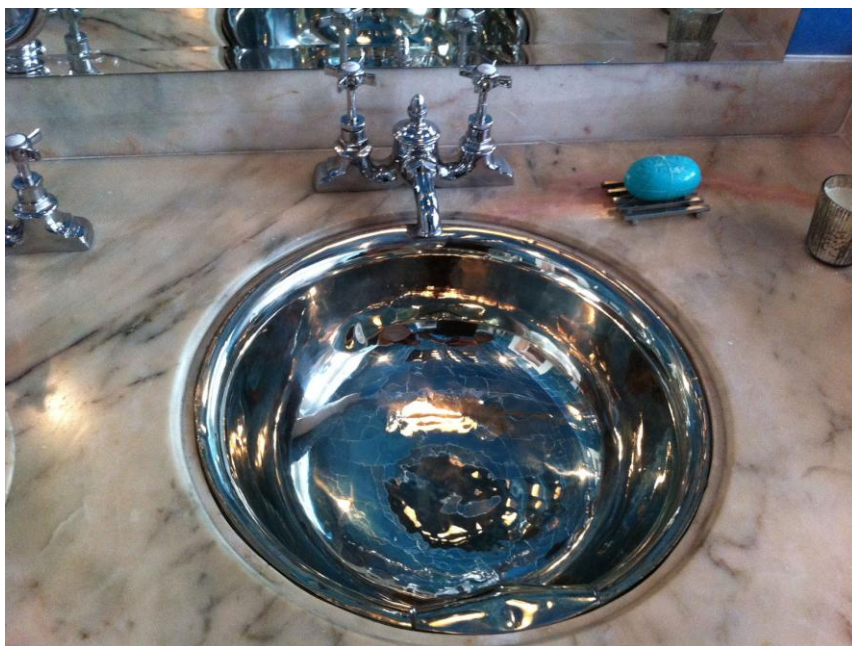


FIGURA 101: Pia de prata do banheiro do segundo pavimento do palacete Guinle-Paula Machado.
Fonte: autora.



FIGURA 102: Quarto de vestir do casal Celina Guinle e Linneo de Paula Machado em seu palacete na rua São Clemente.
Fonte: autora.

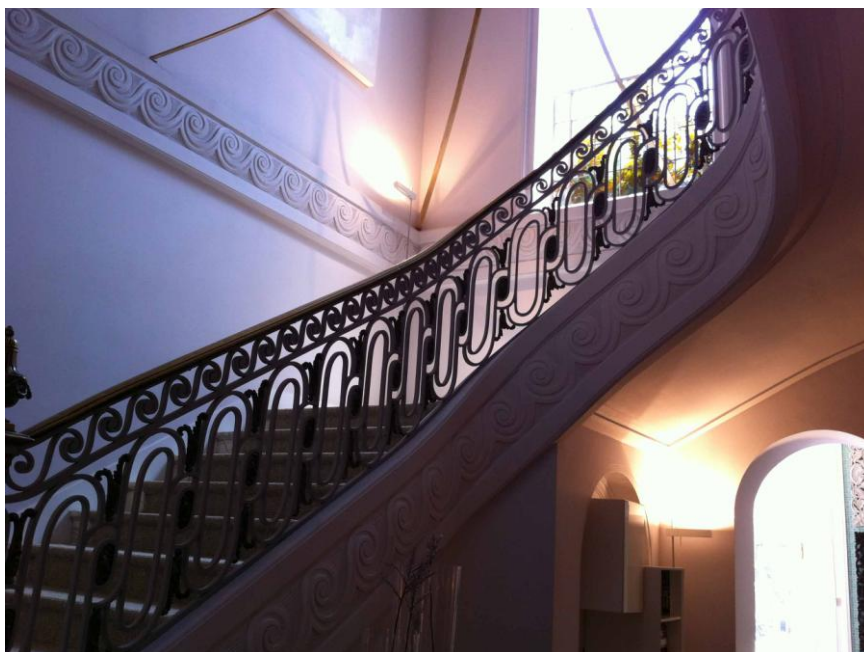


FIGURA 103: Escada do palacete na rua São Clemente, 213. Gradil em ferro decorado com volutas que também se encontram na parede e sob o gradil. Fonte: autora.

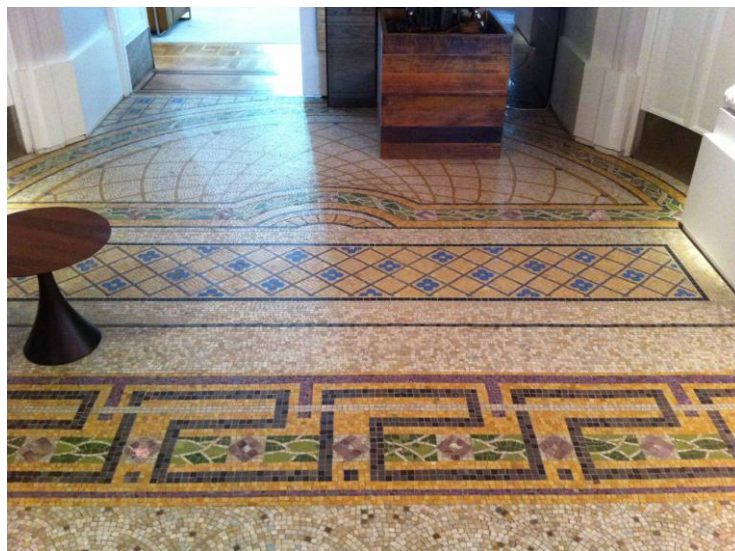


FIGURA 104: Piso em mosaico do hall de entrada do palacete Guinle-Paula Machado. Fonte: autora.



FIGURA 105: Baixo relevo em parede do hall de entrada do palacete Guinle-Paula Machado.
Fonte: autora.



FIGURA 106: Claraboia sobre a escada do palacete Guinle-Paula Machado.
Fonte: autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

.....

A construção de uma casa vai muito além da escolha da linguagem arquitetônica e dos materiais construtivos, carrega em seu cerne o modo de vida de uma sociedade ou de uma determinada camada social. O objetivo da tese era encontrar a mulher pertencente à elite carioca em sua residência no final do século XIX e compreender como ela poderia influenciar na criação e uso do espaço de morar. As informações sobre os conceitos de privacidade e conforto no Brasil, o ambiente político do período, o modo de vida adotado pelas camadas sociais privilegiadas entre outras, formaram as peças do quebra-cabeças que precisaram ser conectadas a fim de proporcionar um quadro mais amplo da sociedade republicana e sua forma de morar.

Ao longo do século XIX, a sociedade brasileira passou por grandes modificações iniciadas com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Em meados do século iniciou-se o processo que culminou com a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, extinguindo a escravidão no país. Um ano após a Abolição, deu-se a Proclamação da República, modificando o regime de governo, deixando de ser um Império para se tornar uma República democrática. Esses fatores somados a outras questões como a adoção da etiqueta e dos hábitos franceses e a maior participação social feminina contribuíram para modificar o modo de vida dos brasileiros, especialmente aqueles pertencentes às camadas mais abastadas. A alteração dos costumes provocou uma modificação dos espaços residenciais da elite que desejava adquirir o *status* de "civilizada", cosmopolita e moderna. Para isso, elegeu o gosto, os hábitos e o modo de vida franceses como modelo, afrancesando suas roupas, suas falas, suas residências e até mesmo sua cidade.

A princípio, o modo de vida se modifica, seguido por uma adequação dos espaços a ele. A casa é um reflexo da sociedade, sua construção é um fenômeno cultural, as condicionantes socioculturais, como a religião, as relações de família, os papéis sociais dos gêneros e a relação entre indivíduos, exercem grande influência em sua criação. As soluções construtivas não dependem apenas dos materiais e da tecnologia disponível, mas também são determinadas pelo meio cultural em que está inserida a edificação. Assim, as questões sociais, políticas e econômicas devem ser levadas em consideração ao analisar as construções de uma determinada época. No caso particular dos espaços residenciais, as relações entre os indivíduos, a estrutura familiar e o papel da mulher na sociedade são fatores importantes para a concepção da edificação.

O palacete eclético do período da Primeira República pode ser considerado uma manifestação do processo civilizador. Esta tipologia arquitetônica, modelo de habitação da elite, se definiu após a Proclamação da República, da instituição da higiene e da separação dos papéis sociais masculino e feminino. Seu surgimento foi possível graças ao desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, com a expansão dos serviços de

água e esgotamento sanitário, transporte coletivo e melhoria nos sistemas de iluminação. Somando-se a essas condições a importação de novos materiais construtivos, a chegada ao país de profissionais qualificados e atualizados com as discussões arquitetônicas na Europa, completa-se o cenário ideal para o nascimento de uma arquitetura mais elaborada em concordância com as regras de higiene e do ideal de "civilização" da sociedade burguesa.

O programa de necessidades do palacete revela a importância concedida pelos burgueses da época ao setor social e, conseqüentemente, à imagem pública do proprietário e sua família. A arquitetura residencial refletia o êxito socioeconômico de seu proprietário devendo, portanto, apresentar alto nível de sofisticação em seus acabamentos representando o bom gosto, a cultura e a riqueza de seus moradores. Consagrou-se o modelo de casa construída em meio a jardim, distante dos limites do terreno proporcionando privacidade e maior destaque à construção. A distribuição a partir do vestíbulo permitia a separação da circulação dos empregados, dos patrões e das visitas, contribuindo com a privacidade dos donos da casa. Cada cômodo exercia uma função específica, evitando a superposição de atividades. A ordem e a hierarquia deveriam ser observadas com a separação da circulação, de aposentos íntimos, dos cômodos de representação e dos ambientes masculinos e femininos.

A hierarquização dos cômodos se reflete na decoração dos diferentes setores. Os aposentos que formavam a zona de representação da casa recebiam maior atenção, apresentando a decoração mais elaborada. Nesses ambientes, anfitriões e convidados demonstravam sua elegância e sua cultura, nas salas de visita e de jantar era posto a prova toda educação dos convivas. Faziam parte do setor social, além da sala de jantar e de visitas, outras diversas salas, cada qual com sua função, o *fumoir* para onde os homens se retiravam após as refeições para beber e fumar longe das senhoras, a sala de bilhar, jogo muito apreciado pelos cavalheiros da alta sociedade no século XIX, a biblioteca, símbolo da educação e cultura familiar, a sala de música, pois não poderia faltar o piano em uma casa elegante, entre outras.

A maior mudança da casa foi sua passagem de unidade produtiva para unidade consumidora, assim como a mulher, que passou de produtora a consumidora. A área de serviço foi reduzida e a social ganhou vários cômodos e maior destaque, com decoração mais luxuosa que os demais ambientes da casa. Com a valorização da privacidade, o setor íntimo também se tornou importante, com sua segregação dos demais setores proporcionando maior privacidade aos moradores. O quintal deixou de ser parte da estrutura produtiva da casa para se tornar um ambiente de lazer, onde se poderiam realizar passeios contemplativos pelas aleias cobertas por flores, de preferência europeias, eventos ao ar livre

e local de brincadeira das crianças. O jardim também funcionava como um anteparo entre o espaço privado e o espaço público, oferecendo maior privacidade à casa.

A rotina doméstica nos palacetes era ritualizada. Os homens liam os jornais pela manhã em seus gabinetes, depois saíam para cuidar de seus negócios, só retornando no fim da tarde. As mulheres passavam a maior parte do dia em casa, gerenciando as tarefas domésticas, bordando, lendo e recebendo visitas. Quando saíam, geralmente à tarde, iam às compras no centro da cidade ou realizavam visitas nas casas de outras senhoras da sociedade. As crianças eram mantidas afastadas dos adultos, em alguns casos precisava-se marcar hora para encontrarem seus pais. Esse modo de vida regrado das elites republicanas não pode ser considerado opressivo, como o define Homem (1996). A autora também afirma que a atenção com o estar formal deixaria pouco espaço para a vida familiar. Comparada à família colonial, a família burguesa possuía relações muito mais próximas entre seus membros, mas ao analisá-la segundo os hábitos e costumes contemporâneos, ela se revela fria, rigorosa e extremamente formal. As relações sociais e íntimas são reflexos das normas de comportamento estabelecidas dentro de uma determinada sociedade e de um período histórico restrito, não podendo ser avaliadas segundo critérios de outras sociedades ou de outros tempos.

A mulher no período colonial possuía função econômica e administrativa, cuidando da limpeza e manutenção da casa, produzindo todo o alimento consumido pela família e pelos escravos, além de alguns utensílios domésticos. Ela também auxiliava o marido na geração de renda familiar, no ambiente rural gerenciando a produção agrícola em sua ausência e na cidade, orientando a produção de quitutes para serem vendidos pelos escravos nos espaços públicos. No fim do século XIX, em um contexto urbano, onde não há mais necessidade de desbravar áreas inóspitas e nem de a casa ser uma unidade produtiva, a esposa, apesar de ainda ser responsável pela administração do lar, assume outras funções não se restringindo às atividades produtivas. Ela se torna uma figura decorativa, dando graça às reuniões sociais do marido com seus dotes culturais e artísticos, representando a imagem de uma sociedade civilizada.

No final do século XIX, a mulher pertencente às camadas privilegiadas perde um pouco da funcionalidade de sua antecessora do período colonial. A educação formal dos filhos já não é uma responsabilidade direta da mãe, para isso existem os preceptores, as escolas e os internatos. Os alimentos beneficiados diminuíram o trabalho na cozinha, reduzindo substancialmente o tempo necessário para a preparação das refeições, os equipamentos domésticos facilitaram o trabalho dos criados que são agora em menor número. Os vários rituais religiosos cederam lugar aos rituais sociais, ladainhas, novenas, terços e promessas foram substituídos por chás, bailes, recepções e teatros. Até mesmo o

cuidado com os doentes se modificou, ainda era uma responsabilidade da mulher cuidar dos enfermos, mas ela dividia essa tarefa com o médico da família.

A mulher influenciou na modernização da cozinha, não mais ocupada pelas escravas, ficando a cargo da empregada e gerenciada pessoalmente pela dona de casa. Se ela não realizava propriamente os serviços domésticos, ao menos, distribuía as tarefas de acordo com as necessidades. No período colonial, a mulher também era a administradora da casa, mas no final do século XIX ela se tornou mais culta, mais refinada. Nessa época, chegaram ao país equipamentos que facilitavam os trabalhos domésticos e com isso, requeriam menos esforço tanto dos empregados quanto da senhora, sobrando-lhe tempo para se dedicar a outras atividades, como ler, estudar, realizar e participar de eventos sociais. O maior contato com a Europa permitiu que a elite comparasse os modos de vida tradicional brasileiro e o europeu, percebendo as grandes diferenças entre eles e não aceitando mais os desconfortos que seus antepassados consideravam inevitáveis.

A mulher da elite republicana não transita mais com tanto frequência pela cozinha, ela passa a maior parte de seu tempo na sala de visitas recebendo convidados, tocando piano, recitando alguma poesia, decorada para ser declamada em momento oportuno, ou na sala de jantar oferecendo banquetes refinados ao estilo francês. A todos esses eventos sociais ela participa ao lado do marido. Os espaços íntimos também são ambientes femininos, o quarto de vestir, ou *toilette*, ou *boudoir*, tantas vezes encontrado entre os projetos analisados, são os cômodos de maior privacidade para a dona da casa. É onde ela recebe suas visitas mais íntimas, amigas de longa data ou parentas próximas, onde lê e escreve sua correspondência e se entrega a leitura dos livros de romance tão em moda na época. Esse é também o espaço privado de preparação para o espaço público, onde a mulher, e mesmo o homem, faz sua *toilette* para os muitos eventos sociais de que participa, tanto em sua própria residência quanto nos palacetes de outras famílias privilegiadas.

A maior porção do palacete burguês é ocupada pelo setor social. Nele se realizam reuniões públicas, porém privadas, onde o homem preside o evento direcionado, na maioria das vezes, para a concretização de seus interesses políticos e econômicos, também é nele que a mulher brilha como dama da alta sociedade com sua habilidade ao piano ou seu talento como cantora, trabalhados desde sua meninice em anos e anos de aulas particulares, onde demonstra todo seu conhecimento recitando poesias ou discutindo sobre obras literárias, especialmente as francesas. O salão do palacete é o local onde o homem realiza seus negócios e demonstra todo seu prestígio social através de ilustres convidados e da sofisticação e luxo de sua residência, mas é também onde a mulher esbanja sua classe e elegância trajando seu melhor vestido realizado por uma costureira

francesa da rua do Ouvidor, cópia de algum modelo encontrado em uma revista de moda também francesa, suas joias, presente de seu amado marido e sua cultura e bom gosto, uma vez que a decoração e o cuidado com a casa é atribuído a senhora. Assim, esses espaços de representação são locais de ostentação e promoção não apenas masculino, mas também feminino, pois a mulher casada expõe nos eventos sociais sua elegância e sua bem aventurança no casamento e as solteiras exibem seus dotes, tanto físicos quanto intelectuais e financeiros em busca de um pretendente de acordo com seus sonhos e os interesses da família. Graças a uma educação mais ampla, a atuação feminina extrapolou o espaço privado, transformando-a em conselheira do marido, supervisora do lar e orientadora dos filhos.

Portanto, se não há referência a tantos cômodos voltados para o feminino como os há para o masculino, é porque a mulher da elite carioca do final do século XIX e princípio do século XX está presente em quase todos os ambientes domésticos. As salas de recepção que compõem o setor social são palco para exibição do poder masculino, mas também do feminino, o *boudoir* ou *toilette*, seu quarto de vestir utilizado como sala íntima abriga os momentos de maior intimidade da senhora da casa, quando lê sua correspondência particular ou recebe pessoas mais próximas. A copa e a cozinha permanecem sobre seu comando, a presença da sala da senhora ou sala de costura próxima ao setor de serviço marca esse domínio, mesmo que ela não precise realizar pessoalmente as tarefas domésticas. Todas as atividades relacionadas à manutenção da casa e ao bem estar da família continuam sendo responsabilidade da dona da casa. A mulher no final do século XIX ganhou o direito a frequentar o espaço público, mas mantém como seu domínio o espaço privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.....

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 1988.

ALENCASTRO, Luis Felipe. Introdução. Modelos da história e da historiografia imperial. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a.

_____. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da colônia. Estudo sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil (1750 – 1822)**. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: EDUNB, 1993.

_____. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Mães, esposas, concubinas e prostitutas**. Seropédica: EDUR, 1996.

_____. *et al.* **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

ANDRADE LIMA, Tania. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Anais do Museu Paulista**, vol. 3, pp. 129-191, jan/dez 1995.

ARANTES, Antônio Augusto. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, da Renascença ao Século das Luzes**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. A família e a cidade. In: VELHO, Gilberto, FIGUEIRA, Sérvulo A. (coord.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1981.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1993

BANDEIRA, Julio, LAGO, Pedro Côrrea do. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos – um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (mestrado em engenharia) UFRJ.

_____. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz, BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). **Arquitetura na Formação do Brasil**. São Paulo: Editora UNESCO, 2006.

BINZER, Ina Von. **Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOTTO, Isabel Donas. Introdução. In: MORRIS, William. **As artes menores e outros ensaios**. Lisboa: Antígona, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A metamorfose dos gostos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Da regra às estratégias. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil: 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina, SORJ, Bila (orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina, ROSEMBERG, Fúlvia (eds.). **Vivência (História, Sexualidade e Imagens Femininas)**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARDOSO, Elisabeth Dezouart (et all). **História dos bairros: Botafogo**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia / Index Editora, 1983.

CARMO, Gustavo Reinaldo Alves do. **O Palácio das Laranjeiras e a Belle Époque no Rio de Janeiro (1909-1914)**. Rio de Janeiro: 2008. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – UFRJ/EBA.

CARONE, Edgard. **A Primeira República**. Texto e contexto, 1889 – 1930. São Paulo: Difel, 1973.

_____. **A República Velha**. Instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O Rio de Janeiro e a República. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 5, nº 8/9, pp. 117-138, set/1984, abr/1985.

_____. A humanidade como deusa. O movimento positivista ganha força no Brasil. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **A França nos Trópicos**. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **Ramos de Azevedo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. Bem morar em São Paulo, 1880 – 1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, vol 4, pp. 165 – 200, jan – dez 1996.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Global, 2004.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de (org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.

CATTAN, Roberto Correia de Mello. **A Família Guinle e a Arquitetura do Rio de Janeiro**. Um capítulo do ecletismo carioca nas duas primeiras décadas do novecentos. Rio de Janeiro: 2003. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-Rio.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 - 60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis, 1997.

CHARTIER, Roger. Figuras da modernidade. Introdução. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

COHEN, Alberto A., GORBERG, Samuel. **Rio de Janeiro: o cotidiano carioca no início do século XX**. Rio de Janeiro: Brasiletura, 2007.

COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto. **Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 13-38.

COSTA, Jurandir Freyre. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COSTA, Lúcio. **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: Centro de Estudos Universitários, 1962.

_____. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)**. São Paulo: Edusp, 1978.

DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Eclétismo no Rio de Janeiro (séculos XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (org.) **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Mulheres sem história**. Revista de História. São Paulo, vol. 114, jan-jun, 1983, pp. 31-45.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **Imagens da Mulher**. Porto: Afrontamento, 1992.

_____. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

DUBY, Georges. Poder privado, poder público. In: DUBY, Georges (org). **História da Vida Privada**, da Europa Feudal à Renascença. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **A Sociedade de Corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ESTEVEES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da “Belle Époque”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESQUENAZI, Rose. As ‘coquettes’ de Copacabana: no Rio do século XIX, elegância era seguir a moda francesa. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **A França nos Trópicos**. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes do Brasil**. São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/INL, 1935.

FABRIS, Annateresa. O Ecletismo à luz do Modernismo. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio**. Rio de Janeiro: Globo, 1976.

FERNANDES, Fernanda. O Classicismo na Arquitetura. In: GUINSBURG, J. (org). **O Classicismo**. São Paulo: Editora perspectiva, 1999.

FLANDRIN, Jean-Louis. A Distinção pelo gosto. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto, VELHO, Gilberto. **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulher e Família na América Portuguesa**. São Paulo: Editora Atual, 2004.

FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. Introdução: Ordens e Liberdades. In: PERROT, Michelle, FRAISSE, Geneviève (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1990a.

_____. A mulher civil, pública e privada. In: PERROT, Michelle, FRAISSE, Geneviève (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1990b.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos, 1531 – 1800. Rio de Janeiro: Ed UERJ, José Olympio, 1999.

FREITAS, Valéria Leite de. **A guerra para senhoras**: identidade feminina no Jornal das Moças (1914-1918). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (monografia).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951.

_____. **Ordem e progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. Introdução In: VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I**. São Paulo: FAUSP e MEC-IPHAN, 1975.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GERSON, Brasil. **História dos subúrbios: Botafogo**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1958.

_____. **História das ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2000.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOODE, William J. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo: Edição Nacional, USP, 1969.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GREENBERG, Clement. **Estética doméstica**: observações sobre a arte e o gosto. São Paulo: Cosac & Naify

GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. . In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens. aparências, lazer, subsistência. In: PERROT, Michelle, FRAISSE, Geneviève (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. In: **Pós**, Revista do Programa de pós-graduação da FAU-USP. São Paulo, nº 3, pp. 5 – 18, jun 1993.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **A casa e a “trastaria”**: história e iconografia de interiores de moradias da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Campinas: 1994. Dissertação (Mestrado em Artes) – UNICAMP.

LAVIER, James. **A roupa e a moda**. Uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEITE, Miriam, Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Mémoria, 1984.

_____. **Retratos de Família: leitura da fotografia histórica**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEMOS, Carlos. **Cozinhas, etc**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. Eclétismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Espelho da mulher**: Revista Feminina (1916 – 1925). São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em História Social) – USP.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)**. São Paulo: Edusp, 1975.

MACHADO, Hilda. **Laurinda Santos Lobo**. Mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MAGALDI, Ana Maria B. de Mello. **Mulher, ofício e missão**: os mundos do feminino nos romances de Machado de Assis e Aluísio de Azevedo. Niterói: 1990. Dissertação (Mestrado em História) – UFF.

MALUF, Marina Zancaner Brito. Mulher de elite: trabalho invisível. In: **História e debate**. Problemas, temas e perspectivas. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História. Rio de Janeiro: CNPq/InFour, 1991.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle *Époque* à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula**. Sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle *Époque* à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARTINS, Ana Paula R. da S. Dutra. **O patrimônio eclético no Rio de Janeiro e a sua preservação**. Rio de Janeiro: 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – UFRJ/PROARQ.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes**. O Olhar Britânico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, nº 13, pp. 129 – 150, 1996.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil (1807-1810)**. São Paulo: Edusp, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MICHAUD, Stéphane. Idolatrias: representações artísticas e literárias. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. O século XIX. Vol. 4. São Paulo: Ebradil, 1991.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **Casa e lar**. A essência da arquitetura. *Arquitextos*, 029.11, ano 03, out 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>. Acesso em: 06 abr. 2009.

MORRIS, William. **As artes menores e outros ensaios**. Lisboa: Antígona, 2003.

MURARO, Rose Marie. **Textos da Fogueira**. Brasília: Letraviva, 2000.

NABUCO, Carolina. **Oito décadas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Serpa de. **Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa**. Rio de Janeiro: Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa, 2007.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O pensamento de John Ruskin**. Resenhas online, 074.03, ano 07, fev 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>. Acesso em: 09 ago. 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. A França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. Ousadia feminina e ordem burguesa. In: **Estudos feministas**. V. 1, nº 2, Escola de Comunicação UFRJ, 1993, pp.247 – 249.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Anna Teresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

PECHMAN, Sérgio, FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 5, nº8/9, pp. 139-195, set 1984/abr 1985.

PECHMAN, Robert Moses, LIMA JÚNIOR, Walcler de. *Flirts no footing da Avenida Central ou a belle époque nos trópicos*. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **A França nos Trópicos**. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Arquitetos do Brasil Imperial**: a obra arquitetônica dos primeiros a alunos da Academia Imperial de Belas Artes. Rio de Janeiro: 2004. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ.

_____. **Reflexo das Luzes na Terra do Sol**. Sobre a Teoria de Arquitetura no Brasil da Independência. São Paulo: ProEditores, 2000.

PEREIRA, Mayra. **Do Cravo ao Piano-forte no Rio de Janeiro** – Um estudo documental e organológico. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e o Silêncio da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp Editora, 1998.

_____. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

_____. Funções da família. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

_____. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009c.

_____. Outrora, em outro lugar. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009d.

_____. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009e.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1999.

_____. **Exposições Universais**. Espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PEVSNER, Nikolaus. **Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

PIETRANI, Anelia M. **O enigma da mulher no universo masculino machadiano**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

PINHEIRO, Maciel. **O Rio de Janeiro através das revistas**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1966.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas do II Reinado**. São Paulo: Martins, 1959.

PRADO Jr, Caio. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo, 1942.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços privados. In: PROST, Antoine, VINCENT, Gérard (org.). **História da Vida Privada**, da Primeira Guerra a nossos dias. Vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RAPOPORT, Amos. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

RIBEIRO, Luis Felipe. A mulher no romance brasileiro: trajetória de uma ideologia. In: **Séries Estudo – PUC/RJ**. Rio de Janeiro, 1982.

RIBEIRO, Luis Felipe Miranda de Souza. **Mulheres de Papel: Um Estudo do Imaginário em José de Alencar e Machado de Assis**. Niterói : 1994. Tese (Doutorado em História) – UFF.

RICCI, Claudia Thurler. **Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro (Rio de Janeiro 1903 – 1922)**. Rio de Janeiro: 2004. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ.

RIO, João do. O chá e as visitas. In: RODRIGUES, João Carlos. **Vida vertiginosa/João do Rio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006a, p. 45-53.

_____. Feminismo ativo. In: RODRIGUES, João Carlos. **Vida vertiginosa/João do Rio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006b, p. 188-195.

RODRIGUES, João Carlos. **Vida vertiginosa/João do Rio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ROQUETTE, José Inácio. **Código do bom-tom**: ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma idéia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAIA, Luis. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp, 1974.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea. São Paulo: Edusc, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. **História da família no Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de História., 17:07-35, set 88 – fev 89.

_____. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

_____. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira. **A Casa Carioca** - estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro - 1750-1850. Niterói: 2005. Tese (Doutorado em História) – UFF.

SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965

SANTOS, Paulo F. dos. **Quatro séculos de arquitetura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO/INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS. **Planos Urbanos. Rio de Janeiro. O século XIX.** Rio de Janeiro: IPP, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Edusp, 1999.

SENETT, Richard. **O declínio do homem público.** As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil.** República: da Belle *Époque* à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Geraldo Gomes. **Arquitetura do ferro no Brasil.** São Paulo: Editora Nobel, 1986.

SILVA, João Luiz Máximo da. **Cozinha Modelo.** O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870 – 1930). São Paulo: Editora da USP, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Gilda de Mello. **O espírito das roupas.** A moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TEIXEIRA, Elaine Silveira. **Machado de Assis: cronista de ontem e de hoje.** Rio de Janeiro, 2005. Tese (doutorado em letras) UFRJ.

VASCONCELOS, Sylvio de. **Vila Rica – Formação e desenvolvimento – residências.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I.** São Paulo: FAUSP e MEC-. IPHAN, 1975.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia.** Habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol, OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador, BITTAR, William S. Mallmann. **500 Anos da Casa no Brasil.** As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

WILCKEN, Patrick. **Império a deriva**. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

YALOM, Marilyn. **A História da Esposa, da Virgem Maria a Madonna**. O papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da *Belle Époque* nas páginas do Fon-Fon! In: **Patrimônio e História**, vol. 4, nº2, p. 225-243, jun 2009.

LITERATURA

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Esaú e Jacó**. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.

_____. **Memorial de Aires**. Porto Alegre: L & PM, 2009a.

_____. **Quincas Borba**. Porto Alegre: L & PM, 2009b.

_____. **A mão e a luva**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2039. Acesso em: 24 de jun de 2008.

AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. São Paulo: Abril, 2010.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. São Paulo: Abril, 2010.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2683. Acesso em: 07 de ago de 2012

JORNAIS

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, anos diversos (1880 a 1920).

Jornal A Família. Jornal litterario dedicado a educação da mãe de família. São Paulo: Typ. União, 1888 - 1894.

FONTES MANUSCRITAS

Inventários

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Juízo de órfãos e ausentes da 2ª vara – ZM, caixa 4231, número 1441, Inventariante: José Mendes de Oliveira Castro, Inventariado: Carlota Deolinda Ribeiro de Castro, 1884.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Juízo de órfãos e ausentes da 2ª vara – ZM, caixa 3672, número 2827, Inventariante: Maximiano Pinto Ferraz de Vasconcelos, Inventariado: Júlia Ferraz de Vasconcelos, 1886.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Vara Cível do Rio de Janeiro, 1 - CG, caixa 1454, número 8189, Inventariante: Cecília da Rocha Miranda, Inventariado: Alberto da Rocha Miranda, 1887.

RIO DE JANEIRO. Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Inventariado: Miguel Calmon Du Pin Almeida, Inventariante: Alexandrina de Mattos Calmon, 1887.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Vara cível do Rio de Janeiro, 1 - CG, caixa 3692, número 8158, Inventariante: Antônia Teresa Vanderlei, Inventariado: Barão de Cotegipe, 1889.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Vara cível do Rio de Janeiro, 1 - CG, caixa 2619, número 4553, Inventariante: Manoel Antonio da Fonseca Costa, Inventariados: Visconde e Viscondessa da Penha, 1905.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Juízo de órfãos e ausentes da 2º vara – 2M, caixa 680, número 177, Inventariante: Modesto Âncora Lins de Vasconcelos, Inventariado: Helena de Souza Lins, 1919.

RIO DE JANEIRO. Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Inventariada: Amélia Eugenia Teixeira Leite de Carvalho (Baronesa do Amparo), 1924.

Projetos Arquitetônicos

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Voluntários da Pátria, 57, Caixa: 02, Documento: 03, 1893.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Voluntários da Pátria, 30, Caixa: 06, Documento: 19, 1895.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Praia de Botafogo, 67, Cod: 574, Folha: 95, 1906.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Avenida Beira Mar, lotes 5 e 6, Caixa: 36, Documento: 20, 1907.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua da Assunção, 12A, Caixa: 31, Documento: 26, 1908.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Carvalho de Sá, onde se encontra o número 36, Localizador: 26.3.35, 1909-1910.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 400, Caixa: 07, Documento: 27, 1909.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Praia de Botafogo, 366, Caixa: 18, Documento: 13, 1910a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 213, Caixa: 47, Documento: 09, 1910b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Voluntários da Pátria, 100, Caixa: 41, Documento: 20, 1910c.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Voluntários da Pátria, 127, Caixa: 41, Documento: 21, 1910d.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Voluntários da Pátria, 53, Caixa: 52, Documento: 01, 1910e.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Dona Mariana, 184, 186, 188, Caixa: 30, Documento: 05, 1910f.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 164, 166, 168, Caixa: 10, Documento: 04, 1910g.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Dona Mariana, 56, Cod: 808, Folha: 61, 1910h.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Praia de Botafogo, 316, Caixa: 47, Documento: 14, 1911a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Dona Mariana, 39, Cod: 633, Folha: 122, 1911b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 404, Caixa: 35, Documento: 23, 1911c.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 424/412, Caixa: 36, 1911d.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Avenida de Ligação, sem número, Caixa: 07, Documento: 30, 1912a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 284, Caixa: 29, Documento: 04, 1912b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua São Clemente, 203, Caixa: 43, Documento: 10, 1912c.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Praia de Botafogo, 406 a 412, Caixa: 85, Documento: 3857, 1913a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Praia de Botafogo, 530, Caixa: 77, Documento: 3546, 1913b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua das Laranjeiras, 441, Caixa: 40, Documento: 1652, 1913c.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua General Polidoro, 122, Caixa: 35, Documento: 1561, 1914.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Avenida de Ligação, 103, Caixa: 16, Documento: 949, 1915a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Dona Mariana, 63, Caixa: 27, Documento: 1611, 1915b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Avenida de Ligação, 28, Caixa: 29, Documento: 1783, 1916a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Dona Mariana, 56, Caixa: 27, Documento: 1685, 1916b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Paulo Barreto, 75, Caixa: 26, Documento: 12, 1919a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Visconde de Ouro Preto, Caixa 25, Documento: 10, 1919b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Pinheiro Machado, 99, Caixa: 49, Documento: 15, 1920a.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Senador Vergueiro, 159, Caixa: 47, Documento: 13, 1920b.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Voluntários da Pátria, 136, Caixa: 12, Documento: 01, 1920c.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Visconde de ouro Preto, 38, Caixa: 52, Documento: 01, 1920d.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rua Dona Mariana, 56, Caixa: 65, Documento: 03, 1922.